

TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012

**PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS BRASILEIRAS**

ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012

*SURVEY ON THE USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION
TECHNOLOGIES IN BRAZILIAN NONPROFIT ORGANIZATIONS*

cgi.br

Comitê Gestor da Internet no Brasil
Brazilian Internet Steering Committee
www.cgi.br



Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional
Attribution NonCommercial 4.0 International



Você tem o direito de:

You are free to:



Compartilhar: copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.
Share: copy and redistribute the material in any medium or format.



Adaptar: remixar, transformar e criar a partir do material.
Adapt: remix, transform, and build upon the material.

O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.
The licensor cannot revoke these freedoms as long as you follow the license terms.

De acordo com os seguintes termos:

Under the following terms:



Atribuição: Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um *link* para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

Attribution: You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.



Não comercial: Você não pode usar o material para fins comerciais.
Noncommercial: You may not use this work for commercial purposes.

Sem restrições adicionais: Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

No additional restrictions: You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
Brazilian Network Information Center

TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012

**PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS BRASILEIRAS**

ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012

*SURVEY ON THE USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION
TECHNOLOGIES IN BRAZILIAN NONPROFIT ORGANIZATIONS*

Comitê Gestor da Internet no Brasil
Brazilian Internet Steering Committee
www.cgi.br

São Paulo
2014

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR

Brazilian Network Information Center

Diretor Presidente / *CEO*

Demi Getschko

Diretor Administrativo / *CFO*

Ricardo Narchi

Diretor de Serviços e Tecnologia / *CTO*

Frederico Neves

Diretor de Projetos Especiais e de Desenvolvimento / *Director of Special Projects and Development*

Milton Kaoru Kashiwakura

Diretor de Assessoria às Atividades do CGI.br / *Chief Advisory Officer to CGI.br*

Hartmut Richard Glaser

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco – Cetic.br

*Regional Center for Studies on the Development of the Information Society
under the auspices of Unesco – Cetic.br*

Coordenação Executiva e Editorial / *Executive and Editorial Coordination*

Alexandre F. Barbosa

Coordenação Técnica / *Technical Coordination*

Emerson Santos, Fabio Senne e Tatiana Jereissati

Equipe Técnica / *Technical Team*

Alisson Bittencourt, Camila Garroux, Isabela Coelho, Luiza Mesquita, Maíra Ouriveis, Manuella Ribeiro, Maria Eugênia Sozio, Raphael Albino, Suzana Jaíze Alves, Vanessa Henriques e Winston Oyadomari

Edição / *Edition*

Comunicação NIC.br: Caroline D’Avo, Everton Teles Rodrigues e Fabiana Araujo da Silva

Apoio Editorial / *Editorial Support*

DB Comunicação Ltda.

Preparação de texto e Arquitetura de Informação / *Proof Reading and Information Architecture*: Aloisio Milani

Tradução para o inglês / *Translation into English*: Demetrios Babalis, Gustavo Pugliesi Sachs, Melissa Nicolosi,

Tomás Olcese e Viviane Wandalsen

Revisão / *Revision*: Alexandre Pavan e Carolina Costa

Projeto Gráfico / *Graphic Design*: Suzana De Bonis

Editoração / *Publishing*: Jenifer Prince e Maria Luiza De Bonis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012 [livro eletrônico] : pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em organizações sem fins lucrativos brasileiras = ICT Nonprofit Organizations 2012 : survey on the use of information and communication technologies in brazilian nonprofit organizations / coordenador/coordinator Alexandre F. Barbosa ; [tradução para o inglês/translation into English DB Comunicação]. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. 1,72 Mb ; PDF

ISBN 978-85-60062-78-2

1. Informação – Sistemas de armazenagem e recuperação – Organizações sem fins lucrativos 2. Internet (Rede de computadores) – Brasil 3. Organizações sem fins lucrativos 4. Tecnologia da informação e da comunicação – Brasil – Pesquisa I. Barbosa, Alexandre F. II. Título: ICT Nonprofit Organizations 2012 : survey on the use of information and communication technologies in brazilian nonprofit organizations.

14-05955

CDD – 004.6072081

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Tecnologias da informação e da comunicação : Uso : Pesquisa
2. Pesquisa : Tecnologia da informação e comunicação : Uso : Brasil

004.6072081

004.6072081

Esta publicação está disponível também em formato digital em www.cetic.br

This publication is also available in digital format at www.cetic.br

TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012
Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e
Comunicação nas Organizações Sem Fins Lucrativos Brasileiras

*ICT Nonprofit Organizations 2012
Survey on the use of Information and Communication
Technologies in Brazilian Nonprofit Organizations*

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br

BRAZILIAN INTERNET STEERING COMMITTEE (CGI.br)

(Em Dezembro de 2013 / In December, 2013)

Coordenador / Coordinator

Virgílio Augusto Fernandes Almeida

Conselheiros / Counselors

Carlos Alberto Afonso

Cássio Jordão Motta Vecchiatti

Demi Getschko

Eduardo Fumes Parajo

Eduardo Levy Cardoso Moreira

Ernesto Costa de Paula

Flávio Rech Wagner

Henrique Faulhaber

Jadir José Pela

José Luiz Ribeiro Filho

Lisandro Zambenedetti Granville

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Marcelo Bechara de Souza Hobaika

Maximiliano Salvadori Martinhão

Nazaré Lopes Bretas

Nelson Akio Fujimoto

Percival Henriques de Souza Neto

Renato da Silveira Martini

Sergio Amadeu da Silveira

Veridiana Alimonti

Secretário executivo / Executive Secretary

Hartmut Richard Glaser

AGRADECIMENTOS

A pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012, nesta sua primeira edição, contou com o importante apoio de um grupo de especialistas, renomados pela competência e sem os quais não seria possível alcançar o sucesso dessa iniciativa. A contribuição se realizou desde o planejamento da nova pesquisa até a sua publicação por meio da validação dos indicadores, da metodologia e da definição das diretrizes para análise de dados. A colaboração do grupo foi fundamental para a identificação desse novo campo de pesquisa, para o aperfeiçoamento dos procedimentos metodológicos e para se alcançar a produção de dados confiáveis. Cabe destacar que a importância das novas tecnologias para a sociedade brasileira e a relevância dos indicadores produzidos pelo CGI.br para fins de políticas públicas e de pesquisas acadêmicas serviram como motivação para que esse grupo acompanhasse voluntariamente a pesquisa em um esforço coletivo.

Na primeira edição da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos, o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco (Cetic.br) agradece especialmente aos seguintes especialistas:

Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR)

Marcelo Estraviz

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

Vera Maria Masagão Ribeiro

Consórcio World Wide Web (W3C)

Vagner Diniz

École des Hautes Études commerciales de Montréal (HEC Montréal)

Marlei Pozzebon

Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence)

Pedro Nascimento Silva

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Mário Aquino Alves

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife)

Andre Degenszajn e Fernando Rossetti

Instituto de Fomento à Tecnologia do Terceiro Setor (IT3S)

Daniela Mattern

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Bruno Garcia e Denise Freire

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Anna Maria Medeiros Peliano e

Luis Fernando Lara Resende

Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação (Nupef)

Carlos Alberto Afonso

Streetfootballworld – Brasil

Andrés Thompson

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Maria da Glória Gohn

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

José Antonio Pinho

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Leilah Landim

ACKNOWLEDGEMENTS

In its first edition, the ICT Nonprofit Organizations 2012 survey relied on the critical support of a group of specialists, renowned for their competence, without which it would not have been possible to succeed in this endeavor. Their contribution started at the planning of the new survey to its publication via validation of indicators, methodology, and definition of the guidelines for data analysis. The collaboration of the group was fundamental for the identification of this new survey field, refining the methodological procedures, and successfully producing reliable data. It is worth emphasizing that the importance of new technologies for the Brazilian society and the relevance of the indicators that were generated by the CGI.br to be used in policymaking and academic research motivated this group to voluntarily follow the survey in a collective effort.

In the first edition of the ICT Nonprofit Organizations survey, the Regional Center for Studies on the Development of the Information Society under the auspices of Unesco (Cetic.br) would like to specially thank the following specialists:

Brazilian Association of Fundraisers (ABCR)

Marcelo Estraviz

Brazilian Association of NGOs (Abong)

Vera Maria Masagão Ribeiro

Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE)

Bruno Garcia e Denise Freire

Center of Research, Studies and Learning (Nupef)

Carlos Alberto Afonso

École des Hautes Études Commerciales de Montréal (HEC Montréal)

Marlei Pozzebon

Federal University of Bahia (UFBA)

José Antonio Pinho

Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ)

Leilah Landim

Getulio Vargas Foundation (FGV)

Mário Aquino Alves

Group of Institutes, Foundations and Companies (Gife)

Andre Degenszajn e Fernando Rossetti

Institute for Applied Economic Research (Ipea)

Anna Maria Medeiros Peliano e

Luis Fernando Lara Resende

Institute for the Promotion of Information Technology for the Third Sector (IT3S)

Daniela Mattern

National School of Statistical Sciences (Ence)

Pedro Nascimento Silva

State University of Campinas (Unicamp)

Maria da Glória Gohn

Streetfootballworld – Brazil

Andrés Thompson

World Wide Web Consortium (W3C)

Vagner Diniz

SUMÁRIO / CONTENTS

- 5 AGRADECIMENTOS / ACKNOWLEDGEMENTS, 6
- 19 PREFÁCIO / FOREWORD, 117
- 21 APRESENTAÇÃO / PRESENTATION, 119
- 23 INTRODUÇÃO / INTRODUCTION, 121

PARTE 1: ARTIGOS / PART 1: ARTICLES

- 29 AS TIC NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS BRASILEIRAS:
RUMO AO DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES
*ICT IN BRAZILIAN NONPROFIT ORGANIZATIONS:
PROGRESSING TOWARDS THE DEVELOPMENT OF ICT INDICATORS, 127*
FABIO SENNE E ALEXANDRE BARBOSA
- 39 AÇÕES CIVIS COLETIVAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO
COLLECTIVE CIVIL MOVEMENTS IN THE BRAZILIAN TERRITORY, 137
MARIA DA GLÓRIA GOHN
- 51 APROXIMAÇÃO E AFASTAMENTO: POR QUE NÃO CONFUNDIR ONG COM TERCEIRO SETOR?
APPROXIMATION AND SEPARATION: WHY NOT MISTAKING NGO FOR THE THIRD SECTOR?, 149
MÁRIO AQUINO ALVES
- 59 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS
INFORMATION AND COMMUNICATION IN THE PROTECTION OF RIGHTS AND COMMON ASSETS, 157
VERA MASAGÃO RIBEIRO E MICHELLE PRAZERES

PARTE 2: TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012

PART 2: ICT NON PROFIT ORGANIZATIONS 2012

- 73 RELATÓRIO METODOLÓGICO – TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012
METHODOLOGICAL REPORT – ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012, 171
- 93 ANÁLISE DOS RESULTADOS – TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012
ANALYSIS OF RESULTS – ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012, 191

PARTE 3: TABELAS DE RESULTADOS / PART 3: TABLE OF RESULTS

215 TABELAS DE RESULTADOS – TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012
TABLE OF RESULTS – ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012

PARTE 4: APÊNDICES / PART 4: APPENDICES

313 LISTA DE ABREVIATURAS
LIST OF ABBREVIATIONS, 315

LISTA DE GRÁFICOS / CHART LIST

RELATÓRIO METODOLÓGICO / METHODOLOGICAL REPORT

- 89 PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS – CEMPRES (%)
SAMPLE PROFILE BY NUMBER OF EMPLOYED PERSONS – CEMPRES (%), 187
- 89 PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS REMUNERADAS (%)
SAMPLE PROFILE BY NUMBER OF PAID WORKERS (%), 187
- 90 PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO REGIÃO (%)
SAMPLE PROFILE BY REGION (%), 188
- 90 PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO ATIVIDADE-FIM (%)
SSAMPLE PROFILE BY CORE ACTIVITY (%), 188

ANÁLISE DOS RESULTADOS / ANALYSIS OF RESULTS

- 96 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEGUNDO ANO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES, POR PORTE
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ACCORDING TO THE YEAR THE ORGANIZATIONS STARTED TO OPERATE BY SIZE, 194
- 97 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PÚBLICO-ALVO DA ORGANIZAÇÕES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TARGET-AUDIENCE, 195
- 98 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO, POR PORTE
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY REACH OF ACTIVITIES BY SIZE, 196
- 99 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR FONTE DE RECURSOS
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SOURCE OF FUNDING, 197
- 100 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM COMPUTADOR OU QUE UTILIZARAM COMPUTADOR NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR PORTE
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS OR THAT HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHS BY SIZE, 198
- 102 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR ATIVIDADE-FIM
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS BY CORE ACTIVITY, 200

- 103 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ACESSARAM A INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR TIPO DE CONEXÃO UTILIZADA
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE ACCESSED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS BY TYPE OF CONNECTION USED, 201
- 103 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA NA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS, BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS, 201
- 104 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE DIVULGARAM SUAS ATIVIDADES, POR TIPO DE MÍDIA NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR PORTE
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE PUBLICIZED THEIR ACTIVITIES BY TYPE OF MEDIA IN THE LAST 12 MONTHS BY SIZE, 202
- 105 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE OU PÁGINA NA INTERNET, POR ATIVIDADE-FIM
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES OR WEBPAGES BY CORE ACTIVITY, 203
- 106 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR RECURSOS OFERECIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY RESOURCES OFFERED IN THE LAST 12 MONTHS, 204
- 107 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES NA INTERNET POR MEIO DE ALGUMA REDE SOCIAL, BLOG OU FÓRUM, POR ATIVIDADE-FIM, POR PORTE
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH SOCIAL NETWORKS, BLOGS OR FORUMS, BY CORE ACTIVITY, BY SIZE, 205
- 108 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO, POR TIPO DE ATIVIDADE – TOTAL
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED E-GOVERNMENT SERVICES BY TYPE OF ACTIVITY – TOTAL, 206
- 109 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE REALIZARAM MANUTENÇÃO E REPARO DE COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR FORNECEDOR DO SERVIÇO, POR PORTE
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE CARRIED OUT COMPUTER MAINTENANCE AND REPAIR IN THE LAST 12 MONTHS BY SERVICE PROVIDER, BY SIZE, 207
- 110 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR PRINCIPAL TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DO COMPUTADOR E INTERNET
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY MAIN TYPE OF DIFFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET, 208
- 111 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR GRAU DE CONTRIBUIÇÃO QUE O USO DO COMPUTADOR E INTERNET PROPORCIONARAM NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS, 209

LISTA DE TABELAS / TABLE LIST

RELATÓRIO METODOLÓGICO / METHODOLOGICAL REPORT

- 75 CATEGORIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EM ATIVIDADES-FIM
CLASSIFICATION OF ORGANIZATIONS BY CORE ACTIVITY, 173
- 82 DISTRIBUIÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEGUNDO VARIÁVEIS DE ESTRATIFICAÇÃO
DISTRIBUTION OF ORGANIZATIONS ACCORDING TO STRATIFICATION VARIABLES, 180
- 83 TAMANHOS PREVISTOS DA AMOSTRA, SEGUNDO REGIÃO
EXPECTED SAMPLE SIZES ACCORDING TO REGION, 181
- 84 TAMANHOS PREVISTOS DA AMOSTRA, SEGUNDO ATIVIDADE-FIM
EXPECTED SAMPLE SIZES ACCORDING TO CORE ACTIVITY, 182
- 84 TAMANHOS PREVISTOS DA AMOSTRA, SEGUNDO FAIXA DE PESSOAS OCUPADAS
EXPECTED SAMPLE SIZES ACCORDING TO RANGE OF EMPLOYED PERSONS, 182

LISTA DE FIGURAS / *FIGURE LIST*

RELATÓRIO METODOLÓGICO / *METHODOLOGICAL REPORT*

- 81 PLANO AMOSTRAL DA TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012
SAMPLE PLAN OF THE ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012 SURVEY, 179
- 86 STATUS 1 – NÃO FALOU COM REPRESENTANTES DA ORGANIZAÇÃO
STATUS 1 – HAS NOT SPOKEN WITH ORGANIZATION REPRESENTATIVES, 184
- 86 STATUS 2 – FALOU COM REPRESENTANTES DA ORGANIZAÇÃO,
MAS NÃO CONCLUIU A ENTREVISTA
*STATUS 2 – SPOKE WITH ORGANIZATION REPRESENTATIVES,
BUT HAS NOT COMPLETED THE INTERVIEW, 184*
- 87 STATUS 3 – ENTREVISTA FOI INTEGRALMENTE REALIZADA
STATUS 3 – INTERVIEW WAS CARRIED OUT IN ITS INTEGRITY, 185
- 87 STATUS 4 – IMPOSSIBILIDADE DEFINITIVA DE REALIZAR A ENTREVISTA
STATUS 4 – DEFINITE IMPOSSIBILITY OF CARRYING OUT INTERVIEW, 185
- 88 CONSOLIDAÇÃO DOS STATUS DE CONTROLE DE OCORRÊNCIA
CONSOLIDATION OF OCCURRENCE CONTROL STATUS, 186

LISTA DE TABELAS DE RESULTADOS TABLE OF RESULTS LIST

- 215 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM COMPUTADOR PRÓPRIO EM FUNCIONAMENTO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH THEIR OWN FUNCTIONING COMPUTERS
- 216 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM COMPUTADOR, POR TIPO DE COMPUTADOR
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY TYPE OF COMPUTER
- 217 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHS
- 218 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS REMUNERADAS QUE UTILIZARAM COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS BY PERCENTAGE RANGE OF PAID WORKERS WHO HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHS
- 220 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS VOLUNTÁRIAS QUE UTILIZARAM COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS BY PERCENTAGE RANGE OF VOLUNTEERS WHO HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHS
- 222 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
- 223 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS REMUNERADAS QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET BY PERCENTUAL RANGE OF PAID WORKERS WHO HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
- 225 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS VOLUNTÁRIAS QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET BY PERCENTUAL RANGE OF VOLUNTEERS WHO HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
- 227 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ACESSARAM A INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR TIPO DE CONEXÃO UTILIZADA
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE ACCESSED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS BY TYPE OF CONNECTION USED

- 228 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR VELOCIDADE MÁXIMA PARA *DOWNLOAD* CONTRATUALMENTE FORNECIDA PELO PROVEDOR DE INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAXIMUM DOWNLOAD SPEED OFFERED BY CONTRACT FROM THE INTERNET PROVIDER IN THE LAST 12 MONTHS
- 229 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR COM REDE (LAN, INTRANET E EXTRANET)
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTER NETWORKS (LAN, INTRANET AND EXTRANET)
- 230 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, POR TIPO DE EQUIPAMENTO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE HAD ELECTRONIC EQUIPMENT BY TYPE OF EQUIPMENT IN THE LAST 12 MONTHS
- 232 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE DIVULGARAM SUAS ATIVIDADES, POR TIPO DE MÍDIA NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE PUBLICIZED THEIR ACTIVITIES BY TYPE OF MEDIA IN THE LAST 12 MONTHS
- 234 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA NA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
- 238 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR TIPO DE SISTEMA OPERACIONAL UTILIZADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY TYPE OF OPERATING SYSTEM USED IN THE LAST 12 MONTHS
- 239 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET, POR TIPO DE NAVEGADOR UTILIZADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS WITH INTERNET ACCESS BY TYPE OF BROWSER USED IN THE LAST 12 MONTHS
- 240 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR, POR FUNÇÃO DO *SOFTWARE* UTILIZADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS BY SOFTWARE APPLICATION USED IN THE LAST 12 MONTHS
- 242 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM *SOFTWARE* LIVRE NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED OPEN SOURCE SOFTWARE IN THE LAST 12 MONTHS
- 243 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE INTRODUZIRAM *SOFTWARES* NOVOS OU REALIZARAM ALGUM APERFEIÇOAMENTO EM *SOFTWARE* NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE INTRODUCED NEW SOFTWARE OR IMPROVED EXISTING SOFTWARE IN THE LAST 12 MONTHS
- 244 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE DESENVOLVERAM *SOFTWARES* OU APLICATIVOS INTERNAMENTE NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE DEVELOPED SOFTWARE OR APPLICATIONS INTERNALLY IN THE LAST 12 MONTHS

- 245 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED E-GOVERNMENT SERVICES IN THE LAST 12 MONTHS
- 246 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED E-GOVERNMENT SERVICES IN THE LAST 12 MONTHS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT
- 250 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE COMPRARAM PELA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE MADE PURCHASES ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
- 251 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE VENDERAM PELA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE MADE SALES ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
- 252 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM CELULAR CORPORATIVO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED CORPORATE MOBILE PHONES IN THE LAST 12 MONTHS
- 253 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE OU PÁGINA NA INTERNET
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES OR WEBPAGES
- 254 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR RECURSOS OFERECIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY RESOURCES OFFERED IN THE LAST 12 MONTHS
- 258 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES NA WEB POR MEIO DE UM WEBSITE OU PÁGINA DE TERCEIROS TENDO CONTROLE SOBRE O CONTEÚDO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH WEBSITES OR THIRD-PARTY WEBPAGES WITH CONTROL OVER CONTENT
- 259 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE PRETENDEM CRIAR UM WEBSITE OU HOMEPAGE NOS PRÓXIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT INTEND TO CREATE A WEBSITE OR HOMEPAGE IN THE NEXT 12 MONTHS
- 260 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR TIPO DE DOMÍNIO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY TYPE OF DOMAIN
- 262 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE PRETENDEM REGISTRAR UM DOMÍNIO NOS PRÓXIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT INTEND TO REGISTER A DOMAIN NAME IN THE NEXT 12 MONTHS
- 263 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES NA INTERNET POR MEIO DE ALGUMA REDE SOCIAL, BLOG OU FÓRUM
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH SOCIAL NETWORKS, BLOGS OR FORUMS

- 264 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES NA INTERNET POR MEIO DE ALGUMA REDE SOCIAL, *BLOG* OU FÓRUM, POR TIPO DE REDE SOCIAL, *BLOG* OU FÓRUM
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH SOCIAL NETWORKS, BLOGS OR FORUMS BY TYPE OF SOCIAL NETWORK, BLOG OR FORUM
- 265 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES INTERNET POR MEIO DE ALGUMA REDE SOCIAL, *BLOG* OU FÓRUM, POR ATIVIDADES REALIZADAS
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH SOCIAL NETWORKS, BLOGS OR FORUMS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT
- 266 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE TIVERAM ESPECIALISTAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ENTRE AS PESSOAS REMUNERADAS E/OU VOLUNTÁRIOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE HAD INFORMATION TECHNOLOGY EXPERTS AMONG THEIR PAID WORKERS AND/OR VOLUNTEERS IN THE LAST 12 MONTHS
- 267 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE OFERECERAM TREINAMENTO EM INFORMÁTICA, COMPUTADOR E/OU INTERNET ÀS PESSOAS REMUNERADAS E/OU VOLUNTÁRIAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE OFFERED INFORMATION TECHNOLOGY, COMPUTER AND/OR INTERNET TRAINING TO PAID WORKERS AND/OR VOLUNTEERS IN THE LAST 12 MONTHS
- 268 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE REALIZARAM MANUTENÇÃO E REPARO DE COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR FORNECEDOR DO SERVIÇO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE CARRIED OUT COMPUTER MAINTENANCE AND REPAIR IN THE LAST 12 MONTHS BY SERVICE PROVIDER
- 270 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DE COMPUTADOR E INTERNET
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY TYPE OF DIFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET
- 273 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR PRINCIPAL TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DE COMPUTADOR E INTERNET
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY MAIN TYPE OF DIFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET
- 276 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR GRAU DE CONTRIBUIÇÃO QUE O USO DO COMPUTADOR E INTERNET PROPORCIONOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS
- 283 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM POLÍTICA DE RESTRIÇÃO DE ACESSO A *SITES* ESPECÍFICOS NA INTERNET PARA PESSOAS REMUNERADAS E/OU VOLUNTÁRIAS
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS RESTRICTION POLICIES TO SPECIFIC WEBSITES FOR PAID WORKERS AND/OR VOLUNTEERS
- 286 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PÚBLICO-ALVO DA ORGANIZAÇÃO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TARGET-AUDIENCE OF THE ORGANIZATION
- 289 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRINCIPAL PÚBLICO-ALVO DA ORGANIZAÇÃO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAIN TARGET-AUDIENCE OF THE ORGANIZATION

- 292 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SCOPE OF OPERATION
- 294 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRESENÇA DE ÁREA/DEPARTAMENTO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY PRESENCE OF AREAS/DEPARTMENTS
- 296 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR TIPO DE TÍTULO OU QUALIFICAÇÃO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TYPE OF CERTIFICATE OR QUALIFICATION
- 298 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR TIPO DE AMBIENTE DE FUNCIONAMENTO DA SEDE
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TYPE OF HEADQUARTER OPERATION FACILITIES
- 301 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR FONTE DE RECURSOS
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SOURCE OF FUNDING
- 306 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRINCIPAL FONTE DE RECURSOS¹
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAIN SOURCE OF FUNDING¹
- 310 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE MANTÊM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES
DE FORA DO BRASIL
*PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT COLLABORATE WITH OTHER ORGANIZATIONS
OUTSIDE BRAZIL*

PREFÁCIO

A produção de indicadores e estatísticas para o acompanhamento da evolução da Internet nos mais distintos setores da sociedade é parte importante das atribuições do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e uma atividade permanente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Regularmente levantamos e divulgamos esses dados, obtidos por meio de pesquisas sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação, com metodologia adequada, tornando esses indicadores um resultado expressivo do modelo de governança inaugurado pelo CGI.br em 1995. Subsidiar a sociedade com dados confiáveis e atualizados sobre os impactos socioeconômicos da Internet contribui para políticas públicas mais efetivas e eficazes e para o desenvolvimento da Internet no Brasil.

Com a publicação da primeira edição da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil, o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), busca fornecer insumos para a promoção do princípio da universalidade, conforme estabelece o *Decálogo para a governança e uso da Internet*, do CGI.br. O que afirma a Internet como meio para o desenvolvimento social e humano, e para a construção de uma sociedade inclusiva e não discriminatória em benefício de todos.

Hoje praticamente todos os setores da sociedade se apropriaram das novas tecnologias e, sobretudo, das funcionalidades e aplicações disponíveis na rede mundial de computadores, utilizando as TIC para o aprimoramento de suas atividades, para o acompanhamento de políticas públicas governamentais, além de estimular a comunicação e ampliar as formas de contato e interação com suas comunidades. A Internet e as redes sociais são peças importantes para as organizações da sociedade civil e medir a universalização do acesso da Internet nas organizações sem fins lucrativos passou a ser uma atividade essencial para a compreensão dos impactos das TIC para o desenvolvimento. Assim, seguimos no cumprimento de nossa missão de coletar, organizar e disseminar dados confiáveis sobre os serviços de Internet no Brasil.

A leitura dos resultados e das análises que constam desta publicação, inédita no Brasil, permitirá não só uma radiografia ampla do uso da Internet no setor, mas também se constituirá em fonte de evidências para a discussão sobre a participação cidadã e a sociedade do conhecimento.

Boa leitura!

Demi Getschko

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais os processos de participação democrática vêm se deparando com demandas por novas formas de representação. A partir da década de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) já se empenhava em ampliar a representação não governamental nos seus processos, bem como nos seus fóruns globais. Um marco importante para essa história foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro.

A disseminação crescente da Internet revolucionou as formas de acesso à informação e ao conhecimento, fazendo com que a percepção da importância da defesa do direito à comunicação como um direito individual se consolidasse já no início do novo século. Em 2003, teve início a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – CMSI (em inglês, World Summit on the Information Society – WSIS) e, com ela, aprofundou-se a noção de pluriparticipação nos processos de discussão e de decisão, sobretudo no que se refere às políticas públicas.

Nos dias de hoje, a palavra da moda é, em inglês, *multistakeholderism* – a prática de representação e participação de todos os setores ou grupos de interesse *stakeholders* em processos de consulta e deliberação nacionais e internacionais. No âmbito da ONU ou das relações entre Estados, um processo *multistakeholder* é visto em oposição a um processo multilateral, entendido como exclusivamente entre governos. Há uma forte pressão de setores não governamentais em busca de presença efetiva nesses processos, buscando, sempre que possível, substituir o multilateral pelo pluriparticipativo.

Na prática, esses processos pluralistas manifestam-se de inúmeras formas, pautados fortemente pela atitude dos governos frente à participação de outros grupos de interesse nos processos de formulação e implementação de políticas públicas. Um exemplo no Brasil é a lenta construção do Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, com a instituição de um grupo de trabalho pluralista por meio do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011.¹

Outro processo pluralista de destaque é a formulação de uma carta de princípios para a governança e uso da Internet no Brasil, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), sancionado em abril de 2014.² O marco foi elaborado com ampla participação dos setores interessados ao longo de mais de dois anos e enfrentou fortes interesses (em particular das transnacionais do setor de telecomunicações, contra a neutralidade da rede, e dos grandes

¹ Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/mrosc/historico-1/relatorio>>.

² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm>.

grupos de mídia, contra a necessidade de processos legais devidos para as disputas envolvendo restrições de propriedade intelectual), além das opiniões divergentes em torno da proteção à liberdade de expressão.

Tanto nesses processos nacionais e especialmente nos internacionais, mostra-se essencial a qualificação das entidades civis para o uso dos instrumentos da Internet. Os fóruns internacionais que discutem a governança da Internet, por exemplo, caracterizam-se pela ocorrência em paralelo de vários debates e eventos dentro e fora do país, o que requer a presença de representantes das entidades interessadas. A mobilidade física para estar presente é um limitante especialmente para as entidades dos países do Sul, que contam com recursos escassos para efetivar essa participação.³ Devido a essas dificuldades, muitas vezes os processos pluralistas não são equânimes – pendem para os setores que têm mais recursos de mobilização e presença, como as grandes empresas e organizações dos países desenvolvidos. Nesse sentido, a apropriação do uso das TIC, em especial da Internet, por parte das organizações da sociedade civil é um trunfo importante para a participação nesses importantes espaços de discussão e decisão sobre os rumos das políticas públicas.

Desse ponto de vista, com a divulgação dos resultados da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos, o Comitê Gestor da Internet (CGI.br) oferece uma importante contribuição para entendermos como esse setor faz uso das TIC para o desenvolvimento de suas atividades e objetivos, bem como para se relacionarem com os *stakeholders* por meio das novas tecnologias, em particular a Internet. Um bom exemplo é a presença das organizações sem fins lucrativos nas mídias sociais na Internet visando a mobilização do seu público alvo para o alcance dos seus objetivos. A partir da leitura dos dados organizados pelo Cetic.br na presente publicação, esse cenário fica mais evidente para governo e sociedade, o que contribui para o reforço dos espaços pluralistas de atuação da sociedade brasileira.

Carlos Alberto Afonso

Membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br

³ Entre estes estão os processos de definição de normas e regulação internacionais de telecomunicação da União Internacional de Telecomunicações (UIT), os encontros anuais do Fórum de Governança da Internet (IGF) da ONU, os processos preparatórios nacionais e regionais para o IGF, os eventos de agências especializadas em aspectos técnicos da governança da rede, como a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers – ICANN (distribuição de nomes de domínio e números IP) e a Internet Engineering Task Force – IETF (elaboração de padrões técnicos para a rede), além dos processos com foco em direito à comunicação no âmbito de agências específicas.

INTRODUÇÃO

A disseminação das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em todos os setores da sociedade trouxe oportunidades para as organizações da sociedade civil, sobretudo, na disponibilização de novas formas de engajamento social. No âmbito das organizações sem fins lucrativos, setor que desempenha uma importante contribuição para a democracia e o desenvolvimento humano, esse efeito pode ser percebido com maior clareza. A disseminação do uso das TIC dentre as organizações da sociedade civil – ainda que se mostre em níveis mais reduzidos que o de outros setores da economia do país – pode impactar positivamente nos resultados obtidos por essas entidades, sobretudo no que diz respeito à comunicação com suas comunidades de atuação.

As TIC têm sido apontadas como ferramentas fundamentais para apoiar a rede de colaboradores das organizações nos mais diversos campos de atuação. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), as organizações podem encontrar, por meio das TIC, maneiras mais eficientes e eficazes de realizar seu trabalho, ajudando-as a atingir mais pessoas e, em última instância, a fazer mais com os recursos que possuem.¹

O desenvolvimento de indicadores e métricas confiáveis sobre o papel das TIC nesse setor orientou o planejamento e a execução da Pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos no Brasil. Com o objetivo de compreender o estágio de adoção das TIC nos estabelecimentos das organizações brasileiras e sua apropriação pelas pessoas que nele atuam – tendo como referência indicadores internacionalmente comparáveis –, o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco (Cetic.br), realizou a Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Organizações Sem Fins Lucrativos do Brasil 2012. Os dados obtidos pela pesquisa elucidam qual o cenário da presença de infraestrutura, bem como os usos realizados entre as organizações, buscando investigar também as possíveis barreiras e motivações que podem alavancar esse uso.

A produção de indicadores e estatísticas TIC na área das organizações sem fins lucrativos também tem como objetivo apoiar estratégias de fortalecimento do setor, além de gerar insumos para o debate acadêmico e a formulação e implementação de políticas públicas.

A pesquisa investigou setores específicos dessas organizações, incluindo entidades de defesa de direitos, organizações religiosas, fundações, associações e sindicatos. O trabalho revelou um universo bastante heterogêneo, mas com grandes desafios comuns para a disseminação das TIC. As organizações têm um papel bem regionalizado, atuando principalmente, em âmbito

¹ Mais informações em: <<http://www.un.org/esa/socdev/ngo/docs/2010/directory/ictso.pdf>>.

municipal, e dependem, na sua maioria, de doações para o desenvolvimento de suas atividades-fim. A força de trabalho voluntária dentro delas, nesse sentido, se torna fundamental, o que acaba determinando a maneira específica como essas organizações fazem uso das TIC.

Por um lado, os resultados indicam que uma parcela significativa de organizações ainda não tem acesso a computadores e Internet (78% delas utilizaram computador e 72%, a Internet, nos 12 meses que antecederam a realização da pesquisa). Além disso, apenas 65% possuem computador. Muitas delas, portanto, utilizam equipamentos próprios dos colaboradores no local de trabalho. Apesar disso, vale ressaltar uma percepção positiva das organizações sobre a incorporação das TIC. Quando perguntadas sobre a contribuição do uso das TIC para uma série de questões dentro da organização – como torná-la mais conhecida, melhorar a comunicação interna, aumentar a eficiência do trabalho desenvolvido, entre outros –, a maior parte delas afirmou que houve grande contribuição.

Vale destacar, por exemplo, a importância das redes sociais para essas instituições, que as utilizam em proporções significativamente maiores que as empresas brasileiras, com 52% participando de alguma rede social *on-line*.

Os recursos que as organizações oferecem, tanto por meio de *websites* como das redes sociais, também foram investigados pela pesquisa. Pode-se observar que, assim como no universo das empresas, as organizações tendem a oferecer recursos mais básicos por meio desses canais *on-line*. Enquanto 86% das organizações que possuem *website* divulgam notícias e informações das suas atividades nos *websites*, 22% disponibilizam ferramentas para captação de recursos e 17% mantem um ambiente de educação a distância.

A pesquisa também agrega informações importantes sobre a presença de profissionais especializados em tecnologia da informação (TI) nos estabelecimentos. Os dados mostram que apenas 34% das organizações possuem departamento ou área de TI, e muitas delas contam com seus voluntários para manutenção e reparo de equipamentos (30%). Quando investigada a presença de especialistas em TI, 41% das organizações declararam contar com um especialista entre as pessoas remuneradas ou voluntárias.

Entre as dificuldades para o uso de computador e Internet nos estabelecimentos, as mais mencionadas pelas organizações são relacionadas à falta de recursos financeiros, baixa velocidade na conexão de Internet e capacitação da equipe no uso de computador e Internet. Mas quando se investiga a principal dificuldade, as questões relativas ao custo ficam bem à frente das demais, com 33%.

A partir desta radiografia do setor, espera-se que os resultados da TIC Organizações Sem Fins Lucrativos possam subsidiar ações de suporte à incorporação estratégica das TIC nesses estabelecimentos e entre as atividades que realizam.

A pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos conta com o fundamental apoio de importantes entidades do setor, como a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife), entre outras. Além disso, vale destacar o apoio técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), bem como de especialistas de renomadas universidades.

A presente publicação está estruturada da seguinte forma:

Parte 1 – Artigos: apresenta textos escritos por acadêmicos e representantes de organizações nacionais que abordam temas de grande relevância no debate sobre o setor das organizações sem fins lucrativos. Os artigos discutem aspectos como a importância do papel das organizações para a sociedade civil até o papel das TIC para o alcance de seus objetivos.

Parte 2 – Relatório metodológico e análise dos resultados: apresenta o relatório metodológico, a descrição do plano amostral aplicado na pesquisa e a análise dos principais resultados, que compõem um cenário do acesso e uso das TIC pelas organizações que atuam no setor.

Parte 3 – Tabelas da TIC Organizações Sem Fins Lucrativos: apresenta as tabelas de resultados e quebras por variáveis de cruzamento (porte, região e atividade-fim), contendo todos os indicadores referentes aos estabelecimentos, respondentes centrais da pesquisa TIC Organizações Sem fins Lucrativos.

Os resultados da primeira edição da pesquisa TIC Organizações Sem fins Lucrativos explicitam os grandes desafios que o setor ainda enfrenta no que diz respeito à infraestrutura de TIC para o desenvolvimento de suas atividades e do setor. O avanço no acesso à Internet e na disponibilidade de recursos capazes de ampliar o alcance de seus trabalhos também se mostram perceptíveis nos indicadores da pesquisa.

Todo o esforço empregado na produção das pesquisas do CGI.br tem como principal objetivo produzir dados confiáveis e relevantes para os nossos leitores. Esperamos que os dados e análises desta edição sejam um importante insumo e que sejam amplamente utilizados pelos gestores públicos, pesquisadores acadêmicos, empresas do setor privado e organizações da sociedade civil em suas iniciativas voltadas à construção da sociedade da informação e do conhecimento.

Boa leitura!

Alexandre F. Barbosa

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade
da Informação sob os auspícios da Unesco – Cetic.br

ARTIGOS

AS TIC NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS BRASILEIRAS: RUMO AO DESENVOLVIMENTO DE INDICADORES¹

Fabio Senne² e Alexandre Barbosa³

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm transformado significativamente os principais aspectos do cotidiano de indivíduos, organizações e governos. A rápida disseminação e assimilação dessas tecnologias, bem como o uso da Internet para acessar as redes sociais e de negócios, têm impactado a sociedade nos âmbitos econômico, social e político.

Segundo Lévy (1999), poucas inovações tecnológicas causaram tantas e tão velozes mudanças na sociedade quanto as TIC. Conseqüentemente, hoje surgem, em todo o mundo, novas formas de pensar e viver em sociedade, e o impacto dessas mudanças constitui o foco das atenções nos debates filosóficos e políticos contemporâneos. Castells (2010a) acredita que as TIC estão causando, a partir da informação e do conhecimento compartilhados, uma reconfiguração da sociedade contemporânea por meio de redes de relacionamentos complexas socialmente estruturadas e economicamente motivadas. Mansell (2012) destaca as expectativas geradas pelas TIC:

“A sociedade da informação contemporânea concebe a abundância de informação digital como a força geradora de uma nova base a partir da qual as sociedades podem se expandir mediante o acesso ao ‘conhecimento’ e o aprimoramento do seu uso; as redes digitais, por sua vez, são percebidas como uma fonte criadora de oportunidades de participação democrática numa escala sem precedentes” (MANSELL, 2012, p. 2).

Dada a crescente importância das novas tecnologias, os impactos sociais das TIC em indivíduos e organizações têm sido objeto de pesquisas que vão além da área especializada

¹ Texto adaptado a partir do trabalho apresentado na 12ª Conferência Internacional sobre as Implicações Sociais dos Computadores em Países em Desenvolvimento (*12th International Conference on Social Implications of Computers in Developing Countries*), em Montego Bay, Jamaica, em maio de 2013.

² Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador de pesquisas no Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco (Cetic.br).

³ Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Bradford, em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharel em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Realizou pesquisa de pós-doutorado na HEC Montréal, Canadá. Gerente do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco (Cetic.br).

em computação aplicada, despertando interesse de estudos organizacionais, sociologia e antropologia, entre outras (AVGEROU *et al*, 2004; CIBORRA, 2002). No âmbito das ciências humanas e sociais, os estudos sobre a importância de participação civil nas esferas política e econômica ganharam destaque internacional. No Brasil, a redemocratização dos anos 1980 revigorou a participação da sociedade civil na vida política – processo que coincidiu com a disseminação massiva das TIC.

Essas tecnologias são essenciais para as organizações sem fins lucrativos e para a função que desempenham na sociedade, pois fornecem novos meios de participação social mediados pela tecnologia. O presente artigo analisa a literatura que discute a relação entre as TIC e as organizações da sociedade civil, apresentando a abordagem das capacidades formulada por Sen (2010) como uma perspectiva capaz de avaliar os impactos do uso das TIC nas organizações sem fins lucrativos.

A SOCIEDADE CIVIL E AS TIC PARA O DESENVOLVIMENTO

Diversos estudos têm revelado a importância da participação dos cidadãos na consolidação da democracia e na promoção do desenvolvimento. A importância do associativismo e das organizações da sociedade civil para a vida política e econômica das nações foi reconhecida em diversos campos das ciências humanas e sociais, principalmente por uma tradição liberal, profundamente influenciada por Alexis de Tocqueville no século 19. Nesse sentido, inúmeros autores destacam, por exemplo, a relação entre a presença de cidadãos atuantes e imbuídos de um espírito público e a melhoria no funcionamento das instituições e da economia (PUTNAM, 1996).

O vigor de uma democracia – para além do funcionamento dos controles administrativos e da responsabilização política durante eleições – depende, pelo menos parcialmente, da existência de uma “*accountability social*”, definida como um mecanismo vertical e não eleitoral de controle das autoridades políticas promovido por uma ampla gama de associações, movimentos sociais e a mídia. O objetivo dessas iniciativas é monitorar o comportamento das autoridades públicas a fim de expor e denunciar ilegalidades, bem como promover a ação de agências de controle horizontal (PERUZZOTTI; SMULOVITZ, 2002).

Amartya Sen (2010), um dos formuladores do conceito de desenvolvimento humano, também enfatiza a importância vital dos direitos civis e do debate aberto, não apenas como parte integrante do desenvolvimento, mas também como meio para atingi-lo:

“Pode-se argumentar que a correta compreensão acerca do que sejam as necessidades econômicas – seu conteúdo e imperatividade – requer discussão e intercâmbio de ideias. Os direitos políticos e civis, principalmente aqueles que garantem a discussão aberta, o debate, as críticas e as divergências, são centrais para os processos de realização de escolhas informadas e bem pensadas. Esses processos são decisivos para a formação de valores e prioridades e não podemos, de modo geral, conceber uma preferência como algo desvinculado da discussão pública, ou seja, à margem da possibilidade de haver debate e intercâmbio aberto” (SEN, 2010, p. 153).

Com o surgimento das novas tecnologias digitais, diversos autores vislumbram novas oportunidades e meios de participação social. Essa perspectiva é evidente, por exemplo, na concepção de uma “democracia eletrônica” ou na percepção de que as TIC podem promover “a identificação dos problemas urbanos pelos próprios cidadãos, a organização autônoma das comunidades locais, a participação deliberativa dos grupos diretamente afetados por decisões administrativas, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos” (LEVY, 1999, p. 186). Castells também identifica essa tendência e aponta que a expansão das novas tecnologias estimula o monitoramento dos governos locais, à medida que se expandem as novas formas de participação e consulta dos cidadãos (CASTELLS, 2010a).

Outra importante característica dos movimentos sociais na “Era da Informação” é o seu baixo nível de institucionalização, isto é, o fato de não se originarem, necessariamente, no seio das organizações da sociedade civil. “Esses movimentos implantam, desde o início, uma lógica social alternativa, diversa dos princípios funcionais em torno dos quais se estruturam as instituições dominantes da sociedade” (CASTELLS, 2010b, p. 387). A descentralização e a articulação global também são fatores de estímulo à geração de novos movimentos sociais, tais como o movimento ambientalista, o movimento de proteção dos direitos das mulheres e os movimentos antiglobalização (CASTELLS, 2010a, p. 427). Da perspectiva do cidadão, portanto, surge uma dinâmica de maior participação local e global inspirada em novas possibilidades de construção de uma democracia mais participativa e direta, no contexto de uma abordagem planetária e comunitária dos problemas (LEVY, 1999).

As TIC também favorecem a percepção de que os padrões de apoio e filiação a certas causas tornaram-se mais fluidos e autônomos do que, por exemplo, os vínculos com organizações formais. Conforme argumenta Benkler, “a própria fluidez e o baixo grau de compromisso exigidos de qualquer relação de cooperação aumentam o escopo e a diversidade das relações cooperativas nas quais as pessoas podem participar, bem como dos projetos colaborativos aos quais consideram ter acesso” (BENKLER, 2006, p. 9).

Outro aspecto do modelo de participação cidadã viabilizado pela popularidade da Internet – um ícone da sociedade contemporânea em rede – é a possibilidade de aumentar a autonomia dos cidadãos mediante a criação dos seus próprios meios de expressão, tornando-os menos dependentes da mídia de massa (BENKLER, 2006). Conforme destaca Castells, o acesso à informação *on-line* e à comunicação mediada por computadores cria possibilidades de difusão e recuperação de informação, bem como de interação e debate por meio de fóruns eletrônicos autônomos, que sobrepujam o controle da mídia (CASTELLS, 2010a).

O conceito de convergência é permeado pela transformação do *modus operandi* da indústria da mídia e da percepção da população sobre sua relação com ela. De acordo com Jenkins (2006), a convergência representa uma mudança de paradigma, um movimento em direção a uma maior interdependência dos sistemas de comunicação, com diversos meios de acesso aos conteúdos midiáticos. Ela envolve relações cada vez mais complexas entre a mídia corporativa, estruturada “de cima para baixo”, e a cultura participativa, caracterizada por fluir “de baixo para cima” (JENKINS, 2006, p. 43).

O objetivo deste artigo não é dissecar a literatura que versa sobre os impactos mais recentes dos novos meios de participação social viabilizados pela Internet nem analisar o impacto efetivo das mudanças em andamento. É importante destacar, porém, que essas mudanças estão na pauta do debate público em diversos países. É o caso, por exemplo, das repercussões

geradas pela onda de protestos e manifestações no mundo árabe em 2010, conhecida como a Primavera Árabe. A recente onda de protestos no Brasil, deflagrada em junho de 2013, também é citada como um caso de mobilização social organizada pela Internet por meio das redes sociais. No que diz respeito à literatura acadêmica, os periódicos mais recentes trazem à tona um crescente grupo de pesquisas focadas nas possibilidades que a Internet oferece para a mobilização política e social (FRIEDLAND; ROGERSON, 2009).

Entretanto, ainda existem lacunas que demandam pesquisa, especialmente para determinar se os objetivos estabelecidos pelas organizações e movimentos foram efetivamente alcançados, bem como se eles são sustentáveis a longo prazo.

“[...] é importante fazer um corte longitudinal dos eventos de ação coletiva virtual a fim de determinar as mudanças permanentes provocadas pelo movimento inicial. As pesquisas futuras sobre o impacto e a sustentabilidade dos movimentos políticos e sociais virtuais deverão, sempre que possível, ser baseadas em abordagens quantitativas” (FRIEDLAND; ROGERSON, 2009, p 6).

AS TIC NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Nos últimos anos, a literatura acadêmica tem procurado estabelecer uma relação entre as TIC e o desenvolvimento socioeconômico, sob a crença da existência de uma relação direta ou indireta entre a tecnologia e o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a participação democrática (GIGLER, 2011).

Apesar de toda a atenção dispensada aos novos meios de participação viabilizados pelas TIC – o que resultou num grande volume de pesquisas sobre a participação virtual nos movimentos que surgem durante crises sociais ou que exigem responsabilização eleitoral –, a produção acadêmica voltada à avaliação do impacto das TIC nas rotinas das organizações sem fins lucrativos ainda é escassa (DENISON; JOHANSON, 2007). São poucos, por exemplo, os estudos acerca dos efeitos da tecnologia sobre o *modus operandi* do terceiro setor, assim como é escassa a literatura capaz de orientar pesquisas mais sistemáticas (SAIDEL; COUR, 2003).

As pesquisas na área de administração têm identificado o potencial dessas novas tecnologias para promover a reestruturação interna das organizações e a reconfiguração das suas relações com redes de organizações, bem como para redefinir suas relações com cidadãos, fornecedores, clientes e governos (BURT; TAYLOR, 2000). Hoje, as ONG começam a vislumbrar nas tecnologias interativas um importante meio de ampliação da sua rede de interação social, aumentando seu alcance e promovendo novas relações entre atores sociais dispersos (BACH; STARK, 2002).

Além disso, são várias as situações que evidenciam o uso da Internet para fins de recrutamento e condução de campanhas lideradas por entidades como Anistia Internacional, Greenpeace, Oxfam e Médicos Sem Fronteiras, entre outras. Para as organizações que atuam na área de cooperação para a promoção do desenvolvimento e dos direitos humanos, a Internet constitui uma nova forma de realizar suas atividades, pois altera a rotina administrativa e o modo de efetivar a participação social e a comunicação interna e externa (MENDES, 2006).

Apesar do potencial das TIC, são poucos os estudos que investigam seu uso estratégico por organizações sem fins lucrativos. Na maior parte das organizações desse setor o uso das TIC permanece limitado a funções muito básicas, tais como comunicação por *e-mail* e criação de *websites* (SURMAN; REILLY, 2003). Embora o uso das tecnologias de informação em funções básicas esteja crescendo com relativa rapidez, várias áreas enfrentam problemas, especialmente no que diz respeito à capacidade técnica dos líderes das organizações sem fins lucrativos para usar as TIC no cumprimento dos seus objetivos (HACKLER; SAXTON, 2007).

De acordo com um estudo realizado por Geller (2010) e seus colegas do Centro de Estudos sobre a Sociedade Civil (*Center for Civil Society Studies*) do Johns Hopkins Instituto Johns Hopkins para Estudos Políticos (*Institute for Policy Studies*) com 443 organizações sem fins lucrativos nos Estados Unidos, a maioria das instituições já incorporou de alguma forma as TIC aos seus projetos, serviços e rotina administrativa. Contudo, a maioria dessas organizações não considera que o uso de tecnologias integradas para o aprimoramento dos seus projetos e serviços seja satisfatório e reconhece que ainda há muito a ser feito. O estudo também mostra que a falta de financiamento (92%), experiência (71%) e tempo (85%) são os principais obstáculos ao aproveitamento do potencial das TIC nas organizações.

Um estudo realizado periodicamente no contexto norte-americano é a Pesquisa sobre a Tecnologia Sem Fins Lucrativos (*Nonprofit Technology Survey*), do Centro Bayer para Gestão sem Fins Lucrativos (*Bayer Center for Nonprofit Management*) da Universidade Robert Morris, de acordo com o qual o maior desafio é a falta de financiamento. Em 2010, a pesquisa entrevistou 206 organizações e identificou importantes mudanças em suas estratégias de comunicação, tais como o uso mais frequente e a atualização mais regular das redes sociais (FORSTER *et al*, 2010).

Estudos empíricos específicos também foram realizados no Reino Unido (BURT; TAYLOR, 2000), na Espanha (ONEWORLD SPAIN, 2002), no Chile (UNDP, 2006) e na Nova Zelândia (ZORN *et al*, 2011).

É importante notar que a maioria desses estudos mede a intensificação no uso das TIC nas organizações sem fins lucrativos num contexto de crescente demanda, escassez de recursos e aumento da concorrência. Eles raramente focam na reestruturação da comunicação e das ações de mobilização, ou nas diversas formas pelas quais as organizações se apropriam das TIC. Consequentemente, são poucas as análises focadas na avaliação dos novos meios de participação via TIC, tais como a produção colaborativa e descentralizada – em suma, atividades que exigem maior especialização.

A CONSTRUÇÃO DE UM *FRAMEWORK* BASEADO NA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

O arcabouço construído em torno do conceito de desenvolvimento humano oferece, entre as muitas abordagens possíveis relativas ao conceito de TIC para Desenvolvimento (ICT4Dev), uma perspectiva adequada para a criação de indicadores nesse campo.

Assim como o desenvolvimento não deve ser mensurado apenas em termos do crescimento da renda, ou seja, com base no Produto Interno Bruto (PIB) de cada país, a investigação da função desempenhada pelas TIC também precisa ser mais elaborada e não baseada exclusivamente em indicadores de infraestrutura (tais como o número de provedores de Internet e o número

de computadores por pessoa). Da perspectiva do desenvolvimento humano e da “abordagem das capacidades”, os métodos tradicionais de mensuração da sociedade da informação também devem se transformar e focar mais no ser humano (ALAMPAY, 2006). A abordagem das capacidades concebe o desenvolvimento humano como um processo multidimensional e multidisciplinar de ampliação da liberdade das pessoas (HAMEL, 2010).

A abordagem das capacidades propõe o desenvolvimento de padrões e indicadores mais refinados que capturem o que as pessoas de fato podem fazer ao acessar serviços específicos, ao invés de simplesmente mensurar as possibilidades de acesso a eles (GARNHAM, 1997). Essa abordagem deve se pautar pela necessidade de avaliar não apenas “funcionalidades realizadas” (o que a pessoa realmente faz), mas também o “conjunto de capacidades” disponíveis à pessoa (suas oportunidades reais) (SEN, 2010, p.105).

De acordo com essa perspectiva, as TIC somente geram melhorias na vida das pessoas na medida em que as capacidades informacionais são transformadas em capacidades humanas e sociais incorporadas às dimensões econômica, política, social, organizacional e cultural de suas vidas (GIGLER, 2011). Portanto, o acesso às TIC é um importante pré-requisito ao seu uso. É a diversidade das capacidades disponíveis, porém, que determina a aptidão para converter as oportunidades disponíveis em realizações (GIGLER, 2011).

De modo geral, a abordagem das capacidades se opõe às concepções que adotam uma presunção simplista de bem-estar com base na ampla aquisição e uso abrangente das TIC, assim como às que enfatizam o papel intrinsecamente benéfico das TIC ou que tendem a aplicar critérios universais de avaliação do uso das TIC como ferramentas para desenvolvimento (ZHENG, 2007). Portanto, deve-se levar em consideração uma combinação de fatores individuais e sociais ao avaliar iniciativas de desenvolvimento, conforme aponta Zheng (2007):

“[...] um computador influenciará de forma diferenciada a vida de pessoas alfabetizadas e analfabetas. Da mesma forma, duas pessoas que possuem um conjunto similar de funcionalidades podem ter conjuntos diferentes de capacidades e vice-versa. Duas mulheres jovens, alfabetizadas, física e mentalmente saudáveis no Reino Unido e no Afeganistão poderão ter funcionalidades parecidas, mas provavelmente suas oportunidades de viver como quiserem e, por exemplo, tornarem-se médicas, serão muito distintas” (ZHENG, 2007, p. 4).

No contexto das pesquisas sobre o impacto das TIC nas organizações sem fins lucrativos, a abordagem das capacidades pode ser bastante útil para identificar os meios pelos quais as TIC podem auxiliar as organizações na consecução dos seus objetivos. Um estudo focado na participação civil contribui para o desenvolvimento de uma perspectiva capaz de superar os métodos tradicionais de medição do acesso e da penetração das TIC nas organizações. Essa foi a referência adotada, por exemplo, na primeira edição da Pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos, a qual levou em consideração três dimensões:

- I. Infraestrutura das TIC (dispositivos disponíveis, conexão à Internet, etc.);
- II. Uso das TIC (abrangendo o uso do computador, da Internet e de dispositivos móveis);
- III. Capacidades/habilidades acumuladas pelas instituições na área de tecnologia da informação e comunicação, o que se traduz na capacidade que sua liderança e seus colaboradores possuem de utilizarem as TIC de forma inovadora.

O objetivo desses *clusters* foi mensurar as dimensões complementares presentes no debate sobre a abordagem das capacidades, a começar pelo acesso a “produtos” específicos, pelas funcionalidades realizadas em relação a esses recursos e pelas capacidades adquiridas. Nesse sentido, o que importa não é o simples uso das ferramentas TIC, mas a presença das habilidades necessárias para adaptar esse uso aos objetivos da organização, bem como a preocupação com as atividades de treinamento desenvolvidas pelas organizações sem fins lucrativos.

Esse arcabouço também procurou identificar os elementos que dificultam o uso das TIC e reduzem as oportunidades disponíveis às organizações. Ele também adota indicadores que medem a percepção dos líderes das organizações sobre o impacto do uso das TIC. Assim, foi possível identificar diferenças entre organizações que, apesar de usarem as TIC com a mesma intensidade, apresentavam valores e percepções diferentes em relação à importância da adoção das TIC.

A primeira dimensão (Dimensão I) do estudo envolveu o mapeamento das infraestruturas TIC implantadas nas organizações. Isso foi fundamental para o estudo, uma vez que a disponibilidade de computadores e acesso à Internet – uma situação ainda distante de ser universal no Brasil – é um pré-requisito para o uso de tecnologia.

Em seguida, os pesquisadores procuraram medidas que pudessem caracterizar as “funcionalidades realizadas” definidas por Sen (2010). Um dos objetivos foi investigar de que maneira a Internet, os computadores, os sistemas e o *software* são utilizados. Também fez parte do escopo dessa pesquisa (Dimensão II) investigar de que forma as TIC foram usadas para melhorar a gestão e otimizar o funcionamento das organizações. Embora os *clusters* mencionados acima sejam menos inovadores que os utilizados em outros esforços para medir a adoção das TIC, eles foram estruturados para preservar a possibilidade de comparação entre o uso real das TIC e as oportunidades de adoção das TIC.

Por fim, foram incluídos indicadores para determinar a presença de capacidades que facilitem o trabalho das organizações mediante o uso das TIC (Dimensão III). Para tanto, foi necessário investigar a capacidade dos representantes da organização de usar a tecnologia, bem como verificar se tinham equipes especializadas a sua disposição e se eram capazes de produzir inovações com base nas TIC, tais como ferramentas de governo eletrônico e redes sociais. Isso exigiu ilustrar a disponibilidade de capacidades que pudessem alterar a gestão das organizações e auxiliar na conquista dos benefícios do desenvolvimento para a sociedade. Além disso, foi possível mensurar as oportunidades geradas pelas TIC que possam transformar os padrões de participação e as operações de rotina das organizações mediante a viabilização de ações colaborativas e descentralizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no conceito de ICT4Dev e na abordagem das capacidades, conforme proposto por Sen (2010), o presente artigo buscou oferecer uma contribuição prática à compreensão da adoção das TIC por organizações sem fins lucrativos. No contexto desse estudo, a abordagem das capacidades serviu para ampliar o escopo das dimensões a serem mensuradas. Os indicadores apresentados na pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos permitem mensurar um grande número de itens que, no futuro, poderão fazer parte de um rol mais sofisticado ou de uma análise multivariada para a investigação dos impactos das TIC em organizações sem fins

lucrativos. Esse esforço também coincide com a recente divulgação dos projetos ICT4Dev, os quais têm gerado um interesse específico em avaliar os impactos, ao invés de verificar apenas os níveis de adoção, disponibilidade ou prontidão (HEEKS; MOLLA, 2009).

Desenhar um modelo de pesquisa quantitativa baseada no arcabouço conceitual da abordagem das capacidades representa um considerável desafio, em especial diante das limitações inerentes à realização de pesquisas baseadas em entrevistas individuais e da heterogeneidade dessas organizações em nível micro. Contudo, os resultados desse esforço, combinados à realização de eventuais estudos de caso qualitativos, poderão contribuir para a análise do impacto das TIC em outros tipos de organização, o que também contribuirá para identificar possíveis formas de aumentar a gama de escolhas disponíveis a essas organizações.

Portanto, as sugestões preliminares deste estudo fornecem uma base para pesquisas em campos relacionados à interseção das TIC com a sociedade, abrangendo temas como inovação, mobilização e participação social por meio da tecnologia, da participação eletrônica, das redes sociais, etc. O desenho de pesquisas destinadas a monitorar a sustentabilidade dessas interconexões poderá contribuir para conhecer o impacto do uso das TIC nas organizações sem fins lucrativos. Futuras pesquisas voltadas à ampliação do escopo deste estudo deverão se beneficiar de uma análise baseada em indicadores que levem em consideração o contexto social, organizacional e tecnológico.

REFERÊNCIAS

AFONSO, C. A. *Internet: quem governa a infraestrutura?* Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=190&Itemid=99999999>. Acesso em: 25 jun. 2012.

AVGEROU, C. *Information Systems and Global Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ALAMPAY, E. Beyond access to ICT: Measuring capabilities in the information society. *International Journal of Education and Development using Information and Communication Technology (IJEDICT)*, v. 2, n. 3, 2006, p. 4-22.

BACH, J.; STARK, D. Innovative Ambiguities: NGOs' use of Interactive Technology in Eastern Europe. *Studies in Comparative International Development*, Summer, v. 37, n. 2, 2002, p. 3-23.

BENKLER, Y. *The Wealth of Networks*. New Haven and London: Yale University Press, 2006. Disponível em: <http://cyber.law.harvard.edu/wealth_of_networks/A_Riqueza_das_Redes_-_Cap%C3%ADulo_1>. Acesso em: 25 jun. 2012.

BURT, E.; TAYLOR, J.A. Information and Communication Technologies: Reshaping Voluntary Organizations? *Nonprofit Management & Leadership*, v. 11, n. 2, 2000, p. 131-143.

CASTELLS, M. *The Power of Identity*. 2 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

_____. *End of Millennium*. 2 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

CEDES. *Perfil das Entidades Associadas à Rede de Informações do Terceiro Setor no Brasil – RITS*. Relatório. Centro de Estudos Direito e Sociedade, 2007. Disponível em: <<http://www.cis.puc-rio.br/cedes/PDF/cadernos/cadernos%2010%20-%20rits.pdf>>. Acesso: 10 jan. 2014.

CIBORRA, C. *The Labyrinth of Information: Challenging the Wisdom of Systems*. New York: Oxford University Press, 2004.

DENISON, T.; JOHANSON, G. Surveys of the use of information and Communications technologies by community based organizations. *The Journal of Community Informatics*, v. 3, n. 2, 2007.

FORSTER, J.; FINN, S.; MAHER, J. Indicators of Information and Communication Technology Adoption in the Nonprofit Sector: Changes between 2000 and 2004. *Nonprofit Management & Leadership*, v. 16, n. 3, 2006, p. 277-295.

FRIEDLAND, J.; ROGERSON, K. *How Political and Social Movements Form in the Internet and How They Change Over Time*. Institute for Homeland Security Solutions, 2009. Disponível em : <<http://sites.duke.edu/ihs/files/2011/12/IRW-Literature-Reviews-Political-and-Social-Movements.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

GARNHAM, N. Amartya Sen's 'Capabilities' Approach to the Evaluation of Welfare and its Application to Communications. *Journal of the European Institute for Communication and Culture Javnost – The Public*, v. 4, n. 4, p. 1997.

GELLER, S. L.; ABRAMSON, A. J.; DE LEON, E. *The Nonprofit Technology Gap: Myth or Reality?* Relatório. The Listening Post Project. The Center for Civil Society Studies, Johns Hopkins University, Communique n. 20, 2010.

GIGLER, B. *Informational Capabilities: The Missing Link for the Impact of ICT on development*. E-Transform Knowledge Platform. Documento de trabalho. The World Bank, 2011.

HACKLER, D.; SAXTON, G.D. The Strategic Use of Information Technology by Nonprofit Organizations: Increasing Capacity and Untapped Potential. *Public Administration Review*, v. 67, n. 3, 2007, p. 474-487.

HAMEL, J. ICT4D and the Human Development and Capability Approach: The Potentials of Information and Communication Technology. *Human Development Research Paper*, 2010.

HEEKS, R.; MOLLA, A. *Impact assessment of ICT-for-development projects: a compendium of approaches*. Documento de trabalho n. 36. Development Informatics Group, Institute for Development Policy and Management, University of Manchester, 2009.

JENKINS, H. *Convergence culture: Where old and new media collide*. New York: New York University Press, 2006.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANSELL, R. *Imagining the Internet: communication, innovation and governance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MENDES, M. *Tecnologías de la Información y Comunicación y el Tercer Sector: Contribución de las TIC al desarrollo de las organizaciones no lucrativas*, 2006. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?id=338>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

ONEWORLD SPAIN. *¿Conectadas? Las ONG españolas en la red*. Barcelona, Espanha: Fundació Un Sol Món, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. 316 p. Studies in methods. Series F, n. 91. Nova York: Nações Unidas, 2002

PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (org.). *Controlando la Política: ciudadanos y medios en la nueva democracias*. Buenos Aires: Temas, 2002.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Desarrollo Humano en Chile 2006: Las nuevas tecnologías: ¿un salto al futuro?*, 2006. Disponível em: <<http://www.desarrollohumano.cl/informe-2006/tapa-2006.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SAIDEL, J.; COUR, R. Stephanie. Information Technology and the Voluntary Sector Workplace. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 32, n. 1, 2003, p. 5-24.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SURMAN, M.; REILLY, K. *Appropriating the Internet for Social Change: Towards the strategic use of networked technologies by transnational civil society organizations*, 2003. Disponível em: <<http://mediaresearchhub.ssrc.org/appropriating-the-internet-for-social-change-towards-the-strategic-use-of-networked-technologies-bytransnational-civil-society-organizations/attachment>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1977.

ZHENG, Y. *Exploring the Value of the Capability Approach for e-Development*. Proceedings of the 9th International Conference on Social Implications of Computers in Developing Countries, São Paulo, Brasil: maio de 2007.

ZORN, T. et al. Institutional and Noninstitutional Influences on Information and Communication Technology Adoption and Use Among Nonprofit Organizations. *Human Communication Research*, v. 37, 2011, p. 1-33

AÇÕES CIVIS COLETIVAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Maria da Glória Gohn¹

APRESENTAÇÃO

Na última década, a pauta da agenda social brasileira tem destacado temas como inclusão social, democratização, diversidade, diferenças, direitos culturais, identidades de povos originários ou de minorias populacionais, sustentabilidade, empoderamento social, etc. Esses temas são frutos de problemas socioeconômicos históricos e entraram na pauta de governantes e nas políticas públicas após serem demandados, debatidos e pressionados por atores da sociedade civil organizada, em ações civis estruturadas em movimentos ou redes de associações civis não governamentais. Quem são os atores sociais que protagonizam essas ações coletivas? São movimentos ou organizações civis os núcleos impulsionadores dessas ações? Quais são as principais organizações sem fins lucrativos da sociedade civil voltadas para ações coletivas atuando em função de problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais públicos? Como eles atuam em direção à superação das desigualdades sociais e regionais? Que impactos estas demandas geraram na sociedade e no poder público? Que respostas eles têm obtido? Essas são as questões básicas inspiradoras deste texto.

ANTECEDENTES

Já se tornou lugar comum ouvir sobre a importância da sociedade civil, que ela está se firmando no polo internacional como impulsionadora de mudanças e inovações. No entanto, o conceito de sociedade civil vem sofrendo modificações que acompanham a conjuntura nacional. No Brasil, de uma forma geral, ele surge no período da transição democrática, no final dos anos 1970, quando foi introduzido no vocabulário político corrente e passou a ser objeto de elaboração teórica. Na ocasião, ele se tornou sinônimo de participação e organização

¹ Socióloga, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutorado pela New School (University) em Nova York e professora titular da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (Unicamp). Professora visitante na Universidad Complutense de Madrid e na Universidad de Córdoba (Argentina). Pesquisadora I do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vice-presidente do Research Committee on Social Classes and Social Movements (RC 47) da Associação Internacional de Sociologia. Possui 18 livros publicados sobre movimentos sociais e educação não formal.

da população civil do país, na luta contra o então regime militar. Esse cenário estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas, no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de bens e direitos sociopolíticos negados até então pelo regime vigente. Um dos principais eixos articuladores da sociedade civil na época era a noção de direitos e autonomia. Direitos humanos e direitos sociais eram reivindicados para a preservação da vida humana e de condições dignas para viver e habitar, afinal, a autonomia para a livre manifestação é um princípio básico da democracia. Tratava-se também de poder se organizar independente do Estado.

A democracia direta e participativa era tida como modelo ideal. Participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência e de resistência ao regime político predominante. Naquele período, novos atores entraram em cena, principalmente os movimentos sociais populares, reivindicatórios, apoiados por alas da teologia da libertação (de várias igrejas, especialmente católica e luterana) e por entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O principal polo de identificação dos diferentes atores era dado pela reivindicação de mais liberdade e justiça social.

Com a saída dos militares do poder, a partir de 1985, o significado do termo sociedade civil começou a se alterar. A progressiva construção de canais de participação e representação exigiu novas posturas e agendas dos militantes dos movimentos sociais populares, que perderam, paulatinamente, a centralidade nos discursos sobre a sociedade civil. Não se tratava mais de estar de costas para o Estado, mas, sim, de participar de políticas de negociação e democratização. Além disso, com o retorno à constitucionalidade democrática, surgiu uma pluralidade de novos atores sociais, decorrentes de novas formas de associativismo que emergiram na cena política, especialmente as organizações não governamentais (ONG), ou outras formas de associações civis sem fins lucrativos, várias delas articuladas a empresas e fundações, tornando-se instituições autônomas e desvinculadas dos movimentos.

Na segunda metade dos anos 1990, a conjuntura política e econômica do país alterou a dinâmica do associativismo civil. As entidades civis repensaram seus planos, planejamentos de ação, estratégias, forma de atuar e elaboraram planejamentos estratégicos. Tratava-se do novo momento político de reconstrução da institucionalidade do país. Novas pautas foram introduzidas, tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idades, etc. Um grande número de projetos sociais passou a ser patrocinado por empresas e bancos, dentro de programas de responsabilidade social no âmbito da cidadania corporativa.

O estímulo ao setor informal da economia levou ao surgimento de extensas redes produtivas comunitárias expandindo o associativismo via desenvolvimento de projetos socioculturais e econômicos com as populações demandatárias de bens e serviços. Ou seja, a ação coletiva de pressão e reivindicação nos anos 1980 – antes presente na maioria dos movimentos sociais – ganhou nuances novas a partir dos anos 1990. Durante a primeira década de 2000, passaram a predominar as ações civis voltadas para a obtenção de resultados, em projetos de parceria envolvendo diferentes setores públicos e privados. Cumpre lembrar que após 1988, os municípios brasileiros passaram por alterações na administração pública, com a descentralização e a inserção de formas de participação da sociedade civil na reforma política do Estado. Os territórios das cidades e microrregiões adquiriram força institucional para o desenvolvimento de projetos sustentáveis e estabeleceram novas relações entre o Estado, a população e o mercado.

O novo contexto apresentou-nos mudanças nas políticas sociais, desconcentração de várias atividades estatais na área social e novas legislações no âmbito federal, dando origem à criação de organizações sociais (OS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e programas de Parceria Público Privado (PPP), entre outras alterações. Houve uma desativação da atuação direta do Estado na prestação de alguns serviços sociais e a transferência da operacionalização desses serviços para o setor privado sem fins lucrativos.

Isso tudo contribuiu para a reconfiguração do cenário do associativismo civil brasileiro, gerando a criação de espaços de interlocução entre o Estado e a sociedade civil. Novas redes de participação institucionalizadas foram criadas com conselhos, câmaras, fóruns e assembleias nacionais, implementadas pelo poder público via políticas sociais para atender às novas exigências constitucionais. Essas formas de participação institucionalizada, reguladas por normas e regras do setor público estatal passaram a ocupar o espaço associativo antes dominado pelos movimentos sociais da sociedade civil. Tapia (2009) comenta que, para entender a construção e a dinâmica do sujeito nas lutas e movimentos sociais na atualidade na América Latina, temos de compreender as novas políticas institucionalizadas da região. Redes civis focadas em projetos socioculturais, entidades geradoras de renda via economia solidária e parcerias público-privadas em projetos socioeducativos nas escolas passaram a dominar a cena do associativismo no novo século, fortalecendo o campo de uma cultura comunitária local, com ativistas focados no cumprimento de metas dos projetos sociais envolvidos e não mais militantes de causas e organizações com vínculos político-partidários e sindicais.

Novos e antigos atores sociais fixaram suas metas na conquista de espaços na sociedade política, especialmente nas parcerias que se abriram entre governo e sociedade civil organizada, via políticas públicas. Houve, portanto, uma ampliação do leque de atores sociais assim como do campo da sociedade civil. Disso resultou um descentramento dos sujeitos históricos em ação, antes focado em classes e movimentos populares. Esse descentramento do sujeito popular e a emergência de uma nova pluralidade de atores conferiram ao conceito de cidadania a mesma relevância que tinha tido o conceito de autonomia nos anos 1980. Certamente que, nos anos 1970 e 1980, a questão da cidadania já estava posta nos debates e nas demandas sociais, nas lutas pela democratização, expressas principalmente no movimento das Diretas Já, na Constituinte, na nova Carta Constitucional denominada de “Constituição Cidadã” e em todos os movimentos populares. Mas a partir dos anos 1990, a questão da cidadania foi ressignificada, tanto na sociedade civil quanto nas políticas públicas.

Surgiram novas facetas da cidadania, tais como o exercício da civilidade, a responsabilidade social do cidadão como um todo, etc. Ou seja, foram destacados não apenas os direitos, alavanca básica do conceito de cidadania, mas também os deveres e a responsabilização nas arenas públicas. Isso abriu caminhos para a participação de diferentes e novos atores sociais nas políticas de parcerias entre o Estado e a sociedade civil, enfatizando a responsabilização de cidadãos, empresas e órgãos governamentais nas novas políticas públicas. Também foram criados espaços para a participação nessas políticas via parcerias, conselhos gestores e fóruns sociais públicos. A nova política estatal de distribuição e gestão dos fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, passou a favorecer projetos dirigidos a crianças, jovens, mulheres e índios, entre outros. As palavras de ordem desses projetos e programas passaram a ser: ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um passivo reivindicante, incorporar-se ou propor um projeto social de ação. A atuação por projetos passou a exigir resultados e prazos. Muitos movimentos se transformaram

em ONG ou se incorporaram às organizações que já os apoiavam. As associações e as ONG foram criadas autodenominando-se como “movimento social” por expressarem um novo senso comum criado – o de ações em prol de um tema ou sujeito coletivo denominarem-se “movimento”. Criou-se uma nova gramática na qual “mobilizar” deixou de ter como objetivo o desenvolvimento de uma consciência crítica ou o protesto nas ruas, transformando-se em sinônimo de “arregimentar” e “organizar” a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais. Dominar códigos das novas tecnologias e participar de redes sociais passou a fazer parte do perfil desse ativista. Os movimentos sociais propriamente ditos (que têm lideranças, bases, demandas, opositores e antagonistas, conflitos sociais, um projeto sociopolítico) refluíram ou se transformaram, como veremos a seguir.

Nesse novo cenário, a sociedade civil se ampliou para se entrelaçar com a sociedade política. Desenvolveu-se o chamado espaço público não estatal, expresso em conselhos, fóruns e demais redes de articulação. Mas quem são os protagonistas dessa nova sociedade civil? São as ONG, os movimentos sociais, as comissões, os grupos e as entidades de direitos humanos, os grupos de defesa dos direitos dos excluídos – por diferentes causas como: gênero, raça, etnia, religião, portadores de necessidades físicas especiais. São ainda inúmeras associações com perfis variados, entidades do chamado terceiro setor ou sem fins lucrativos, fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais, ambientalistas, instituições de defesa do patrimônio histórico, associações e redes comunitárias nos bairros, organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social, conselhos populares, conselhos setorializados, conselhos gestores institucionalizados e os diversos conselhos de gestão pública compartilhada. Todos eles, junto com fundações e empresas cidadãs, passaram a compor esse novo leque do que tem sido denominado como associativismo civil.

Disso tudo resulta que a sociedade civil organizada contemporânea não é homogênea, nem composta por atores que tenham o mesmo entendimento de seus problemas sociais, políticos e culturais. Ela é bastante diversificada – destaque para as redes associativas e de mobilização –, mas podemos aglutinar esse leque de atores coletivos em quatro sujeitos sociopolíticos, a saber:

- A) Os movimentos sociais – considerados como categorias empíricas (podendo ser localizados territorialmente), ou como categoria conceptual, uma forma de estruturação de relações sociais, conforme definiu Melucci (1994);
- B) As entidades sem fins lucrativos que se subdividem em ONG independentes, entidades assistenciais e do mundo empresarial articuladas pelo chamado terceiro setor;
- C) Os fóruns, as plenárias e as articulações nacionais e transnacionais;
- D) Conselhos gestores de projetos, programas ou políticas sociais, considerados pelos formuladores das políticas públicas como ativos sociais.

Neste texto, abordaremos no universo assinalado os movimentos sociais e as entidades sem fins lucrativos estruturadas em ONG e associações civis coletivas no território brasileiro. Iniciaremos pelos movimentos pelo fato de que, alguns deles, são matrizes originárias de várias entidades civis contemporâneas.

I) ASSOCIATIVISMO CIVIL CONTEMPORÂNEO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos – alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e as novas forças sociopolíticas em ação. O importante a destacar nesse campo de força social é o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas, como o repertório de lutas que eles constroem, a demarcação de interesses, as identidades, as subjetividades e os projetos de grupos sociais. A partir de 1990, vários movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. No caso da habitação, por exemplo, o próprio Estatuto da Cidade é resultado dessas lutas. O Fórum da Participação Popular e tantos outros fóruns e experiências organizativas locais, regionais, nacionais e até transnacionais, estabeleceram práticas, diagnósticos e agendas para si próprios, a sociedade e o poder público. Em diferentes cidades brasileiras, o Orçamento Participativo e vários programas públicos surgiram como fruto dessa trajetória. A eles somam-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e a reforma sanitária que levou à criação do Sistema Único de Saúde, além da reforma urbana, das câmaras setoriais da construção civil, das câmaras dos usuários do sistema de transportes coletivos, das câmaras setoriais tripartites na indústria automobilística, dos diferentes conselhos gestores de políticas de habitação, dos direitos da mulher, das pessoas portadoras de deficiências, dos idosos, das escolas e de outras formas de colegiados, de estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade civil e das conferências nacionais da década de 2000. Todos esses são exemplos vivos da conquista e da força da participação organizada.

Movimentos sociais no Brasil na primeira década do novo século

No Brasil, na atualidade, os movimentos sociais são distintos dos ocorridos do final da década de 1970 e parte dos anos 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar), embora alguns dos atuais movimentos ou quadros de suas assessorias sejam herdeiros dos anos de 1980. Naquelas décadas, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos”. Como só podemos falar em direitos se contemplarmos o universal, observamos que aqueles movimentos não estavam autocentrados. Embora não tivessem ainda a circulação em espaço nacionais e transnacionais que se tem hoje, a maioria dos movimentos não estava voltada apenas para si. Olhavam para o outro – até para poder construir a própria identidade –, segundo o efeito do espelho, como diria Lacan. A cidadania era o grande mote articulador dos discursos que buscavam direitos. Queriam ter o direito de ter direitos. A noção do novo sujeito histórico – o povo, um dos eixos estruturantes do movimento popular na década de 1980 e 1990 –, reformulou-se no novo milênio, assim como deu novos sentidos e significados a suas práticas.

Resulta desse processo uma identidade diferente, construída a partir da relação com outros atores sociais, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares. Ela está presente nos relacionamentos desenvolvidos nas novas formas de associativismo emergentes, nas interações compartilhadas com ONG e na participação nas políticas públicas. De forma esquemática, pode-se aglutinar os movimentos sociais brasileiros contemporâneos em três grandes categorias.

A primeira, a dos movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e, mais recentemente, culturais. Tratam-se de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir nesse formato as lutas das mulheres, dos afrodescendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), de portadores de necessidades especiais, de imigrantes. Esses grupos são construídos a partir de princípios territoriais (nacionalidade, estado, local) e de pertencimentos identitários coletivos (língua, raça, religião, etc.). Nessa categoria temos o que a literatura chama de “os novos movimentos sociais”. O tema da diversidade predomina na fundamentação das demandas dessa categoria. Nos movimentos identitários, observa-se que alguns passaram a se estruturar muito mais como organizações, como ONG ou como redes, com pouca capilaridade com grupos sociais organizados na base, muito diferentes daqueles da fase do associativismo dos anos 1980, a chamada “era movimentalista”, quando os sujeitos em ação eram os movimentos sociais e os agentes de mediação (ONG, entidades religiosas, sindicatos, etc.) tinham pouca visibilidade.

A segunda categoria são os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho nos âmbitos urbano e rural. Eles demandam acesso a melhores condições de terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transporte, lazer, emprego, salário e meio ambiente saudável. Alguns desses movimentos têm bandeiras históricas e foram muito atuantes nas duas décadas anteriores na luta contra as desigualdades e pela justiça. Outros avançaram na organização interna. Surgiram também novos movimentos e organizações sociais que patrocinaram atos e manifestações pela paz, contra a violência urbana, também exemplos desta categoria (muitos deles surgiram como respostas à nova conjuntura do país, com aumento dos índices de criminalidade social). Se antes a paz era um contraponto à guerra, no novo século ela passou a ser almejada como necessidade do cidadão e da cidadã comum para seu cotidiano – principalmente nas ruas, onde motoristas são vítimas de assaltos relâmpagos, sequestros e mortes. Os movimentos ambientalistas são um dos exemplos desta categoria, embora sua força se faça em eventos grandes, como a ECO-92, a Cúpula dos Povos (que trataremos a seguir). Mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); ou ainda mobilizações de segmentos atingidos pelos projetos de modernização ou expansão de serviços. Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens, hidroelétricas, implantação de áreas de fronteiras de exploração mineral ou vegetal, etc. expandiram-se, como forma de resistência à expansão dos interesses do capital em novas áreas. O movimento popular de saúde, embora tenha se fragmentado neste novo século, entrou na luta da questão de preços dos convênios, remédios, postos de saúde, etc. No movimento pelos transportes, outros atores entraram em cena, caso dos perueiros (transportes alternativos), criando contramovimentos (grupos que defendem interesses corporativos).

Nessa segunda categoria destaca-se também a luta pela educação. Ela nunca teve grande visibilidade como um ator independente, pois suas demandas foram frequentemente incorporadas pelos sindicatos de professores e demais profissionais da educação ou por articulações mais amplas, como a luta pela educação no período da Constituição, levada a efeito pelo Fórum Nacional de Luta pela Escola Pública. Na primeira década deste século, a falta de vagas nas escolas gerou o “movimento dos sem creche”, por exemplo. Nesta síntese sobre os tipos de movimentos sociais pela educação é preciso lembrar também a questão

dos estudantes e a importância de sua retomada na cena pública, com novas pautas e formas de atuação.

A terceira categoria de movimentos sociais no novo milênio forma um grande bloco – os movimentos globais, globalizantes ou transnacionais como, o Fórum Social Mundial, o Movimento dos Indignados ou a Cúpula dos Povos. São lutas que atuam em redes socio-políticas e culturais, responsáveis pela globalização de muitos outros movimentos sociais, regionais, nacionais ou transnacionais. Na realidade, essa forma de movimento constitui a grande novidade do novo milênio, tendo sido estruturada ao longo dos anos 1990. Na década de 1980, esses movimentos ainda estavam embrionários, configurados como redes sociais de luta local ou nacional, com pautas e demandas mais circunscritas territorialmente. A partir dos anos 1990, várias lutas sociais se internacionalizaram rapidamente. Novos conflitos sociais eclodiram, abrangendo temáticas que vão da biodiversidade e do biopoder a demandas étnicas e religiosas. Nessa categoria encontramos organizações que atuam em redes, como a Cordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC), que não se estrutura como um movimento com sede, um corpo diretivo, atuando mais virtualmente em uma rede de novas pautas. Esses movimentos extrapolam as fronteiras nacionais e colocam questões instigantes e completamente novas. O conjunto dessa terceira categoria se apropria das transformações tecnológicas para alavancar suas performances, utilizando o desenvolvimento de meios de informações, a Internet e a ampliação das redes de comunicações, ainda que as categorias anteriores também tenham entrado nesse circuito tecnológico, em diferentes escalas.

A terceira categoria trouxe de volta a politização dos movimentos sociais. Isso ocorreu a partir da crise financeira global de 2008, que deu suporte para o nascimento de novos movimentos sociais, tanto no mundo ocidental (Occupy Wall Street e Indignados na Europa), como no Oriente (Primavera Árabe e outros). Com isso, os movimentos passaram da anti-globalização (ou alterglobalização) para a negação da globalização e seus efeitos sobre a economia e o social, especialmente após a crise econômico-financeira de 2008. Hoje, estão tomando escala global, como é o caso dos Movimentos de Indignados contra a globalização. A indignação, aliás, que pode ser analisada em vários planos, especialmente no da moral, dos valores, da ética e da justiça social, tem sido central nas ações coletivas dos jovens e atua como um dos principais parâmetros de avaliação dos comportamentos dos grupos dominantes – tanto econômicos quanto políticos. Temos como hipótese que os atuais movimentos transnacionais estão operando uma renovação nas lutas sociais da mesma magnitude que houve a partir dos anos de 1960. Eles reformulam a pauta, tornando demandas identitárias (citadas na primeira categoria acima) em demandas grupais focadas nos problemas da vida cotidiana (emprego, finanças, salários, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, terra para viver e plantar, que, aliás, é uma demanda secular, mas agora se coloca em confronto com o agronegócio e outros problemas). Com isso, politizam as demandas socioeconômicas e políticas, independentemente de estruturas partidárias.

A maioria desses movimentos é composta por jovens e a forma de comunicação predominante é *on-line*, que ganhou *status* de ferramenta principal para articular ações coletivas. Por isso, os recursos analíticos têm de incorporar essa importante alteração nas relações que se estabeleceram e estruturaram os movimentos. A transnacionalização advém dessas mudanças. A comunicação não ocorre só via os computadores e a Internet. Celulares e diferentes dispositivos de mídia móvel passaram a ser o meio de comunicação básico e o

registro instantâneo de ações transformou-se em arma de luta, gerando outras ações como resposta. Twitter, Facebook, YouTube, LinkedIn e outras redes sociais passaram a ser acionados principalmente via aparelhos móveis, como Blackberrys e iPhones, alçados a ferramentas do ciberativismo que se incorporaram ao perfil do ativista. A preocupação com as redes sociais e digitais leva às abordagens que as tomam como processos em andamento e buscam construir metodologias para captar as conexões entre o global e o local, suas interações cognitivas a partir de rastros dados pela comunicação e pelas mídias digitais. O trabalho do pesquisador é cognitivo e político porque ele deve realizar um rastreamento para elaborar uma cartografia de processos sociais “se fazendo” e não já dados, prontos ou acabados. Recomenda-se retrazar os percursos captando-se as inquietações, os conflitos e as controvérsias porque as redes são polissêmicas, diversas e não unívocas. Os estudos destacam como os atores tecem seus percursos na rede, mas o pesquisador continua essa tessitura ao elaborar suas cartografias. Entre as questões que se colocam estão quais espaços cognitivos e políticos utilizam, que saberes constroem, como se autorrepresentam e qual a cartografia de seus embates coletivos (LATOURET, 2005).

Como exemplo dessa terceira categoria citamos a Cúpula Mundial dos Povos e as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil. A primeira foi um evento realizado em 2012, paralelamente à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Composto pelas ONG e por movimentos sociais de várias partes do mundo, o evento ganhou os holofotes da mídia por suas manifestações, marchas, passeatas e críticas, elaborando proposições alternativas em torno dos seguintes eixos:

A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz energética, são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro-urbano-industrial (CÚPULA DOS POVOS, 2012).

No documento final, observa-se também uma releitura das metas e planos contidos na reunião dos dirigentes do globo, releitura essa baseada em princípios humanísticos onde os direitos dos povos e o “*buen vivir*” estão presentes, a exemplo:

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “bom viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com os trabalhadores e povos (CÚPULA DOS POVOS, 2012).

A Cúpula dos Povos Rio+20 foi um evento significativo não só para marcar sua presença em demandas, denúncias e críticas às políticas governamentais mas também para demonstrar o poder dessa temática como agregadora de outros movimentos sociais. Ela é um ponto de convergência para as demandas de mulheres, jovens, indígenas, sem-terra, quilombolas, povos de comunidades tradicionais, pequenos agricultores, recicladores de material, cooperativados, movimentos e organizações de luta pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, as mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima dessas convergências.

Em junho de 2013, ocorreu, em 12 capitais brasileiras e em várias outras cidades de médio porte, uma onda de manifestações populares que reuniu mais de 1 milhão de pessoas, com um perfil similar em apenas em três momentos da história do país: em 1992, no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo; em 1984, no movimento Diretas Já, no período do regime militar, para a luta pelo retorno à democracia; e, nos anos de 1960, nas greves e paralisações pré-golpe militar de 1964 e nas passeatas estudantis de 1968. Os protestos rapidamente se espalharam e se transformaram em revolta popular de massa. Os movimentos foram denominados pela mídia e outros como “manifestações”. De fato, eles foram, na maioria das vezes, manifestações que expressam estados de indignação face à conjuntura política nacional. As mobilizações adquiriram, nesses eventos, caráter de movimento de massa, de protesto, revolta coletiva. Sabe-se que elas foram desencadeadas em São Paulo por coletivos organizados com o predomínio do Movimento Passe Livre (MPL) a partir de uma demanda pontual: contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos. O crescimento das manifestações levou à ampliação das demandas com um foco central: a má qualidade dos serviços públicos, especialmente transportes, saúde, educação e segurança pública. As manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social composta predominantemente por jovens, escolarizados, predominância de camadas médias, conectados em redes digitais, organizados horizontalmente e de forma autônoma, críticos das formas tradicionais da política na atualidade, especialmente os partidos e os sindicatos. As convocações para os atos foram feitas via redes sociais e a grande mídia contribuiu para a adesão da população ao noticiar a agenda, os locais e hora das manifestações.

II) ASSOCIATIVISMO CIVIL CONTEMPORÂNEO: AS ONG

Pelo exposto acima, observa-se que estamos vivendo um novo momento na trajetória do associativismo brasileiro. As ONG são muito diferentes entre si quanto a seus objetivos, projetos, formas de atuação e ação coletiva, paradigmas e estilo de participação que adotam; e, fundamentalmente, diferentes nos pressupostos político-ideológicos que alicerçam suas práticas, tanto as discursivas quanto as ações concretas.

Já registramos que muitas entidades sem fins lucrativos, ao trabalharem em rede, se auto-denominam como movimento social. Utilizam valores e léxicos que foram bandeiras dos movimentos, ressignificando o que antes era luta social de sujeitos no coletivo para ações pontuais, focalizadas em termos de conquistas no plano individual. Assim, liberdade, autonomia, comunidade, sustentabilidade, ambiente saudável, oportunidade e protagonismo passaram a compor o léxico motivador de mobilizações sociais das pessoas que têm trabalhos comunitários a desempenhar. Essas demandas se unem à pauta coletiva em dadas ocasiões, mediadas por ONG ou entidades civis de âmbito territorial mais abrangente, polos de articulação das pessoas nas suas comunidades locais com as políticas públicas e os projetos sociais (muitos deles promulgados via complexos editais que só as entidades mediadoras dominam). Novas questões sociais ganharam visibilidade nos últimos anos como a violência no meio urbano, o consumo de drogas e a falta de perspectivas no trabalho para os mais jovens – elas também passaram a pautar os projetos sociais das entidades civis, juntamente com projetos identitários, a exemplo do “orgulho dos povos indígenas”.

Resulta que as novas ONG não têm perfil ideológico indefinido, falam em nome de um pluralismo, defendem as políticas de parcerias entre o setor público com as entidades

privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não estatal, e trabalham como mediadoras de entidades da sociedade civil sem histórico ou tradição de luta popular, entidades muito focalizadas em seus dirigentes. A maioria delas foi criada neste novo século e não tem movimentos ou associações comunitárias militantes por detrás. Muitas surgiram pela iniciativa de empresários e grupos econômicos e seu discurso se aproxima das agências financeiras internacionais. Outras surgiram por iniciativas de personalidades do mundo artístico e esportivo. Nos dois casos, suas práticas não se desenvolvem espontaneamente: atrás de cada ação coletiva sempre há um grupo, nacional ou internacional, ou uma entidade, ou ainda um profissional de apoio. O trabalho que esses mediadores realizam tem objetivos e características muito diversas dos esquemas clássicos de trabalho político-partidário, sindical ou religioso (ainda que muitos deles tenham laços ou redes com essas instituições). Enquanto assessorias, se distinguem pelos seus objetivos e práticas cotidianas e também pelos fundamentos que alicerçam suas orientações, ou seja, seus projetos societários e visões de mundo. Desempenham o papel de tradutores culturais e mediadores das questões demandadas pela população, objeto de políticas públicas. Algumas dessas entidades, como a Associação Latinoamericana de Organizações de Promoção ao Desenvolvimento (Alop), objetivam promover articulações regionais entre as associações civis e “implementar estratégias conjuntas voltadas à sustentabilidade das organizações da sociedade civil, bem como aumentar a influência dessas organizações sobre políticas relacionadas às áreas onde atuam” (ABONG, 2012).

Várias entidades do associativismo civil sem fins lucrativos surgiram por iniciativa de organizações e empresas que atuam na área da cidadania social. Algumas incorporam critérios da economia de mercado para a busca de qualidade e eficácia de suas ações segundo estratégias de marketing, utilizando a mídia para divulgar suas ações e desenvolver uma cultura política favorável ao trabalho voluntário nesses projetos. Usam a racionalidade instrumental empírica, voltada para a conquista de objetivos imediatos. Atuam em nichos onde há problemas sociais e carência de políticas ou outras formas de soluções. Trabalham com projetos focalizados, utilizam técnicas modernas de comunicação e linguagem, trabalho em rede e suportes da informática. Elas são consideradas por vários formadores de opinião da mídia como fontes de inovação e criatividade. Muitas estão se formando ao redor de temas de grande impacto em futuro próximo, a exemplo da água.

Por último, vale o registro de uma modalidade de ação civil coletiva que tem crescido nos últimos anos: as associações de defesa dos consumidores. Numa sociedade voltada para o consumo de massa, o impulsionamento das camadas populares promovidas à “nova classe média” tem gerado aumento no poder aquisitivo, a popularização do crédito financeiro, o acesso aos celulares e a outros equipamentos eletrônicos, a expansão de *shoppings centers* como indutores da expansão urbana, a gentrificação de regiões, entre outros fatores. A forma como o “consumidor” ganha destaque é tomada como modelo do novo cidadão brasileiro, agora portador de direitos – de consumir e reclamar sobre os produtos adquiridos. Inúmeras novas entidades se apresentam como defensoras desses direitos.

CONCLUSÕES

Nas duas últimas décadas, o Brasil observou uma proliferação de novas práticas da sociedade civil e política, tanto no campo do associativismo quanto no das políticas públicas. Tratam-se de organizações, de movimentos populares, das ONG e outras entidades civis (fundações, associações, cooperativas), com objetivos diversos, criadas a partir da sociedade civil.

Na sociedade política tem ocorrido a criação ou implementação de novos canais de participação social, geradores de novas formas de sociabilidade e de fazer política – são os conselhos, câmaras e fóruns que atuam na esfera pública, articulando representantes da sociedade e dos organismos estatais na gestão de bens públicos. Com isso, tem ocorrido uma ampliação dos sujeitos sociopolíticos na cena pública e o estabelecimento de formas novas de relações sociais denominadas genericamente como “parcerias”.

Os movimentos sociais passaram a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais, dentro dos marcos da institucionalidade existente e não mais à margem do Estado ou no interior da sociedade civil, como no período anterior do regime militar. Essa fase gerou práticas novas e exigiu a qualificação dos militantes. As ONG e os movimentos redefiniram seus laços e relações. No âmbito urbano, os movimentos com matizes político-partidárias fortes se enfraqueceram, fortalecendo aqueles com demandas mais universais, plurais em termos de composição social. Entretanto, com a crise econômico-financeira internacional pós 2008, novas modalidades estão surgindo, caso dos Movimentos dos Indignados, de caráter transnacional, presentes com forte expressão na Europa e ainda incipientes no Brasil.

O exercício de novas práticas associativistas trouxe também um conhecimento mais aprofundado sobre a política estatal, os governos e suas máquinas. Demandas pela ética e uma nova concepção de esfera pública foram um dos saldos dessa aprendizagem. O associativismo alterou-se, assim, como a forma dos governos relacionarem-se com os grupos e movimentos organizados. Participação e controle social passaram a ser diretrizes e normativas, regulamentadas por leis e programas sociais. Tornaram-se políticas públicas em alguns casos e buscam transformar-se em políticas de Estado.

Uma intrincada arquitetura foi desenhada para redirecionar ou pautar formas de tratamento às questões sociais. Ela se estrutura nos gabinetes, mas sai para as localidades e lugares organizativos; tem agenda e calendário de discussões. Culmina em grandes conferências nacionais, realizadas usualmente na capital federal, em lugares simbólicos. Demanda acesso às informações, poder deliberativo e formação para entender as linguagens da burocracia. Registre-se, entretanto que estamos falando de processos sociais, interações e relações contínuas que geram mudança de posições dos sujeitos em cena e novas oportunidades políticas. Relembramos as observações de Pateman (1992) relativas ao caráter pedagógico da participação. Em seu livro *Participação e teoria democrática*, chama a atenção para o fato de que a participação gera atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões. Destaca o sentido educativo da participação, a qual, como prática educativa, forma cidadãos voltados para os interesses coletivos e para as questões da política. Os defensores da democracia participativa inovam com sua ênfase na ampliação dos espaços de atuação dos indivíduos para além da escolha dos governantes e ao destacar o caráter pedagógico da participação pois essa tem uma função educativa e os indivíduos são afetados psicologicamente ao participarem do processo. A ideia é que a participação tende a aumentar na medida em que o indivíduo participa, porque ela se

constitui num processo de socialização e faz com que, quanto mais as pessoas participem, mais tendam a participar. Em outras palavras, é participando que o indivíduo se habilita à participação, no sentido pleno da palavra, que inclui o fato de tomar parte e ter parte no contexto onde estão inseridos. Ou seja: “quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo” (PATEMAN, 1992, p. 61).

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ABONG. *Informes Abong*, n. 499, 2012. Disponível em: <<http://abong.org.br/informes.php?id=5300&it=5306>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Community: Seeking Safety in an insecure world*. Cambridge: Polity, 2001.
- BOURGEOIS, Léon. *Solidarité: L'idée de solidarité & ses conséquences sociales*. Paris: Le Bord de l'eau, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Redes de indignação e de esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COHEN, Jean ; ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- CÚPULA DOS POVOS. *Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental: Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida*. Publicada em 2012. Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- DUSSEL, Enrique. *A ética da libertação na idade da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FRASER, Nancy. Recognition without Ethics. *Theory, Culture and Society*, v.18, 2001, p. 21-42.
- GOHN, M. da Gloria. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. ed. São Paulo: Loyola Edições, 2012.
- _____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. *Sociologia dos Movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013.
- HESSEL, Stéphane. *Indignai-vos!* Lisboa: Objectiva, 2011.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor Network Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- SANTOS, Boaventura de S. (Org). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias*. Curitiba: Editora Appris, 2012.
- TAPIA, L. Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política. *Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano*, n. 11. Buenos Aires: Clacso, 2009.
- TARROW, S. *The Power of movements*. Cambridge: Cambridge Press, 1994.
- _____. TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. London: Paradigm Publishers, Boulder, 2007.
- TOURAINÉ, A. *Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- _____. *Un nouveau paradigme*. Paris: Fayard, 2005.

APROXIMAÇÃO E AFASTAMENTO: POR QUE NÃO CONFUNDIR ONG COM TERCEIRO SETOR?

Mário Aquino Alves¹

Afinal de contas, por que seria tão difícil tratar em um mesmo espaço organizações da sociedade civil, movimentos sociais, associações civis, obras religiosas, fundações e instituições filantrópicas? Não seriam todas organizações não governamentais (ONG) ou simplesmente organizações do terceiro setor?

Em geral, as pessoas têm ideias vagas relacionadas aos termos terceiro setor e ONG, que se popularizaram a partir dos anos 1990. Criou-se uma banalização e um intercâmbio de conceitos que tratam de organizações cujos fins e formatos são distintos: as ONG passaram a ser um termo “guarda-chuva” que abrigaria desde movimentos populares até organizações filantrópicas e de caridade.

Na literatura, as ONG e o terceiro setor correspondem a tradições diferentes e apontam para fenômenos que, inicialmente, parecem distintos. Com o intuito de esclarecer melhor as razões pelas quais há tamanha confusão entre diferentes nomes, neste capítulo discorre-se sobre a origem desses termos e as razões pelas quais, no Brasil, prevaleceu durante muito tempo a expressão terceiro setor sobre outros termos que, em geral, designariam o mesmo fenômeno.

O TERMO ONG – ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Organizações não governamentais – ou simplesmente ONG – foi um termo utilizado com bastante frequência nos países em desenvolvimento para designar organizações que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e social, tipicamente no nível comunitário e de base (GARDNER; LEWIS, 1996). A partir dos anos 1990, proliferou uma vasta literatura sobre as ONG, dedicada a estudar questões de desenvolvimento econômico (FARRINGTON; BEBBINGTON,

¹ Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (2002) e pós-doutorado pela HEC Montréal (2013). É bolsista em Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É membro do Colegiado do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo e editor dos Cadernos Gestão Pública e Cidadania. As pesquisas que realiza e suas orientações de mestrado e doutorado recaem sobre os seguintes temas: sociedade civil (movimentos sociais, terceiro setor, ONG), responsabilidade social corporativa (investimento social privado e ação política de empresas), métodos qualitativos de pesquisa (análise do discurso e análise de narrativas).

1993; KORTEN, 1990; SMILLIE, 1995; CARROL, 1992), assistência humanitária internacional (HULME; EDWARDS, 1997) e mudança social (CLARK, 1991; FISCHER, 1994).

Na literatura internacional sobre desenvolvimento, encontra-se frequentemente uma distinção interessante. Independente do local onde estejam situadas as sedes das organizações (Londres, Estocolmo ou Katmandu), são apenas designadas como ONG aquelas organizações que atuam nos países em desenvolvimento (“países do Sul”), em questões de desenvolvimento local, luta por direitos, assistência e ajuda humanitária (LEWIS, 1998). As demais organizações seriam simplesmente chamadas de organizações voluntárias, sem fins lucrativos, caritativas, etc.

Na América Latina, o termo ONG foi adotado para designar organizações que surgiram dos movimentos sociais e das lutas contra as ditaduras que se instalaram no continente durante as décadas de 1960 e 1970 (LANDIM, 1988; FERNANDES, 1994). Isso fez com que o termo ONG tenha nessa região uma conotação muito mais politizada do que em outras partes do mundo. Segundo Fernandes e Piquet Carneiro (1991), a denominação ONG passou a ser empregada por volta dos anos 1980 para designar várias entidades que, originárias de movimentos sociais dos anos 1970, vinham agregando quadros de matrizes ideológicas diversas, como o marxismo e o cristianismo, e contavam com uma estreita cooperação com entidades não governamentais internacionais.

O TERMO TERCEIRO SETOR

A expressão terceiro setor passou a ser empregada nos anos 1970 nos EUA para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos, diferente dos setores estatal ou comercial (ETZIONI, 1972; LEVITT, 1973; NIELSEN, 1980; SMITH, 1991). Nos anos 1980, a expressão foi praticamente abandonada pela literatura norte-americana, substituída por *nonprofit sector* (setor não lucrativo) (WEISBROD, 1988; JAMES, 1989; SALAMON; ABRAMSON, 1982; SALAMON; ANHEIER, 1992; SALAMON, 1994). “O termo terceiro setor pode estar desaparecendo, embora as concepções de uma sociedade trissetorial sejam ainda comuns” (SMITH, 1991, p. 139). Mas o termo “não lucrativo” também não foi aceito de forma unânime. Dentre as críticas que essa nova expressão sofreu, a mais propagada era a de ser uma expressão cunhada a partir de comparações negativas com as ações na esfera do mercado, denotando muito mais o “não lucrativo” do que sua própria constituição. Além disso, do ponto de vista semântico, parece que a expressão “não lucrativo” denota que toda atividade sem fins lucrativos é, de alguma maneira, uma forma desviante de empreendimento comercial. (LOHMANN, 1989). Assim, esse esvaziamento do uso da expressão terceiro setor foi resultado da onda liberalizante e privatista que marcou os países do Norte à época.

Em fins dos anos 1980 e início da década seguinte, ocorreram vários seminários internacionais (na Alemanha, em 1987, em Israel, em 1989, e nos Estados Unidos, em 1992) em que pesquisadores discutiram o fenômeno das organizações sem fins lucrativos, que pareciam emergir em todo o mundo (SALAMON; ANHEIER, 1992). Esses seminários renderam muitos frutos, dentre os quais vários livros (JAMES, 1989; ANHEIER; SEIBEL, 1990; KRAMER; GIDRON; SALAMON, 1992; MCCARTHY; HODGKINSON; SUMARIWALLA, 1992), o início do Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, lançado em maio de 1990,

além do lançamento do periódico acadêmico *Voluntas — International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, em 1990, e a criação da International Society for Third Sector Research (ISTR), em 1992.

A criação da ISTR foi uma verdadeira decorrência do ambicioso projeto da John Hopkins, dirigido pelo pesquisador norte-americano Lester Salamon. Nas palavras de seus coordenadores, esse projeto visava:

“(...) preencher as lacunas do conhecimento já antigo sobre os milhares de escolas, hospitais, clínicas, organizações comunitárias, grupos de pressão, centros de atendimento, organizações humanitárias, casas de repouso para idosos, abrigos, agências familiares, grupos ambientais e outras que constituem esse importante setor” (SALAMON; ANHEIER, 1997).

Seus objetivos eram mensurar o impacto do terceiro setor sobre as economias nacionais dos diversos países pesquisados e torná-lo mais visível nas diferentes realidades nacionais.

Para Salamon (1994), essa pesquisa comparativa seria importante porque exploraria também um movimento maior que acontecia desde o final dos anos 1980: dos países desenvolvidos da América do Norte, Europa e Ásia até as sociedades em desenvolvimento da África, América Latina e do antigo bloco soviético, pessoas passavam a formar associações, fundações e instituições similares para a provisão de serviços humanitários, para promover o desenvolvimento econômico de base, para prevenir a degradação ambiental, para proteger direitos civis e para perseguir milhares de demandas que não eram atendidas ou eram deixadas de lado pelo Estado (SALAMON, 1994). Assim, fenômenos dos quais participam, de um lado, organizações sem fins lucrativos que se ligam por contrato ao setor público e, de outro, as ONG que lutam pelos direitos civis na América Latina foram tratados como parte de uma “revolução associativa” global (SALAMON, 1994). A “revolução associativa” proporcionou a recuperação da expressão terceiro setor, que logo passou a ser adotada como um termo-ponte para explicar em termos globais, consideradas muitas das especificidades nacionais e/ou regionais, a emergência das organizações não lucrativas.

Salamon e seus colaboradores criaram, assim, uma definição estrutural/operacional, a partir da qual puderam identificar as organizações do terceiro setor que lhes interessavam estudar (SALAMON; ANHEIER, 1992). Por essa definição estrutural/operacional, o terceiro setor é constituído de organizações que apresentem, em maior ou menor grau, algumas características:

“formalização, ou seja, que apresentem alguma forma de institucionalização, quer seja pelo registro público de suas atividades, quer seja por outras formas que justifiquem a sua existência formal (reuniões regulares, representantes reconhecidos, ou outras formas de regularidade estrutural); natureza privada, ou seja, institucionalmente separadas do Estado (organizações não lucrativas, para este projeto, não são parte do aparato do Estado, nem são dirigidas por conselhos formados majoritariamente por representantes de governos); não distribuição de lucros, ou seja, se houver excedentes de natureza econômica, estes não podem ser de forma alguma repassados a sócios ou membros, mas revertidos para a própria atividade-fim; autogestão, ou seja, são capazes de controlar a gestão de suas atividades; e a participação voluntária quer seja em suas atividades, em sua gestão ou em sua direção.” (SALAMON; ANHEIER, 1992, p. 148)

Por essa definição estrutural/operacional, a pesquisa construiu um parâmetro mínimo de análise pelo qual se tornou possível estudar o terceiro setor em diversos países – de início, em 13 nações e, hoje, já em 36 (CENTER FOR CIVIL SOCIETY STUDIES, 2012). Além disso, a definição estrutural/operacional e suas classificações decorrentes foram adotadas pela Divisão de Estatísticas da ONU sob a forma de um manual a ser adotado pelos órgãos de estatística nacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que vem publicando esses dados nos relatórios *Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil)*.

Nos anos 1990, coincidiram várias agendas de organismos multilaterais (Banco Mundial, BID e outros), fundações internacionais, governos, empresas, algumas ONG e universidades. Essa coincidência de agendas possibilitou dar maior visibilidade ao setor não lucrativo, proposto como substituto possível ou, pelo menos, parceiro do Estado na função de agente da provisão social. Não deixa de ser interessante, portanto, perceber que é nesse período que a pesquisa sobre terceiro setor teve início no Brasil e que ela foi muito influenciada pelo trabalho da Johns Hopkins University.

A INTRODUÇÃO DA EXPRESSÃO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Para alguns autores (FALCONER, 1999; COELHO, 2000; ALVES, 2002), Rubem César Fernandes e Leilah Landim, pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER) nas décadas de 1980 e 1990, foram os pioneiros do uso da expressão terceiro setor no Brasil. *Para além do mercado e do Estado* (LANDIM, 1993) e *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina* (FERNANDES, 1994) foram – e continuam sendo – as primeiras e principais referências dos pesquisadores brasileiros quando se trata do termo terceiro setor. Além de serem colegas no mesmo centro de estudos, Landim e Fernandes possuem um passado de militância em ONG e sempre estiveram envolvidos com a temática dos movimentos sociais (LANDIM, 1988; FERNANDES; PIQUET CARNEIRO, 1991). Ambos foram responsáveis não só pela introdução do termo terceiro setor no Brasil, mas também por difundir a pesquisa do Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project no país. Leilah Landim foi a pesquisadora associada do projeto em sua implementação no Brasil e membro do conselho da ISTR.

Em *Para além do mercado e do Estado*, Landim não destacou a expressão terceiro setor como predominante ante outras, usando mais “não lucrativo” (*non profit*) ou “sem fins lucrativos”. Terceiro setor, no entanto, foi várias vezes utilizado como sinônimo de “sem fins lucrativos”. Esse trabalho de Landim tinha o objetivo de fazer um histórico do desenvolvimento do terceiro setor no Brasil. Além da evolução histórica, ela cobriu o marco legal do universo sem fins lucrativos no país, bem como um primeiro levantamento junto à Receita Federal sobre o perfil das organizações sem fins lucrativos. Esse levantamento serviu como base para os trabalhos posteriores junto ao Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project.²

² Importante notar, contudo, que Leilah Landim já há algum tempo possui uma postura muito crítica sobre o uso do termo terceiro setor. “Não possuindo qualquer densidade conceitual, tem certamente a vantagem de ser mais sugestiva quanto a concepções centrais em questão no debate, em que se chama a atenção para redirecionar o foco de discussões tradicionalmente levadas no campo do pensamento sociológico ou da economia política, onde o privilegiamento (sic) do Estado e do mercado teria minimizado o protagonismo (sic) daquelas organizações na conformação das sociedades modernas (LANDIM; BERES, 1999, p. 8).

Já *Privado porém público*, de Rubem César Fernandes, foi escrito com o apoio do Civicus (Aliança Mundial para a Participação dos Cidadãos) para ajudar na divulgação dos conceitos ligados ao associativismo. Nesse livro, o autor apresenta uma primeira definição de terceiro setor a partir de uma citação de Lester Salamon³:

“Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo terceiro setor global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparelho formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário”. (SALAMON, citado por Fernandes, 1994, p. 19).

A citação acima corresponde à definição estrutural/operacional do projeto da Johns Hopkins, desenvolvida apenas com o propósito de propiciar uma base comum para a comparação do terceiro setor em vários países, não como um conceito definitivo. De qualquer forma, a definição, como foi apresentada por Fernandes, confundiu – e ainda confunde – muitos pesquisadores, que fizeram – e fazem – a mesma referência e acabam reduzindo muito o conceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terceiro setor acabou se tornando um termo abrangente, sob o qual foram incluídos vários tipos de movimentos e organizações, relegando a segundo plano os diferentes marcos teóricos que os produziram. Mediante o conceito de “revolução associativa”, os pesquisadores do projeto da Johns Hopkins tentaram liberar-se de uma “carga ideológica” e de várias também pesadas tradições locais, que se condensavam nas diferentes terminologias e classificações com as quais haviam trabalhado até então. Ocorre que, a partir do momento em que o termo terceiro setor passou a ser usado, ele também contribuiu para reideologizar todo o campo de pesquisas.

O Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, que dá sustentação ao uso da expressão terceiro setor, fragiliza-se por alguns motivos. Primeiro, a definição estrutural/operacional que propiciou o recorte do universo inicial a ser pesquisado reduziu excessivamente o número de organizações sem fins lucrativos a serem analisadas, o que comprometeria sobretudo a sua capacidade de abranger todo um “setor”. Em segundo lugar, a definição foi construída a partir de referenciais que estudaram o terceiro setor norte-americano, o que leva a distorções subsequentes quando se analisam organizações em outros países. Terceiro, os cinco critérios que norteiam essa definição – e permitem que se incluam ou excluam organizações – colocam à margem outros arranjos societários que poderiam fazer parte do terceiro setor, tais como os sindicatos ou as organizações híbridas, que possuem múltiplos vínculos e produzem impactos significativos na vida civil (SPINK; ALVES, 2008).

³ Não há referência a qual obra de Lester Salamon o autor se refere.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mário Aquino. *Terceiro setor: o dialogismo polêmico*. Dissertação de Pós-graduação – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getulio Vargas. São Paulo: FGV-EAESP, 2002.

ANHEIER, Helmut; SEIBEL, Wolfgang (Org.). *The Third Sector: comparative Studies of Nonprofit Organizations*. Berlin: Walter De Gruyter, 1990.

CARROLL, Thomas. *Intermediary NGOs: the supporting link in grassroots development*. West Hartford, Co: Kumarian Press, 1992.

CENTER FOR CIVIL SOCIETY STUDIES. *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*. Disponível em: <<http://ccss.jhu.edu/research-projects/comparative-nonprofit-sector>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

CLARK, John. *Democratising development: the role of voluntary organisations*. London: Earthscan, 1991.

COELHO, Simone. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Senac, 2000.

DIMAGGIO, Paul; ANHEIER, Helmut. The Sociology of nonprofit organizations and sectors. *Annual Review of Sociology*, n.16, 1990, p. 137-59.

DOUGLAS, James. *Why Charity: the case for a Third Sector*. London: Sage, 1983.

ETZIONI, Amitai. The Untapped Potential of the “Third Sector”. *Business and Society Review*, n. 1, 1972, p. 39-44.

EVERS, Adalbert. Part of the Welfare Mix: the third sector as an intermediate area. *Voluntas*, v.6, n.2, 1995, p. 159-82.

FALCONER, Andrés. *A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FARRINGTON, John; BEBBINGTON, Anthony. *Reluctant Partners? NGOs, the state and sustainable agricultural development*. London: Routledge, 1993.

FERNANDES, Rubem C. *Privado porém Público*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubem César; PIQUET CARNEIRO, L. *ONGs Anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio: ISER, Núcleo de Pesquisa, 1991.

FISCHER, Joan. Is the iron law of oligarchy rusting away in the Third World? *World Development*, v. 22, n. 2, 1994, p. 129-143.

GARDNER, Katy; LEWIS, David. *Anthropology, Development and the Post-Modern Challenge*. London: Pluto Press, 1996.

HODGKINSON, Virginia; WEITZMAN, Murray. *Dimensions of the Independent Sector: A Statistical Profile*. Washington: Independent Sector, 1986.

HULME, D.; EDWARDS, M. (Org.). *NGOs, states and donors: too close for comfort*. Basingstoke/New York: Macmillan, 1997.

JAMES, Estelle. *The nonprofit sector in International Perspective*. New York: Oxford University Press, 1989.

KORTEN, David. *Getting to the 21st Century: Voluntary action and the global agenda*. West Hartford: Kumarian Press, 1990.

KRAMER, Ralph; GIDRON, Benjamin; SALAMON, Lester. *Government and the Third Sector: Emerging Relationships in Welfare States*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1994.

LANDIM, Leilah. *As Organizações Não Governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

_____. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, Núcleo de Pesquisa, 1993.

LANDIM, Leilah; BERES, Neide. *As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LEVITT, Theodor. *The Third Sector: new tactics for a responsive society*. New York: Amacom, 1973.

LEWIS, David. *Bridging the gap? The parallel universes of the non-profit and non-governmental organisation research traditions and the changing context of voluntary action*. International Working Paper 1. London: Centre for Voluntary Organisation, 1998.

LOHMANN, Roger. And a lettuce is nonanimal: Toward a positive economics of Voluntary Action. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. v. 18, n. 4, 1989, p. 367-83.

MCCARTHY, Kathleen; HODGKINSON, Virginia; SUMARIWALLA, Russy. *The nonprofit sector in the global community: voices from many nations*. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.

NIELSEN, Waldemar. *The Endangered Sector*. New York: Columbia University Press, 1979.

_____. *The Third Sector: keystone of a caring society*. Washington: Independent Sector, 1980.

PROPOSTA. Entrevista com Leilah Landim, n. 89, junho/agosto, 1999.

SALAMON, Lester; ABRAMSON, Alan. *The federal budget and the nonprofit sector*. Washington: Urban Institute Press, 1982.

SALAMON, Lester; ANHEIER, Helmut. In search of the nonprofit sector I: the question of definitions. *Voluntas*, v.3, n. 2, 1992, p. 125-151.

_____. *Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SALAMON, Lester, et al. *Global Civil Society: dimensions of the nonprofit sector*. Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999.

SALAMON, Lester. The rise of nonprofit sector. *Foreign Affairs*, v. 73, n. 4, 1994, p. 109-22.

SMILLIE, Ian. *The Alms Bazaar*. Londres: IT Publications. 1995.

SMITH, David Horton. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. v. 20, n. 2, 1991, p.137-50.

SPINK, Peter; ALVES, Mário A. Hybrid arenas and the dilemmas of public action: looking for a different bottom line. In: *2nd Laemos Colloquium*, 2008, Rio de Janeiro. Laemos: Proceedings of the Second Meeting of Laemos (CD).

VAN TIL, Jon, et al. *Critical Issues in American Philanthropy*. San Francisco: Jossey-Bass, 1990.

VAN TIL, Jon. Defining Philanthropy. In: VAN TIL, Jon et al. *Critical Issues in American Philanthropy*. San Francisco: Jossey-Bass, 1990, p. 19-38.

WEISBROD, Burton A. *The Nonprofit Economy*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS

Vera Masagão Ribeiro¹ e Michelle Prazeres²

Há 20 anos, a Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, ajudou a popularizar no Brasil o termo organização não governamental (ONG), para designar certo tipo de organização sem fins lucrativos, diferente das fundações e associações de cunho assistencial, filantrópico ou de ajuda mútua, que tradicionalmente compuseram o campo institucional não lucrativo no país. O termo foi cunhado na década de 1940, na constituição da ONU, designando organizações civis que atuavam em âmbito internacional e eram chamadas a participar dessa instância ao lado de representantes oficiais dos Estados-membros.

No Brasil, o termo foi adotado por organizações de assessoria que, na década de 1970, realizavam atividades educativas junto a grupos de base, de forma quase clandestina, muitas vezes com apoio de agências de cooperação internacional, igrejas progressistas e intelectuais que se opunham à ditadura militar. Na década de 1980, essas organizações se alinharam às forças sociais que impulsionaram o processo de redemocratização que culminaria na Constituição de 1988. Na década de 1990, elas proliferaram e passaram a assumir cada vez mais voz própria e protagonismo na arena política nacional. Ao lado de sindicatos e movimentos de trabalhadores rurais e urbanos fortalecidos e crescentemente autônomos, as ONG se constituíram como espaço institucional de movimentos sociais como o feminismo, o ambientalismo, o movimento negro, e de outros tantos grupos de ativistas sociais inspirados pela perspectiva da defesa de direitos. As ONG passaram a ser canais de experimentação, expressão e ação política de coletivos voltados à defesa dos direitos sociais e, paulatinamente, assimilaram uma visão ampliada dos direitos humanos, abarcando, além dos direitos civis e sociais, os econômicos, os ambientais e os culturais. Pesquisa sobre entidades sem fins lucrativos, realizada pelo IBGE com parceria do Ipea, Abong e Gife, contabilizou a existência, em 2005, de 2.562 organizações dedicadas ao meio ambiente e proteção animal e 11.039 organizações de defesa de direitos (excetuadas associações comunitárias e de moradores) que poderiam corresponder a esse perfil (IBGE, 2008).

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenadora-geral da ONG Ação Educativa e diretora executiva da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong).

² Jornalista, doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e consultora de comunicação da Abong.

De forma geral, a estratégia de atuação dessas organizações combina o trabalho educativo, visando a formação política e fortalecimento de grupos populares, a produção e disseminação de conhecimentos e metodologias, a mobilização social, a incidência em políticas públicas, o controle social e a animação de redes e fóruns (CICCONELLO, 2010).

A Constituição de 1988 consagrou princípios de participação social que levaram à institucionalização de espaços de interação das organizações da sociedade civil com os governos: os orçamentos participativos, as audiências públicas, conferências e conselhos de políticas públicas. Em grande parte resultantes de lutas travadas pelas organizações da sociedade civil, tais espaços foram por elas ocupados e impuseram-lhes novos desafios em termos de capacidade de proposição e articulação política (SOUZA, 2011). Também na arena internacional, os espaços de participação institucional foram sendo ampliados. Nos ciclos de conferências das Nações Unidas, as organizações da sociedade civil são cada vez mais sistematicamente incluídas como atores nas negociações dos estados-membros e as ONG brasileiras vêm ocupando esses espaços, amplificando ainda mais suas possibilidades de intervenção e seus desafios quanto à capacidade de proposição e articulação.

Tanto no âmbito nacional quanto no internacional, a partir da década de 1990, as ONG se posicionaram como atores políticos reconhecidos na esfera pública, numa demonstração da expressão e ação política autônoma de segmentos da sociedade civil. É fato que, pelo menos em nosso país, tal identidade não se firma sem limites e contradições.

A década de 1990 também foi período de hegemonia de políticas neoliberais que viram nas ONG um canal de terceirização de responsabilidades do estado na área social, supostamente com mais eficiência e economia. No período, muitas organizações foram criadas para prover serviços com financiamento público, enredando-se em relações ambíguas com os governos. Tal situação permitiu que essas organizações fossem usadas de forma ilegítima para transferir recursos públicos para grupos políticos ou para fins privados, provocando sucessivos escândalos e um danoso processo de deslegitimação e criminalização dessas organizações. Tomadas como bodes expiatórios da falta de um marco legal adequado e da improbidade das administrações públicas, as ONG passaram a ser tratadas com suspeição por parte dos governos e da mídia, provocando ruídos em sua imagem pública e dificultando-lhes a interação com a sociedade. No Brasil, assim como em muitos outros países do Norte e do Sul³, as organizações da sociedade civil são levadas a travar uma luta política concomitante àquelas diretamente relacionadas às causas sociais ou ambientais que defendem: a luta pelo seu reconhecimento como atores institucionais autônomos e legítimos de uma esfera pública ampliada que constitui a democracia.

Esse reconhecimento das ONG como atores autônomos e legítimos na esfera pública, entretanto, suscita uma questão: o que confere legitimidade e capacidade de incidência política a essas organizações, que normalmente não são “de massa” nem se submetem a sufrágios

³ Expressão desse esforço que as organizações da sociedade civil vêm fazendo para resignificar seu papel social é o Fórum Aberto sobre Efetividade das Organizações da Sociedade Civil para o Desenvolvimento, iniciativa que mobilizou organizações de mais de setenta países, onde foram realizadas consultas a ativistas, financiadores e agentes de estado sobre critérios de efetividade das organizações e diretrizes para promover ambientes favoráveis a sua atuação. O processo resultou no Marco Internacional para a eficácia da contribuição das OSC ao desenvolvimento, o Consenso de Siem Reap, disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/seanrevisado.pdf>>. Consultar também: <<http://www.cso-effectiveness.org/-home,091-.html>>.

universais? A resposta a essa pergunta reside, em primeiro lugar, na legitimidade de suas causas e estratégias de ação, que devem ser reconhecidas como legítimas por segmentos amplos da sociedade; em segundo lugar, na sua capacidade de articulação e ação em rede, estratégia de intervenção definidora da sua identidade política (D'ORFEUIL; DURÃO, 2003). Ao analisar os diversos segmentos do campo associativo brasileiro a partir dos dados da Fasfil⁴, Cicconello (2010) aponta a ação em rede como um dos principais fatores identitários do grupo de organizações classificado como de defesa de direitos e desenvolvimento, elencando quase 30 articulações ou fóruns de abrangência nacional ou regional, aos quais se ligam milhares de entidades.⁵ Por meio dessas redes, as ONG conseguem conectar a experiência local com pautas mais amplas, constroem identidades, definem agendas políticas, divulgam ideias e mobilizam-se para a ação.

No âmbito internacional, a estratégia de rede também se faz presente. Organizações de diversos países conectam-se para atuar de forma coordenada nos fóruns de governança global, tanto nas conferências temáticas da ONU quanto em reuniões de blocos de países, como o G20, o Mercosul, etc. O Fórum Social Mundial, no qual as organizações da sociedade civil brasileira têm um protagonismo destacado, é um espaço que congrega diversas dessas redes internacionais em processos que convergem para eventos presenciais unificados a cada dois anos, entremeados de fóruns sociais temáticos ou regionais realizados presencialmente em diferentes partes do mundo.

Com base nesse breve apanhado sobre a trajetória das organizações não governamentais brasileiras nos últimos quarenta anos, não é difícil estimar o aumento exponencial das demandas de comunicação e informação que sobre elas se impõem. É fato que a cooperação, o intercâmbio e a ação coletiva já faziam parte da cultura política desse tipo de entidades, mesmo quando, na década de 1970, atuavam de modo quase clandestino em âmbito principalmente local. Mas as oportunidades que vieram se abrindo nas décadas seguintes – tanto no contexto político quanto no âmbito do desenvolvimento tecnológico – colocam cada vez mais a informação e a comunicação no centro das estratégias de ação dessas entidades.

As organizações vêm respondendo a esse desafio de modo diferenciado e, certamente, este primeiro estudo sobre o uso das TIC no campo das entidades sem fins lucrativos ajudará a dimensionar os avanços já realizados e por realizar, os recursos disponíveis e as principais carências. A experiência de um significativo conjunto delas, as 250 filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), permite identificar pelo menos três dimensões

⁴ Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, pesquisa realizada pelo IBGE para dimensionar o campo das associações sem fins lucrativos no país.

⁵ São arroladas pelo autor as seguintes articulações ou fóruns: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Articulação do Semi-árido (ASA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), Central de Movimentos Populares, Coalizão Rios Vivos (CRV), Conselho de Educação de Adultos para América Latina e Caribe (CEAAL), Fórum Brasil do Orçamento (FBO), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), Fórum da Amazônia Oriental (I FAOR), Fórum de Direitos da Criança e Adolescente (FDCA), Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), Fórum Nacional de Assistência Social (FNAS), Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP), Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Marcha Mundial de Mulheres, Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Plataforma BNDES, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais (Plataforma Dhesca), Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Rede Brasileira pela Integração dos Povos e Rede Feminista de Saúde (Rebrip).

em que as TIC podem ter papel relevante para a sustentabilidade e efetividade dessas organizações na realização de suas missões: a dimensão da comunicação institucional, a da mobilização social em torno de causas e, finalmente, a da promoção do direito à comunicação e à informação.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional é uma necessidade que as ONG compartilham com outras organizações, seja no campo não lucrativo, seja nos campos estatal e do mercado. As ONG, assim como as demais organizações, precisam responder a demandas burocráticas para funcionar dentro da legalidade. Além disso, precisam construir sua legitimidade dando a conhecer suas causas, as estratégias e resultados de suas ações, as fontes e a destinação dos recursos que mobilizam. Um *site* institucional é hoje a forma mais comumente empregada para esse fim, mais barata e abrangente que os relatórios impressos tradicionalmente utilizados, ainda que as publicações impressas ainda tenham lugar como estratégia de comunicação institucional. Levantamento realizado em 2009 indicou que 82% das 275 organizações filiadas à Abong mantinham *sites* institucionais (RANGEL, 2010).⁶

Uma minoria dentre as entidades, porém, tem quadros especializados em comunicação social, capazes de manter rotinas de atualização constante dos *sites* e *mailings* para envio de boletins, além de agregar outros elementos de *expertise* profissional às estratégias de comunicação das organizações. Nem todas têm aproveitado o potencial de convergência de mídias que os meios digitais permitem, empregando à comunicação escrita peças em áudio e vídeo. Nesse aspecto, as limitações de acesso às tecnologias provavelmente ainda impõem barreiras de difícil transposição. Apesar disso, é possível encontrar organizações que já fazem a divulgação de suas ações por meio de vídeos publicado no YouTube ou por meio de transmissões de atividades em *streaming* pela Internet.

Também a captação de apoios financeiros para as organizações, via Internet, é uma estratégia que as organizações vêm experimentando. Mostra-se um eficiente canal para viabilizar a adesão de associados ou arrecadar fundos junto ao público em geral. Entretanto, ela envolve custos relativamente elevados para garantir a segurança das transações bancárias e um serviço eficiente de relacionamento para a fidelização dos associados ou doadores. De qualquer modo, para organizações cuja base de sustentabilidade depende principalmente da legitimidade de suas causas e estratégias de ação, a comunicação institucional se impõe como uma tarefa prioritária.

⁶ Dentre os *sites* pesquisados, 91% traziam informação sobre histórico, missão, objetivos, valores e princípios, programas e projetos realizados e em andamento; 82% mencionavam fontes de financiamento e articulações; 78% endereço completo, telefones e *e-mails* (RANGEL, 2010).

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A segunda dimensão em que as TIC impactam as organizações de defesa de direitos, sem dúvida a que mais tem despertado interesse de estudiosos e ativistas, é a da mobilização social em torno de causas. Cada vez mais, as organizações da sociedade civil não se limitam a atender supletiva e pontualmente a grupos excluídos ou que tenham seus direitos violados. Vão além, reivindicando do Estado a responsabilidade de universalizar os direitos por meio de legislação e de sistemas integrados de políticas públicas. Cada vez mais, as organizações que defendem direitos reconhecem que é preciso também incidir na própria sociedade, disseminar a cultura dos direitos, ou, mais especificamente, combater o patriarcalismo, o racismo, a homofobia, a violência, a corrupção ou um modelo de desenvolvimento econômico que destrói o meio ambiente (SILVA, 2011). Isso quer dizer que tais organizações precisam mobilizar força social suficiente para interferir no jogo político e na cultura em prol do interesse das maiores, de algum grupo que está em desvantagem ou ainda pela afirmação de determinados princípios e valores.

A mobilização e a expressão desse tipo de ação social, que antes se davam por meio de abaixo-assinados impressos circulando de mão em mão ou ainda mediante manifestações presenciais em espaços públicos, atualmente podem contar também com o potencial das mídias digitais. Petições *on-line*, “tuitaços”, “curtidas” no Facebook, “blogagens” coletivas, peças publicitárias postadas no YouTube ou encaminhamento de mensagens para listas de *e-mails* são ferramentas que tanto organizações quanto pessoas utilizam crescentemente para provocar ou participar de mobilizações sociais, manifestar posições e interferir na arena política.⁷

Já há estudos acadêmicos sobre o fenômeno denominado ciberativismo, o ativismo que se concretiza basicamente por meio de redes digitais (RIGINATO, 2003). Pode-se supor, por exemplo, que essa nova forma de mobilização radicaliza a democracia ao permitir que indivíduos se manifestem e se articulem horizontalmente, sem a mediação burocrática de organizações formalmente constituídas. As análises mais cautelosas, porém, chamam a atenção para o caráter efêmero dessas ondas de manifestação pública na Internet e para a fragilidade do vínculo de internautas individuais com causas apoiadas apenas por meio de um clique. As visões mais ponderadas, por sua vez, reconhecem que as TIC abrem novas possibilidades aos movimentos e organizações sociais como ferramentas de comunicação e articulação, trazendo assim novos desafios para sua cultura política, mas que de forma alguma substituem a ação pelas vias da política instituída. Nesse sentido, o ciberativismo pode ser reconhecido como ferramenta eficaz para fortalecer e ampliar o engajamento social em causas públicas, mas milhões de cliques não substituem um engajamento pessoal e coletivo preparado para assumir o ônus da conflitividade que as causas sociais e ambientais encerram e dotado de uma visão

⁷ São chamados tuitaços os envios coletivos de mensagens pelos perfis da rede social Twitter, com *hashtags* (etiquetas de identificação do tema sobre o qual se postam mensagens) previamente programadas. A intenção é que o termo chegue aos *trending topics* (a lista de assuntos mais falados do Twitter) naquele dia ou instante. Atingir os *trending topics* é um indicador de popularidade da causa que está sendo divulgada, o que pode lhe conferir força política, além de incitar mais adesões. Recentemente, um tuitaço reivindicando banda larga de qualidade para todos repercutiu na mídia. A revista CartaCapital divulgou matéria “Tuitaço pede banda larga boa e barata e critica mudanças no PNB”. Já as blogagens coletivas são mobilizações de blogueiros que postam, em um mesmo dia ou período, textos em seus *blogs* referentes a um tema previamente combinado. A intenção é “contaminar a blogosfera com o tema, criando uma ambiência favorável a ele. Um exemplo são as blogagens promovidas pelo movimento “Infância livre de consumo”, articuladas no site do movimento: <<http://infancialivredeconsumismo.com/index.php/tag/blogagens-coletivas/>>.

de longo prazo. A adesão a uma determinada campanha, seja por meio de um clique ou da participação num evento público, ganha densidade política à medida que os atores envolvidos reconhecem aquela batalha como parte de uma luta maior, para qual se acumulam experiências, relações e conhecimentos que viabilizam, por sua vez, novos avanços e horizontes. É improvável que indivíduos isolados, apenas clicando do conforto de seus lares, consigam agir efetivamente na arena política para, por exemplo, derrubar um ditador, impedir um presidente corrupto ou aprovar no congresso uma lei que contraria interesses de grupos econômicos poderosos. Por outro lado, organizações sociais e outros agentes políticos, por meio das TIC, têm mais possibilidades de atrair ativistas e simpatizantes, além de produzir contrainformação por mídias alternativas, quando a grande mídia divulga única ou majoritariamente o ponto de vista de seus oponentes.

Os próprios governos já reconhecem o potencial dessas novas mídias como estratégia de interação com a sociedade, submetendo suas propostas à consulta pública via Internet.⁸ Isso, evidentemente, pode ser feito tanto com o intuito de expandir as esferas de participação existentes quanto com a pretensão de substituir as difíceis negociações presenciais com os sindicatos, as ONG e outros coletivos que conseguem fazer chegar sua voz nos canais institucionais da política. Essa última opção seria uma estratégia de uso das TIC para despolitizar a participação, compreendê-la como a soma de opiniões individuais e não como instâncias e processos de convencimento e contraposição, construção de consensos, reconhecimento de dissensos e negociação. Amplificando o raio de ação de organizações, grupos e movimentos que interagem com os canais institucionais da política, vários episódios recentes indicaram o potencial do uso das TIC para a ação política.

A campanha de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos em 2008 é um exemplo. A intensa utilização da Internet e das redes sociais permitiu a focalização da campanha em micropúblicos, resultando no envolvimento de americanos que nunca tinham votado antes, em especial o público jovem e adulto. Obama conquistou 120 mil seguidores no Twitter, um grupo no Facebook com 2,3 milhões de membros e 11 milhões de *views* em um vídeo no YouTube, números que podem parecer baixos se comparados ao alcance da TV, mas que revelam como essas novas ferramentas de comunicação podem, de forma inédita, criar comunidades de influência e responder a expectativas de um público mais informado e cético em relação aos discursos de campanhas eleitorais convencionais (NAGOURNEY, 2008). A eleição foi marcada por um recorde de comparecimento às urnas e a Internet chegou a ser declarada por alguns analistas como a grande vencedora das eleições (HUFFINGTON, 2008).

Três anos depois, o potencial político da rede mundial de computadores chamaria mais uma vez a atenção com a repercussão internacional dos movimentos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe. Os protestos, passeatas, comícios e greves que abalaram e levaram à queda governos ditatoriais do Norte da África e Oriente Médio foram, segundo analistas,

⁸ Por exemplo, a prefeitura de Porto Alegre criou, no *site* do Orçamento Participativo (OP), uma ferramenta de consulta *on-line*, onde o internauta pode indicar quatro áreas de investimento prioritárias (Acessível em: <<https://www1.prefpoa.com.br/plenariasop/enqueteEdicao.seam>>). A primeira Conferência Nacional de Transparência e Controle Social, a Consocial, coordenada pela Controladoria Geral da União incluiu em suas etapas preparatórias, além de conferências municipais e estaduais, conferências virtuais, por meio das quais foi possível elaborar propostas que foram integradas às demais apreciadas na etapa nacional. Sobre a Conferência, consultar <<http://www.consocial.cgu.gov.br/conferencia-virtual/>>.

potencializados pela utilização de redes sociais para informação e conquista de adesão da população local e da mídia internacional.

No Brasil, o caso mais recente de utilização massiva de ferramentas da Internet para a ação política foi a campanha pelo veto à reforma do Código Florestal, que ficou conhecida como “Veta, Dilma!”. Somada à promoção de debates e às manifestações em praça pública, a popularização da campanha pela Internet surpreendeu as lideranças do movimento. A principal página sobre o assunto no Facebook conquistou mais de 12 mil pessoas “curtindo” a foto da modelo Gisele Bündchen com a frase “Veta tudo, Dilma!”, compartilhada na mesma rede social por quase duas mil pessoas. O vídeo em que a atriz Camila Pitanga pede diretamente para a presidenta vetar o projeto foi visto por 20,5 mil usuários do YouTube. A petição *on-line* pelo veto conquistou mais de dois milhões de assinaturas, das quais 300 mil de brasileiros. Tal movimentação não ganharia corpo se não fosse a atuação de centenas de organizações da sociedade civil que aderiram à causa, algumas com forte capacidade organizativa, como a OAB, a CNBB ou a Via Campesina. Sem dúvida, entretanto, a divulgação e os mecanismos de adesão via Internet possibilitaram a ampliação do público a que chegou a informação e algum nível de problematização da questão⁹.

DIREITO À COMUNICAÇÃO E À INFORMAÇÃO

Essa ampliação da capacidade de ativistas sociais produzirem e disseminarem informação para públicos mais amplos e melhor segmentados, aliada à possibilidade de interação por meio da assinatura a uma petição *on-line*, de uma “curtida” no Facebook ou de um comentário num *blog*, remete à terceira dimensão relevante da relação das organizações de defesa de direitos com as TIC, provavelmente a de maior alcance político. Trata-se do reconhecimento da comunicação e da informação – e portanto, das suas tecnologias – como direitos humanos indissociáveis dos demais direitos. Nessa perspectiva, os direitos à comunicação e à informação se impõem como foco prioritário de muitos grupos de ativistas e, cada vez mais, são reconhecidos como pautas transversais das lutas em defesa de direitos nos mais diversos setores.

A articulação de um movimento social pela democratização dos meios de comunicação no Brasil remonta à década de 1980¹⁰ e ganha pujança com o aumento do número de mídias alternativas, comunitárias e independentes, trazendo à cena pública questões até então invisíveis para a opinião pública. Enfrentando a perseguição às rádios não autorizadas, os ativistas defendiam seu direito de ocupar o espaço público das ondas eletromagnéticas, questionando o oligopólio que domina o setor da comunicação no Brasil e a falta de sentido público na política de concessões de rádio e TV.

⁹ Fonte: Último Segundo: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-05-25/para-ambientalistas-vitoria-do-veta-dilma-independe-de-decisao-s.html>>.

¹⁰ O movimento de comunicação no Brasil começa a se organizar de forma mais concreta no ano de 1984, quando foi criada a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC). Em 1987, a frente se estruturou como Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC). Em 1995, se constituiu como entidade enquanto Fórum Nacional pela Democratização de Comunicação (FNDC) no formato que tem hoje, reunindo organizações, redes e movimentos em torno do tema. Mais em: <<http://www.fndc.org.br/>>.

O reconhecimento da comunicação e da informação como direitos legitima a demanda social por políticas públicas que garantam a apropriação dos meios de comunicação pelos cidadãos e cidadãs, a pluralidade das fontes de informação disponíveis, a participação popular na formulação e monitoramento das políticas públicas, inclusive as de comunicação e informação. Com essa visão, as ONG de defesa de direitos se engajam tanto em ações de incidência, voltadas a influir nos poderes executivo, legislativo e judiciário, quanto em iniciativas de inclusão digital, produção de mídias alternativas e educomunicação.

No âmbito desse movimento social, o conceito de educomunicação propõe uma releitura da educação popular, tomando como pressuposto o exercício da comunicação como direito e prática política e adotando como metodologia formativa a ampliação e qualificação do consumo e da produção de mídias. Um dos expoentes das iniciativas de educomunicação no Brasil é a *Revista Viração*¹¹, que trabalha com formação e produção de mídias com coletivos de jovens em todo país. Na academia, o grande nó produtor de conhecimento e de metodologias sobre o tema é o NCE da USP.¹²

Há dez anos, a produção de mídias impressas ou televisivas envolvia custos consideráveis, o que, somado à conivência do estado, contribuía para manter o oligopólio das grandes empresas privadas de comunicação. O advento das mídias digitais altera substancialmente esse cenário. Em que se pese exclusão digital de parcelas ainda importantes da população, é inegável o potencial democratizador das TIC nesse domínio. O áudio e o vídeo digitais, as máquinas fotográficas e as filmadoras nos celulares, os programas de editoração de texto, as possibilidades de *upload* de conteúdos, as blogosferas, as redes sociais e a Internet de forma geral abriram um mar de possibilidades para as organizações que trabalham com a educomunicação ou com a promoção de causas que, agora, podem ser divulgadas por meios multimidiáticos, interativos e inventivos.

Dentre as principais e mais antigas reivindicações dos movimentos em defesa do direito à comunicação estão a participação popular na definição de critérios para a concessão de rádio e TV e o monitoramento da programação para evitar a violação de direitos, por exemplo, o tratamento racista e preconceituoso das mulheres, das pessoas negras ou dos homossexuais. Com o avanço da onda digital e a convergência de mídias que ela permite, as TIC também entraram na pauta do debate político.¹³

Em meados da década de 2000, organizações e ativistas se engajaram numa campanha pela adoção por parte do Brasil de um sistema de TV digital nacional. O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e a Frente Nacional Por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital defendiam o desenvolvimento de um sistema brasileiro não só como incentivo à indústria nacional, mas principalmente como forma de viabilizar a ampliação de canais de transmissão e uma maior interatividade, democratizando serviços de Internet via TV (PRAZERES; MODÉ, 2009). Essa foi, entretanto, uma batalha perdida e o sistema adotado acabou sendo outro, que

¹¹ <<http://www.viracao.org/>>.

¹² <<http://www.usp.br/nce/>>.

¹³ A convergência das mídias é a aplicação da lógica da Internet aos demais meios de comunicação, que passam a ser digitais e interativos. Ela permite romper a separação entre quem produz e quem consome comunicação, favorecendo a diversificação da produção e difusão de conteúdos. Dependendo de certas opções, entretanto, pode favorecer uma maior concentração dos recursos nas grandes empresas de mídia, que poderão integrar serviços de rádio e TV, Internet, e telefonia.

atendia mais aos interesses das empresas de mídia do que aos da população. Mais recentemente, em 2011, esses movimentos se articularam na campanha Banda Larga é um Direito Seu!, que mantém uma página interativa na Internet e foi recentemente objeto de um “tuitaço”.

A centralidade da comunicação e da informação na ação política levou grandes organizações nacionais e redes – como CUT, UNE, movimentos negro e feminista, Plataforma Nacional dos Movimentos Sociais pela Reforma Política – a aderirem à pauta da comunicação. Em 2009, realizou-se a primeira Conferência Nacional de Comunicação, com um forte engajamento de vários desses segmentos. As mobilizações sociais em torno do tema e o reconhecimento por parte do governo federal da comunicação como tema de conferência deram visibilidade pública e mais projeção à pauta, ainda que os empresários do setor tivessem preferido se manter à margem do processo. Por sua vez, outro processo conferencial, resultante no Plano Nacional de Direitos Humanos 3, acabou sendo alvo de uma forte reação dos veículos de imprensa, por propor mecanismos de acompanhamento editorial e um *ranking* nacional de veículos de comunicação comprometidos com os direitos humanos (PRAZERES, 2010). Atualmente, o movimento “Regula, Dilma!”, que se articula nacionalmente via listas de *e-mails* e grupos em redes sociais, vem levando as propostas aprovadas nessas conferências, procurando romper, por meio do amplo debate e da mobilização social, as fortes resistências às necessárias reformulações do marco legal da comunicação no Brasil.

INFORMAÇÃO PÚBLICA E ESFERA PÚBLICA AMPLIADA

No âmbito do direito à comunicação e à informação, se destaca o tema do acesso à informação pública que as organizações da sociedade civil – e muito destacadamente os profissionais e amadores das tecnologias da informação – vêm transformado em campo de lutas sociais e políticas. O desenvolvimento e difusão de *softwares* livres, assim como a reivindicação de que a informação pública seja fornecida em formatos abertos, que possibilitam sua ampla reutilização e redistribuição, estão entre as frentes tecnológicas em que tal luta tem se dado.

A entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, em novembro de 2011, resultado das mobilizações sociais contra a corrupção e em favor da transparência é, sem dúvida, um marco que promete inaugurar uma nova fase de engajamento social na gestão pública no Brasil. Ela obriga órgãos públicos das três esferas de governo a prover informação de maneira ativa ou passiva, respondendo a demandas de informação dos cidadãos em condições e prazos estabelecidos. Alguns governos já vinham tomando a iniciativa de criar *sites* e portais da transparência, nos quais publicam dados sobre orçamento. Com a Lei de Acesso à Informação, as organizações e os movimentos de defesa de direitos poderão acessar informações não só sobre orçamentos mas sobre qualquer tema relevante, além de acompanhar programas, ações, projetos e obras.

Um exemplo de como o ativismo tecnológico vem aproveitando esse tipo de oportunidade é a iniciativa tomada pela Comunidade Transparência Hacker e a Open Knowledge Foundation Brasil. Assim que a lei entrou em vigor, seus ativistas criaram o aplicativo “Queremos Saber” (www.queremossaber.org.br). A ferramenta já possui mais de cinco mil órgãos públicos cadastrados e permite que qualquer pessoa faça um pedido de informação em poucos passos. Fazendo a mediação entre usuário e poder público, a ferramenta permite que todos os pedidos

e respostas sejam visualizados por qualquer pessoa interessada, funcionando também como base de dados abertos.

A realização da primeira Conferência Nacional de Transparência e Controle Social, em 2012, conseguiu reunir um importante conjunto de propostas nesse âmbito, expressando a vontade de amplos segmentos da sociedade de participar ativamente da gestão pública, constituindo o que poderíamos chamar de esfera pública ampliada. Essa ambiência sociopolítica coloca novos desafios não só para a gestão estatal mas também para as organizações da sociedade civil que queiram ser reconhecidas como de interesse público. Se as ONG querem ampliar suas bases sociais e afirmar legitimidade e efetividade como atores na esfera pública, terão que abandonar definitivamente a cultura de clandestinidade e apostar cada vez mais na transparência, na gestão democrática, na comunicação e na informação não só como bandeiras mas também como princípios e metodologia de ação.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AMADEU, Sergio. *Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ARMANI, Domingos. *Mobilizar para transformar: A mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil*. São Paulo: Peirópolis e Oxfam, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Observatórios de mídia: olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2009.

CICCONELO, Alexandre. *Identidade e classificação das entidades sem fins lucrativos no Brasil*. Publicado em 2011. Disponível em: <http://www.abong.org.br/lutas_e_acoes.php?id=49&it=3949>. Acesso em: 10 jul. 2012.

D'ORFEUIL, Henri Rouill; DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra. *Diplomatie non gouvernementale et rôle des ONG dans les négociations internationales*. São Paulo/Paris: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais/Coordination SUD, 2003.

FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. *Mídia e movimentos sociais: Linguagens e coletivos em ação*. São Paulo: Paulus, 2008.

HUFFINGTON, Arianna. I'm Ready to Declare a Winner in the 2008 Race. *RuffPost Politics*, 3 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/arianna-huffington/im-ready-to-declare-a-win_b_140625.html>. Acesso em: 20 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

NAGOURNEY, Adam. The '08 Campaign: Sea Change for Politics as We Know It. *The New York Times*, 3 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/11/04/us/politics/04memo.html?_r=1&ref=todayspaper>. Acesso em: 20 jul. 2012.

PERUZZO, Cicilia. *Comunicação nos movimentos populares: a participação da construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1, 342 p.

PRAZERES, Michelle; MODÉ, Giovanna. *Um Mundo de Mídia*. São Paulo: Global Editora, 2009.

PRAZERES, Michelle. O plano nacional e a comunicação. *Observatório da Imprensa*, 12 janeiro 2010 edição 572. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-plano-nacional-e-a-comunicacao>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

———. Comunicação em ONGs e movimentos: o desafio da visibilidade pública. *Novos jornalistas*. Disponível em: <<http://paraentenderojornalismo hoje.blogspot.com/2010/06/comunicacao-em-ongs-e-movimentos-o.html>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

RAMOS, Murilo; SANTOS, Susy (Org.). *Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007. 408 p.

RANGEL, Angelita. *Cultura e práticas de transparência na Internet*. Rio de Janeiro: Napec – Núcleo de apoio à Pesquisa e Educação Continuada, 2010. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/transparencia1.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

RIGITANO, Maria Eugênia Cavalcanti. 2003. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. *Biblioteca on line de ciências da comunicação*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>> . Acesso em: 10 jul. 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis. In: MARTINHO, Cássio e FELIX, Cristiane. *Vidas em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri, SP: Instituto C&A, P. 65-86.

SILVA, Carmen. Desafios dos movimentos sociais: limites e possibilidades para ação em rede. In: Coordenadoria Ecumênica de Serviço. *Tecendo as redes da democracia: a incidência pública de articulações e redes*. Salvador: CESE, 2011, p. 128-144.

SOUZA, Rafael Gustavo. Democracia Participativa: Resgate Histórico e uma Aproximação da Visão dos Atores da Sociedade Civil. In: SOUTO, Anna Luiza; PAZ, Rosangela Dias e MORONI, José Antonio (coord.). *Governança democrática no Brasil contemporâneo: Estado e Sociedade na construção de Políticas Públicas*. São Paulo/Brasília: Pólis/Inesc, 2011, p.9-41.

**TIC ORGANIZAÇÕES
SEM FINS LUCRATIVOS
2012**

RELATÓRIO METODOLÓGICO TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012

INTRODUÇÃO

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) – braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) –, apresenta os resultados da primeira edição da Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Organizações Sem Fins Lucrativos Brasileiras – TIC Organizações Sem Fins Lucrativos.

A pesquisa é de grande relevância para o cenário nacional das organizações da sociedade civil, uma vez que elas exercem papel central na promoção do desenvolvimento humano e sustentável e também porque as TIC podem contribuir positivamente para o fortalecimento do setor.

O estudo foi realizado em todo o território nacional abordando os seguintes temas:

- Módulo A: Infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação;
- Módulo B: Uso das TIC;
- Módulo C: Capacidades e habilidades em TIC;
- Módulo D: Perfil das organizações.

OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos tem como objetivo principal mapear a infraestrutura, o uso, as capacidades e as habilidades acumuladas nas organizações sem fins lucrativos sobre as TIC, de forma a gerar dados que ajudem a compreender a penetração dessas tecnologias, os aportes para a gestão das instituições e possíveis benefícios para as comunidades em que atuam.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

De forma a potencializar a comparabilidade internacional de seus resultados, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos baseou seu marco conceitual no *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts* (Manual sobre as Instituições Sem Fins Lucrativos no Sistema Nacional de Contas), elaborado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas em conjunto com a Universidade Johns Hopkins e publicado em 2002.

A investigação também levou em consideração as experiências anteriores de aplicação de padrões internacionais para a avaliação do cenário brasileiro, como é o caso do estudo *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil)*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizado em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).

Organizações sem fins lucrativos

Diante desse marco de referências, as organizações sem fins lucrativos a serem analisadas são definidas como:

- a) privadas e, portanto, não integrantes do aparelho do Estado;
- b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins;
- c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (IBGE, 2010).

Para a definição do público alvo da pesquisa foi utilizada a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0) e a Tabela de Natureza Jurídica 2009.1, da Comissão Nacional de Classificação (Concla).

A Tabela de Natureza Jurídica identifica a constituição jurídico-institucional das entidades públicas e privadas no país segundo cinco grandes categorias: administração pública; entidades empresariais; entidades sem fins lucrativos; pessoas físicas e organizações internacionais; e outras instituições extraterritoriais.

A CNAE pode ser definida como uma estrutura-base sobre a qual as pessoas jurídicas no Brasil estão categorizadas de acordo com suas atividades econômicas, oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos. A CNAE 2.0 é derivada da International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC 4), cujo gestor é a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.

A CNAE 2.0 não distingue os tipos de propriedade, natureza jurídica, tamanho do negócio, modo de operação e a legalidade da atividade. Sua estrutura hierárquica tem cinco níveis de detalhamento: seções, divisões, grupos, classes e subclasses.

Atividades-fim

A categorização das organizações por atividade-fim foi elaborada a partir de uma combinação da Tabela de Natureza Jurídica 2009 e da seção e classe da CNAE 2.0 que estavam presentes no Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE, conforme disposto na Tabela 1.

TABELA 1
CATEGORIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EM ATIVIDADES-FIM

Atividade-fim	Natureza Jurídica	CNAE 2.0	Descrição CNAE 2.0
Saúde e assistência social	—	SEÇÃO Q	Saúde humana e serviços sociais
Educação e cultura	—	SEÇÃO P; SEÇÃO R e CLASSE 94936	Educação, artes, cultura, esporte e recreação; atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
Desenvolvimento e defesa de direitos	—	CLASSE 94308	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Religião	322-0 Organização religiosa	CLASSE 94910	Atividades de organizações religiosas
Associações patronais, profissionais e sindicais	313-0 Entidade sindical	CLASSE 94111, 94120 e 94201	Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais; atividades de organizações associativas profissionais; e atividades de organizações sindicais
Outros	Todas as organizações não classificadas anteriormente		

Porte

Com relação ao porte das organizações, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos considera aquelas sem pessoa remunerada, de 1 a 9 pessoas remuneradas, e 10 ou mais. Pessoas remuneradas são aquelas, com ou sem vínculo empregatício, que recebem pagamento regular pelo seu trabalho.¹

POPULAÇÃO ALVO

A população alvo da pesquisa compreende todas as organizações sem fins lucrativos brasileiras listadas pelo Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE, em 2010 e que pertençam às naturezas jurídicas e aos setores da CNAE 2.0 de interesse da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos.

¹ Para fins de seleção da amostra, foram consideradas as quantidades de pessoas ocupadas, definidas pelo IBGE como aquelas com ou sem vínculo empregatício, remuneradas diretamente pela empresa. O número de pessoas ocupadas considera os assalariados, autônomos remunerados diretamente pela empresa, empregadores e sócios, pessoas da família e trabalhadores temporários. Não são considerados terceirizados e consultores.

De acordo com a Tabela de Natureza Jurídica 2009.1, foram consideradas na pesquisa as organizações com as seguintes naturezas:

- 306-9 – Fundação privada;
- 313-1 – Entidade sindical;
- 323-9 – Comunidade indígena;
- 320-4 – Estabelecimentos, no Brasil, de fundação ou associações estrangeiras;
- 322-0 – Organização religiosa;
- 399-9 – Associação privada.²

Outro recorte importante definido pelo estudo TIC Organizações Sem Fins Lucrativos foi a exclusão de hospitais e instituições de ensino formal (escolas e universidades). Por um lado, essa decisão teve o objetivo de considerar um grupo de organizações mais homogêneo, tendo em vista as atividades especializadas desse tipo de instituição. Outro motivo que orientou essa escolha foi o fato de que o Cetic.br já investiga a penetração das TIC em estabelecimentos de saúde, com a realização da pesquisa TIC Saúde, e em escolas públicas e privadas, por meio da pesquisa TIC Educação³.

No caso dos estabelecimentos de saúde, optou-se por não considerar no universo as organizações classificadas como de “Atividade de atenção à saúde humana”. Segundo a CNAE 2.0, essa divisão compreende as atividades de hospitais gerais ou especializados que permitem internações de longa ou curta duração, hospitais psiquiátricos, centros de medicina preventiva, consultórios médicos e dentários, clínicas médicas e outras atividades ambulatoriais. Essa divisão compreende também as atividades praticadas por todos os profissionais relacionados à área da saúde, as atividades de apoio à gestão de saúde e as de práticas integrativas e complementares à saúde humana.

Também foram retiradas do universo de pesquisa as organizações dedicadas à educação escolar, que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dedicam-se à Educação Básica e Educação Superior. Além disso, foram excluídas as organizações de Educação Profissional de nível técnico e tecnológico, associadas à educação escolar. Ainda no campo da educação, foram retiradas as organizações que realizam atividades de apoio à educação, tais como caixas escolares, conselhos escolares, associações de pais e mestres, círculos de mestres e similares. Segundo a Fasil, esse tipo de organização não deve ser incluída porque elas são criadas a partir de exigências do governo para repasse de recursos públicos, não atendendo, portanto, ao critério de entidades que foram criadas de maneira voluntária (IBGE, 2010).

² Não foram consideradas no estudo as naturezas:
303-4 – Serviço Notarial e Registral (Cartório);
307-7 – Serviço Social Autônomo;
308-5 – Condomínio Edifício;
310-7 – Comissão de Conciliação Prévia;
311-5 – Entidade de Mediação e Arbitragem;
312-3 – Partido Político;
321-2 – Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior; e
324-7 – Fundo Privado.

³ Mais informações em: <<http://cetic.br/pesquisas-indicadores.htm>>.

Sendo assim, não foram consideradas na pesquisa as organizações com as seguintes classificações na CNAE 2.0:

- Seção Q – Saúde Humana e Serviços Sociais

- Divisão 86 – Atividades de atenção à saúde humana

- 861 – Atividades de atendimento hospitalar;
 - 862 – Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes;
 - 863 – Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos;
 - 864 – Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;
 - 865 – Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos;
 - 866 – Atividades de apoio à gestão de saúde;
 - 869 – Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente.

- Seção P – Educação

- Divisão 85 – Educação

- 851 – Educação Infantil e Ensino Fundamental;
 - 852 – Ensino Médio;
 - 853 – Educação Superior;
 - 854 – Educação Profissional de nível técnico e tecnológico;
 - 855 – Atividades de apoio à educação.

UNIDADE DE ANÁLISE E REFERÊNCIA

A unidade de referência é a unidade local, que, segundo a definição do IBGE, corresponde:

“ao(s) endereço(s) de atuação das empresas, usualmente designado(s) estabelecimento(s). Na prática, a definição de unidade local do Cadastro Central de Empresas do IBGE coincide com a dos cadastros da Administração Pública, onde cada local de atuação da empresa recebe uma identificação fiscal própria (número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ), podendo ocorrer, em casos isolados, a identificação de mais de uma unidade em um mesmo endereço. (...) Cada unidade local é identificada com um número CNPJ de 14 dígitos, cujos oito primeiros (raiz) identificam a empresa e são comuns a todas as unidades locais, os quatro seguintes (sufixo) identificam os endereços de atuação da empresa e os dois últimos são dígitos verificadores” (IBGE, 2007, p. 22).

DOMÍNIOS DE INTERESSE PARA ANÁLISE E DIVULGAÇÃO

Para as unidades de análise, os resultados são divulgados para os domínios definidos com base nas variáveis e os níveis descritos a seguir.

- **Região:** corresponde à divisão regional do Brasil em macrorregiões, segundo critérios do IBGE, que considera: Norte e Centro-Oeste; Nordeste; Sudeste; e Sul;
- **Porte:** corresponde à divisão das organizações sem fins lucrativos segundo o número de pessoas remuneradas, respectivamente, nenhuma pessoa remunerada; de 1 a 9 pessoas remuneradas; e de 10 ou mais pessoas remuneradas;
- **Atividade-fim:** Corresponde à classificação das organizações em associações patronais, profissionais e sindicais; educação, lazer e cultura; desenvolvimento e defesa de direitos; religião; e outros.

Para fins de divulgação dos resultados, é comum o agrupamento de alguns domínios de análise com base nos erros amostrais obtidos após a coleta. Sendo assim, as regiões Norte e Centro-Oeste foram agrupadas, bem como a atividade-fim “Saúde e assistência social” foi considerada dentro da classificação “Outros”. Além disso, o porte considera a informação de pessoas remuneradas de acordo com a resposta obtida no momento da realização da entrevista.

INSTRUMENTO DE COLETA

INFORMAÇÕES SOBRE OS INSTRUMENTOS DE COLETA

O módulo A investiga a presença de equipamentos eletroeletrônicos, entre eles a posse de computador, a quantidade por tipo e os sistemas operacionais utilizados. Também mensura a presença de tecnologias como LAN, Intranet e Extranet, além do tipo de conexão à Internet utilizada, a velocidade máxima para *download* contratada, os tipos de navegadores *web* e as medidas de restrição aos usuários em relação a usos da Internet.

O módulo B congrega a maior quantidade de perguntas, pois levanta as informações gerais sobre o uso de TIC. Por meio dele pode-se mapear a presença, as atividades e o uso de computadores, como também informações sobre mobilidade, uso de *software* e dados sobre celulares corporativos.

O uso da Internet é abordado em perguntas sobre utilização e finalidade, como a presença na *web* por meio de um *website*, o registro de domínios e os perfis em redes sociais. Também foi investigada a frequência com que as organizações postam conteúdo ou interagem nas redes sociais e quais atividades são realizadas.

O módulo B trata também do uso de serviços de governo eletrônico e de comércio eletrônico, trazendo informações sobre compra e venda de mercadorias ou serviços pela Internet.

O módulo C aborda a oferta de treinamentos para a equipe da organização desenvolver ou melhorar as habilidades em informática e o uso de computadores e Internet. Também são investigados os aspectos que dificultam esse uso das TIC e se há especialistas em tecnologia da informação ou informática.

O módulo D busca detalhes do perfil da organização, investigando o foco de trabalho e a titulação ou qualificações das organizações.

Quando algum dos entrevistados não responde a determinada pergunta do questionário – geralmente por não possuir a informação de imediato, ou por não ter uma posição definida acerca do assunto investigado ou ainda por se negar a responder a determinada questão – disponibilizam-se duas opções: “Não sabe” e “Não respondeu”, ambas consideradas como “Não resposta ao item”.

ENTREVISTAS COGNITIVAS E PRÉ-TESTES

O principal objetivo da entrevista cognitiva é avaliar as possíveis fontes de erros de resposta implícitas no questionário, decorrentes da forma como o entrevistado compreende o que lhe é perguntado. A partir da realização dessas entrevistas é possível identificar as questões que necessitam ser revistas, de forma a garantir um instrumento de coleta mais preciso e confiável.

Os testes cognitivos para a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos foram realizados entre os dias 3 e 17 de maio de 2012, a partir de dez entrevistas em São Paulo, cinco em Porto Alegre e cinco em Recife, totalizando 20 entrevistas. Foram selecionadas organizações de diferentes portes e atividades-fim.

Com base nos resultados obtidos, foram considerados de forma separada no questionário o uso das TIC e a sua posse, uma vez que foi possível notar nas entrevistas que diversas organizações não contavam com tais recursos próprios e que sua utilização estava baseada em equipamentos e recursos de propriedade das pessoas que nelas trabalhavam. Também notou-se que alguns entrevistados apresentavam dificuldade de compreensão de termos mais técnicos ou específicos da área de tecnologia. Com o intuito de facilitar o entendimento dos entrevistados, foram elaboradas algumas definições e alguns conceitos complementares e outras questões foram adaptadas.

Os resultados das entrevistas cognitivas também indicaram algumas dificuldades de aplicação e compreensão de escalas de algumas perguntas do questionário, bem como de questões que continham muitas opções de resposta. Realizadas as alterações necessárias, o questionário foi submetido a uma série de pré-testes.

Os pré-testes da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012 foram realizados entre os dias 22 e 27 de junho de 2012, com duração média de 29 minutos por entrevista. A relação das entrevistas levou em consideração o perfil das organizações que foram distribuídas da seguinte maneira: nove organizações de 0 a 5 pessoas remuneradas; seis organizações de 6 a 20 pessoas remuneradas; e cinco organizações de 20 ou mais pessoas remuneradas. Tais organizações também estavam distribuídas geograficamente, sendo 11 entrevistas com organizações do Sudeste, quatro do Centro-Oeste, duas das regiões Sul e Nordeste e uma da região Norte. Outra preocupação considerada foi a distribuição entre as atividades-fim, sendo que seis eram de associações religiosas, seis de defesa de direitos, duas fundações, uma organização de inclusão digital e cinco de outras atividades.

A diversidade de perfis das organizações entrevistadas no pré-teste apontaram também para diferentes níveis de uso das TIC, bem como as diferenças de compreensão das questões feitas. Em consequência disso, alguns enunciados e definições do questionário foram simplificados.

Também houve a necessidade de se diferenciar o uso de equipamentos que são de propriedade individual das pessoas que trabalham na organização daqueles que são da própria instituição. Por conseguinte, foram incluídas observações nos enunciados das questões e orientações para os entrevistadores para que tal diferenciação ficasse clara.

As entrevistas realizadas no pré-teste ainda foram úteis para a mensuração do tempo de aplicação do questionário. Nesse sentido, a fim de tornar a aplicação mais fluída e dinâmica, alguns enunciados foram reelaborados e as listas de opções de resposta foram reduzidas. Essa etapa foi fundamental para a conclusão do questionário e a consequente aplicação do instrumento em campo.

PLANO AMOSTRAL

As pesquisas amostrais oferecem estimativas de precisão controlada, além de menor custo e tempo de execução da pesquisa em campo. Foram levados em consideração princípios básicos da teoria de amostragem, como estratificação e cálculo das probabilidades de seleção das unidades. O desenho considerou amostragem estratificada com seleção aleatória simples das organizações dentro de cada estrato.

CADASTROS E FONTES DE INFORMAÇÃO

O Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE, constitui uma consolidação e atualização das informações de empresas e outras organizações formais, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal, e suas respectivas unidades locais que responderam as pesquisas econômicas do IBGE e/ou declararam a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho. O IBGE disponibiliza anualmente um panorama geral das organizações formais ativas no país, com destaque para informações sobre natureza jurídica, pessoas ocupadas e atividades econômicas.

Com o objetivo de produzir um retrato do uso das TIC nas organizações sem fins lucrativos brasileiras, considerando-se as diferenças entre as atividades-fim, portes e regiões brasileiras, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012 utilizou informações oriundas do Cempre, que serviu como cadastro-base para o desenho da amostra e para a seleção das organizações a serem contatadas.

FIGURA 1
PLANO AMOSTRAL DA TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012



CRITÉRIOS PARA DESENHO DA AMOSTRA

A amostra da pesquisa foi desenhada utilizando a técnica de amostragem estratificada, que visa melhorar a precisão das estimativas e garantir a inclusão de subpopulações de interesse. A estratificação ocorreu em duas etapas.

A primeira etapa compreendeu a definição de estratos naturais a partir do cruzamento das variáveis: região (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) e atividades-fim conforme descrito na Tabela 1. A partir de cada estrato natural, foram definidos os estratos finais, que consideram a divisão dos estratos naturais por faixa do número de pessoas ocupadas na organização⁴, as faixas consideradas foram: nenhuma pessoa ocupada; de 1 a 2 pessoas ocupadas; de 3 a 4 pessoas ocupadas; de 5 a 9 pessoas ocupadas e; de 10 pessoas ocupadas ou mais. A faixa do número de pessoas ocupadas considerou a informação obtida no Cempre sobre pessoal ocupado total em 31 de dezembro de 2010, incluindo sócios e proprietários da unidade local.

Definidas as variáveis de estratificação, os estratos possibilitam que todas as regiões, atividades-fim e faixas de pessoas ocupadas estejam representadas na amostra, além de permitir análises para os domínios definidos por essas três variáveis individualmente. Contudo, com

⁴ Apesar do domínio de interesse ser pessoa remunerada, a informação utilizada para estratificação foi pessoa ocupada, conforme está disponível no Cempre como aquelas pessoas com ou sem vínculo empregatício, remuneradas diretamente pela empresa. O número de pessoas ocupadas considera os assalariados, autônomos remunerados diretamente pela empresa, empregadores e sócios, pessoas da família e trabalhadores temporários. Não são considerados terceirizados e consultores.

esse desenho não é possível tirar conclusões para categorias resultantes do cruzamento entre pares de variáveis. A Tabela 2 apresenta a população alvo do estudo distribuída nos estratos finais. A partir dessa estratificação foi definida a alocação da amostra para uma determinada margem de erro.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEGUNDO VARIÁVEIS DE ESTRATIFICAÇÃO

REGIÕES	ATIVIDADE-FIM	Nenhuma pessoa ocupada	De 1 a 2 pessoas ocupadas	De 3 a 4 pessoas ocupadas	De 5 a 9 pessoas ocupadas	De 10 pessoas ocupadas ou mais
NORTE	Associações patronais, profissionais e sindicais	687	630	179	136	145
	Educação, lazer e cultura	817	343	68	62	107
	Desenvolvimento e defesa de direitos	5 549	1 401	232	212	354
	Outros	2 562	806	131	161	413
	Religião	2 135	827	238	176	193
	Saúde e assistência social	101	64	14	17	60
NORDESTE	Associações patronais, profissionais e sindicais	2 525	2 358	758	525	500
	Educação, lazer e cultura	3 030	1 804	290	276	376
	Desenvolvimento e defesa de direitos	19 726	8 053	912	843	1 681
	Outros	14 555	4 533	619	608	1 267
	Religião	6 256	3 170	799	534	470
	Saúde e assistência social	635	429	80	117	230
SUDESTE	Associações patronais, profissionais e sindicais	3 312	3 916	1 634	1 626	1 396
	Educação, lazer e cultura	6 987	3 783	977	1 022	1 691
	Desenvolvimento e defesa de direitos	22 052	9 672	2 098	2 469	3 928
	Outros	17 194	5 595	1 236	1 499	2 344
	Religião	27 538	11 724	2 487	1 820	1 237
	Saúde e assistência social	2 187	1 156	410	767	1 954
SUL	Associações patronais, profissionais e sindicais	2 489	2 683	857	715	588
	Educação, lazer e cultura	6 681	2 518	472	455	666
	Desenvolvimento e defesa de direitos	15 929	5 470	987	1 097	1 363
	Outros	12 418	3 705	572	655	1 085
	Religião	6 675	2 943	924	689	472
	Saúde e assistência social	848	399	117	262	516
CENTRO-OESTE	Associações patronais, profissionais e sindicais	892	1 150	375	283	281
	Educação, lazer e cultura	919	586	146	123	167
	Desenvolvimento e defesa de direitos	3 344	1 654	338	339	444
	Outros	1 855	1 031	245	272	339
	Religião	3 400	1 711	435	352	261
	Saúde e assistência social	263	197	57	73	125

DIMENSIONAMENTO DA AMOSTRA

O tamanho da amostra inicialmente desenhada pela pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos para a edição de 2012 foi de 4 mil organizações. Após a conclusão da etapa de campo, e, conforme os procedimentos que serão apresentados no tópico Coleta de Dados em Campo, a amostra foi consolidada em 3.546 organizações.

ALOCAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra de organizações sem fins lucrativos é obtida por amostragem aleatória simples sem reposição em cada estrato final. Dessa forma, dentro de cada estrato final, as probabilidades de seleção são iguais.

Para cada atividade-fim e para cada região, foi simulado um cenário considerando amostragem aleatória simples com um erro máximo de 4%. Alocou-se um número maior de entrevistas para a região Sudeste por concentrar o maior número de organizações, porém sem mudanças substanciais nos erros esperados nas demais regiões. Do mesmo modo, para as atividades-fim, houve um incremento para as organizações de desenvolvimento e defesa de direitos. Dessa maneira, obteve-se a alocação marginal para essas variáveis e, a partir delas, alocou-se o número de entrevistas desejado para cada estrato natural.

A partir do número de entrevistas para cada estrato natural, distribuiu-se o número de entrevistas por faixa de pessoas ocupadas, isto é, para os estratos finais. Como o universo das organizações com nenhuma pessoa ocupada representa a maioria das organizações e trata-se da primeira edição da pesquisa, alocou-se praticamente metade das entrevistas para esse porte, enquanto as restantes foram distribuídas para os demais estratos, levando em consideração o percentual de organizações presente no universo.

Essa divisão por porte e demais informações sobre o perfil da amostra podem ser encontradas na seção Perfil da Amostra. Desse modo, o tamanho final da amostra para cada variável de estratificação pode ser visto nas Tabelas 3, 4 e 5.

TABELA 3
TAMANHOS PREVISTOS DA AMOSTRA, SEGUNDO REGIÃO

Região	Número de organizações
Norte	600
Nordeste	706
Sudeste	1 404
Sul	706
Centro-Oeste	602

TABELA 4
TAMANHOS PREVISTOS DA AMOSTRA, SEGUNDO ATIVIDADE-FIM

Atividade-fim	Número de organizações
Associações patronais, profissionais e sindicais	662
Educação, lazer e cultura	662
Desenvolvimento e defesa de direitos	726
Religião	664
Saúde e assistência social	642
Outros	662

TABELA 5
TAMANHOS PREVISTOS DA AMOSTRA, SEGUNDO FAIXA DE PESSOAS OCUPADAS

Faixa de pessoas ocupadas	Número de organizações
Nenhuma pessoa ocupada	1 901
De 1 a 2 pessoas ocupadas	1 100
De 3 a 4 pessoas ocupadas	389
De 5 a 9 pessoas ocupadas	225
De 10 pessoas ocupadas ou mais	403

SELEÇÃO DA AMOSTRA

Dentro de cada estrato, as organizações foram selecionadas por amostragem aleatória simples. Como se tratava da primeira onda da pesquisa e não havia outra fonte de informações que pudesse indicar a taxa de resposta das organizações, supôs-se uma taxa de resposta de 40% e, com isso, foi selecionada aleatoriamente em cada estrato uma amostra reserva com o intuito de aproximar a amostra final do número inicialmente previsto de organizações. O uso da amostra reserva dependia dos controles realizados para obtenção de entrevistas conforme disposto no item Procedimentos e Controle de Campo. O número final de organizações entrevistadas variou de estrato para estrato, motivo pelo qual esses aspectos foram considerados nos cálculos de ponderação, conforme detalhado na seção Procedimentos de Ponderação.

COLETA DE DADOS EM CAMPO

DATA DE COLETA

A realização das entrevistas da TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012 se deu entre os meses de outubro de 2012 e março de 2013.

CRITÉRIOS PARA COLETA DE DADOS

As organizações foram contatadas por meio da técnica de Entrevista Telefônica Assistida por Computador (*Computer Assisted Telephone Interviewing – CATI*). As entrevistas para aplicação do questionário tiveram duração aproximada de 28 minutos.

Em todas as organizações pesquisadas, buscou-se entrevistar o principal gestor, como diretor, presidente, ou membro executivo do conselho, ou seja, a pessoa que conhece a organização como um todo, tanto no que diz respeito a aspectos administrativos, quanto à infraestrutura de computador e Internet.

PROCEDIMENTOS E CONTROLES DE CAMPO

O foco da pesquisa são as organizações sem fins lucrativos brasileiras compreendidas na definição da população alvo do estudo. Para atingir esse público, foi desenvolvido um sistema com procedimentos automatizados, com o qual foi possível medir e controlar o esforço realizado para obtenção das entrevistas, a partir do tratamento diferenciado de situações que foram identificadas durante a coleta das informações. As ocorrências utilizadas durante o campo estão descritas nas Figuras 2, 3, 4 e 5, bem como o procedimento adotado para cada uma delas.

FIGURA 2
STATUS 1 – NÃO FALOU COM REPRESENTANTES DA ORGANIZAÇÃO

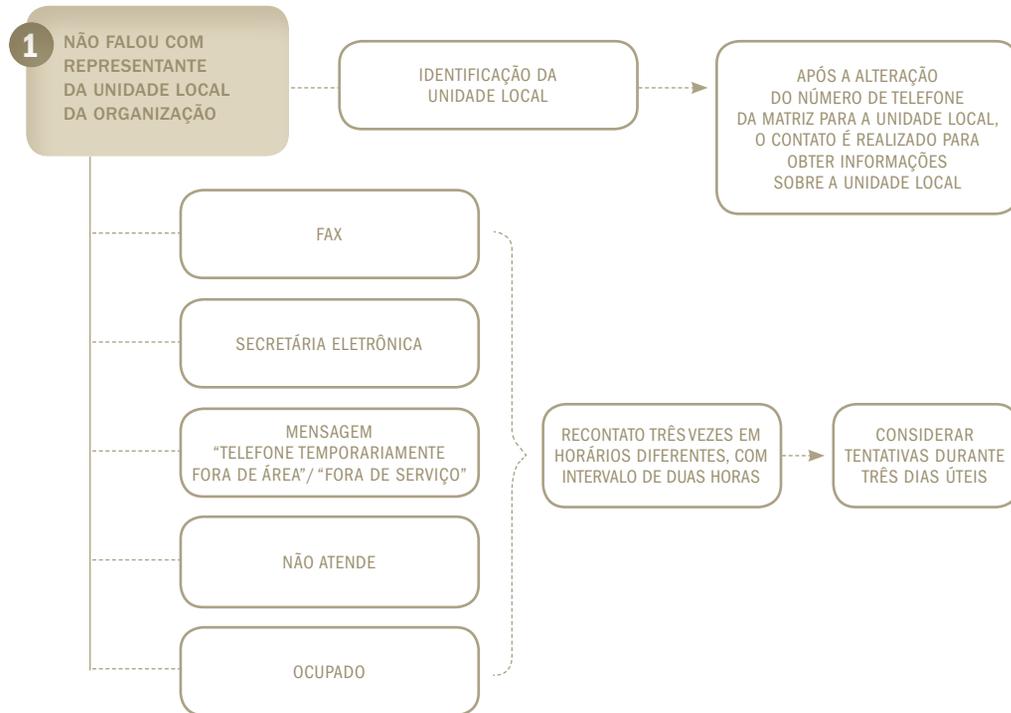


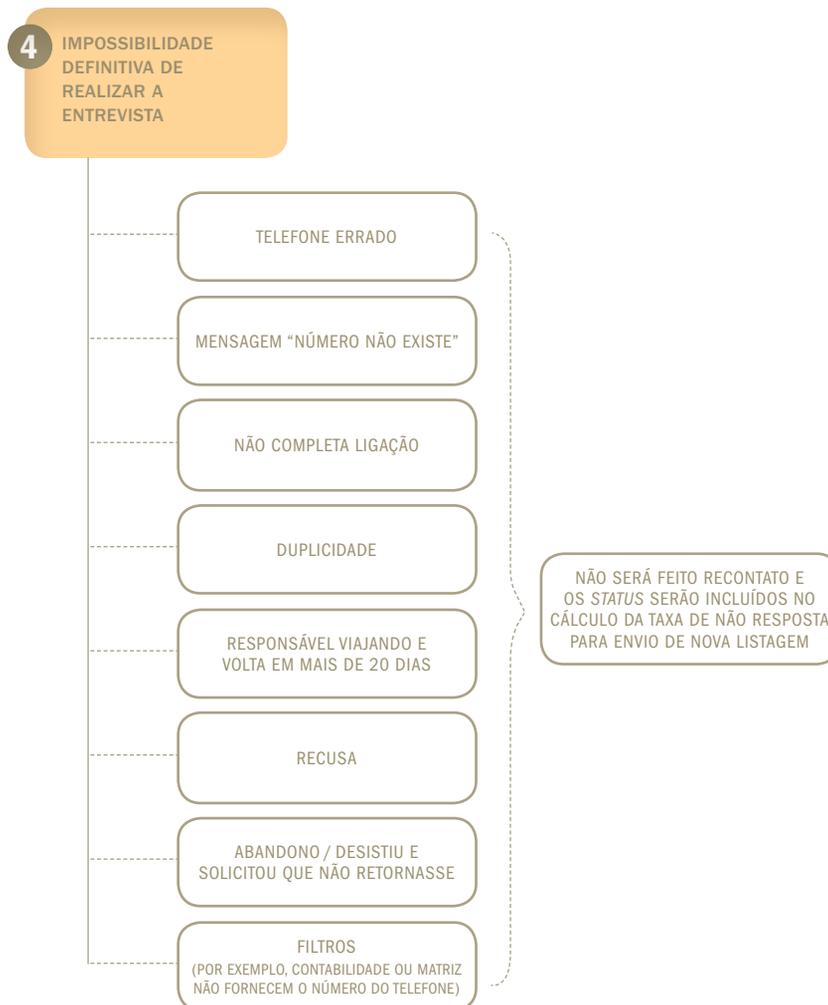
FIGURA 3
STATUS 2 – FALOU COM REPRESENTANTES DA ORGANIZAÇÃO, MAS NÃO CONCLUIU A ENTREVISTA



FIGURA 4
STATUS 3 – ENTREVISTA FOI INTEGRALMENTE REALIZADA



FIGURA 5
STATUS 4 – IMPOSSIBILIDADE DEFINITIVA DE REALIZAR A ENTREVISTA

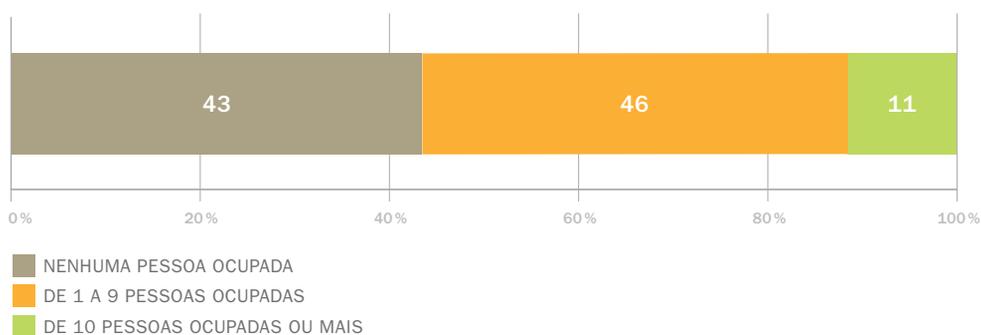


PERFIL DA AMOSTRA

O objetivo desta seção é apresentar o perfil da amostra da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012. A pesquisa possui três variáveis de estratificação: o porte da organização, a região do país onde está sediada a organização e qual sua atividade-fim.

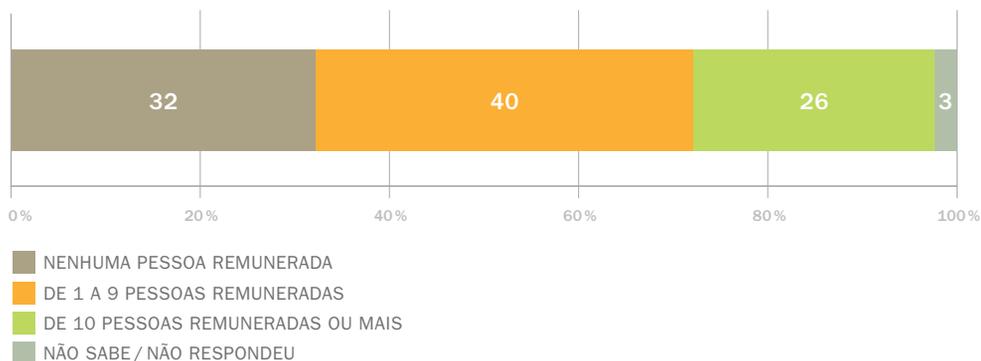
Considerando a informação de pessoas ocupadas provenientes do Cempre (Gráfico 1), a maior proporção de organizações investigadas foi daquelas com 1 a 9 pessoas ocupadas (46%), seguida, em proporção semelhante, pelas organizações com nenhuma pessoa ocupada (43%).

GRÁFICO 1
PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS - CEMPRE (%)



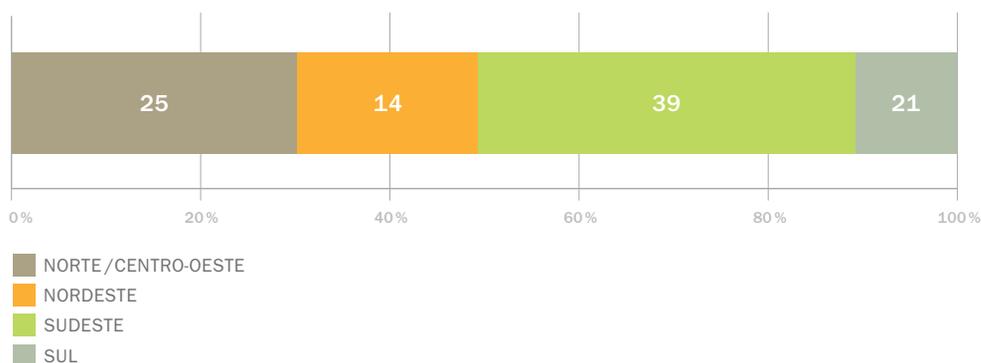
Algo semelhante ocorre se considerarmos a informação declarada pelos entrevistados sobre as pessoas remuneradas (Gráfico 2): o estrato das organizações de 1 a 9 pessoas remuneradas representa 40% da amostra, enquanto o de organizações sem pessoal remunerado representa 32%. De acordo com as informações do Cempre, as organizações sem fins lucrativos brasileiras com mais de 10 pessoas ocupadas representam 11% da amostra. Analisando essa variável de acordo com a informação declarada pelos entrevistados, as organizações com mais de 10 pessoas remuneradas assumem uma proporção de 26%. Do total da amostra, 3% dos entrevistados não souberam informar o porte da organização, e, por isso, elas não foram consideradas para a apresentação dos resultados dessa variável.

GRÁFICO 2
PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS REMUNERADAS (%)



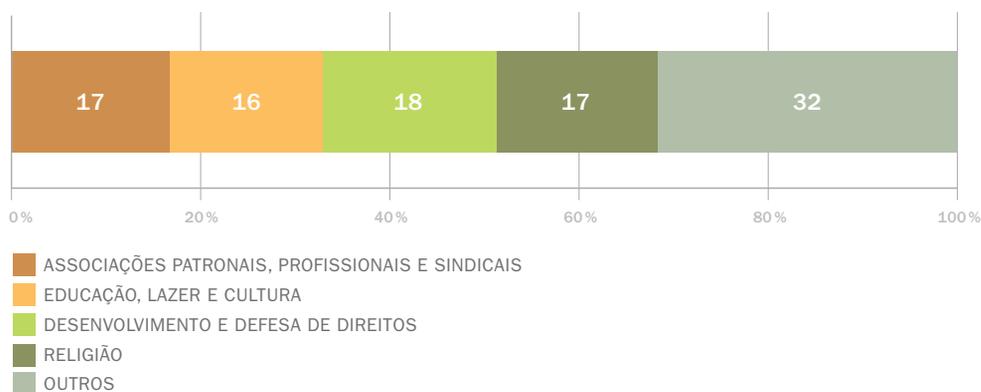
Para a divulgação dos resultados referentes à região do país onde a organização está sediada, Norte e Centro-Oeste foram agrupadas. Sendo assim, em relação à distribuição de organizações segundo região (Gráfico 3), verifica-se que o Sudeste abriga a maior quantidade de organizações (39%). A seguir, destacam-se, com proporções semelhantes, as regiões Norte/Centro-Oeste (25%) e Sul (21%), e em um patamar inferior, a região Nordeste (14%).

GRÁFICO 3
PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO REGIÃO (%)



Quando verificada a composição da amostra em relação à atividade-fim, aproximadamente um terço das instituições investigadas pela amostra representam as organizações que estão classificadas em outras atividades, diferentes das especificadas, como associações patronais, profissionais, sindicais, de desenvolvimento e defesa de direitos, religiosas ou educação, lazer e cultura. Essas atividades-fim especificadas apresentam proporções semelhantes em relação à distribuição na amostra, variando entre 16% e 18%, como pode ser observado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4
PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO ATIVIDADE-FIM (%)



PROCESSAMENTO DOS DADOS

PROCEDIMENTOS DE PONDERAÇÃO

Dado o plano amostral deste estudo, foi necessário o cálculo das probabilidades de seleção das organizações para ponderação da amostra e posterior cálculo dos indicadores. Dessa forma, para cada estrato, foram calculadas as probabilidades de seleção considerando que se trata de uma amostragem aleatória simples. A pesquisa divulga resultados estimados para diversos indicadores com base nas regiões, nas atividades-fim e no porte declarado pelo informante.

A cada organização da amostra foi associado um peso amostral básico, obtido pela razão entre o tamanho da população e o tamanho da amostra no estrato final correspondente. Esses pesos foram ajustados de forma a incorporar todas as correções decorrentes dos tratamentos das situações de coleta identificadas na fase de controle da amostra. Todos os cálculos necessários para a estimação dos totais das variáveis de interesse foram efetuados, de forma independente, dentro de cada estrato final de expansão. Os valores obtidos em cada estrato final de expansão foram agregados de acordo com o domínio para o qual se desejava obter a estimativa.

PRECISÃO DA PESQUISA

As medidas ou estimativas da precisão amostral dos indicadores da TIC Organizações Sem Fins Lucrativos levaram em consideração, em seus cálculos, o plano amostral por estratos empregado na pesquisa.

Assim, a partir das variâncias estimadas, optou-se pela divulgação dos erros amostrais expressos pela margem de erro. Para a divulgação, as margens de erros foram calculadas para um nível de confiança de 95%. Isso indica que os resultados baseados nessa amostra são considerados precisos dentro do intervalo definido pelas margens de erro. Caso a pesquisa fosse repetida várias vezes, em 95% delas o intervalo poderá conter o verdadeiro valor populacional. Outras medidas derivadas dessa estimativa de variabilidade são comumente apresentadas, tais como erro padrão, coeficiente de variação ou intervalo de confiança.

O cálculo da margem de erro considera o produto do erro padrão (raiz quadrada da variância) pelo valor 1,96 (valor da distribuição amostral que corresponde ao nível de significância escolhido de 95%). Esses cálculos foram feitos para cada variável das tabelas, o que significa que cada uma das tabelas de indicadores possuem margens de erros relacionadas às suas estimativas apresentadas em cada célula.

DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa são divulgados de acordo com as seguintes variáveis de cruzamento: porte da organização, região geográfica e atividades-fim.

Arredondamentos fazem com que, em alguns resultados, a soma das categorias parciais supere 100% em questões de resposta única. O somatório de frequências em questões de resposta múltipla usualmente ultrapassa 100%.

Nas tabelas, a nota “Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa ‘sim’” representa que o indicador foi coletado com as alternativas “sim”, “não” e também é possível que o respondente não saiba ou não responda, embora se tenha optado por apresentar apenas o resultado obtido na alternativa “sim”.

Os dados e os resultados da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012 são publicados em livro e disponibilizados no *site* do Cetic.br (www.cetic.br), com o objetivo de prover o governo, a academia e demais interessados de informações sobre a capilaridade e o uso de computador e Internet nas organizações sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO – CONCLA. *Tabela de Natureza Jurídica 2009.1*. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/organizacao-juridica/tabela-de-natureza-juridica>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil – TIC Domicílios e Empresas, 2012*. São Paulo: CGI.br, 2011. Coord. Alexandre F. Barbosa. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/2012/tic-domicilios-2012.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2013.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO – UNCTAD. *Manual for the Production of Statistics on the Information Economy 2009*. Nova Iorque: UNCTAD, 2009. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/sdteecb20072rev1_en.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cadastro Central de Empresas – Cempre 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. *Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE versão 2.0*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/cnae2.0.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2013.

_____. *Notas técnicas – Estatística do Cadastro Central de Empresas 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia_Cadastro_de_Empresas/2010/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. *Pesquisa de Inovação Tecnológica*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, 2002. 316 p. (Studies in methods. Series F, n. 91).

ANÁLISE DOS RESULTADOS TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012

INTRODUÇÃO

O papel das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para o desenvolvimento social e econômico, sobretudo para os países em desenvolvimento, tem sido destacado em inúmeros estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), tais como os relatórios da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad). Na edição mais recente do estudo *Information Economy Report*, publicado em 2012, a organização aponta que o uso das TIC e a diversificação de suas aplicações favorece o desenvolvimento inclusivo de um país. Essa relação, entretanto, não está implícita na mera posse desses equipamentos, mas, pelo contrário, demanda estratégias e políticas de incentivo à posse, disseminação e uso. Como pondera o relatório, para que haja uma “transformação estrutural e avanços tecnológicos, é necessário que os países construam capacidades internas que permitam aos indivíduos, empresas e organizações participar nos processos de aprendizagem” (UNCTAD, 2012, p. XIII).

Também é crescente o número de estudos acadêmicos que investigam o papel das TIC para o desenvolvimento – cada vez mais preocupados com a avaliação de impactos, para além do debate sobre acesso ou uso (HEEKS; MOLLA, 2009). Embora a ideia de que as novas tecnologias desempenham um importante papel na vida das pessoas já esteja amplamente aceita, é ainda um desafio compreender o alcance desse papel. Para que ocorra uma verdadeira mudança na vida das pessoas por meio do uso das TIC, é preciso avaliar a apropriação das TIC, não podendo este uso estar limitado pela carência de infraestrutura ou normas sociais que impeçam a total liberdade de ação (KLEINE, 2013). Dessa perspectiva, é preciso considerar não somente as ações efetivamente concretizadas pelos indivíduos e organizações, mas também as oportunidades de escolha a disposição desses grupos, segundo a perspectiva teórica desenvolvida pelo economista Amartya Sen (DEVELOPMENT AID, 2011, *apud* SEN, 1999; SEN, 2010).

Com a disseminação das TIC, inúmeros autores também têm discutido oportunidades para novas formas de engajamento social. Essa perspectiva é evidenciada, por exemplo, no conceito de “democracia eletrônica” ou como as TIC podem promover a elaboração de problemas urbanos pelos próprios cidadãos locais, a auto-organização de comunidades locais, a participação em deliberações por aqueles que são diretamente afetados por elas, a transparência das políticas

públicas e sua avaliação pelos cidadãos (LEVY, 1999). Essa tendência também é detectada por Castells, que aponta que a expansão de novas tecnologias promove um maior monitoramento dos governos locais, conforme novos meios de participação e consulta se expandem e são disponibilizados para os cidadãos (CASTELLS, 2010). Apesar de seu potencial, poucos estudos sobre esse tema têm investigado empiricamente a adoção estratégica das TIC por organizações sem fins lucrativos.

A TIC Organizações Sem Fins Lucrativos vem, assim, contribuir para o enriquecimento dessa discussão a partir da geração de dados que apoiem uma maior compreensão do papel das novas tecnologias. A pesquisa tem como objetivo avaliar a realidade desse setor no Brasil a partir de sua infraestrutura, uso das TIC e habilidades. Esse mapeamento visa oferecer subsídios para a reflexão sobre como as tecnologias contribuem para o cumprimento da missão dessas instituições e para o atendimento de seus beneficiários e interface com suas comunidades de atuação.

DESTAQUES

TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2012



Perfil das organizações

A pesquisa mostra que a maior parte das organizações iniciaram suas atividades a partir de 1991 (54%), sobretudo as de menor porte: 61% das organizações sem pessoas remuneradas surgiram a partir dos anos 1990. Os públicos-alvo das organizações, em geral, são majoritariamente crianças e adolescentes, jovens e mulheres. As doações voluntárias e a mensalidade dos associados são as principais fontes de recursos, mas as três esferas governamentais foram citadas individualmente como origem de verbas, sendo as de esfera municipal as que mais se destacam. PÁGINA 96



Infraestrutura TIC

A posse de computadores é uma realidade para 65% das organizações sem fins lucrativos, enquanto 78% disseram já ter utilizado o computador nos últimos 12 meses, sem necessariamente possuir o equipamento na organização. Com relação à Internet, 72% das entidades utilizaram esta ferramenta nos 12 meses que precederam a realização da pesquisa, sendo que nas entidades maiores e mais profissionalizadas, que possuem 10 ou mais pessoas remuneradas, o acesso à Internet atinge 91%. Entre as organizações que se baseiam no trabalho voluntário (sem pessoas remuneradas), apenas 52% têm acesso à Internet. PÁGINA 100



Presença na Internet

Menos da metade das organizações que utilizam a Internet possuem *website* (37%), contudo 52% delas estão em alguma rede social, *blog* ou fórum. A presença em redes sociais é consideravelmente maior que o observado nas empresas brasileiras. Entre as opções investigadas, a rede social mais utilizada e mencionada por 42% das entidades é o Facebook. O Twitter vem em segundo lugar, citado por 15% das organizações. PÁGINA 105



Governo eletrônico

Mais de 80% das organizações dizem ter realizado algum serviço de governo eletrônico, mais focados, entretanto, em atividades de consultas, como busca de informações sobre impostos (48%), situação fiscal e dívida ativa (47%), ou consulta a dados do PIS/Pasep e do FGTS da organização (44%). Em menor proporção, aparecem as ações de fiscalização dos órgãos públicos e controle social, como acompanhar e fiscalizar serviços públicos (34%) ou busca de informações sobre gastos públicos e orçamento (32%). PÁGINA 108

PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES

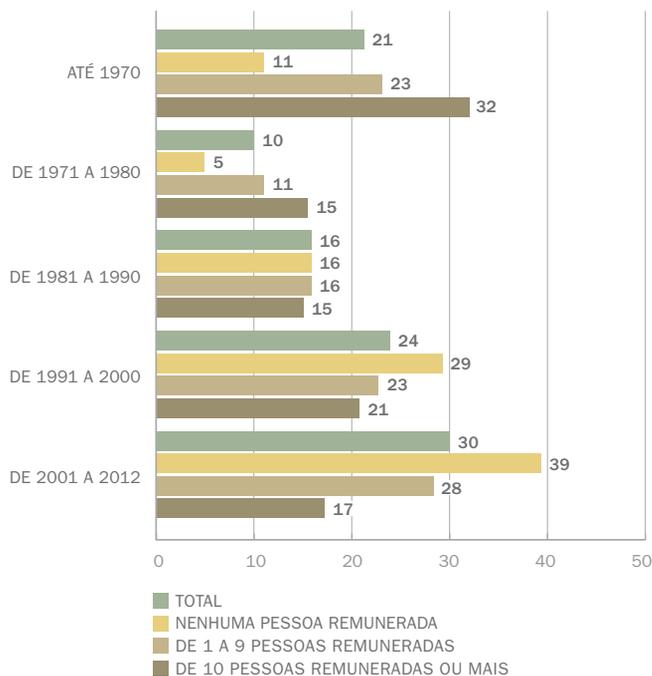
No Brasil, há poucos estudos quantitativos de abrangência nacional que traçam uma radiografia ampla do perfil das organizações da sociedade civil. Uma referência fundamental é a pesquisa Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil), do IBGE, realizada em sua última edição no ano de 2010, e que tem fornecido importantes insumos para a produção de conhecimento sobre o setor.

A pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012 também procurou inserir questões sobre o perfil desse tipo de organização para compreender como determinadas características organizacionais representam barreiras ou facilitadores para a incorporação das TIC.

Inicialmente, serão apresentadas características das organizações sem fins lucrativos brasileiras – tempo de funcionamento, área e abrangência de atuação, recursos humanos, estrutura organizacional e fonte de recursos – de forma a contribuir para uma melhor compreensão desse universo heterogêneo.

Os resultados mostram que a maior parte das organizações sem fins lucrativos brasileiras (54%) passou a funcionar a partir de 1991. A longevidade das organizações, por sua vez, guarda relação com seu porte. A maior parte das organizações sem pessoas remuneradas (39%) e com 1 a 9 pessoas remuneradas (28%) são mais recentes e foram criadas entre 2001 e 2012 (Gráfico 1). O movimento inverso pode ser observado quando são analisadas as instituições mais antigas, criadas até 1980: dentre elas, concentram-se as organizações que possuem 10 ou mais pessoas remuneradas (47%).

GRÁFICO 1
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEGUNDO ANO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES, POR PORTE
Percentual sobre o total de organizações que citaram o ano de início de funcionamento



Vale destacar que somente 30% das organizações iniciaram suas atividades a partir de 2001, em um contexto no qual as novas tecnologias, especialmente a Internet, encontravam-se num estágio mais avançado de disseminação. É possível dizer, portanto, que para a grande maioria das organizações, a Internet surge posteriormente como uma nova oportunidade, podendo ser incorporada às ações que elas já desempenhavam sem o apoio da rede.

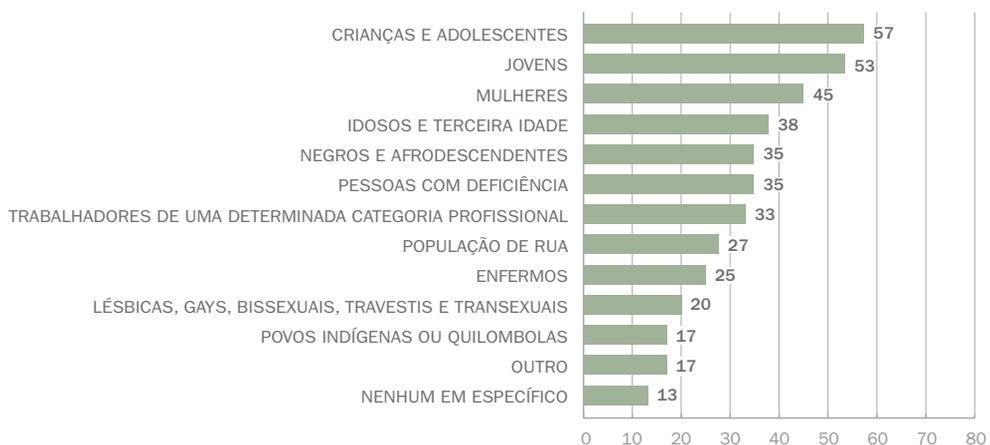
Outra característica para se analisar o perfil das organizações brasileiras diz respeito à estrutura de pessoal, incluindo remunerados e voluntários. Em média, 76% das organizações pesquisadas contavam com pessoas trabalhando voluntariamente, ao mesmo tempo que 57% tinham pessoas remuneradas. Esse resultado evidencia a importância do voluntariado nas organizações sem fins lucrativos brasileiras. A colaboração de voluntários também se mostra relevante nas organizações de maior porte, estando presente em aproximadamente metade (52%) das organizações com mais de 10 pessoas remuneradas.

Alguns indicadores da pesquisa também possibilitam investigar se as organizações contam com uma estrutura organizacional razoavelmente complexa. No que tange à departamentalização de suas atividades, a pesquisa revela que aproximadamente a metade das organizações contam com áreas ligadas a funções específicas de administração (54%) e finanças (46%).

É pertinente destacar a presença da área de Tecnologia da Informação (TI) ou informática em mais de um terço das organizações pesquisadas (34%), o que pode contribuir para a promoção de um uso mais estratégico das TIC na medida em que representa a disposição institucional de manter pessoas capacitadas a usar novas tecnologias. No entanto, essa característica está diretamente relacionada ao porte das organizações: 60% das organizações com mais de 10 pessoas remuneradas afirmam possuir uma área de TI, enquanto que este percentual cai para 17% nas organizações sem pessoas remuneradas.

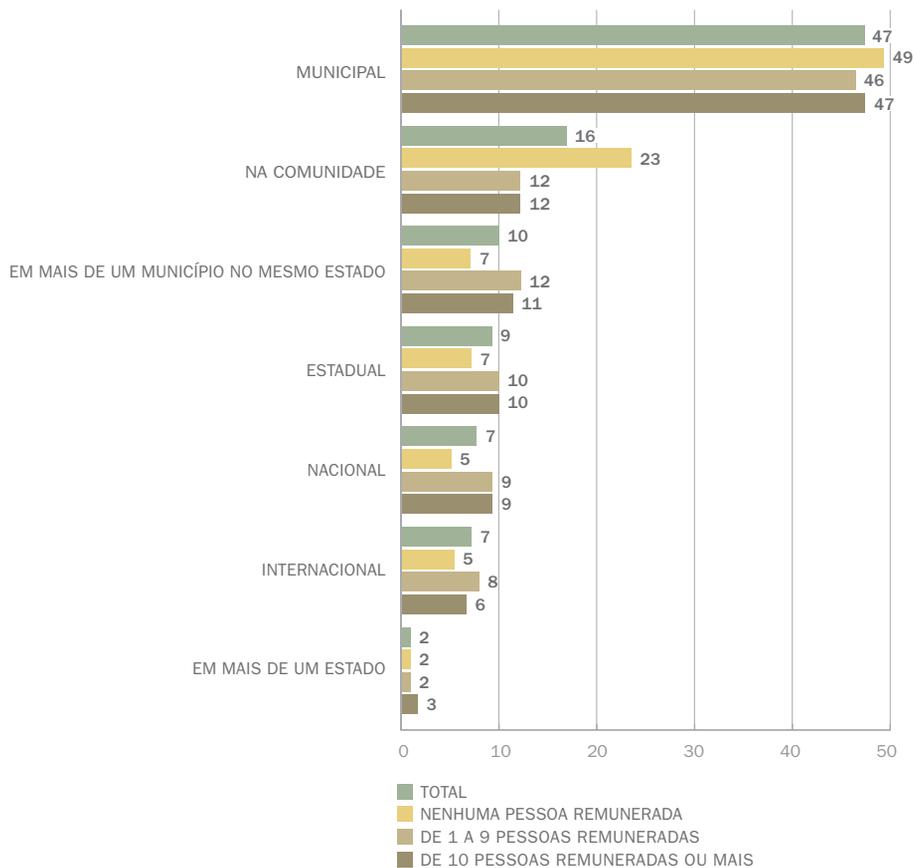
Quanto ao público atendido ou beneficiado pelo trabalho das organizações, os mais citados na pesquisa foram crianças e adolescentes (57%), jovens (53%), e mulheres (45%), conforme os dados do Gráfico 2. Um considerável percentual de organizações declarou não ter foco em nenhum público (13%), atuando sem um enfoque em uma população determinada. Além disso, um grupo relevante de organizações mencionou mais de três públicos diferentes, expondo um amplo leque de atuação.

GRÁFICO 2
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PÚBLICO-ALVO DAS ORGANIZAÇÕES
Percentual sobre o total de organizações



Em termos da abrangência da atuação, quase metade das organizações declararam atuar no âmbito municipal, o que marca a prática de trabalho predominantemente local (Gráfico 3). A característica é mais perceptível quando analisado o porte. Quanto menor a organização, mais local é a sua atuação, como se percebe na proporção de organizações sem pessoas remuneradas que declararam atuar no nível da comunidade (23%). Nas organizações com 1 a 9 pessoas remuneradas e com mais de 10, essa proporção é um pouco menor (12%).

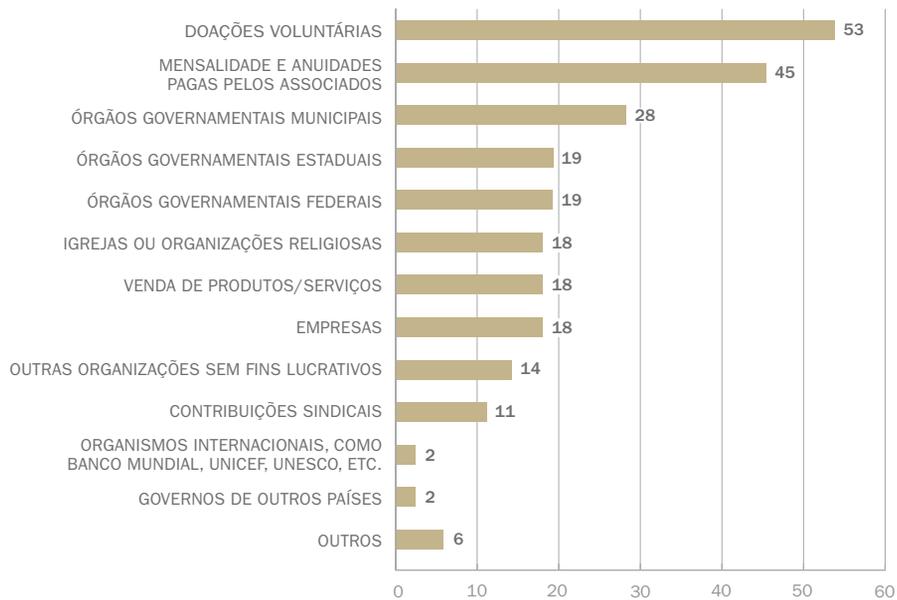
GRÁFICO 3
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO, POR PORTE
Percentual sobre o total de organizações



A questão financeira, como será discutida na seção Capacidades e Habilidades, é uma das principais barreiras para o uso das TIC pelas organizações. Entender de que forma as organizações sem fins lucrativos brasileiras financiam suas atividades auxilia na compreensão das oportunidades que dispõem para um uso mais estratégico das TIC.

O Gráfico 4 apresenta a fonte de recursos das organizações. As doações voluntárias surgem como a principal fonte de financiamento ao serem mencionadas por mais da metade das organizações (53%). Em segundo lugar, encontram-se os recursos advindos de mensalidade e anuidades pagas pelos associados (45%), uma fonte que possibilita uma maior perenidade dos recursos. Já os recursos originados em órgãos governamentais são mencionados em escala menor: 28% quando se trata de órgãos municipais e 19% quando se trata de órgãos federais e estaduais.

GRÁFICO 4
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR FONTE DE RECURSOS
Percentual sobre o total de organizações



As organizações de pequeno porte possuem mais recursos originados de doações voluntárias, enquanto as de maior porte contam com repasses de órgãos governamentais. As doações voluntárias são a fonte de financiamento de 61% das organizações sem pessoas remuneradas e de 40% das organizações com mais de 10 pessoas remuneradas. Os recursos de órgãos governamentais municipais estão presentes em 43% das organizações com mais de 10 pessoas remuneradas e em 24% das organizações com nenhuma pessoa remunerada.

É interessante notar que as organizações das regiões Norte/Centro-Oeste e Nordeste citaram os recursos provenientes de órgãos federais em maior proporção que a média: 13% e 11%, respectivamente, contra 7% no total.

Os indicadores de perfil da organização sem fins lucrativos ratificam uma grande heterogeneidade, em especial quando se considera o porte das instituições, baseado na quantidade de pessoas remuneradas envolvidas. Essas diferenças, como veremos, afetam substancialmente as formas e a complexidade de uso das tecnologias de informação e comunicação.

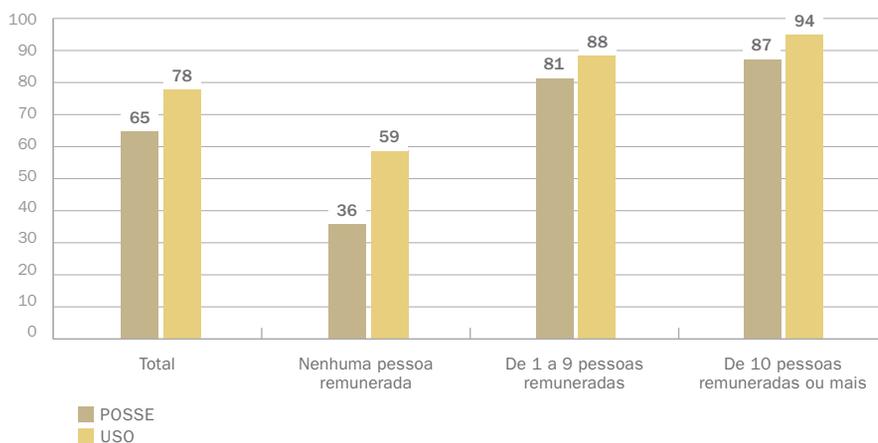
Cabe destacar, ainda, que as organizações sem fins lucrativos têm crescido no Brasil. A pesquisa Fasfil, do IBGE, aponta que houve um acréscimo de 8,8% no número de fundações sem fins lucrativos entre 2006 e 2010. Esse cenário de crescimento reforça a necessidade de acompanhar as características e as tendências de atuação do setor.

INFRAESTRUTURA E USO DE TIC NAS ORGANIZAÇÕES

Após analisar o perfil das organizações, cabe traçar um cenário da infraestrutura de TIC e o seu uso para apoiar as atividades-fim das entidades. A pesquisa apura resultados sobre indicadores de posse e de uso de equipamentos TIC. A decisão de investigar esses dois indicadores está ligada ao fato de que algumas organizações podem utilizar as novas tecnologias apesar de não possuírem estrutura própria, pois contam com equipamentos particulares de seus membros ou utilizam centros públicos de acesso, tais como *lanhouses* e telecentros.

Os resultados da pesquisa indicam que 13% das organizações que são usuárias de computador não possuem o equipamento (Gráfico 5). Essa diferença – provavelmente relacionada às limitações do custo do acesso – é mais significativa quando se analisa os dados por porte. Entre as organizações sem pessoas remuneradas, 59% utilizam computador, mas apenas 36% delas possuem tal equipamento. Essa diferença diminui nas organizações com 1 a 9 pessoas remuneradas e nas organizações com 10 ou mais pessoas remuneradas.

GRÁFICO 5
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM COMPUTADOR OU QUE UTILIZARAM COMPUTADOR NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR PORTE
Percentual sobre o total de organizações



Quando analisadas as atividades-fim, vemos que o percentual de organizações que possuem computador foi maior entre associações patronais, profissionais e sindicais: 93% delas afirmam possuir computadores, enquanto aquelas das áreas de educação, lazer e cultura declaram uma proporção mais baixa (74%).

Ao traçar um paralelo com o uso de computadores pelas empresas brasileiras, observa-se que apenas as organizações de maior porte, com mais de 10 pessoas remuneradas, estão em patamar semelhante ao de empresas que utilizam computador, que chegou a 98% em 2012 (CGI.br, 2013).

Além da posse e uso de computadores, as organizações foram questionadas sobre a introdução e o desenvolvimento de *softwares*. Os resultados mostram que a maioria das organizações sem fins lucrativos brasileiras não introduziu *softwares* novos nem que passaram por algum aperfeiçoamento significativo nos 12 meses anteriores à pesquisa. A proporção de organizações que o fizeram é de apenas 6% e se torna ainda menor entre as organizações sem pessoas remuneradas (3%).

Esse indicador também fez parte da pesquisa TIC Empresas 2012, segundo a qual 33% das empresas com 10 ou mais pessoas ocupadas declararam que introduziram novos *softwares* ou tiveram *softwares* que passaram por aperfeiçoamento significativo no ano de 2012. O contraste entre os indicadores revela um grau de adoção mais básica das TIC pelas organizações sem fins lucrativos, já que a introdução de *software* indica maior diversificação e um uso mais complexo do computador e da Internet.

A infraestrutura das organizações também pode ser medida para além da presença de computadores e *softwares*. As redes de computadores possuem um papel fundamental para o uso compartilhado dos equipamentos no interior das organizações e para a capacidade de uso das TIC. No total, 44% das organizações sem fins lucrativos possuem algum dos quatro tipos de redes pesquisados (LAN/rede com fio, LAN/rede sem fio, intranet e extranet). Essa mesma proporção entre as empresas brasileiras foi de 96% (CGI.br, 2013).

Entre as organizações sem pessoa remunerada e as que possuem de 1 a 9 pessoas remuneradas, 37% possuem redes. Tal semelhança pode ser explicada pela proximidade entre os dois portes em relação ao número total de computadores que as organizações possuem. Por outro lado, aquelas com 10 ou mais pessoas remuneradas apresentam percentuais maiores de posse de redes (56%), demonstrando maior complexidade de infraestrutura TIC.

A pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos também buscou identificar o aspecto da mobilidade, seja por meio da presença de computadores portáteis e *tablets*, ou pelo uso de celulares corporativos. Tais dispositivos permitem acesso fora da sede da organização e podem trazer impactos significativos nos resultados das tarefas realizadas. Com relação ao tipo de equipamento, o computador de mesa ainda é preponderante, estando presentes em 94% das organizações sem fins lucrativos que possuem computadores. Mas também é alta a incidência de dispositivos móveis como computadores portáteis e *tablets*, com 58% e 10% respectivamente. O cenário é similar ao apresentado na pesquisa com as empresas brasileiras, pela qual se identificou que em 98% das empresas que usam computadores há computadores de mesa, em 68% existem computadores portáteis e em 19% os *tablets* (CGI.br, 2013).

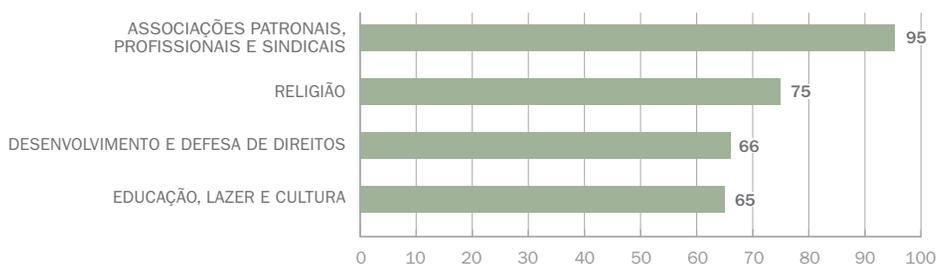
Em 24% das organizações pesquisadas os celulares corporativos são utilizados – esse percentual é bastante inferior à proporção de 72% das empresas brasileiras que fizeram uso dessa tecnologia em 2012 (CGI.br, 2013). A utilização dos celulares é menor nas organizações sem pessoas remuneradas (8%), enquanto aumenta nas de maior porte: 42% das organizações com 10 ou mais pessoas remuneradas declararam utilizar celulares corporativos. O uso desse tipo de tecnologia também é mais frequente entre as associações patronais, profissionais e sindicais, com 45% das menções, e entre aquelas ligadas à religião, com 28%.

É interessante notar a presença de celulares corporativos entre as organizações que possuem computador, demonstrando uma concentração maior de tecnologia entre elas. Chegou a 34% a proporção das organizações que possuem computador que declararam ter utilizado esse equipamento, frente a 8% nas organizações que não possuem computadores.

ACESSO À INTERNET E TIPOS DE CONEXÃO

Traçado um perfil dos equipamentos TIC presentes nas organizações, a pesquisa passa à análise dos usos que elas fazem da Internet. De acordo com a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos 2012, 72% das organizações sem fins lucrativos brasileiras utilizam a Internet. Essa proporção varia consideravelmente quando analisados os portes das organizações: 52% nas instituições sem pessoas remuneradas, 81% e 91%, respectivamente, naquelas com 1 a 9 pessoas remuneradas e nas demais acima de 10 pessoas remuneradas. Também é possível observar diferenças significativas ao considerar as atividades-fim (Gráfico 6).

GRÁFICO 6
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR ATIVIDADE-FIM
Percentual sobre o total de organizações



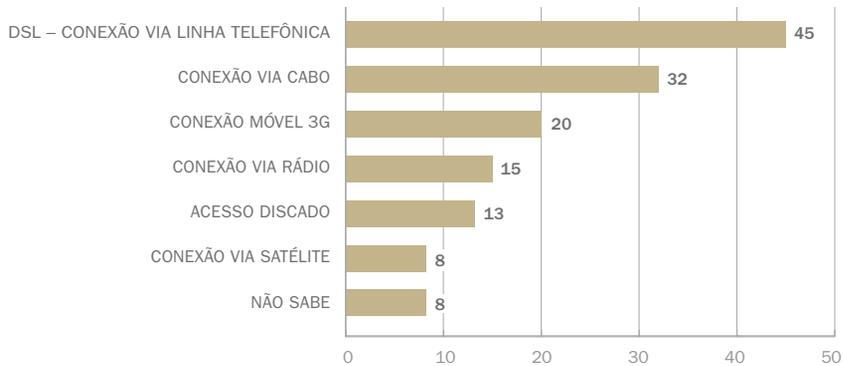
Comparativamente, o acesso à Internet é uma realidade para a totalidade das empresas brasileiras (97%), independentemente do porte, conforme mostra a pesquisa TIC Empresas 2012 (CGI.br, 2013). Ainda que as organizações sem fins lucrativos estejam um pouco distantes da realidade das empresas brasileiras, vale ressaltar que o percentual observado para as instituições é superior à média de domicílios brasileiros com acesso à Internet (40%), de acordo com a TIC Domicílios 2012 (CGI.br, 2013).

Os resultados da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos revelam que o tipo de conexão mais utilizado é o DSL – via linha telefônica (Gráfico 7). Há pouca variação em relação ao tipo de conexão possuída pelas organizações das diferentes regiões do país. A presença da conexão via cabo é maior entre as organizações sediadas no Sudeste (32%), enquanto a conexão via rádio é mais frequente na região Sul (20%).

Embora o percentual de organizações que utilizam conexões de banda larga¹ seja relativamente alto, a proporção de organizações que utilizam acesso discado à Internet (13%) chega a ser quase o dobro do que se registra entre as empresas brasileiras (7%), também na comparação com dados da TIC Empresas 2012 (CGI.br, 2013).

¹ Considera-se banda larga as conexões via DSL, via cabo, rádio e satélite.

GRÁFICO 7
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ACESSARAM A INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES,
POR TIPO DE CONEXÃO UTILIZADA
Percentual sobre o total de organizações que possuem computador

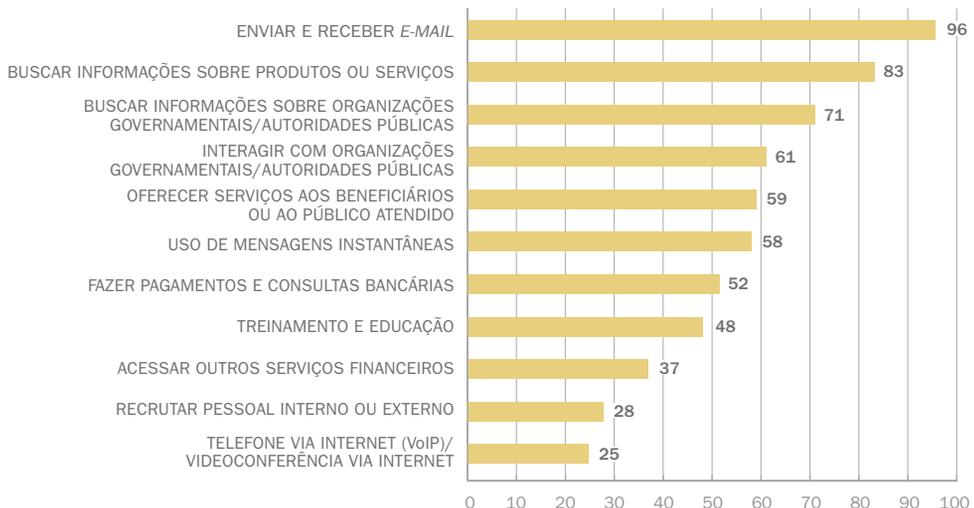


ATIVIDADES REALIZADAS NA INTERNET

Diante da constatação da infraestrutura de computadores e de acesso à Internet nas organizações sem fins lucrativos brasileiras, torna-se necessário um aprofundamento da investigação sobre as ações realizadas por meio das TIC, para analisar como podem contribuir estrategicamente com as atividades das organizações, considerando suas necessidades e propósitos específicos.

O primeiro indicador que contribui para essa análise é o que diz respeito às atividades realizadas pela Internet para fins de trabalho (Gráfico 8). É possível identificar um padrão de uso similar ao encontrado entre as empresas brasileiras. Há a predominância do uso de *e-mails* (96%) – recurso que pode denotar um uso mais básico da rede –, seguido de buscas de informação sobre produtos ou serviços (83%).

GRÁFICO 8
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA NA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
Percentual sobre o total de organizações que utilizam Internet



O indicador de atividades realizadas na Internet pelas organizações demonstra uma grande variação no patamar das atividades consideradas mais básicas e mais complexas. Nas respostas das organizações, ainda são pouco citadas atividades como treinamento e educação (48%), recrutamento de pessoal interno ou externo (28%) e uso de telefone via Internet (25%).

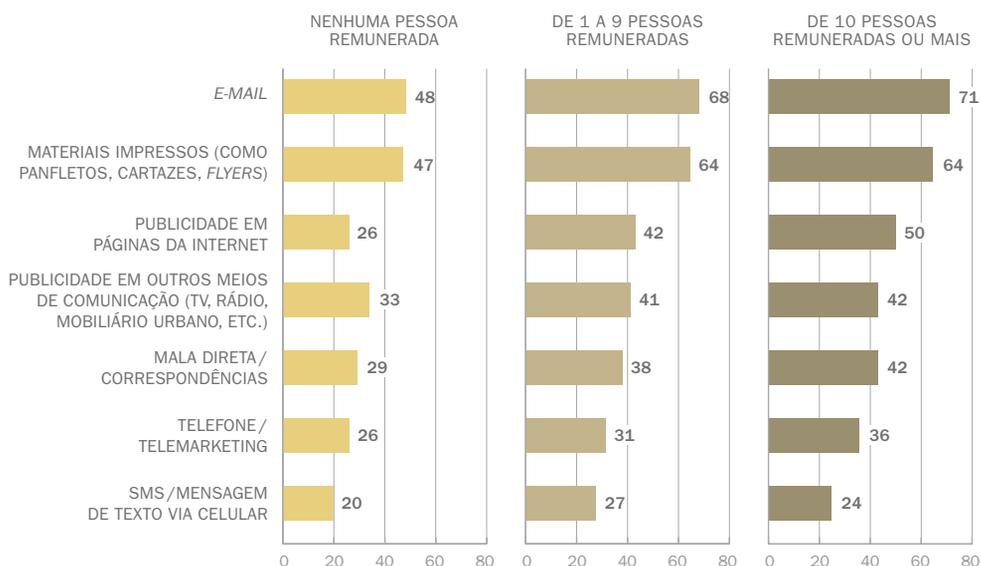
É interessante notar uma diferença substancial entre os portes de acordo com a complexidade da atividade. Enquanto 93% das organizações sem pessoas remuneradas declararam utilizar a Internet para envio e recebimento de *e-mails*, 99% daquelas com mais de 10 pessoas remuneradas executaram essa atividade. Para treinamento e educação, essa diferença é ainda maior: 37% das organizações com nenhuma pessoa remunerada, ante 65% daquelas com 10 ou mais pessoas remuneradas.

Nas atividades relacionadas a oferta de serviços aos beneficiários ou público atendido, destacam-se as organizações com as atividades-fim que reúnem associações patronais, profissionais e sindicais, pois 76% delas declararam utilizar a Internet para oferecer serviços aos seus beneficiários.

De forma a avaliar se tais tecnologias contribuíram com algumas de suas tarefas, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos investigou também meios para divulgação de suas atividades. De modo geral, pode-se observar a convivência de mídias tradicionais de comunicação com outras digitais. Os dois principais meios de comunicação utilizados pelas organizações para divulgarem suas atividades demonstram isso: 61% utilizam *e-mail* e 57% materiais impressos (como panfletos, cartazes, *flyers*, etc.).

Essa tendência se mantém mesmo quando observado o porte (Gráfico 9), ainda que as proporções diminuam de acordo com o tamanho da organização. Nota-se que aquelas sem pessoal remunerado usam os meios analisados pela pesquisa em menor proporção.

GRÁFICO 9
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE DIVULGARAM SUAS ATIVIDADES, POR TIPO DE MÍDIA NOS ÚLTIMOS
12 MESES, POR PORTE
Percentual sobre o total de organizações



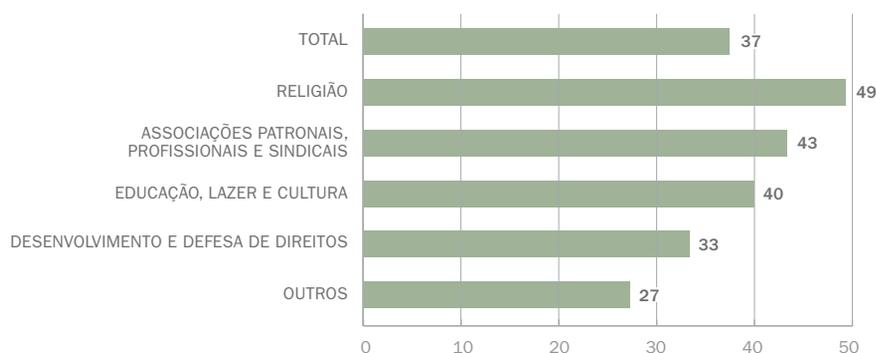
CAPACIDADES E HABILIDADES

Para se investigar as capacidades em TIC nas organizações, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos apresenta indicadores que podem ser relacionados ao uso mais estratégico das tecnologias – aqueles que provavelmente requerem maior habilidade, como, por exemplo, a presença na Internet por meio de *websites* e redes sociais ou o uso de serviços de governo eletrônico.

O primeiro desses indicadores diz respeito à existência de *website* das organizações e aos recursos nele oferecidos. A ferramenta pode contribuir para ampliar a visibilidade institucional das organizações, e, nesse sentido, publicar e manter uma página na Internet se configura como uma importante ferramenta de comunicação e divulgação das atividades realizadas.

A pesquisa revelou que menos da metade das organizações sem fins lucrativos brasileiras que utilizam a Internet possuem *website* (37%). Como mostra o Gráfico 10, as organizações cujas atividades-fim mais se encontram presentes na Internet por meio de *website* são religião (49%) e associações patronais, profissionais e sindicais (43%). Em menor proporção, estão as que trabalham com desenvolvimento e defesa de direitos (33%) e outros temas (27%).

GRÁFICO 10
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM *WEBSITE* OU PÁGINA NA INTERNET, POR ATIVIDADE-FIM
Percentual sobre o total de organizações com acesso à Internet



Os recursos oferecidos nos *websites* podem revelar em que medida as organizações fazem uso estratégico dessa ferramenta, além de indicar se a *web* está sendo utilizada para viabilizar a missão das próprias organizações. Conforme o Gráfico 11, os recursos mais disponibilizados são aqueles voltados para a divulgação de informações, como notícias (86%), informação sobre atividades da organização (86%), publicações e estudos (55%), informações e balanços sobre prestação de contas (28%) e catálogos de produtos (20%).

Embora grande parte das organizações tenha divulgado notícias e atividades realizadas, um patamar bem menor prestou contas por meio de balanços na Internet – prática que permite que seus financiadores, beneficiários e a sociedade em geral tenham acesso aos gastos e à forma de alocação de seus recursos.

GRÁFICO 11
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR RECURSOS OFERECIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
 Percentual sobre o total de organizações que possuem *website*



Um segundo nível de recursos presentes nos *websites* das organizações está relacionado às ferramentas de interação com os usuários. Aproximadamente metade dos *websites* disponibilizam esses serviços: 51% possuem ferramentas de compartilhamento de conteúdo do *site* em redes sociais e 47% têm cadastro para recebimento de boletins de notícias. São ferramentas que permitem a criação de um vínculo entre visitantes do *website* e a organização, além de viabilizar que outros atores, por meio das redes sociais, divulguem a instituição e suas atividades.

Os recursos menos oferecidos nos *websites* são justamente os que podem ser considerados mais complexos, abrangendo atividades que demandam conhecimentos especializados para seu funcionamento e manutenção. São eles: ferramentas de captação de recursos (22%), acesso a petições, campanhas *on-line* ou abaixo-assinados (19%) e ambientes de educação a distância (17%). Tratam-se de recursos inovadores de interação que atendem a diferentes objetivos da organização, ligados a suas necessidades fundamentais, como financiamento, engajamento e participação. O destaque, nesse grupo, fica para as organizações ligadas diretamente à área de desenvolvimento e defesa de direitos, que são as que mais disponibilizaram a ferramenta para captação de recursos em seus *websites* (28%). Elas também estão em segundo lugar entre as organizações que ofereceram acesso a petições, campanhas *on-line* e abaixo-assinados (21%).

O desempenho das organizações da área de desenvolvimento e defesa de direitos nesse indicador é notável pelo fato de ir na direção contrária ao padrão observado nos demais resultados dessa mesma atividade-fim. Além de serem as organizações que menos utilizaram computador (75%), ao se observar a proporção das que estão presentes na Internet por meio de *website* ou redes sociais, elas são a de menor desempenho. Tal dissensão mostra como essas organizações, apesar de suas dificuldades de infraestrutura, podem utilizar as TIC em busca de resultados relevantes para o trabalho da organização, o que pode ser reflexo da presença de especialistas de TI entre os voluntários ou pessoas remuneradas.

REDES SOCIAIS

Frente à tendência de uso frequente de redes sociais *on-line* em diversos segmentos da sociedade, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos contou com uma série de questões sobre esse fenômeno. Os resultados, como apontado no Gráfico 12, mostram que 52% das organizações sem fins lucrativos estão presentes em alguma rede social, *blog* ou fórum. É um percentual consideravelmente maior do que aquele observado nas empresas brasileiras com 10 ou mais pessoas remuneradas (36%) (CGI.br, 2013), e ainda superior ao de organizações com *website*, como mencionado. Tal resultado indica a importância desse meio para as organizações, principalmente tendo em vista a capacidade de disseminação que as redes sociais permitem a baixos custos.

A presença em redes sociais das organizações de acordo com porte, atividade-fim e região não apresenta variações significativas. Aquelas sem pessoal remunerado utilizam as redes sociais em proporção menor (41%) que a média de todas as organizações (52%), assim como aquelas da atividade-fim desenvolvimento e defesa de direitos (45%).

GRÁFICO 12
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES NA INTERNET POR MEIO DE ALGUMA REDE SOCIAL,
BLOG OU FÓRUM, POR ATIVIDADE-FIM, POR PORTE
Percentual sobre o total de organizações com acesso à Internet



Ainda na busca de qualificar o uso das redes sociais por parte das organizações, foram investigados os tipos de atividades feitas por meio desses canais. É alta a proporção de organizações que interagem com os seus usuários não apenas por respostas a comentários e dúvidas (75%), mas também promovendo campanhas (63%), o que possivelmente indica um uso mais estratégico das redes sociais, e não apenas como um canal de comunicação para divulgação.

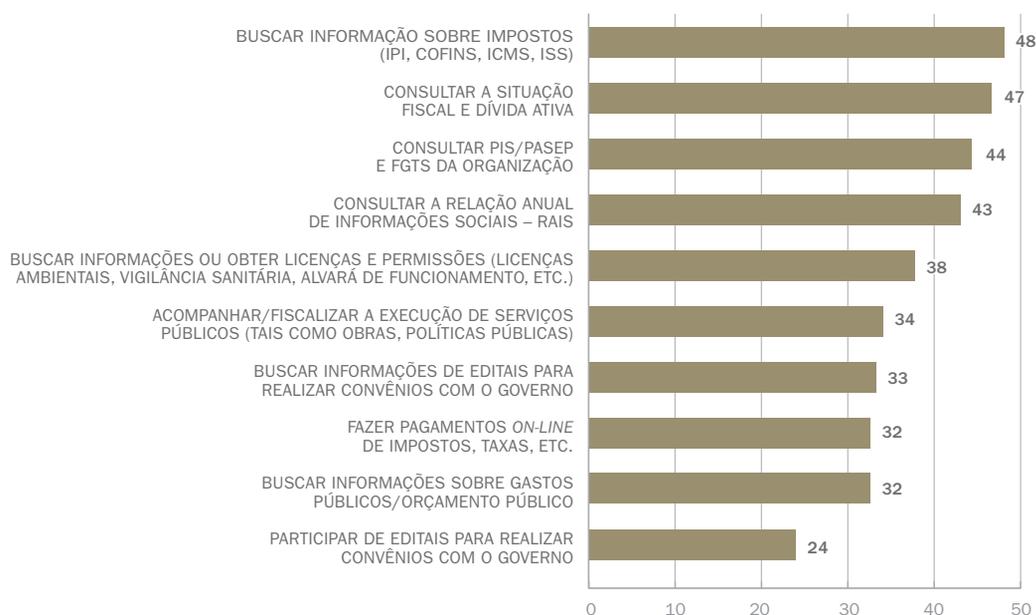
GOVERNO ELETRÔNICO

A pesquisa investiga os serviços de governo eletrônico, ou o oferecimento de produtos e serviços públicos através do uso das TIC para diferentes setores da sociedade. Eles têm como propósito principal a aproximação do governo com os cidadãos, empresas e entidades sem fins lucrativos. O uso dessas ferramentas contribui para a realização rápida e eficiente das atividades do governo que envolve seu relacionamento com os cidadãos e organizações como, por exemplo, a prestação de serviços públicos pela Internet, além de facilitar a comunicação entre o governo e as esferas da sociedade civil. Além disso, a utilização das TIC e da Internet pelo governo pode promover a transparência em relação aos gastos e responsabilidades do setor público.

Em 2012, 83% das organizações declararam ter utilizado algum dos serviços de governo eletrônico relacionados pela pesquisa. Essa proporção é significativamente maior entre as organizações com 10 ou mais pessoas remuneradas: 91%. É o mesmo resultado encontrado na pesquisa TIC Empresas 2012 quanto ao uso de governo eletrônico pelas empresas brasileiras com 10 ou mais pessoas ocupadas (CGI.br, 2013).

Quando analisados os tipos de serviços de governo eletrônico utilizados pelas organizações, nota-se que os percentuais mais altos são registrados nas atividades de cunho mais básico, referente a buscas e consultas de informações, conforme mostra o Gráfico 13.

GRÁFICO 13
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO, POR TIPO DE ATIVIDADE – TOTAL
Percentual sobre o total de organizações com acesso à Internet



Uma proporção menor de organizações sem fins lucrativos mencionam o uso de serviços de governo eletrônico que envolvam atividades de interação, como pagamentos *on-line* (32%) e participação em editais para realizar convênios com o governo (24%). Como observado anteriormente, os diferentes níveis de governo figuram entre as principais fontes de recursos para o financiamento dos trabalhos das organizações sem fins lucrativos brasileiras, o que indica que uma parcela importante das organizações tem interesse na realização de transações de governo eletrônico *on-line*.

Tomando em conta a contribuição do governo eletrônico no sentido de democratizar o acesso a informações públicas e ampliar o controle sobre administração pública, um destaque a ser feito é o fato de cerca de um terço das organizações sem fins lucrativos terem declarado fiscalizar e acompanhar obras e gastos públicos, atividades essas que podem ser consideradas importantes mecanismos de controle e monitoramento das autoridades públicas. Dentre as atividades que podem ser ligadas a esse tipo de responsabilidade nas organizações estão acompanhar e fiscalizar a execução de serviços públicos, realizado por 34% das organizações, e a busca de informações sobre gastos públicos, realizado por 32% delas.

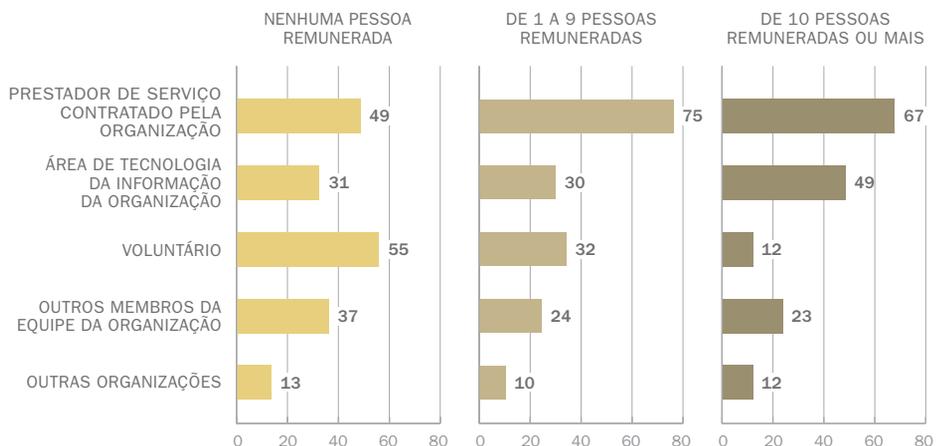
Ambas estão entre as atividades com menor variação entre portes, com 31% das organizações sem pessoas remuneradas declarando ter acompanhado e fiscalizado execução de serviços públicos, frente a 43% nas organizações com mais de 10 pessoas remuneradas. Já no caso de busca de informações sobre gastos públicos, a proporção é de 29% para as organizações sem pessoas remuneradas e 41% para aquelas com mais de 10.

SUPORTE E MANUTENÇÃO

Outro aspecto investigado e que pode indicar acúmulo de habilidades em TIC dentro das organizações refere-se ao indicador de manutenção da infraestrutura e suporte técnico. A contratação de prestadoras de serviço é o principal recurso utilizado pelas organizações para suporte e manutenção dos computadores, realizado por 66% das organizações (Gráfico 14). Muito abaixo desse patamar se encontram as organizações que contam com área de tecnologia da informação para suporte técnico de seus computadores (38%) – o que demonstra a escassez de capacidades internas para lidar com manutenção de equipamentos TIC.

São observadas diferenças importantes com relação ao porte das organizações. Aquelas sem pessoas remuneradas, com 55%, são as que mais contam com a atuação de voluntários para suporte técnico. Já as de maior porte, com 1 a 9 pessoas remuneradas e 10 ou mais pessoas remuneradas, são as que mais contratam esse serviço, respectivamente 75% e 67% delas.

GRÁFICO 14
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE REALIZARAM MANUTENÇÃO E REPARO DE COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR FORNECEDOR DO SERVIÇO, POR PORTE
Percentual sobre o total de organizações que possuem computador



Dialogando com o indicador presente no Gráfico 14, mas focando agora na presença de capacidades acumuladas na organização para o trabalho com as TIC, a pesquisa constatou que menos da metade das organizações pesquisadas (41%) contam com presença de especialista de TI. Vale notar, quando se comparam os portes, que as organizações sem pessoas remuneradas e as com mais de 10 são as que mais contam com especialistas de TI entre as pessoas remuneradas e/ou voluntários, 45% em ambas.

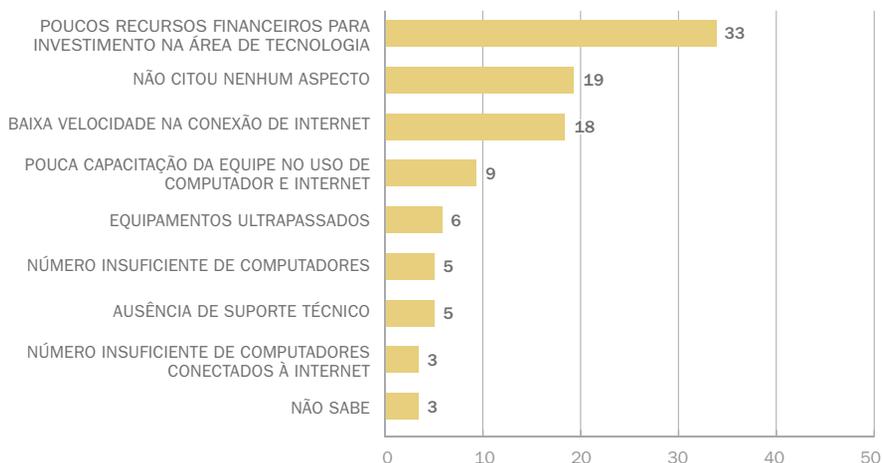
O que os resultados da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos revelam é que, diferentemente das empresas brasileiras, há uma considerável parcela de organizações sem fins lucrativos brasileiras que contam com pouca ou nenhuma infraestrutura TIC, além de alguns dos tipos de uso dessas tecnologias pelas organizações ainda se mostrarem básicos. Adicionalmente, menos da metade delas contam com profissionais qualificados em TIC e apenas um terço possuem uma área de TI, o que torna a adoção e o uso estratégico dessas ferramentas ainda um desafio.

Levando em conta esse cenário, a pesquisa procurou responder a questão das barreiras que as próprias organizações identificam para o uso das TIC. Para além da compreensão desse universo, as respostas a essa pergunta podem oferecer subsídios importantes para o desenvolvimento de políticas públicas que venham a beneficiar essas instituições, de forma a viabilizar usos mais estratégicos das TIC e que possam contribuir para o alcance da missão das organizações.

Quando se identificam as principais dificuldades para o uso do computador e da Internet (Gráfico 15), é interessante notar que, mesmo dentre aquelas que possuem computador e acesso à Internet, a principal dificuldade para o uso dessas tecnologias são os poucos recursos financeiros para o investimento nessa área (33%). Baixa velocidade encontra-se em segundo lugar dentre as principais dificuldades, com 19% das organizações mencionando-a. Problema com capacitação da equipe aparece em terceiro lugar, com 9%.

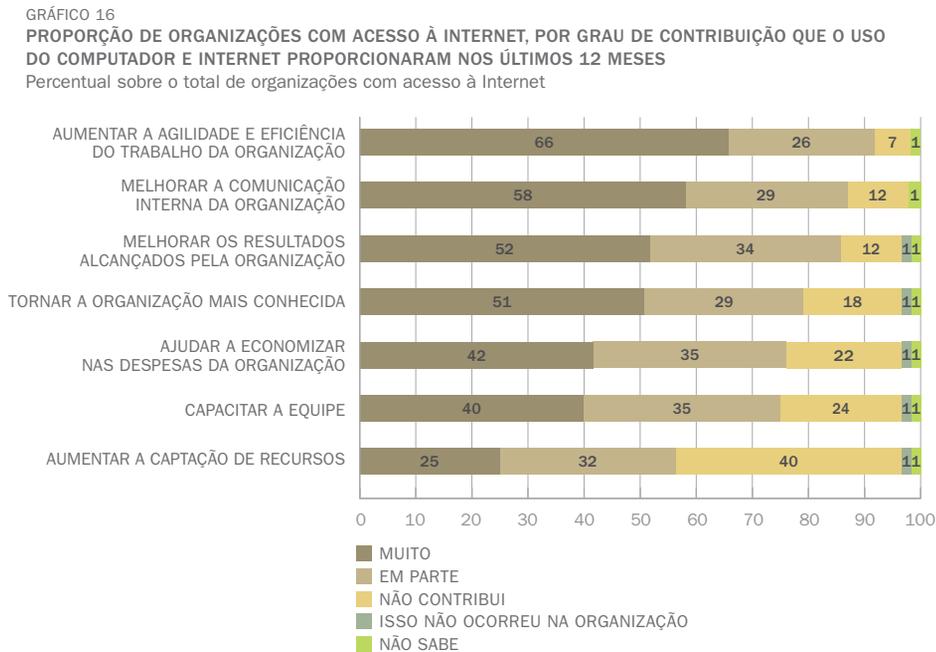
Apesar disso, é importante observar que, quando se pergunta a dificuldade, independente de ser a principal, a reduzida capacitação da equipe é mencionada por 40% das organizações, estando entre os aspectos mais mencionados.

GRÁFICO 15
PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR PRINCIPAL TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DO COMPUTADOR E INTERNET
Percentual sobre o total de organizações que possuem computador



Para além das barreiras para o uso de TIC nas organizações, é importante também avaliar a percepção das organizações quanto ao impacto das TIC para as diferentes atividades e para o desenvolvimento e o alcance de sua missão.

O que pode ser destacado nos resultados (Gráfico 16) é que as organizações têm a percepção de que as TIC contribuem para a realização dos seus trabalhos do dia-a-dia, como para o aumento da agilidade e eficiência dos seus trabalhos (66% delas acreditam que contribuiu muito) e para a melhoria da comunicação interna (58% declaram que contribuiu muito). Esses são resultados que estão em linha, inclusive, com o próprio tipo de uso majoritário das TIC pelas organizações que a pesquisa aqui identificou: usos mais voltados para atividades internas e do cotidiano das organizações.



Por outro lado, mais da metade das organizações com acesso à Internet declararam que o uso de computador e Internet contribuiu muito para que elas alcançassem melhores resultados (52%) e para torná-las mais conhecidas (51%). Esse pode ser um indicador que revela a importância que as organizações dão a essas tecnologias no alcance de seus objetivos.

Não obstante, não é possível observar uma percepção majoritária entre as organizações pesquisadas sobre o impacto das TIC nas finanças da organização, especialmente para o aumento da captação de recursos, sendo que 25% delas declararam que as TIC contribuíram para tal fim. Apesar de nem todas as organizações pesquisadas necessitarem captar recursos para manter suas atividades, é significativo o dado de que 40% delas consideraram que as TIC não ajudaram nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da primeira pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos mostram que, diferentemente do universo empresarial, essas instituições ainda não contam com uma ampla disseminação das TIC. Há uma significativa carência na presença de ferramentas de TIC e na sua utilização pelas organizações brasileiras, o que é ainda mais perceptível quando se observa a diferença entre os portes. As dificuldades para utilização dessas tecnologias são de diversos aspectos, sendo que todas as barreiras foram mencionadas por mais de um terço das organizações. E vão desde infraestrutura e suporte até capacidades técnicas, inclusive passando pela questão financeira.

Apesar disso, entre as organizações que utilizam os recursos das novas tecnologias da informação e comunicação, percebe-se uma grande importância das mesmas para o cotidiano das entidades. Essa constatação pode ser traduzida na presença das organizações em redes sociais *on-line*, o que pode contribuir tanto para a comunicação e divulgação entre o público da organização quanto para a propagação de suas atividades.

Em suma, o universo de organizações sem fins lucrativos é extremamente complexo e heterogêneo, o que gera dificuldades concretas para a criação de indicadores para o setor. Com a primeira edição da TIC Organizações Sem Fins Lucrativos, espera-se oferecer um cenário amplo sobre o tema, que poderá ser detalhado em esforços de pesquisa futuros.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. *The Power of Identity*. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil – TIC Domicílios e TIC Empresas 2012*. São Paulo: CGI.br, 2013. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/2012/tic-domicilios-2012.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO – UNCTAD. *Information Economy Report 2012*. The Software Industry and Developing Countries. Disponível em: <<http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=271>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

DEVELOPMENT AID. *Amartya Sen's Capability Framework*. Publicado em 2011. Disponível em: <<http://kavirao1.wordpress.com/2011/08/30/amartya-sen%E2%80%99s-capability-framework/>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

HECKLER, D.; SAXTON, G. D. The strategic use of information technology by nonprofit organizations: Increasing capacity and untapped potential. *Public Administration Review*, v. 67, 3ª ed., 2007, p. 474-487.

HEEKS, R.; MOLLA, A. *Impact assessment of ICT-for-development projects: a compendium of approaches*. Working Paper no. 36, 2009, Development Informatics Group, Institute for Development Policy and Management, University of Manchester.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

KLEINE, D. *The Technologies of Choice: ICTs, Development, And The Capabilities Approach*. Cambridge. Londres: The MIT Press, 2013.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (Org.). *Controlando la política: ciudadanos y medios en la nueva democracias*. Buenos Aires: Temas, 2002.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNE, F. J. N. Investigando o uso das tecnologias da informação e comunicação por organizações sem fins lucrativos: marco para a definição de indicadores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM 2012, 35º, 2012, Fortaleza. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*.

ENGLISH

FOREWORD

The production of indicators and statistics for monitoring the evolution of the Internet across the most diverse sectors of society is an important role of the Brazilian Internet Steering Committee (CGI.br), and it is a continuous activity of the Brazilian Network Information Center (NIC.br). These data are regularly collected and published, obtained through surveys on the use of information and communication technologies, with sound methodology, making these indicators expressive results of the governance model introduced by the CGI.br in 1995. Subsidizing the society with reliable and current data about the socioeconomic impact of the Internet contributes to more effective and efficient public policies, and to the development of the Internet in Brazil.

Through the publication of the first issue of the ICT Nonprofit Organizations survey in Brazil, the Regional Center for Studies on the Development of the Information Society under the auspices of Unesco (Cetic.br) – a department of the Brazilian Network Information Center (NIC.br) – seeks to generate input for the promotion of the universality principle, as established by the CGI.br's *"Governance and Use of Internet Decalogue"*, that ascertains the Internet as a means for social and human development, and for building an inclusive and equitable society to the benefit of all.

Today, practically all sectors of society have appropriated new technologies and, above all, the functionalities and applications that are available in the World Wide Web, using ICT for refining their activities, monitoring governmental public policies, as well as stimulating communication and expanding the means for contacting and interacting with their communities. The Internet and social networks are important components of civil society organizations, therefore measuring the universalization of Internet access in nonprofit organizations has become an essential activity for understanding the impacts of ICT on development. Thus, our mission to collect, organize and disseminate reliable data about the Internet services in Brazil is achieved.

Reading the results and analyses comprised in this publication, unprecedented in Brazil, will allow not only for a comprehensive look into Internet use in the sector, but will also constitute a source of evidence for the discussion on citizen participation and the knowledge society.

I wish you a good reading!

Demi Getschko

Brazilian Network Information Center – NIC.br

PRESENTATION

The democratic participation processes have increasingly faced with demands for new means of representation. As of the 1990s, the United Nations (UN) has been making efforts to broaden non-governmental representation in its processes, as well as in its global forums. An important milestone in this story was the United Nations Conference on Environment and Development (Eco-92) that took place in Rio de Janeiro.

The progressive dissemination of the Internet revolutionized the ways in which we access information and knowledge, consolidating the perception of the importance of defending the right to communication as an individual right at the beginning of the new century. In 2003, the World Summit on the Information Society – WSIS was started, and with it, the notion of multi-stakeholder processes of discussion and decision gained momentum, mainly in what concerns public policies.

At present, a trendy English word is multistakeholderism – which means the practice of representation and participation of all sectors and groups of interest that are stakeholders in national and international consultation and deliberation processes. Within the scope of the UN and the relationships between States, a multi-stakeholder process is seen as the opposite of a multilateral process, which is understood as involving exclusively governments. There is strong pressure from non-governmental sectors that seek to be effectively present in these processes, attempting, whenever possible, to replace multilateral by multi-stakeholder practices.

Actually, these multi-stakeholder processes are manifested in countless forms, strongly influenced by the attitude of governments in light of the interest groups' participation in processes to formulate and implement public policies. An example in Brazil is the slow development of the Regulatory Framework for Civil Society 16 September, 2011.¹

Another multi-stakeholder process that stands out is the drafting of a letter of principles for governance and use of the Internet in Brazil, the Civil Rights Framework for the Internet, sanctioned in April, 2014.² The framework was elaborated with wide participation of the concerned sectors over more than two years, and faced strong conflicts of interest (particularly of the transnational telecommunication sectors, against network neutrality, and of the great media conglomerates, against the required legal procedures to settle disputes regarding intellectual property restrictions), in addition to divergent opinions surrounding protection of the freedom of expression.

¹ Available at: <<http://www.secretariageral.gov.br/mrosc/historico-1/relatorio>>.

² Available at: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm>.

Both in these national and, mainly, international processes, the qualification of civil entities to use Internet tools has proven to be essential. International forums that discuss Internet governance, for instance, are characterized by various debates and events taking place in and out of the country concomitantly, which requires that representatives of the concerned entities be present. Physical mobility to attend is a limiting factor, especially for entities from the Global South, which rely on scarce resources to effectively participate in these forums.³ Given these difficulties, often multi-stakeholder processes are not egalitarian – they privilege sectors with more resources for mobilization and attendance, such as major enterprises and organizations from developed countries. In this sense, the appropriation of ICT, the Internet in particular, by civil society organizations is an important tool for the participation in these important spaces for discussion and decision concerning the directions of public policies.

From this viewpoint, by releasing the results of the ICT Nonprofit Organizations survey, the Brazilian Internet Steering Committee (CGI.br) provides an important contribution to our understanding of how this sector uses ICT to develop its activities and objectives, as well as in its relations with stakeholders via new technologies, the Internet in particular. A good example is the presence of nonprofit organizations in social networks with the aim of mobilizing their target audience in order to achieve their goals. Upon reading the data organized by the Cetic.br in the current publication, this scenario becomes more evident for the government and the society, which contributes to the strengthening of multi-stakeholder spaces for action of the Brazilian society.

Carlos Alberto Afonso

Member of the Brazilian Internet Steering Committee – CGI.br

³ Among them are the processes for definition of international telecommunication norms and regulations of the International Telecommunications Union (ITU), the annual meetings of the Internet Governance Forum (IGF) of the UN, the national and regional preparatory processes for the IGF, events by agencies specialized in technical aspects of network governance, such as the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers – ICANN (distribution of domain names and IP numbers) and the Internet Engineering Task Force – IETF (elaboration of technical standards for the network), in addition to processes with a direct focus in communication within the scope of specific agencies.

INTRODUCTION

The dissemination of new information and communication technologies (ICT) across all sectors of the society has brought opportunities to civil society organizations, above all, by creating new forms of social engagement. In the sphere of nonprofit organizations, a sector that makes an important contribution to democracy and human development, this effect can be perceived more clearly. The dissemination of ICT use among civil society organizations – although displaying lower levels in comparison to other sectors of the country's economy – can positively impact the results obtained by these entities, mainly regarding communication with the communities with which they are engaged.

ICT have been pointed out as fundamental tools to support the constitution of collaboration networks in organizations from the most diverse fields of action. For the United Nations (UN), the organizations can find, through ICT, more efficient and effective ways to carry out their work, helping them to reach more people and, ultimately, do more with the resources they have.¹

The development of reliable indicators and metrics about the role of ICT in this sector guided the planning and execution of the ICT Nonprofit Organizations survey in Brazil. With the goal of understanding the stage of ICT adoption at the facilities of Brazilian organizations, as well as their appropriation by those involved with them – having internationally comparable indicators as reference – the Regional Center for Studies on the Development of the Information Society under the auspices of Unesco (Cetic.br) carried out the Survey on the Use of Information and Communication Technologies in Brazilian Nonprofit Organizations 2012. The data obtained shed light over the situation regarding presence of infrastructure, as well as the ICT uses across organizations, seeking to investigate the possible barriers and motivators that can leverage this use.

The production of ICT indicators and statistics on the nonprofit organization sector also has the goal of supporting strategies to strengthen the sector, as well as to generate input for the academic debate and public policy formulation and implementation.

The survey has investigated specific sectors of these organizations, including entities for the development and defense of rights, religious organizations, foundations, associations and labor unions, and revealed a heterogeneous universe, but bearing great common challenges in terms of ICT dissemination. The organizations have a very regionalized goal, acting mainly on the municipal sphere, and most of them depending on donations to carry out their core activities. In this sense, volunteer workforce within organizations becomes essential, which ultimately determines the specific manner these organizations use ICT.

¹ More information at: <<http://www.un.org/esa/socdev/ngo/docs/2010/directory/ictcso.pdf>>.

On one hand, the results indicate that a significant portion of the organizations still has no access to computers and the Internet (78% of them used computers and 72% the Internet in the 12 months before the interview). Additionally, only 65% own computers. Hence, many of them used devices that belongs to their collaborators. Despite that, it is worth highlighting a positive perception of the organizations regarding ICT incorporation. When asked how ICT use has contributed to a series of issues within the organization, most of them stated there has been a great contribution in making it more popular, improving internal communication, increasing efficiency of the work developed, among others.

It is noteworthy, for instance, the importance of social networks for these institutions, which use them in significantly higher proportions than Brazilian enterprises, with 52% taking part in some online social network.

The resources offered by the organizations, both via websites and social networks, were also investigated in the survey. It is possible to observe that, similarly to the enterprise universe, the organizations tend to offer more basic resources through these online platforms. While 86% of the organizations with websites publish news and information about their activities via websites, 22% provide fundraising tools and 17% maintain a distance learning environment.

The survey also gathers important information about the presence of professional IT experts in the organizations. The data show that only 34% of the organizations have an information technology (IT) department or area, and many of them count on their volunteers to do equipment maintenance and repair (30%). When investigating the presence of IT experts, 41% of the organizations declare having one specialist among the paid workers or volunteers.

Among the barriers for computer and Internet use in the facilities, the most frequently mentioned by the organizations are related to insufficient financial resources, low speed connection to the Internet and lack of training among the team to use computers and the Internet. However, when the main barrier was investigated, cost related issues placed considerably higher than the others, at 33%.

Through this in-depth view of the sector, we hope the ICT Nonprofit Organizations results can subsidize actions that support strategic ICT incorporation in these organizations and into the activities they perform.

The ICT Nonprofit Organizations survey has the fundamental support of leading organizations of the sector, such as the Brazilian Association of Non-governmental Organizations (Abong), the Group of Institutes, Foundations and Companies (Gife), among others. In addition, it is important to emphasize the technical support from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Institute for Applied Economic Research (Ipea), as well as the support of specialists from renowned universities.

This publication is structured as follows:

Part 1 – Articles: it brings texts written by academics and by representatives of national organizations, examining highly important issues for the debate regarding the nonprofit organization sector. The articles discuss such aspects as the importance of the role these organizations play to civil society up to the role of ICT for them to reach their goals.

Part 2 – Methodological Report and Analysis of Results: it presents the methodological report, description of the sample plan applied to the survey and the analysis of the main results that constitute the scenario of ICT access and use by the organizations engaged in the sector.

Part 3 – Tables for ICT Nonprofit Organizations: it presents the tables of results and breakdowns by variables (size, region and core activity), containing all the indicators regarding the facilities, main respondents of the ICT Nonprofit Organizations survey.

The results of the first edition of the ICT Nonprofit Organizations survey uncover great challenges the sector still endures in terms of ICT infrastructure needed for the development of their activities and the sector. The advancements in Internet access and availability of resources capable of widening the reach of their work are also noticeable across the survey's indicators.

All the effort put in the production of the CGI.br's surveys has the primary goal producing reliable and relevant data for our readers. We hope that the data and analysis presented in this edition represent an important input, and that they be widely used by public administrators, academic researchers, private sector companies and civil society organizations on their initiatives targeted at building an information and knowledge society.

Enjoy your reading!

Alexandre F. Barbosa

Regional Center for Studies on the Development of the
Information Society under the auspices of Unesco (Cetic.br)

ARTICLES

ICT IN BRAZILIAN NONPROFIT ORGANIZATIONS: PROGRESSING TOWARDS THE DEVELOPMENT OF ICT INDICATORS ¹

Fabio Senne² and Alexandre Barbosa³

Information and communication technologies (ICT) have significantly transformed key aspects of the everyday lives of individuals, organizations and governments. Their rapid spread and uptake, particularly that of the Internet as a means of social and business networking, have brought economic, social and political impacts on society.

According to Lévy (1999), a few technological innovations have brought about so many changes to society in such a short time, like ICT hence, new ways of thinking and living together are emerging across the world, and their social impacts have taken center stage in contemporary philosophical and political debates. Castells (2010a) believes that ICT are causing a reconfiguration of contemporary society through complex relationship networks that are socially structured and economically motivated by shared information and knowledge. Mansell (2012) highlights the promises held by the emergence of ICT:

“In the contemporary vision of the information society, the abundance of digital information is seen as creating a new foundation for the expansion of societies based on improved access to and use of ‘knowledge’, and digital networks are seen as creating opportunities for participatory forms of democracy on an unprecedented scale” (MANSELL, 2012, p. 2).

As a consequence of the growing importance of the new technologies, the study of the social impacts of ICT on individuals and organizations has been the object of research beyond the specialized area of applied computing; it has drawn attention from areas such as

¹ Adapted from the work presented at the 12th International Conference on Social Implications of Computers in Developing Countries, Montego Bay, Jamaica, May 2013.

² Master's degree in Communication from University of Brasília (UnB), a Bachelor's degree in Social Sciences from the University of São Paulo (USP). Project Coordinator at the Regional Center for Studies on the Development of the Information Society under the auspices of Unesco (Cetic.br).

³ Ph.D. in Business Administration from the Getulio Vargas Foundation (FGV-SP), Master's degree in Business Administration from the University of Bradford, Master's degree in Computer Science from the Federal University of Minas Gerais (UFMG), and a Bachelor's degree in Electrical Engineering from the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC-MG). Postdoctoral research at HEC Montréal, Canada. General manager at the Regional Center for Studies on the Development of the Information Society under the auspices of Unesco (Cetic.br).

organizational studies, sociology and anthropology (AVGEROU *et al*, 2004; CIBORRA, 2002). In the context of human and social sciences, studies on the importance of civil engagement in the political and economic life have been gaining momentum in the international sphere. In Brazil, the reinstatement of democracy in the 1980s invigorated civil society engagement and the nonprofit sector – a process that coincides with the emergence and spread of ICT.

ICT are a critical component for nonprofit organizations and the role they play in society, as they enable new means of social engagement mediated by technology. This article reviews literature on the relation between ICT and civil society organization, introducing the capability approach proposed by Sen (2010) as a useful perspective to assess the impacts of the use of ICT in nonprofit organizations.

CIVIL SOCIETY AND ICT FOR DEVELOPMENT

Numerous studies have revealed the importance of citizen engagement in consolidating democracy and promoting development. The acknowledgement of the importance of associativism and civil society organizations to the political and economic life of a nation has been underscored by several fields of the human and social sciences, especially since the establishment of a liberal tradition deeply influenced by Alexis de Tocqueville in the 19th century. Authors have, for instance, highlighted the relationship between active citizens that embody public spirit and the enhanced performance of institutions and economy (PUTNAM, 1996).

The vigor of a democracy – beyond the functioning of administrative controls and the political accountability that is held during elections – is somewhat related to the existence of “social accountability”, which is defined as a vertical, non-electoral mechanism to control political authorities, based on the actions of a wide range of associations, social movements and media. These stakeholders’ initiatives are aimed at monitoring the behavior of public servants, exposing and reporting illegal acts, as well as activating horizontal control agencies (PERUZZOTTI; SMULOVITZ, 2002).

Amartya Sen (2010), one of the architects of the concept of human development, also emphasizes the vital role of civil rights and open debate not only for the ultimate purpose of development, but also as a means of attaining it:

“It can indeed be argued that a proper understanding of what economic needs are – their content and their force – requires discussion and exchange. Political and civil rights, especially those related to the guaranteeing of open discussion, debate, criticism, and dissent, are central to the processes of generating informed and reflected choices. These processes are crucial to the formation of values and priorities, and we cannot, in general, take preferences as given independently of public discussion, that is, irrespective of whether open debates and interchanges are permitted or not” (SEN, 2010, p.153).

With the emergence of new digital technologies, several authors have seen opportunities for new means of social engagement. This perspective is evidenced, for instance, in the concept of “electronic democracy” or how ICT can promote “the elaboration of urban problems by local citizens themselves, the self-organization of local communities, the participation in

deliberations by those directly affected by them, the transparency of public policies, and their evaluation by citizens" (LEVY, 1999, p.186). This trend is also identified by Castells, who points out that the expansion of new technologies promotes increased monitoring of local governments, as new means of participation and querying expand and are made available to citizens (CASTELLS, 2010a).

Another important characteristic of social movements in the "Age of Information" is a certain lack of institutionalism, or, in other words, the fact that they do not necessarily form within civil society's organizations. "They introduce, from the outset, an alternative social logic, distinct from the principles of performance around which dominant institutions are built" (CASTELLS, 2010b, p.387). Decentralization and global articulation are also prominent in stemming new social movements, such as the environmentalist movement, the women's rights protection movement and anti-globalization movements (CASTELLS, 2010a, p.427). From the citizens' perspective, therefore, a dynamic relationship emerges between increased engagement in local and global spheres, empowered by new possibilities for more direct and participatory democracy, based on a planetary and community-centered approach to problems (LEVY, 1999).

ICT also fuel the idea that relationship standards and affiliation to certain causes and actions have become more fluid and autonomous than, for example, affiliations to formal organizations. As argued by Benkler, "the very fluidity and low commitment required of any given cooperative relationship increases the range and diversity of cooperative relations people can enter, and therefore of collaborative projects they can conceive of as open to them" (BENKLER, 2006, p. 9).

Furthermore, another aspect of the profile of citizen engagement enabled by the popularity of the Internet – an icon of the contemporary networked society – is the possibility to increase citizens' autonomy to create their own means of expression by making them less dependent on the commercial mass media (BENKLER, 2006). As highlighted by Castells, online access to information and communication mediated by computers creates possibilities for advertising and retrieving information, as well as for interaction and debate through an autonomous and electronic forum that supersedes media control (CASTELLS, 2010a).

Transformations in how the media industry operates and how the population views its relationship with the communication media permeate the concept of convergence. According to Jenkins (2006), convergence represents a paradigm shift, a movement towards increased interdependence in communication systems, with several means of access to media contents; it involves increasingly complex relationships between the "top to bottom" corporate media and the "bottom-up" participatory culture (JENKINS, 2006, p.43).

The aim of this article is not to dissect the literature on the most recent impacts of new means of social engagement enabled by the Internet or the effective impacts of the changes taking place. It is worth noting, however, that these changes have been the center of public debate in numerous nations, e.g., the repercussions of a wave of protests and movements in the Arab world which started in 2010 became known as the "Arab Spring." In Brazil, the recent wave of protests started in June 2013 is also mentioned as a case of online social mobilization mediated by social networks on the Internet. From the perspective of academic literature, the most recent reviews reveal a growing body of research on the possibilities created by the Internet for political and social mobilization (FRIEDLAND; ROGERSON, 2009).

There are, however, areas with significant gaps to be explored in future research, particularly to assess whether the goals set by nonprofit organizations and movements have effectively been reached, and whether they are sustainable in the long term.

“[...] it will be important to look longitudinally at this type of event where online collective action takes place to determine what persistent change(s) may come as a result of the initial movement. Future research into both the impact and sustainability of online political and social movements should be quantitatively based to the extent possible” (FRIEDLAND; ROGERSON, 2009, p 6).

ICT IN NONPROFIT ORGANIZATIONS

In recent years, academic literature has also attempted to establish connections between ICT and socioeconomic development, assuming a direct or indirect relationship between technologies and economic growth, social development and democratic participation (GIGLER, 2011).

Despite the great attention attracted by innovative means of engagement using ICT – particularly the prolific body of research on online engagement in movements emerging during social crises or related to electoral accountability –, there still exists little academic production that aims at assessing the impact of ICT on the routines of nonprofit organizations (DENISON; JOHANSON, 2007). There are, for instance, few studies on the effects of technology on how the nonprofit sector operates, and there is a dearth of literature to steer more systematic research (SAIDEL; COUR, 2003).

From the perspective of management studies, investigations have acknowledged the potential of these new technologies for reshaping organizations internally, reconfiguring their relationships with networks of organizations and redefining how they relate to citizens, suppliers, clients and governments (BURT; TAYLOR, 2000). NGOs are beginning to regard interactive technologies as important means of expanding their social interaction networks, increasing their breadth and promoting new connections between several dispersed social players (BACH; STARK, 2002).

Furthermore, there exist several cases that evidence the use of the Internet for recruitment and campaigns led, for example, by Amnesty International, Greenpeace, Oxfam, Doctors without Borders and other institutions. For organizations operating in the field of cooperation for development and human rights, the Internet represents a new way to carry out their activities, as it changes how paperwork, social engagement, and internal and external communications are handled on a daily basis (MENDES, 2006).

Despite their potential, few studies on the topic have shown strategic adoption of ICT by nonprofit organizations. Instead, the use of ICT in this sector seems very basic in most organizations, i.e., limited to communication through e-mails and website creation (SURMAN; REILLY, 2003). Although basic use of information technologies is expanding relatively rapidly, there are several deficit areas, particularly in regards to how skilled nonprofit organizations' leaders are in the use of ICT to fulfill their mission (HACKLER; SAXTON, 2007).

Geller (2010) and her colleagues at the Center for Civil Society Studies of the Johns Hopkins Institute for Policy Studies, in a study carried out across 443 nonprofit organizations in the

United States, found that most institutions have already introduced ICT to some extent in their administrative tasks and in projects and services provided. Most organizations, however, are not happy with how they use integrated technologies to enhance projects and services and acknowledge that they could do more. The study also shows that lack of funding (92%), expertise (71%) and time (85%) are the main barriers preventing organizations from making the most of ICT.

Another periodic study related to the American context is the Nonprofit Technology Survey, from the Bayer Center for Nonprofit Management of the Robert Morris University, which indicates that the most important challenge is insufficient funding. In 2010, the survey interviewed 206 organizations and found important changes in their communication strategies, such as enhanced and increased use and updating of social networks (FORSTER *et al*, 2010).

There have been other specific empirical studies in the United Kingdom (BURT; AYLOR, 2000), Spain (ONEWORLD SPAIN, 2002), Chile (UNDP, 2006) and New Zealand (ZORN *et al*, 2011).

It is worth noting that most of these studies look at whether nonprofit organizations are making a broader use of ICT in a context of increasing demand, fewer resources and increasing competition. The reshaping of communication and mobilization actions, as well as the different forms of appropriation of ICT by organizations, are seldom highlighted by these studies. Hence, few analyses focus on assessing new means of ICT-mediated engagement, such as collaborative and decentralized production – notably activities that require more sophisticated skills.

BUILDING A FRAMEWORK BASED ON THE CAPABILITY APPROACH

Among the many approaches to the concept of ICT for Development (ICT4DEV), the framework around the concept of human development provides a suitable perspective for the design of indicators in the field.

Just as development should not be measured solely in terms of revenue growth, i.e., as a measure of the Gross Domestic Product (GDP) of each nation, the role of ICT requires a more thorough assessment, not one solely based on infrastructure indicators (e.g., number of Internet providers and the number of computers per capita). From the perspective of human development and that of the “capability approach,” traditional ways of measuring the information society must also be reviewed, thus becoming more human-centered (ALAMPAY, 2006). The capability approach views human development as a multidimensional and multidisciplinary process of expanding people’s freedoms (HAMEL, 2010).

The capability approach suggests that more refined measures and indicators be developed to reflect what people can actually do when connecting to specific services, instead of simply measuring their access to them (GARNHAM, 1997). This must be based on the need to assess not only “realized functionings” (what a person actually does), but also the “set of capabilities” available to a person (his/her real opportunities) (SEN, 2010, p.105).

From this particular perspective, ICT only generate improvements in people’s lives to the extent that information capabilities are transformed into actual human and social capabilities expanded in the economic, political, social, organizational and cultural dimensions of their

lives (GIGLER, 2011). Hence, access to ICT is an important prerequisite for their use. Different capabilities available to different individuals, however, determine whether they will be able to convert available opportunities into actual achievements (GIGLER, 2011).

The capability approach usually opposes views on ICT that relate to acquisition and widespread use of ICT with improvements in well-being in a simplistic way, views that emphasize the intrinsically beneficial role of ICT or that tend to apply universal criteria to assess the use of ICT as tools for development (ZHENG, 2007). Hence, the combination of individual and social factors must be taken into consideration in the assessment of development initiatives, as argued by Zheng (2007):

“[...] a computer will have different influence on the lives of a literate person and an illiterate. By the same token, two people with a similar set of functionings may have very different set of capabilities, and vice versa. Two literate, physically and mentally healthy young women in the UK and in Afghanistan may enjoy similar functionings, but they may have very different life chances to lead a life they want, say, to become a medical doctor” (ZHENG, 2007, p. 4).

In the context of research on the impact of ICT by nonprofit organizations, the capability approach can be very useful for assessing how ICT can expand opportunities for organizations to achieve their goals. By placing civil engagement at the center of this study, it contributes to the development of a perspective beyond the traditional methods of measuring ICT access and penetration in organizations. This reference has been used, for instance, in the first edition of the ICT in Nonprofit Organizations Survey, taking three dimensions into account:

- I. The ICT infrastructure (availability of devices, Internet connection, etc.);
- II. Use of ICT (divided into use of computer, Internet and mobile devices);
- III. ICT capabilities/skills accrued by the institution, as reflected by its leaders' and collaborators' ability to use such technologies innovatively.

The objective of these clusters was to measure complementary dimensions enrolled in the capability approach debate, beginning with access to specific “commodities,” the realized functioning regarding these resources and the emerging capabilities. In this sense, what matters is not just the use of ICT tools, but the presence of the necessary skills to adapt this use to the goals of the organization, as well as concern with training activities developed by nonprofit organizations.

This framework also sought to identify elements that hinder the use of ICT and reduce the opportunities available to organizations. The framework also takes into account indicators for measuring the perceived impacts of ICT use by organization leaders. Thus, allowing to identify the differences between organizations that have the same level of ICT use, but reported different values and perceptions regarding the importance of ICT adoption.

The first dimension (Dimension I) of the study involved mapping out the existing ICT infrastructures in organizations. This was fundamental to the study, as having computers and access to the Internet – a situation that is far from universal in Brazil – is a prerequisite to technology use.

Next, researchers sought measures that could characterize “realized functionings,” as defined by Sen (2010). Assessing how the Internet, computers, systems and software were used was one of the objectives. The study of how ICT were used to improve management and optimize how organizations are run was also part of the scope of this investigation (Dimension II). Although the clusters mentioned above are less innovative when compared to other efforts to measure ICT adoption, they were structured to preserve the possibility of comparison between actual ICT use and opportunities for ICT adoption.

Finally, indicators were included to determine the presence of capabilities that can fuel the work of organizations through ICT use (Dimension III). This involved investigating organization representatives’ technology use capabilities and also verifying whether they had specialized teams and were capable of producing ICT-based innovations, such as e-government tools and social networks. This required determining the availability of capabilities that could change the management of organizations and the achievement of developmental benefits for society. Additionally, researchers sought to measure ICT opportunities that could transform patterns of engagement and everyday operations of organizations by enabling collaborative and decentralized actions.

FINAL CONSIDERATIONS

Based on the ICT4DEV concept and the capability approach, as proposed by Sen (2010), this article seeks to provide a practical contribution to the understanding of the uptake of ICT by nonprofit organizations. In the context of this study, the capability approach served to broaden the scope of dimensions to be measured. The indicators presented in ICT in Nonprofit organizations enable the measurement of a large set of items that, in the future, could be part of a more sophisticated index or multivariate analysis to investigate the impacts of ICT in nonprofit organizations. These efforts also coincide with the recent diffusion of ICT4DEV projects, which have created particular interest in the assessment of impacts, as opposed to that of uptake, availability or readiness (HEEKS; MOLLA, 2009).

The design of a sample quantitative survey based on the conceptual framework of the capability approach poses a significant challenge, especially considering the limitations inherent to conducting surveys based on individual interviews and the heterogeneity of these organizations at the micro-level. The outcome of this effort, along with future qualitative case studies, could contribute to the analysis of the impact of ICT in other types of organizations, also contributing to identifying possible ways to increase organizational choices.

Hence, the preliminary suggestions of this study substantiate future research in fields related to the intersection between ICT and society, covering topics such as social innovation, mobilization and participation mediated by technology, electronic engagement, social networks, etc. The design of studies to monitor the sustainability of such interconnections may contribute to determining the actual impacts of the use of ICT by nonprofit organizations. Analysis of the social impacts of technology through indicators that take into account the social, organizational and technological contexts should be considered for future research aimed at broadening the scope of this study.

REFERENCES

AFONSO, C. A. *Internet: quem governa a infraestrutura?* Available at: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=190&Itemid=99999999>. Accessed on: June 25, 2012.

AVGEROU, C. *Information Systems and Global Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ALAMPAY, E. Beyond access to ICT: Measuring capabilities in the information society. *International Journal of Education and Development using Information and Communication Technology (IJEDICT)*, v. 2, n. 3, 2006, p. 4-22.

BACH, J.; STARK, D. Innovative Ambiguities: NGOs' use of Interactive Technology in Eastern Europe. *Studies in Comparative International Development*, Summer, v. 37, n. 2, 2002, p. 3-23.

BENKLER, Y. *The Wealth of Networks*. New Haven and London: Yale University Press, 2006. Available at: <http://cyber.law.harvard.edu/wealth_of_networks/A_Riqueza_das_Redes_-_Cap%C3%ADtulo_1>. Accessed on: June 25, 2012.

BURT, E.; TAYLOR, J.A. Information and Communication Technologies: Reshaping Voluntary Organizations? *Nonprofit Management & Leadership*, v. 11, n. 2, 2000, p. 131-143.

CASTELLS, M. *The Power of Identity*. 2 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

———. *End of Millennium*. 2 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

CEDES. *Perfil das Entidades Associadas à Rede de Informações do Terceiro Setor no Brasil – RITS*. Technical report, Centro de Estudos Direito e Sociedade, 2007. Available at: <<http://www.cis.puc-rio.br/cedes/PDF/cadernos/cadernos%2010%20-%20rits.pdf>>. Accessed on: Jan 10, 2014.

CIBORRA, C. *The Labyrinths of Information: Challenging the Wisdom of Systems*. New York: Oxford University Press, 2004.

DENISON, T.; JOHANSON, G. Surveys of the Use of Information and Communications Technologies by Community Based Organizations. *The Journal of Community Informatics*, v. 3, n. 2, 2007.

FORSTER, J.; FINN, S.; MAHER, J. Indicators of Information and Communication Technology Adoption in the Nonprofit Sector: Changes between 2000 and 2004. *Nonprofit Management & Leadership*, v. 16, n. 3, 2006, p. 277-295.

FRIEDLAND, J.; ROGERSON, K. *How Political and Social Movements Form in the Internet and How They Change Over Time*. Institute for Homeland Security Solutions, 2009. Available at: <<http://sites.duke.edu/ihss/files/2011/12/IRW-Literature-Reviews-Political-and-Social-Movements.pdf>>. Accessed on: June 25, 2012.

GARNHAM, N. Amartya Sen's 'Capabilities' Approach to the Evaluation of Welfare and its Application to Communications. *Journal of the European Institute for Communication and Culture Javnost – The Public*, v. 4, n. 4, p. 1997.

GELLER, S. L.; ABRAMSON, A. J.; DE LEON, E. *The Nonprofit Technology Gap: Myth or Reality?* Technical Report. The Listening Post Project. The Center for Civil Society Studies, Johns Hopkins University, Communique n. 20, 2010.

GIGLER, B. *Informational Capabilities: The Missing Link for the Impact of ICT on Development*. E-Transform Knowledge Platform. Working Paper. The World Bank, 2011.

HACKLER, D.; SAXTON, G.D. The Strategic Use of Information Technology by Nonprofit Organizations: Increasing Capacity and Untapped Potential. *Public Administration Review*, v. 67, n. 3, 2007, p. 474-487.

HAMEL, J. ICT4D and the Human Development and Capability Approach: The Potentials of Information and Communication Technology. *Human Development Research Paper*, 2010.

HEEKS, R.; MOLLA, A. *Impact Assessment of ICT-for-development Projects: A Compendium of Approaches*. Working Paper n. 36. Development Informatics Group, Institute for Development Policy and Management, University of Manchester, 2009.

JENKINS, H. *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York: New York University Press, 2006.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANSELL, R. *Imagining the Internet: Communication, Innovation and Governance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MENDES, M. *Tecnologías de la Información y Comunicación y el Tercer Sector: Contribución de las TIC al desarrollo de las organizaciones no lucrativas*, 2006. Available at: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?id=338>>. Accessed on: June 25, 2012.

ONEWORLD SPAIN. *¿Conectadas? Las ONG españolas en la red*. Barcelona, Spain: Fundació Un Sol Món, 2002.

PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (eds.). *Controlando la Política: ciudadanos y medios en la nueva democracias*. Buenos Aires: Temas, 2002.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SAIDEL, J.; COUR, R. Stephanie. Information Technology and the Voluntary Sector Workplace. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 32, n. 1, 2003, p. 5-24.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SURMAN, M.; REILLY, K. *Appropriating the Internet for Social Change: Towards the Strategic Use of Networked Technologies by Transnational Civil Society Organizations*, 2003. Available at: <<http://mediaresearchhub.ssrc.org/appropriating-the-internet-for-social-change-towards-the-strategic-use-of-networked-technologies-by-transnational-civil-society-organizations/attachment>>. Accessed on: June 25, 2012

TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1977.

UNITED NATIONS – UN. *Handbook on Non-profit Institutions in the System of National Accounts*. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. 316 p. Studies in methods. Series F, n. 91. New York: United Nations, 2002

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. *Desarrollo Humano en Chile 2006: Las nuevas tecnologías: ¿un salto al futuro?*, 2006. Available at: <<http://www.desarrollohumano.cl/informe-2006/tapa-2006.htm>>. Accessed on: June 25, 2012.

ZHENG, Y. *Exploring the Value of the Capability Approach for e-Development*. Proceedings of the 9th International Conference on Social Implications of Computers in Developing Countries, São Paulo, Brazil: May 2007.

ZORN, T. *et al.* Institutional and Noninstitutional Influences on Information and Communication Technology Adoption and Use Among Nonprofit Organizations. *Human Communication Research*, v. 37, 2011, p. 1-33.

COLLECTIVE CIVIL MOVEMENTS IN THE BRAZILIAN TERRITORY

Maria da Glória Gohn¹

INTRODUCTION

Over the last decade, the topics in the Brazilian social agenda have been highlighting themes such as social inclusion, democratization, diversity, differences, cultural rights, identity of the native peoples or population minorities, sustainability, social empowerment, etc. These themes stem from historic socioeconomic problems and have been integrated in government officials' agendas and in public policies after being demanded, debated and pushed by organized civil society actors through civil actions based on non-governmental civil movements or association networks. Who are the protagonists of these collective movements? Are civil movements or organizations the main driving forces behind these actions? What are the main nonprofit organizations in the civil society aimed at collective movements working toward social, economic, cultural and public environmental problems? What part do they play in overcoming social and regional inequality? What are the impacts these demands have over the society and public authorities? What response have they been getting? These are the fundamental questions that inspire this text.

PRECEDENTS

It has become common place to hear about the importance of the civil society, that it is establishing itself internationally as a driving force for change and innovation. However, the concept of civil society has been going through changes that go side by side with the national scenario. In Brazil, it appeared, in an overall manner, during the period of democratic transition, in the late 1970s, when it was introduced into the current political vocabulary and

¹ Sociologist, doctoral degree in Political Science by the University of São Paulo (USP), postdoctoral degree by The New School in New York and professor at the School of Education of the University of Campinas (Unicamp). Visiting professor at the Complutense University of Madrid and at the University of Cordoba (Argentina). Researcher I at the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and vice-president of the Research Committee on Social Classes and Social Movements (RC 47) of the International Sociology Association. She has published 18 books about social movements and non-formal education.

became object of theoretical elaboration. At the time, it became a synonym of participation and organization of the country's civil society in the fight against the military dictatorship. This scenario fostered the emergence of countless collective practices within the civil society, targeted at demanding sociopolitical patrimony and rights denied by the instated regime until then. One of the main articulating axes of civil society at the time was the notion of rights and autonomy. Human and social rights were being demanded for the preservation of human life and decent living and housing conditions, after all, the autonomy for manifesting freely is a basic principle of democracy. It was also about the autonomy to get organized independently from the state.

A direct and participative democracy was seen as the ideal model. Participating in civil society organization practices was an act of disobedience and resistance to the governing political regime. During that period, new actors entered the stage, mainly popular social and grassroots movements, supported by factions of the liberation theology (stemming from various churches, especially the Catholic and Lutheran) and by civil society entities, such as the *Ordem dos Advogados do Brasil – OAB* (Order of Attorneys of Brazil). The issue that became the main point of convergence, with which many different actors identified, was demanding more freedom and social justice.

With the military out of power, as of 1985, the meaning of the term civil society started to change. The progressive building of participation and representation channels required the militants of social movements to adopt new postures and agendas, as they had been gradually losing relevance to the public discourse on civil society. It was no longer about opposing the state, but participating in the negotiation and democratization policies. Additionally, upon returning to a democratic constitutionality, a multitude of new social actors arose as a consequence of new forms of associativism emerging from the political scene, especially the non-governmental organizations (NGO), or other forms of nonprofit civil associations, many of them connected to enterprises and foundations, which made them autonomous institutions, independent from the movements.

In the second half of the 1990s, the political and economic situation in the country changed the dynamics of civil associativism. The civil entities rethought their plans, action planning, strategies, methods of action and elaborated strategic planning. It was a new political moment for rebuilding the country's constitutionality. New topics were introduced, for example, the work with excluded minorities in matters such as gender, ethnic and age groups, etc. Numerous social projects started being sponsored by enterprises and banks as part of social responsibility programs within the scope of corporate citizenship.

Stimulation of the informal sector of the economy led to the emergence of vast productive community networks, expanding the associativism through the development of sociocultural and economic projects alongside populations in need of goods and services. This means that in the 1980s collective action for pressure and demands – previously present in most social movements – gained new nuances as of the 1990s. During the 2000s, civil movements targeted at result achievement – through partnerships encompassing different public and private sectors – prevailed. It is important to remember that after 1988, Brazilian municipalities underwent changes in public administration, with decentralization and the creation of means for the civil society to participate in the political reform of the state. Territories of the cities and micro

regions gained institutional strength to develop sustainable projects and established new relations between the state, the population and the market.

The new context presented us with changes in social policies, diffusion of many state activities in the social area and new federal legislation, making it possible to create social organizations (SO), Public Interest Civil Society Organizations (Oscip) and Public-Private Partnerships (PPP), among others changes. Direct state action over some social services and the operation of these services ceased and was transferred to the private nonprofit sector.

All this contributed to the reconfiguration of the Brazilian civil associativism, opening the path for the creation of dialogue spaces between state and civil society. New institutionalized participation networks were created with councils, chambers, forums and national assemblies implemented by public authorities through social policies to meet the new constitutional demands. These forms of institutionalized participation, regulated by state public sector norms and rules, began occupying the associative space previously dominated by social movements of civil society. Tapia (2009) remarks that to understand the making and dynamics of the subject in activism and social movements in Latin America at the present time, we have to understand the new institutionalized policies in the region. Civil networks focused in sociocultural projects – entities that generate revenue through the solidary economy and public-private partnerships in socioeducational projects in schools – have become dominant in the associativism scenario in the new century, strengthening the base for a local community culture with activists focused on meeting the goals of the social projects with which they are involved, no longer advocating causes and for organizations with political party and labor union connections.

New and old social actors established their goals for gaining space in the political society, especially in the partnerships that were established between the government and the organized civil society via public policies. There was, consequently, an expansion of the range of social actors and of the grounds of civil society. Its consequence was the decentralization of historic subjects in action, previously focused on classes and popular movements. This decentralization from the popular subject and the emergence of a new multitude of actors granted the citizenship concept the same relevance the concept of autonomy had had in the 1980s. Certainly, during the 1970s and 1980s the question of citizenship was already part of the debates and social demands during the fights for democratization, expressed mainly in the *Diretas Já* (in English, Direct Elections Now) movement, the Constituent Assembly, the new Constitutional Letter named the “Citizens’ Constitution”, and in all the popular movements. However, beginning on the 1990s, the issue of citizenship acquired a new meaning, both in the civil society and in the public policies.

New aspects of citizenship emerged, such as practicing civility, social responsibility of the citizen as a whole, etc. This means not only the rights – the structural beams of citizenship concept – but also the duties and responsibilities in the public arena were highlighted. This opened the path for different and new actors to participate in partnership policies between the state and civil society, emphasizing the importance of assigning responsibilities to citizens, enterprises and governmental organizations in the new public policies. There was also the creation of space to take part of these policies through partnerships, managing councils and public social forums. The state policy for distribution and management of public funds, in partnership with the organized civil society, began fostering projects aimed at children, youths, women and indigenous peoples, among others. The mission statements of these projects

and programs became: being propositional, not only demanding; being active and not only passively demanding; becoming integrated or proposing a social project for action. Action via projects started requiring results and deadlines. Many movements were transformed in NGO or were integrated to organizations that already supported them. Associations and NGO were created and self-denominated as “social movements” for expressing a newly created common sense – that being actively pro a collective theme or subject is denominated a “movement”. A new grammar was created and in it, “mobilizing” ceased to have the development of a critical conscience or street protest as a goal; thus, it was transformed in a synonym of “regimenting” or “organizing” the population to participate in social programs and projects. The militant was transformed into an activist who organizes users of social services. Becoming proficient at the codes of new technologies and taking part in social networks became part of this activist’s profile. The social movements *per se* (with leaderships, bases, demands, opponents and antagonists, social conflicts, a sociopolitical project) went back to their starting point or were transformed, as we will see next.

In this new scenario, the civil society expanded and intertwined with the political society. It developed the so called non-state public space, seen in councils, forums and other articulation networks. But who are the protagonists of this new civil society? They are the NGO, the social movements, the commissions, the human rights groups and entities, advocacy groups for the rights of excluded populations – standing for different causes, such as gender, race, ethnicity, religion, people with disabilities. There are countless associations with various profiles, entities of the so called third or nonprofit sector, local, regional, national and international forums, environmentalists, historic heritage protection institutions, community associations and networks in neighborhoods, organizations created by enterprises based on social responsibility policies, popular councils, sectorial councils, institutionalized management councils and various councils for shared public management. All of them, along with the foundations and citizens’ enterprises create this new umbrella which has been defined as civil associativism.

As a consequence of all this, the organized civil society is not homogeneous, nor is it constituted by actors with the same understanding of their social, political and cultural problems. It is quite diversified – in particular the associative and mobilization networks – however, we can group this umbrella of collective actors in four socio-political subjects, as follows:

- A) The social movements – considered empiric categories (which can be localized regionally), or as a conceptual category, a means of structuring social relations, as defined by Melucci (1994).
- B) Nonprofit entities, which are subdivided between independent NGO, charitable entities and those in connection with the corporate world, articulated by the so called third sector.
- C) Forums, councils and national and transnational articulations.
- D) Social project, program and policy management councils considered active social capital by public policymakers.

In this text, we will approach, within the outlined universe, social movements and nonprofit entities structured as NGO and collective civil associations in the Brazilian territory. We will be starting with the movements because of the fact that some of them are the matrices that generated various contemporary civil entities.

I) CONTEMPORARY CIVIL ASSOCIATIVISM: THE SOCIAL MOVEMENTS

The presence of social movements is a constant in the political history of the country, but it is full of cycles, with upward and downward flows – some strategic, some for resistance and rearticulation when confronted with a new situation and the new sociopolitical forces in action. The important thing to emphasize in this area of social strength is the recognition that its actions drive different social changes, as the repertory of causes created by them, the outlining of interests, identities, subjectivities and social group projects. From the 1990s on, many social movements originated other forms of more institutionalized popular organizations, like national forums to fight for popular housing. In the case of popular housing, for instance, the City Statute itself is a product of these fights. The *Fórum da Participação Popular* (Forum for Public Participation) and a number of other forums and local, regional, national and even transnational organizational experiences established practices, diagnosis and agendas for themselves, the society and public authorities. In different Brazilian cities, the Participative Budget and many public programs emerged as a result of this trajectory. Additionally to them, there are the Statute of the Child and Adolescent, the Organic Law of Social Assistance and the public health reform, leading to the creation of the Unified Health System (SUS), as well as the urban reform, civil construction sectorial assemblies, public transportation users' assemblies, tripartite assemblies for the automobile industry, different councils for the management of housing policies, women's rights, people with disabilities, senior citizens, schools and other forms of collegiate, of mediation structures between the state and civil society and the national conferences during the 2000s. All of these are actual examples of the achievements and strength of organized participation.

Social movements in Brazil in the first decade of the new century

Presently in Brazil, social movements are different from those happening at the end of the 1970s and part of the 1980s (popular movements demanding urban improvements, articulated with religious organizations, political groups opposed to the military rule), although some of the current movements, or the framework of their management, are heirs of the 1980s. In those times, the movements fought “to have the right to have rights.” As we can only discuss rights while contemplating the universal picture, we can observe that those movements were not self-centered. Although their circulation did not reach the national and transnational spaces that they have today, most of the movements were not focusing on themselves. They were observing one another – so that they could build their own identity – undergoing the mirror stage, as Lacan would call it. The theme of citizenship was the major articulator in the discourses that sought rights. They wanted to have the rights to have rights. The notion of a new historic subject – the people, one of the structural axes of the popular movements from the 1980s and 1990s – was reformulated in the new millennium, thus granting new directions and meaning to its practices.

The result of this process is a different identity – built upon the association with other social actors – not exclusively centered in the areas of popular actors. It is present in the relationships developed through the new emerging forms of associativism, through the interactions with NGO and the participation in public policies. In a schematic way, we can group Brazilian contemporary social movements in three large categories.

The first one is comprised by identity movements fighting for social, economic, political and, more recently, cultural rights. These are excluded social segments, usually pertaining to popular strata (but not exclusively). Causes such as women's, afro-descendants', indigenous peoples', generational groups' (youths, seniors), people with disabilities', immigrants' can be included in this format. These groups are built from territorial principles (national, state, local) and collective identity traits (language, race, religion, etc.). This category holds what literature calls "the new social movements." The topic of diversity is the prevailing foundation of this category's demands. It can be observed in the identity movements that some began structuring themselves more as organizations, NGO or networks, having little capillarity with social groups organized at the base, very differently from the ones during the 1980s associativist phase, which was called the "movementalist era", when the active subjects were the social movements and mediation agents (NGO, religious organizations, labor unions, etc.) and they had little visibility.

In the second category, we have the movements that fight for better living and work conditions, both in urban and rural areas. They demand access to better land, housing, nutrition, education, health, transport, entertainment, employment and salary conditions, as well as a healthy environment. Some of these movements stand for historic causes and were very active in the fight against inequality and for justice over the two previous decades; others advanced in terms of internal organization. Also, new social movements and organizations have appeared, backing pro-peace and against urban violence acts and demonstrations, and these also are examples of this category (many of them appeared as responses to the new context in the country, with high social crime indices). If before peace counteracted war, in the new century it became desired as a day-to-day necessity of the common citizen – especially in the streets, where drivers fall victim to "express" robberies, kidnappings and death. The environmental movements are one of the examples of this category, although their strength is more visible during events such as the Eco-92, the People's Summit (which will be dealt with further ahead). Mobilizations and movements fostering the recovery of environmental structures, physical environments (as squares and parks), as well as community equipment and services (in healthcare, education, entertainment, sports and other public services that have been degraded in recent years due to neoliberal policies); or even mobilizations of the segments affected by modernization or service expansion projects. The National Movement of People Affected by Dams, hydroelectric power stations, establishment of borders for mineral and vegetable exploration, etc. have expanded, as a means for resistance to the exploration of capital interests in new areas. The popular movement for healthcare, although fragmented during this new century, has joined the fight for price regulation of health insurance, medication, health clinics, etc. Other actors have joined the stage of the movement for transportation, as in the case of van drivers (alternative transportation), creating countermovements (groups that defend corporate interests).

Also in the second category, the fight for education stands out. It has never had high visibility as an independent actor, since its demands were frequently incorporated by teachers' labor unions, as well as labor unions for other education professionals and wider articulations, similarly to the fight for education at the period of the writing of the constitution, carried out by the National Forum in Defense of the Public School. In the first decade of this century, the lack of school capacity led to the "movement of those without daycare", for example. In this synthesis of the types of pro-education social movements, it is necessary to remember the

student's issue and the importance of their return to the public scenario, with a new agenda and new forms of action.

The third category of social movements in the new millennium forms a substantial block – the global, globalizing or transnational movements, as the World Social Forum, the Indignants movement or the People's Summit. These are struggles taking place in sociopolitical and cultural networks, responsible for the globalization of various social, regional, national and transnational movements. Actually, this form of movement is the great novelty of the new millennium, having been structured along the 1990s. During the 1980s, these movements were still in their embryonic stages, configured as social networks defending causes locally or nationally, with agendas and demands confined to their territories. As of the 1990s, various social causes were internationalized rapidly. New social conflicts broke out, covering themes from biodiversity and the biopower to ethnic and religious demands. In this category we find organizations that act in networks, such as the *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (Latin American Coordination of Peasant Organizations – CLOC), that is not structured as a movement with headquarters, board of governors, acting mostly virtually over a network of new issues. These movements go beyond national borders and pose instigating and completely new questions. This third category, as a whole, uses the appropriation of technological transformation to leverage their performance, employing development of means of information, the Internet and expansion of communication networks – albeit the previous categories have also joined this technological circuit – in different levels.

The third category has brought politics back to social movements. This has started at the global financial crisis of 2008, fostering the appearance of many social movements, both in the Western world (Occupy Wall Street and the Indignants in Europe) and in the Eastern world (the Arab Spring among others). Consequently, the movements went from anti-globalization (or alter-globalization) to the rejection of the globalization and its effects over the economy and the society, especially after the economic-financial crisis in 2008. Today, they are acquiring a global scale, as is the case of the Indignants movement against the globalization. Indignation that, by the way, can be analyzed under different perspectives, especially those of morals, values, ethics and social justice, and has been central in collective actions by young people and works as one of the main evaluation parameters of the behavior of dominant groups – both economic and political. The hypothesis we have at hand is that the current transnational movements are causing a renovation in social movements with the same magnitude that was seen in the 1960s. They remodeled their agendas, transforming identity demands (mentioned in the first category above) in group demands, focused on day-to-day problems (employment, finances, salaries, debt, social services such as education and health care, land to inhabit and cultivate, which, by the way, is a secular demand, but now is placed in opposition with agribusinesses and other issues). Consequently, they are making the socioeconomic and policy demands more political, regardless of party structures.

Most of these movements are composed of young people and the predominant type of communication is online, having gained the status of main tool for the articulation of collective actions. For this reason, the analytic resources have to incorporate this important change in the relations that established and structured the movements. The transnationalization stems from these changes. The communication does not take place only through computers and the Internet. Mobile phones and different mobile media devices have become a basic means of

communication and an instant record of action, a fighting weapon generating other actions as a response. Twitter, Facebook, YouTube, LinkedIn and other social networks started being accessed mainly via mobile devices, such as BlackBerrys and iPhones, linked to cyberactivism tools that have been incorporated to the activist's profile. The concern with social and digital networks leads to approaches that treat them as ongoing processes and seek to build methodologies to obtain connections between the local and global spheres, their cognitive interactions from the traces left by digital communication and media. The researcher's job is cognitive and political because they have to track work in order to elaborate the cartography of social processes in formation, not given, ready or finished. It is recommended to retrace paths picking up the restlessness, conflicts and controversies because the networks are polysemic, diverse and not univocal. The studies emphasize how the actors pave their ways through the network, but the researchers continue to weave the net with the elaboration of their cartography. Among the questions posed are what cognitive and political spaces they use, what knowledge they build, how they self-represent and what is the cartography of their collective conflicts (LATOURE, 2005).

As an example of this third category we have the World People's Summit and the demonstrations that took place in June 2013, in Brazil. The former was an event held in 2012 alongside the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20). Attended by NGO and social movements from various parts of the world, the event caught the media's attention because of its demonstrations, marches, walks and criticism, elaborating alternative propositions articulated as follows:

The protection of public spaces within the cities, with democratic management and popular participation, cooperative and solidary economy, nutritional sovereignty, a new production, distribution and consumption paradigm, changing the energetic matrix are examples of real alternatives to the current agro-urban-industrial system (PEOPLE'S SUMMIT, 2012).

In the final document, it can be observed that there has been a revision of goals and plans discussed at the global leaders' meeting, a revision based on humanistic principles in which people's rights and the "*buen vivir*" are present, for instance:

The defense of common property depends on guaranteeing a series of human and nature rights, solidarity and respect to the cosmovisions and beliefs of different peoples, as, for example, the defense of "living well" as a form of existence in harmony with nature, which presupposes a fair transition to be built with the workers and peoples (PEOPLE'S SUMMIT, 2012).

The People's Summit (Rio+20) was a significant event, not only for marking its presence with demands, denunciations and criticism to governmental policies, but also demonstrating the power of this theme in aggregating other social movements. It is a convergence point for the demands of women, youths, indigenous peoples, the landless, maroons, peoples from traditional communities, small farmers, recycling workers, cooperative members, movements and organizations fighting for the city rights, as well as religions from around the world. The assemblies, mobilizations and the great March of the Peoples were moments of maximum expression of these convergences.

In June 2013, over 1 million people gathered in the streets of 12 Brazilian capitals and many other mid-size towns, in a wave of popular demonstrations whose profile was only similar to three moments in history: in 1992, for the impeachment of former president Fernando Collor de Melo; in 1984, during the Direct Elections Now movement, in the midst of the military dictatorship, for the return of democracy; and in the 1960s, during strikes and boycotts prior to the 1964 military coup, and the student demonstrations in 1968. The protests spread rapidly and turned into a mass popular rebellion. The movements were called by the media and others as “manifestations.” And, in fact they were, mostly, manifestations of the state of indignation regarding the national political situation. At these events, these mobilizations acquired a character of mass movement, protest, collective rebellion. It is known that they were triggered in São Paulo by organized collectives, predominantly the Free Fare Movement (MPL), from a specific demand: they were against the increase of the public transportation fare. As demonstrations grew in size, there was an expansion of the demands with a central focus: the low quality of public services, mainly transport, health care, education and public safety. The demonstrations were part of a new form of social movement, composed predominantly by young people, who are schooled, mostly from the middle class, connected to digital networks, horizontally and autonomously organized, critical of the traditional political model in present times, especially parties and labor unions. The calls for the demonstrations were made via social networks and the mainstream media contributed to popular adhesion by informing the agenda, places and time of the demonstrations.

II) CONTEMPORARY CIVIL ASSOCIATIVISM: THE NGO

From what was elicited above, it is possible to observe we are living a new moment in the trajectory of Brazilian associativism. The NGO are very different among themselves in regards to their goals, projects, action methods and collective action, paradigms and participation style adopted, and, fundamentally, political and ideological presuppositions that are the foundation for their practices, both discursive and concrete actions.

We have remarked that many nonprofit organizations, while working in networks, are self-denominated as social movements. They use values and lexicon that were ideological banners of movements, creating a new meaning for what was before a social struggle of the collective subject and turning it into targeted actions, focused in terms of conquests in the individual sphere. Thus, freedom, autonomy, community, sustainability, a healthy environment, opportunity and protagonism have become a motivating lexicon for social mobilization of people who have a role to play in community work. These demands are united to a collective agenda in certain occasions, mediated by NGO or civil entities with a more comprehensive territorial scope, articulations poles between the people in their local communities with public policies and social projects (many of them decreed through complex official announcements that only the mediating entities can grasp). New social issues have gained visibility in later years, such as violence in urban centers, drug use and the lack of professional perspective for the young – these have been added to social projects and civil entities’ agendas, along with identity projects, for example, restoring “the pride of indigenous peoples.”

As a result, the new NGO have no defined ideological profile, they speak in the name of pluralism, defend policies and partnerships between the public sector and nonprofit private organizations, as well as the increase of the non-state public space, and work as mediators for civil society organizations without a history or tradition in popular causes, they are organizations rather focused on their directors. Most of them were created in the new century and have no militant community movements or associations behind them. Many have appeared because of the initiative of business people and economic groups and their discourse is similar to that of international financial agencies. Others have emerged by initiative of sports and entertainment celebrities. In both cases, their practices have not developed spontaneously: behind every collective action there is always a national or international group, an organization or a support professional. The work that these mediators do has goals and characteristics that are very different from the classic political party, syndical or religious work arrangement (although many of them have links or networks with these organizations). In terms of management, they are distinguished by their day-to-day goals and practices, as well as the foundations that support their inclinations, which means, their projects for the society and worldview. They play the role of cultural translators and mediators of issues in demand by the population, object of public policies. Some of these organizations, as the Latin American Association of Development Organizations (Alop), target promoting regional articulations between civil associations and “implementing joint strategies aimed at the sustainability of civil society organizations, as well as increasing the influence of these organizations over policies pertinent to their area” (ABONG, 2012).

Many of the nonprofit civil associativist entities have emerged by initiative of organizations and enterprises in the area of social citizenship. Some have incorporated market economy criteria in order to seek quality and effectiveness in their actions according to marketing strategies, using media to publicize their actions and develop a favorable political culture to volunteer work in these projects. They use the empiric instrumental rationality, focused on the immediate goal achievement. They act in niches where there are social problems and lack of policies or other solutions. They work in targeted projects, use modern communication and language techniques, operate in networks and information technology support. They are considered sources of innovation and creativity by many opinion-makers in the media. Many are being formed based on themes with high impact on the near future, as the water, for instance.

Lastly, it is worth noting a new modality of collective civil action that has been growing in recent years: consumer advocacy associations. In a society that is mass consumption oriented, leveraging the popular social strata, promoted to “new middle class”, has been generating an increase in purchasing power, the popularization of financial credit, access to mobile phones and other electronic equipment, the expansion of shopping malls as catalysts of the urban expansion, gentrification of areas, among other factors. The “consumer” is emphasized in such a manner that it becomes a model for the new Brazilian citizen, now holder of rights – to consume and complain about the acquired products. Countless new entities position themselves as advocates of these rights.

CONCLUSIONS

Over the last two decades, Brazil has seen an expansion in new civil society and political practices, both in the associativism field and in public policies. It concerns organizations, popular movements, NGO and other civil entities (foundations, associations, cooperatives) with diverse goals, stemming from the civil society.

There has been a creation or implementation of new social participation channels in the political society, generators of new forms of sociability and of doing politics – these are councils, assemblies and forums that act within the public sphere, articulating society representatives and state organizations for the management of public assets. Consequently, there has been an expansion of sociopolitical subjects in the public scenario and the establishment of new forms of social relationships, generically called “partnerships.”

The social movements started acting as networks and in partnership with other social actors, within existing institutional milestones and no longer marginally in relation to the state or inside civil society, as in the period preceding the military dictatorship. This phase generated new practices and demanded the militants to be qualified. The NGO and the movements redefined their links and relations. In the urban sphere, the movements with political party inclinations were weakened, whereas the ones with more universal demands, plural in terms of social composition, were strengthened. However, with the international financial and economic crisis post 2008, new modalities are emerging, as is the case of the Indignants movement, with a transnational character, present in Europe with great expression and still incipient in Brazil.

Exercising new associativist practices has also brought a more profound knowledge about state policies, governments and their machines. Demands for ethics and a new conception of the public sphere were the result of this learning process. The associativism has changed, as well as the way governments relate to organized groups and movements. Participation and social control have become directives and normatives regulated by law and social programs. They have become public policies in some cases and are meant to become state policies.

An intricate architecture was designed to redirect or regulate forms to treat social issues. It is structured in public offices, but goes to organizations locations and places, has a discussion agenda and a calendar. It culminates in great national conferences, usually taking place at the federal capital, in symbolic places. It demands access to information, deliberative and formative power to understand the language of bureaucracy. It has to be said, however, that we are talking about continuous social processes, interactions and relations that bring change on the positioning of subjects in the scene and new political opportunities. We are reminded of Pateman's observations (1992) regarding the pedagogic character of participation. In her book, *Participation and Democratic Theory*, she highlights the fact that participation generates cooperative and integrative attitudes, as well as the commitment with decisions. She emphasizes the educational meaning of participation, which, as an educational practice forms citizens concerned in the collective interests and political issues. Advocates of the participative democracy are innovating with their emphasis on the expansion of spaces where individuals can take action, beyond governmental choices, highlighting the pedagogic character of this participation, as it has an educational role and the individuals are psychologically affected when they participate in the process. The idea is that the participation tends to increase as

the individuals join in because it constitutes a socialization process in which the more people participate, the more will join in. In other words, it is through participation that the individual becomes apt to participate, as per full definition of the word, and this includes taking part and having a part in the context in which they are inserted. This is, “the more individuals participate, the better able they become to do so” (PATEMAN, 1992, p. 61).

REFERENCES

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ABONG. *Informes Abong*, n. 499, 2012. Available at: <<http://abong.org.br/informes.php?id=5300&it=5306>>. Accessed on: Oct 20, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Community: Seeking Safety in an Insecure World*. Cambridge: Polity, 2001.
- BOURGEOIS, Léon. *Solidarité: L' idée de solidarité & ses conséquences sociales*. Paris: Le Bord de l'eau. 2008.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Redes de indignação e de esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- COHEN, Jean ; ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- CÚPULA DOS POVOS. *Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental: Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida*. Available at: <<http://cupuladospovos.org.br/>>. Accessed on: Oct 20, 2013.
- DUSSEL, Enrique. *A ética da libertação na idade da exclusão*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- FRASER, Nancy. Recognition without Ethics. In: *Theory, Culture and Society*, n.18, 2001.
- GOHN, M. da Gloria. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. ed. São Paulo: Loyola Edições, 2012.
- _____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- _____. *Sociologia dos Movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013.
- HESSSEL, Stéphane. *Indignai-vos!* Lisboa: Objectiva, 2011.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor Network Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- SANTOS, Boaventura de S. (Org). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias*. Curitiba: Editora Appris, 2012.
- TAPIA, L. Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política. *Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano*, n. 11. Buenos Aires: Clacso, 2009.
- TARROW, S. *The Power of Movements*. Cambridge: Cambridge Press, 1994.
- _____. TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious Politics*. London: Paradigm Publishers, Boulder, 2007.
- TOURAINÉ, A. *Podremos vivir juntos?*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- _____. *Un nouveau paradigme*. Paris: Fayard, 2005.

APPROXIMATION AND SEPARATION: WHY NOT MISTAKING NGO FOR THE THIRD SECTOR?

Mário Aquino Alves¹

Why, after all, would it be so difficult to address with civil society organizations, social movements, civil associations, religious and other types of foundations or philanthropic institutions within the same scope? Would not all of them be non-governmental organizations (NGO) or simply third sector organizations?

In general, people have vague notions related to the terms third sector and NGO, made popular as of the 1990s. Concepts dealing with organizations with different ends and formats have been banalized and interchanged: NGO became an umbrella term covering from popular movements to philanthropic and charitable organizations.

According to the pertinent literature, NGO and the third sector belong to different traditions, pointing out to phenomena seemingly distinct at first. With the intent of better clarifying the reasons why there is such confusion between different nomenclatures, this chapter will discuss the origin of these terms and the reasons why, in Brazil, the expression third sector prevailed for a long time over other terms that would, generally, denote the same phenomenon.

THE TERM NGO – NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS

Non-governmental organization – or simply NGO – was a term used quite frequently in developing countries to denote organizations promoting economic and social development, typically at a community and grass-roots level (GARDER; LEWIS, 1996). Since the 1990s, there has been a burgeoning of vast literature on NGO, dedicated to studying economic development questions (FARRINGTON; BEBBINGTON, 1993; KORTEN, 1990; SMILLIE, 1995;

¹ Doctor in Business Administration, at the Getulio Vargas Foundation, São Paulo (2002) and with Postdoctoral studies degree from HEC Montréal (2013). Holder of a fellowship from the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) in Research Productivity. Member of the Center for Public Administration and Government Studies collegiate and editor of the Public Management and Citizenship supplement. The researches he carries out in his master's degree and doctorate orientations fall within the following themes: Civil Society (social movements, third sector, NGO), Corporate Social Responsibility (private social investment and corporate political action), Qualitative Research Methods (discourse analysis and narrative analysis).

CARROLL, 1992), international humanitarian aid (HULME; EDWARDS, 1997) and social change (CLARK, 1991; FISCHER, 1994).

In the international literature on development, there frequently is an interesting distinction. Regardless of where the organizations are headquartered (London, Stockholm or Kathmandu), only those organizations operating in developing countries (the “Global South”), on issues related to local development, defense of rights, humanitarian assistance and aid receive the designation of NGO (LEWIS, 1998). The remaining organizations are simply defined as volunteer, nonprofit, charitable, etc.

In Latin America, the term NGO has been adopted to denote organizations that stemmed from local social movements and from the fight against the dictatorships that were established in the continent during the 1960s and 1970s (LANDIM, 1988; FERNANDES, 1994). This has made the term NGO acquire a more political connotation in this region than in other parts of the world. According to Fernandes and Piquet Carneiro (1991), the denomination NGO started being employed around the 1980s to define various entities that, due to their origins in the social movements from the 1970s, had been aggregating different ideological frameworks, such as Marxism and Christianity, and relied on close cooperation with international non-governmental entities.

THE TERM THIRD SECTOR

The expression third sector started being employed during the 1970s in the USA to represent an area of activity in society where nonprofit organizations operate, aimed at the production or distribution of public goods and services, distinct from the state and commercial sectors (ETZIONI, 1972; LEVITT, 1973; NIELSEN, 1980; SMITH, 1991). In the 1980s, the expression was practically abandoned in the North American literature and replaced by nonprofit sector (WEISBROD, 1988; JAMES, 1989; SALAMON; ABRAMSON, 1982; SALAMON; ANHEIER, 1992; SALAMON, 1994). “The term third sector may be on the way out, although three-sector conceptions of society are still common” (SMITH, 1991, p. 139). Still, the term “nonprofit” has not been unanimously accepted. Among the criticism to this expression, the most common is that it was coined from negative comparisons with market related actions, denoting “nonprofit” much more than its own constitution. Additionally, from a semantics point of view, the expression “nonprofit” denotes that all nonprofit activities are to a certain extent a deviant form of commercial venture (LOHMANN, 1989). Therefore, the decrease in use of the expression third sector was the result of a wave of liberalism and privatization that marked the Global North at the time.

By the end of the 1980s and at the beginning of the next decade, a series of international seminars took place (Germany, 1987; Israel, 1989; and Indianapolis, 1992) in which researchers discussed the phenomenon of nonprofit organizations that seemed to emerge around the world (SALAMON; ANHEIER, 1992). These seminars were very fruitful, producing several books (JAMES, 1989; ANHEIER; SEIBEL, 1990; KRAMER; GIDRON; SALAMON, 1992; MCCARTHY; HODGKINSON; SUMARIWALLA, 1992), starting off the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project in May, 1990, as well as the release of the periodical academic publication

Voluntas – International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations in 1990, and the creation of the International Society for Third Sector Research – ISTR in 1992.

The creation of the ISTR was an actual result of an ambitious project from the Johns Hopkins University, led by the North American researcher Lester Salamon. In the words of its coordinators, this project sought to:

“[...] close the glaring gaps in knowledge that have long existed about the thousands of schools, hospitals, clinics, community organizations, advocacy groups, day care centers, relief organizations, nursing homes, homeless shelters, family counseling agencies, environmental groups and others that make up this important sector” (SALAMON; ANHEIER, 1997).

Their goals were to measure up the impact of the third sector over the national economies of the surveyed countries and make it more visible in the different national scenarios.

For Salamon (1994), this comparative research would be important as it would also explore a bigger movement that had been taking place since the late 1980s: from the developed countries in North America, Europe and Asia to the developing societies in Africa, Latin America and the old Soviet bloc, people had started forming similar associations, foundations, institutes to provide humanitarian services, promote core economic development, prevent environmental degradation, protect civil rights and address thousands of demands that were unattended or disregarded by the state (SALAMON, 1994). Thus, the phenomena of which they are part – on one side nonprofit organizations that are connected to the public sector through contracts and, on the other, the NGO that fight for civil rights in Latin America – were treated as part of a global “associational revolution” (SALAMON, 1994). The “associational revolution” fostered a return of for the third sector term, which soon started being adopted as a key-expression to explain in global terms, taking into account the various national and/or regional specificities, the emerging nonprofit organizations.

Thus, Salamon and his collaborators created a structural-operational definition, from which they could identify the third sector organizations they were most interested in studying (SALAMON; ANHEIER, 1992). According to this structural-operational definition, the third sector is composed of organizations that present, in higher or lower levels, some characteristics:

“Formal, i.e., institutionalized to some extent. What is important is that the organization have some institutional reality to it. In some countries this is signified by a formal charter of incorporation. But institutional reality can also be demonstrated in other ways where legal incorporation is not readily available – by having regular meetings, officers or rules of procedure, or some degree of organizational permanence [...]. Private, i.e., institutionally separate from government. Nonprofit organizations are neither part of the governmental apparatus nor governed by boards dominated by government officials [...]. Nonprofit-distributing, i.e., not returning profits generated to their owners or directors. Nonprofit organizations may accumulate profits in a given year, but the profits must be plowed back into the basic mission of the agency [...]. Self-governing, i.e., equipped to control their own activities [...]. Voluntary, i.e., involving some meaningful degree of voluntary participation, either in the actual conduct of the agency’s activities or in the management of its affairs.” (SALAMON; ANHEIER, 1992, p. 148)

According to this structural-operational definition, the survey built an analysis benchmark through which it became possible to study the third sector in various countries – initially in 13 nations, having already amounted to 36 today (CENTER FOR CIVIL SOCIETY STUDIES, 2012). Additionally, the structural-operational definition and the classifications that stemmed from it were adopted by the United Nations Statistics Division by means of a manual to be adopted by national statistics organizations, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), that has been publishing these data in the Private Foundations and Non-Profit Associations in Brazil (Fasfil) reports.

During the 1990s, several agendas of multilateral institutions (World Bank, the IDB and others), international foundations, governments, enterprises, some NGO and universities coincided. This convergence of agendas created the possibility of increasing the visibility of the nonprofit sector, contemplated as a possible substitute or, at least, a partner of the state as an agent of social provision. It is interesting, therefore, to notice that it was in that period the surveys about the third sector started being carried out in Brazil, and that they were quite influenced by the work produced at the Johns Hopkins University.

INTRODUCTION OF THE EXPRESSION THIRD SECTOR IN BRAZIL

For some authors (FALCONER, 1999; COELHO, 2000; ALVES, 2002), Rubem César Fernandes and Leilah Landim, researchers from the Institute of Religious Studies (ISER) in the 1980s and 1990s, were pioneers in using the expression third sector in Brazil. *Para além do mercado e do Estado* (LANDIM, 1993) and *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina* (FERNANDES, 1994) have been the first and main references used by Brazilian researchers when dealing with the term third sector. Additionally to being colleagues at the same center of studies, Landim and Fernandes have a background of activism in NGO and were always involved with social movement related issues (LANDIM, 1988; FERNANDES; PIQUET CARNEIRO, 1991). Both were responsible not only for the introduction of the term ‘third sector’ in Brazil, but also for disseminating the research from the John Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project in the country. Leilah Landim was the project’s associate researcher during its implementation in Brazil as well as an ISTR council member.

In *Para além do mercado e do Estado* (Beyond the market and the State), Landim did not stress the expression ‘third sector’ to make it more predominant than others and used the terms “nonprofit” or “without lucrative purpose”. However, third sector was used several times as a synonym for “without lucrative purpose”. This paper by Landim had the purpose of creating a chronology of the development of the third sector in Brazil. Along with the historic evolution, she covered the legal milestone of the nonprofit universe in the country, as well as the initial appraisal, with the Secretariat of the Federal Revenue, of the profile of nonprofit organizations. This assessment served as a basis for further work with the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project.²

² It is important to note, however, that Leilah Landim, for a while now, has had a rather critical position regarding the use of the term third sector. “Without having any conceptual density, it certainly has the advantage of being more suggestive in regards to core conceptions discussed in the debate, mainly to change the focus of discussions, traditionally dealt within the areas of sociological thought or political economy, where privileging the state and the market would have minimized the importance of those organizations in conforming modern societies (LANDIM; BERES, 1999, p. 8).

Privado porém público (Private though public), by Rubem César Fernandes, was written with the support of Civicus (World Alliance for Citizen Participation) to help advance ideas linked to the associational concept. In this book, the author introduces a primary definition of the third sector citing Lester Salamon³:

“Despite the terminology used and specific objectives pursued have variations that characterize them in different countries, the underlying social reality is very similar: a virtual associational revolution is underway in the world, from which a distinguishable global third sector is emerging, composed of (a) structured organizations; (b) operating outside the state apparatus, (c) not meant to distribute profits obtained from their activities among directors or a group of shareholders; (d) self-governing; (e) and involving citizens in a considerable amount of volunteer effort.” (SALAMON, as cited by Fernandes, 1994, p. 19).

The text cited above corresponds to a structural-operational definition from the Johns Hopkins project, developed with the unique purpose of creating a common ground for comparison between third sectors in different countries, not as a definite concept. In any case, the definition as presented by Fernandes has confused many researchers who have cited the same excerpt, excessively simplifying the concept.

FINAL CONSIDERATIONS

Third sector has become a comprehensive term under which many types of movements and organizations were included, overshadowing the different theoretical milestones that produced it. Through the “associational revolution” concept, Johns Hopkins researchers tried to liberate themselves from an “ideological burden”, as well as many deeply embedded local traditions, condensed in the different terminologies and classifications with which they had been working so far. What happened was that from the moment the term third sector started being used, it also contributed to reinstate an ideological feature to the research field.

The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, that supports the use of the expression third sector, is fragile for some reasons. Firstly, the structural-operational definition that allowed the outlining of the initial research universe reduced excessively the number of nonprofit organizations that could be analyzed, and that would compromise, above all, its capacity to embrace a whole “sector”. Secondly, the definition was built over references that contemplate the North American third sector, leading to subsequent distortions while analyzing organizations in other countries. Thirdly, the five criteria that outline this definition – and allow organizations to be included or excluded – marginalize other societal arrangements that could be part of the third sector, such as labor unions or hybrid organizations, with multiple connections and that produce significant impacts on civilian life (SPINK; ALVES, 2008).

³ There is no reference to which of the Lester Salamon’s publications the author refers to.

REFERENCES

ALVES, Mário Aquino. *Terceiro setor: o dialogismo polêmico*. Dissertação de Pós-graduação – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getulio Vargas. São Paulo: FGV-EAESP, 2002.

ANHEIER, Helmut; SEIBEL, Wolfgang (Org.). *The Third Sector: Comparative Studies of Nonprofit Organizations*. Berlin: Walter De Gruyter, 1990.

CARROLL, Thomas. *Intermediary NGOs: The Supporting Link in Grassroots Development*. West Hartford, Co: Kumarian Press, 1992.

CENTER FOR CIVIL SOCIETY STUDIES. *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*. Available at: <<http://ccss.jhu.edu/research-projects/comparative-nonprofit-sector>>. Accessed on July 12, 2012.

CLARK, John. *Democratising development: the role of voluntary organisations*. London: Earthscan, 1991.

COELHO, Simone. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Senac, 2000.

DIMAGGIO, Paul; ANHEIER, Helmut. The Sociology of Nonprofit Organizations and Sectors. *Annual Review of Sociology*, n.16, 1990, p. 137-59.

DOUGLAS, James. *Why Charity: The case for a Third Sector*. London: Sage, 1983.

ETZIONI, Amitai. The Untapped Potential of the “Third Sector”. *Business and Society Review*, n. 1, 1972, p. 39-44.

EVERS, Adalbert. Part of the Welfare Mix: the third sector as an intermediate area. *Voluntas*, v.6, n.2, 1995, p. 159-82.

FALCONER, Andrés. *A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Dissertation (Master's in Business Management) – University of São Paulo, São Paulo, 1999.

FARRINGTON, John; BEBBINGTON, Anthony. *Reluctant Partners? NGOs, the State and Sustainable Agricultural Development*. London: Routledge, 1993.

FERNANDES, Rubem C. *Privado porém Público*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubem César; PIQUET CARNEIRO, L. *ONGs Anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio: ISER, Núcleo de Pesquisa, 1991.

FISCHER, Joan. Is the iron law of oligarchy rusting away in the Third World? *World Development*, v. 22, n. 2, 1994, p. 129-143.

GARDNER, Katy; LEWIS, David. *Anthropology, Development and the Post-Modern Challenge*. London: Pluto Press, 1996.

HODGKINSON, Virginia; WEITZMAN, Murray. *Dimensions of the Independent Sector: A Statistical Profile*. Washington: Independent Sector, 1986.

HULME, D.; EDWARDS, M. (Org.) *NGOs, States and Donors: Too Close for Comfort*. Basingstoke/New York: Macmillan, 1997.

JAMES, Estelle. *The Nonprofit Sector in International Perspective*. New York: Oxford University Press, 1989.

KORTEN, David. *Getting to the 21st Century: Voluntary Action and the Global Agenda*. West Hartford: Kumarian Press, 1990.

KRAMER, Ralph; GIDRON, Benjamin; SALAMON, Lester. *Government and the Third Sector: Emerging Relationships in Welfare States*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1994.

LANDIM, Leilah. *As Organizações Não Governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.

_____. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, Núcleo de Pesquisa, 1993.

LANDIM, Leilah; BERES, Neide. *As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LEVITT, Theodor. *The Third Sector: New Tactics for a Responsive Society*. New York: Amacom, 1973.

LEWIS, David. *Bridging the gap? The parallel universes of the nonprofit and non-governmental organisation research traditions and the changing context of voluntary action*. International Working Paper 1. London: Centre for Voluntary Organisation, 1998.

LOHMANN, Roger. And a Lettuce is Nonanimal: Toward a Positive Economics of Voluntary Action. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. v. 18, n. 4, 1989, p. 367-83.

MCCARTHY, Kathleen; HODGKINSON, Virginia; SUMARIWALLA, Russy. *The Nonprofit Sector in the Global Community: Voices From Many Nations*. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.

NIELSEN, Waldemar. *The Endangered Sector*. New York: Columbia University Press, 1979.

_____. *The Third Sector: Keystone of a Caring Society*. Washington: Independent Sector, 1980.

PROPOSTA. Entrevista com Leilah Landim, n. 89, June/August, 1999.

SALAMON, Lester; ABRAMSON, Alan. *The Federal Budget and the Nonprofit Sector*. Washington: Urban Institute Press, 1982.

SALAMON, Lester; ANHEIER, Helmut. In search of the nonprofit sector I: the question of definitions. *Voluntas*, v.3, n. 2, 1992, p. 125-151.

_____. *Defining the nonprofit sector: A cross-national analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SALAMON, Lester, et al. *Global Civil Society: dimensions of the nonprofit sector*. Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999.

SALAMON, Lester. The Rise of Nonprofit Sector. *Foreign Affairs*, v. 73, n. 4, 1994, p. 109-22.

SMILLIE, Ian. *The Alms Bazaar*. Londres: IT Publications, 1995.

SMITH, David Horton. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. v. 20, n. 2, 1991, p.137-50.

SPINK, Peter; ALVES, Mário A. Hybrid arenas and the dilemmas of public action: looking for a different bottom line. In *2nd Laemos Colloquium*, 2008, Rio de Janeiro. Laemos: Proceedings of the Second Meeting of Laemos (CD).

VAN TIL, Jon, et al. *Critical Issues in American Philanthropy*. San Francisco: Jossey-Bass, 1990.

VAN TIL, Jon. Defining Philanthropy. In: VAN TIL, Jon et al. *Critical Issues in American Philanthropy*. San Francisco: Jossey-Bass, 1990, p. 19-38.

WEISBROD, Burton A. *The Nonprofit Economy*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

INFORMATION AND COMMUNICATION IN THE PROTECTION OF RIGHTS AND COMMON ASSETS

Vera Masagão Ribeiro¹ and Michelle Prazeres²

Twenty years ago, the United Nations Conference on Environment & Development, also known as Rio 92, helped to mainstream the term non-governmental organization (NGO) in Brazil to denote a certain type of nonprofit organization, distinct from foundations and associations aimed at charity, philanthropy or mutual support, which traditionally composed the nonprofit institutional field in the country. The term was coined in the 1940s, during the UN's constitution, to denote civil organizations that worked in the international sphere and were invited to take part in this instance, along with official representatives of the member states.

In Brazil, the term was chosen by aid agencies which, in the 1970s, carried out educational activities with core groups in a nearly covert way, often with support from international cooperation agencies, progressivist churches and intellectuals who were against the military dictatorship. In the 1980s, these organizations lined up with social forces that gave momentum to the redemocratization process that reached its climax in the Constitution of 1988. In the 1990s, they propagated and started finding their own space and participating in the national political arena. Along with labor unions and strengthened and increasingly autonomous rural and urban workers movements, the NGO were established as institutional space for movements such as feminism, environmentalism, the black movement and many other groups of social activists inspired by the perspective of protection of rights. The NGO became channels for experimentation, expression and political action of groups working for the protection of social rights and, gradually, incorporated a broader vision of human rights, spanning beyond civil and social rights, to the economic, environmental and cultural. A survey on nonprofit entities, carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in association with Institute for Applied Economic Research (Ipea), Brazilian Association of NGOs (Abong) and Group of Institutes, Foundations and Companies (Gife), reported the existence, in 2005, of 2,562 organizations dedicated to environment and animal protection and 11,039 organizations for protection of rights (excluding community and residents' associations) that would fit this profile (IBGE, 2008).

¹ Doctoral degree in Education from the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP), General Coordinator of the NGO *Ação Educativa* (Educational Action) and Executive Director of the *Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais* (Brazilian Association of NGO – Abong).

² Journalist with a doctoral degree in Education from the University of São Paulo (USP) and Communications Consultant at Abong.

In general terms, the action strategy of these organizations merges educational work aimed at political instruction and the strengthening of popular groups, the production and propagation of knowledge and methodology, social mobilization, the incidence in public policies, the social control and being active in networks and forums (CICCONELLO, 2010).

The 1988 Constitution established principles of social participation that lead to the institutionalization of interaction spaces between civil society organizations and the governments: participative budgets, public hearings, conferences and councils on public policies. Mostly due to the struggles from civil society organizations, such spaces were occupied by them and established new challenges in terms of capability of political proposition and articulation (SOUZA, 2011). At an international level, the spaces for institutional participation were also increased. In the UN conference cycles, the civil society organizations are being increasingly and systematically included as actors in negotiations of member states, and Brazilian NGO are occupying such spaces, increasing even more their possibilities for intervention and challenges related to capability of political proposition and articulation.

Both nationally and internationally, from the 1990s on, the NGO have been working like recognized political actors in the public sphere, showing autonomous political expression and action by part of the civil society. It is a fact that, at least in our country, such identity is not established without limits and contradictions.

The 1990s were also a period of neoliberal policies hegemony that considered NGO as a means to outsource state responsibilities in the social field, supposedly more efficiently and economically. In that period, many organizations were created to provide services with public funding, having ambiguous links with governments. Such situation allowed for these organizations to be used in an illicit way to transfer public resources to political groups or private interests, leading to repeated scandals and a harmful process of delegitimization and criminalization of these organizations. Seen as scapegoats, due to the lack of an adequate legal benchmark and the improbity of public administration, the government and media started treating the NGO suspiciously, denigrating their public image and making their interaction with society harder. In Brazil, as in many other Global North and South countries³, civil society organizations need to be in a constant political struggle, concomitantly to those directly related to the social and environmental causes they fight for: the battle for their recognition as autonomous and legitimate institutional actors in an amplified public sphere that makes up democracy.

³ An expression of this effort the civil society organizations have been making to recreate the meaning of their social role is the Open Forum for Civil Society Organizations (CSO) Development Effectiveness, an initiative that gathered organizations from over 70 countries, where consultations took place to advise activists, financial backers and state agents about effectiveness criteria of organizations and guidelines to promote favorable environments for their work. The process led to the International Framework for CSO Development Effectiveness, Siem Reap CSO Consensus, available at: <<http://www.abong.org.br/final/download/seanrevisado.pdf>>. Check also: <<http://www.cso-effectiveness.org/-home,091-.html>>.

This acknowledgement of NGO as autonomous and legitimate institutional actors in the public sphere, however, raises a concern: what provides legitimacy and capability of political incidence to these organizations, which usually are neither mass-based nor subject to universal suffrage? The answer to this question lies, firstly, on the legitimacy of their causes and plans of action, that must be recognized as legitimate by several strata of the society; secondly, in their capacity for network articulation and action, an intervention strategy that defines their political identity (D'ORFEUIL; DURÃO, 2003). By analyzing the various levels of the Brazilian associative domain from data collected by the Fasfil⁴, Cicconello (2010) shows network action as one of the main identity factors of the group of organizations qualified as being for protection of rights and development, ranking almost 30 articulations or national and regional forums to which thousands of entities are connected⁵. Through these networks, the NGO manage to connect the local experience with broader discussions, build identities, define political agendas, spread ideas and get mobilized to act.

Internationally, the networking strategy is also observed. Organizations from many countries get connected to act in a coordinated way in global governance forums, both in the UN's thematic conferences and in meetings of blocks of countries, such as the G20, Mercosul, etc. The World Social Forum, where Brazilian civil society organizations have a marked leading role, is a space to gather several of these international networks in processes that converge to unified face-to-face events taking place every two years and are entwined with thematic social or regional face-to-face forums organized in different parts of the world.

Based on this brief summary of the path Brazilian non-governmental organizations followed in the past 40 years, it is not hard to estimate the exponential increase in the demands for communication and information imposed on them. It is a fact that cooperation, exchange and collective action were part of the political culture of such entities, even when, in the 1970s, they were almost clandestine and mainly at a regional level. But the opportunities that appeared in the following decades – both in the political context and regarding the technological development – put communication and information increasingly as the main focus of these entities' action plans.

⁴ Private Foundations and Non-Profit Associations in Brazil, a survey performed by IBGE to assess the nonprofit associations in the country.

⁵ The author lists the following articulations or forum: Articulation of Brazilian Women (AMB), Semi-Arid Coalition (ASA), National Network of Agroecological Production (ANA), Brazilian Gay, Lesbian, Bisexual, Transvestite and Transsexual Association (ABGLT), Brazilian Association of NGOs (Abong), National Campaign for the Right to Education (CNDE), Popular Movements' Central, Rios Vivos Coalition (CRV), Adult Education Council of Latin America and the Caribbean (CEAAL), Brazilian Budget Forum (FBO), Brazilian Forum of NGOs and Social Movements for the Environment and Development (FBOMS), Brazilian Forum of Sovereignty and Food Security (FBSAN), Forum of the Eastern Amazon (I FAOR), National Forum for the Rights of Children and Adolescents (FDCA), Forum of National Human Rights Entities (FENDH), Mato Grosso Forum for Environment and Development (FORMAD), National Social Assistance Forum (FNAS), National Forum of Popular Participation (FNPP), National Forum for Urban Reform (FNRU), Amazon Working Group (GTA), World March of Women, National Movement for Human Rights (MNDH), BNDES Platform, Brazilian Platform of Economic, Social, Cultural and Environmental Human Rights (Plataforma Dhesca), Brazilian Network on Multilateral Financial Institutions, Brazilian Network of Environmental Justice, Brazilian Network for the Integration of Peoples and National Feminist Network of Health and Reproductive Rights (Rebrip).

The organizations have been facing this challenge in different ways and, certainly, this first study about the use of ICT in the field of nonprofit organization will help measuring the advances obtained and those yet to be obtained, the available resources and the main needs. The experience of a significant group of them, the 250 members of the Abong, allows for the identification of at least three dimensions in which the ICT can have a relevant role to the sustainability and effectiveness of these organizations to accomplish their missions: the institutional communication dimension, the social mobilization for causes and, finally, the promotion of the right to communication and information.

INSTITUTIONAL COMMUNICATION

Institutional communication is a necessity that NGO share with other organizations, whether they are in the nonprofit, state or private marketplaces. The NGO, like other organizations, need to follow bureaucratic demands to operate in a legal manner. Besides that, they need to build legitimacy by bringing to light their causes, strategies and results from their actions, as well as the sources and use of resources they mobilize. An institutional site is the most common means to this end, as it is cheaper and more comprehensive than the traditional printed reports, even though the latter are still used as institutional communication strategy. A data collection in 2009 showed that 82% of the 275 organizations members of Abong had institutional websites (RANGEL, 2010).⁶

However, a minority of entities have in their payrolls teams specialized in social communication, capable of maintaining constant update routines of websites and mailing management to send newsletters, additionally to aggregating other elements of professional expertise to the organizations' communication strategies. Not all of them are taking advantage of the media convergence potential allowed by digital media, such as using audio and video material alongside with writing material. In this sense, the limitation of access to technologies is likely to impose obstacles that are hard to overcome. Besides, it is possible to find organizations that publish their actions through YouTube videos or broadcast activities using Internet streaming.

Raising financial support for organizations through the Internet is another strategy they have been employing. It is an effective channel that allows for member adherence or fundraising with the general public. However, it involves relatively high costs to ensure the safety of bank transactions, and an effective liaison service to ensure member or donor loyalty. In any case, for organizations with a base of sustainability that relies mainly on the legitimacy of their causes and plans of actions, institutional communication is a priority.

⁶ Among the researched websites, 91% contained information about history, mission, goals, values and principles, programs and projects developed and in development; 82% mentioned funding sources and articulations; 78% had full addresses, telephone numbers and e-mails (Rangel, 2010).

SOCIAL MOBILIZATION

The second dimension where ICT impact organizations for the protection of rights, the one that has grabbed the attention of scholars and activists is, undoubtedly, the social mobilization around their causes. More and more the civil society organizations are not limited to give one-off support to those excluded or who have had their rights violated. They go beyond, claiming that the government take the responsibility for making rights universal through legislation and integrated systems for public policies. Increasingly, these organizations for the protection of rights recognize that it is necessary to affect the society itself, to spread the culture of rights, or, more specifically, fight patriarchalism, racism, homophobia, violence, corruption or an economic development model that destroys the environment (SILVA, 2011). This means that such organizations have to mobilize enough social force to influence the political game and the culture to defend the interests of the majority, of groups that are in disadvantage, or even to assert given principles and values.

The mobilization and expression of this kind of social action, that used to happen through printed petitions, circulated hand by hand or through face-to-face demonstrations in public spaces, can now count on the potential of digital media. Online petitions, mass twittering, Facebook likes, collective blogging, ads posted on YouTube or emails forwarded to distribution lists are tools that both organizations and individuals use more and more to incite or participate in social mobilizations, demonstrate their position and interfere in the political arena.⁷

There are already academic studies about the so-called cyberactivism phenomenon, activism that happens basically through digital networks (RIGINATO, 2003). It can be said, for example, that this new type of mobilization radicalizes democracy by allowing individuals to manifest and articulate horizontally, without the bureaucratic mediation of formally constituted organizations. The more careful analyses, however, draw attention to the ephemeral nature of these waves of public Internet demonstrations and to the frailty of the link between individual Internet users supporting causes by clicking the mouse. More judicious views, on the other hand, recognize that the ICT create new opportunities for social movements and organizations as communication and articulation tools, thus bringing new challenges to their political culture, but they do not replace, in any way, action through instituted policies. In this sense, cyberactivism can be regarded as an effective tool to strengthen and increase social engagement in public causes, but millions of clicks cannot replace personal and collective engagement, ready to take on the burden encompassed by the conflictive nature of social and environmental causes, along with a long term view. The adherence to a campaign, whether through a click or through participation in a public event, gains political density as the

⁷ Mass twitterings are messages sent collectively through Twitter using previously defined hashtags (tags that identify the theme of the posted messages). The intention is to make the term become a trending topic (the list of most popular subjects on Twitter) on that day or moment. Reaching trending topic status is a popularity indicator of the cause being publicized, which can give it political strength, as well as stimulate more adherence. Recently, a mass twittering demanding quality broadband to all reached the media. The *Carta Capital* magazine wrote the article "*Tuitaço pede banda larga boa e barata e critica mudanças no PNB*" (In English, "Mass twittering demands good and cheap broadband and criticizes changes to the PNB"). Collective blogging is the mobilization of bloggers posting, on the same day or period, texts that refer to a previously arranged subject. The intention is to "infect" the blogosphere with the subject, creating a prosperous environment for it. An example are the bloggings promoted by the "Movement for a Consumerism - Free Childhood", articulated on their website: <<http://infanciaivredeconsumismo.com/index.php/tag/blogagens-coletivas/>>.

involved actors recognize that battle as part of a bigger fight, in which experience, relations and knowledge are acquired so that, in turn, new advances and perspectives become viable. It is unlikely that isolated individuals, clicking only from the comfort of their homes, can effectively act in the political arena, for example, overthrowing a dictator, impeaching a corrupt president or having the congress approve a law that goes against interests of powerful economical groups. On the other hand, social organizations and other political agents, through ICT, have more possibilities to attract activists and sympathizers, additionally to producing counter-information via alternative media, while the mainstream media publishes exclusively or mainly the point of view of their opponents.

Governments themselves already recognize the potential of new media as an interaction strategy with the society, submitting proposals to public consultation on the Internet.⁸ Clearly, this can be done both to expand the existing participation spheres and with the intent to replace difficult face-to-face negotiations with labor unions, NGO and other groups that reach the institutional political channels. This last option would be a strategy for the use of ICT to depoliticize participation, understanding it as the sum of individual opinions and not as instances and processes for persuasion and contraposition, building consensus, recognizing dissent and negotiation. Enhancing the scope of action of organizations, groups and movements that interact with political institutional channels, several recent happenings have indicated the potential use of ICT for political action.

Barack Obama's 2008 presidential campaign in the United States is an example. The intensive use of the Internet and social networks allowed the campaign to focus on micro-audiences, leading to the involvement of Americans who had never voted before, especially adults and youths. Obama gathered 120 thousand followers on Twitter, a Facebook group with 2.3 million members and 11 million views on a YouTube video. These numbers seem low in comparison to the reach of TV, but they reveal how these new communication tools can, as never before, create influential communities and meet the expectations of a well-informed public, skeptical to the tone in conventional political campaigns (NAGOURNEY, 2008). The election was marked by a record voter turnout and, the Internet was even declared by some specialists the biggest winner of the election (HUFFINGTON, 2008).

Three years later, the political potential of the World Wide Web would make the headlines once more with the international repercussion of the movements that became known as Arab Spring. The protests, demonstrations, rallies and strikes that shook and overthrew dictatorial governments in Northern Africa and the Middle East were, according to specialists, potentialized by the use of social networks for information and gaining supporters among the local populations and international media.

⁸ As an example, the Porto Alegre City Hall created, an online consultation tool for the *Orçamento Participativo* (Participative Budget – OP) website, in which the visitor can indicate four priority areas for investment (Available at: <<https://www1.prefpoa.com.br/plenariasop/enqueteEdicao.seam>>). The 1st National Conference on Transparency and Social Control (Consocial), coordinated by the Office of the Comptroller General included in its preparatory stages, additionally to municipal and state conferences, virtual ones which allowed for the development of proposals that were integrated to the ones evaluated at the national stage. To know more about the Conference, please check <<http://www.consocial.cgu.gov.br/conferencia-virtual/>>.

In Brazil, the most recent case of intensive use of online tools for political action was campaign to veto the reform of the Forest Code, that became known as “*Veta, Dilma!*” (in English, “Veto it, Dilma!”). Combined with the promotion of debates and public rallies, the popularization of the campaign in the Internet took the movement’s leaders by surprise. The main page about the issue on Facebook had over 12 thousand likes on a photo of the model Gisele Bündchen with the sentence “*Veta tudo, Dilma!*” (in English, “Veto everything, Dilma!”), shared within the same social network by almost two thousand people. The video in which the actress Camila Pitanga directly asks the president to veto the project was seen by 20.5 thousand YouTube users. The online petition for the veto gathered over two million signatures, of which 300 thousand were from Brazilians. Such movement would not have taken shape if it wasn’t for the actions of hundreds of civil society organizations that supported the cause, some with high organizational capabilities, such as OAB, CNBB and Via Campesina. Without a doubt, though, the publishing and adherence tools through the Internet made possible for the information to reach a wider audience, as well as a degree of elaboration of the problematic⁹.

THE RIGHT TO COMMUNICATION AND INFORMATION

The amplification of social activists’ capability to produce and spread information to bigger and more diverse groups, along with the possibility of interaction through the signature of online petitions, Facebook likes or blog comments, brings us to the third relevant dimension of the relation between organizations for the protection of rights and ICT, which is probably the one with more political reach. It is about the recognition of communication and information – and therefore, of the technologies related to them – as human rights like any other. Through this perspective, the rights to communication and information appear as primary focus of many groups of activists and, are increasingly recognized as cross-sectorial causes in the fight for rights through various sectors.

The articulation of a social movement for the democratization of the means of communication in Brazil dates back to the 1980s¹⁰ and it gains momentum with the increase of alternative, community and independent media, bringing to light issues that were, until then, hidden from the public eye. Facing the persecution of unauthorized radios, activists defended their right to the occupy public space of electromagnetic waves, challenging the dominating oligopoly in the Brazilian communication sector and the lack of public orientation of the radio and TV authorization policies.

⁹ Source: Último Segundo: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-05-25/para-ambientalistas-vitoria-do-veta-dilma-independe-de-decisao-s.html>>.

¹⁰ The communication movement in Brazil started to be organized in a more concretely in 1984, when the *Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação* (National Front for Democratic Policies in Communication – FNPDC) was created. In 1987, the front was structured as the *Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação* (National Movement for Communication Democratization – MNDC). In 1995, it became an entity as National Forum for Communication Democratization (FNDC), a format still maintained to this day, gathering organizations, networks and movements around this issue. See more at: <<http://www.fndc.org.br/>>.

The recognition of communication and information as rights gives legitimacy to the social demand for public policies that ensure the use of means of communication by citizens, the diversity of available sources of information, the popular participation in developing and monitoring public policies, including those regarding communication and information. With this vision, the NGO for the protection of rights engage both in advocacy actions, aimed at influencing the executive, legislative and judicial powers, and in digital inclusion initiatives, production of alternative media and educommunication.

Within the scope of this social movement, the concept of educommunication proposes a reinterpretation of popular education, presupposing the exercise of communication as right and political practice, and adopting a formative methodology of amplification and qualification of media consumption and production. One of the chief educommunication initiatives in Brazil is *Revista Viração*¹¹ (*Viração Magazine*), which works in media formation and production with groups of youths from around the country. In the academic environment, the greatest producer of knowledge and methodologies on this subject is USP's Center for Communication and Education (NCE).¹²

Ten years ago, the production of printed or televised media entailed sizeable costs, which, in addition to the government's collusion, contributed to maintaining the oligopoly of big private communication companies. The invention of digital media changed this panorama considerably. Weighing in the digital exclusion of important parts of the population, the ICT potential for democratization in this issue is undeniable. Digital audio and video, photo cameras and camcorders in mobile phones, text-editing software, the possibility to upload content, blogospheres, social networks and the Internet in general created numerous possibilities for organizations that work with educommunication or promote causes that can be publicized through multimedia, interactive and inventive means.

Among the main and oldest demands from the movements protecting the right to communication is popular participation in the definition of criteria for radio and TV authorizations and grid monitoring to avoid violation of rights, for example, racist and prejudiced treatment of women, afro-descendants or homosexuals. With the advance of the digital wave and the media convergence it allows, the ICT have also become topics in the political debate.¹³

In the mid-2000s, organizations and activists engaged in a campaign for Brazil to adopt a national digital TV system. The *Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social* (*Intervozes – Brazil-Collective of Social Communication*) and the *Frente Nacional Por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital* (*National Front for a Democratic Digital Radio and TV*) defended the development of a Brazilian system, not only to stimulate the national industry, but mainly as a means to allow for the amplification of transmission channels and more interactivity, making Internet services via TV more democratic (PRAZERES; MODÉ, 2009). This was, however, a lost battle and another system that better served the interests of media companies instead of the

¹¹ <<http://www.viracao.org/>>.

¹² <<http://www.usp.br/nce/>>.

¹³ Media convergence is the logical application of the Internet in relation to other means of communication, which then became digital and interactive. The convergence allows for breaking the barrier between communication producers and consumers, stimulating the diversification of content production and broadcasting. However, depending on certain options, it may favor a higher concentration of resources in major media companies, which can integrate radio, TV, Internet and telecommunication services.

population's was put in place. More recently, in 2011, these movements joined the "*Banda Larga é um Direito Seu!*" (Broadband is your Right!) campaign, that maintains an interactive page on the Internet and was recently subject to mass twittering.

The centrality of communication and information in political action led big national organizations and networks – like the Unified Workers' Central (CUT), the National Union of Students (UNE), the black and feminist movements, the Platform of Social Movements to Reform the Political System – to adhere to the communication agenda. In 2009, the first National Conference on Communication took place, with several of these segments being strongly engaged in it. The social mobilization around the subject, and the recognition by the federal government of communication as conference theme, gave public visibility and more projection to the issue, although businesspeople of the sector preferred to be marginally involved in the process. In turn, another conferential process, leading to the National Human Rights Plan 3, was target of negative reaction by the media, as it proposed tools for editorial follow up and a national ranking of means of communication committed to human rights (PRAZERES, 2010). Nowadays, the movement "*Regula, Dilma!*" (in English, "Regulate it, Dilma!"), articulated nationally through mailing lists and groups in social networks, has been taking approved proposals to these conferences, trying to overcome the strong resistance to the necessary reformulations of communication's legal terms in Brazil, through an ample debate and social mobilization.

PUBLIC INFORMATION AND THE EXTENDED PUBLIC SPHERE

Within the scope of the right to communication and information, we can highlight the issue of access to public information that civil society organizations – markedly information technology professionals and amateurs – are transforming in a field of social and political struggles. The development and publication of open software, as well as the demands for public information to be provided in open formats, allowing for its ample reuse and republication, are among the technological fronts in which this fight has been taking place.

Having come into effect in November 2011, as a result of social mobilizations against corruption and for transparency, the Freedom of Information Law is, without a doubt, a milestone that promises to start a new stage of social engagement in Brazilian's public management. It obligates public entities from the three governmental branches to actively or passively provide information, complying with citizens' demands for information within established conditions and deadlines. Some local governments had already had the initiative of creating transparency websites and portals disclosing budgetary data. With the Freedom of Information Law, the organizations and movements for protection of rights can access information not only about budget, but about any relevant issue, additionally to monitoring programs, actions, projects and constructions.

An example of how technological activism seizes this type of opportunity is the initiative taken by *Comunidade Transparência Hacker* (Hacker Transparency Community) and the Open Knowledge Foundation Brazil. As soon as the law became effective, their activists created the "*Queremos Saber*" (in English, "We Want to Know") application (www.queremossaber.org.br). The tool already contains over five thousand public entities registered and allows anyone to make an information inquiry following just a few steps. Mediating user and public power, the

tool allows for all requests and answers to be visualized by any interested person, doubling as an open database.

The organization of the 1st National Conference on Transparency and Social Control, in 2012, managed to gather an important set of proposals regarding this matter, expressing the desires of vast segments of the society to actively participate in public management, constituting what could be called of expanded public sphere. This sociopolitical environment brings new challenges, not only to the state management, but also to civil society organizations that want to be recognized as pro-public interest. If the NGO want to increase their social basis and assert their legitimacy and effectiveness as actors in the public sphere, they will have to let go of their culture of clandestinity once and for all and invest evermore in transparency, democratic management, communication and information, not only in speech, but also as principles and methodology of action.

REFERENCES

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AMADEU, Sergio. *Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

ARMANI, Domingos. *Mobilizar para transformar: A mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil*. São Paulo: Editora Peirópolis e Oxfam, 2008.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Observatórios de mídia: olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2009.

CICCONELO, Alexandre. *Identidade e classificação das entidades sem fins lucrativos no Brasil*. Available at: <http://www.abong.org.br/lutas_e_acoes.php?id=49&it=3949>. Accessed on: July 10, 2012.

d'ORFÈUIL, Henri Rouill; DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra. *Diplomatie non gouvernementale et rôle des ONG dans les négociations internationales*. São Paulo / Paris: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais / Coordination SUD, 2003.

FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo. *Mídia e movimentos sociais: Linguagens e coletivos em ação*. São Paulo: Paulus, 2008.

HUFFINGTON, Arianna. I'm Ready to Declare a Winner in the 2008 Race. *RuffPost Politics*, November 3, 2008. Available at: <http://www.huffingtonpost.com/arianna-huffington/im-ready-to-declare-a-win_b_140625.html>. Accessed on: July 20, 2012.

BRAZILIAN INSTITUTE OF GEOGRAPHY AND STATISTICS – IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

NAGOURNEY, Adam. The '08 Campaign: Sea Change for Politics as We Know It. *The New York Times*, November 3, 2008. Available at: <http://www.nytimes.com/2008/11/04/us/politics/04memo.html?_r=1&ref=todayspaper>. Accessed on: July 20, 2012.

PERUZZO, Cicilia. *Comunicação nos movimentos populares: a participação da construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1. 342 p.

PRAZERES, Michelle; MODÉ, Giovanna. *Um Mundo de Mídia*. São Paulo: Global Editora, 2009.

PRAZERES, Michelle. O plano nacional e a comunicação. *Observatório da Imprensa*. January 12, 2010. Volume 572. Available at: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-plano-nacional-e-a-comunicacao>>. Accessed on: July 10, 2012.

———. Comunicação em ONGs e movimentos: o desafio da visibilidade pública. *Novos jornalistas*. Available at: <<http://paraentenderojornalismo hoje.blogspot.com/2010/06/comunicacao-em-ongs-e-movimentos-o.html>>. Accessed on: July 20, 2012.

RAMOS, Murilo; SANTOS, Susy (Org.). *Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007. 408 p.

RANGEL, Angelita. *Cultura e práticas de transparência na Internet*. Rio de Janeiro: Napec – Núcleo de apoio à Pesquisa e Educação Continuada, 2010. Available at: <<http://www.abong.org.br/final/download/transparencia1.pdf>>. Accessed on: July 20, 2012.

RIGITANO, Maria Eugênia Cavalcanti. 2003. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. *Biblioteca on line de ciências da comunicação*. Available at: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>> . Accessed on: July 10, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis. In: MARTINHO, Cássio e FELIX, Cristiane. *Vidas em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*. Barueri, SP: Instituto C&A, P. 65-86.

SILVA, Carmen. Desafios dos movimentos sociais: limites e possibilidades para ação em rede. In: Coordenadoria Ecumênica de Serviço. *Tecendo as redes da democracia: a incidência pública de articulações e redes*. Salvador: CESE, 2011, p. 128-144.

SOUZA, Rafael Gustavo. Democracia Participativa: Resgate Histórico e uma Aproximação da Visão dos Atores da Sociedade Civil. In: SOUTO, Anna Luiza; PAZ, Rosangela Dias e MORONI, José Antonio (coord.). *Governança democrática no Brasil contemporâneo: Estado e Sociedade na construção de Políticas Públicas*. São Paulo/Brasília: Pólis/Inesc, 2011, p.9-41.

**ICT NONPROFIT
ORGANIZATIONS
2012**

METHODOLOGICAL REPORT ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012

INTRODUCTION

The Regional Center for Studies on the Development of the Information Society under the auspices of Unesco (Cetic.br), a department of the Brazilian Network Information Center (NIC.br) – the executive branch of the Brazilian Internet Steering Committee (CGI.br) –, presents the results of the first edition of the Survey on the Use of Information and Communication Technologies in Brazilian Nonprofit Organizations – ICT Nonprofit Organizations survey.

The survey has great relevance for the national civil society organization scenario, since they play a central role in the promotion of human and sustainable development, and also because the ICT can contribute positively to strengthen the sector.

The study was carried out across the national territory covering the following themes:

- Module A: Infrastructure of information and communication technologies;
- Module B: ICT use;
- Module C: ICT capability and skills;
- Module D: Profile of the organizations.

SURVEY OBJECTIVES

The main goal of the ICT Nonprofit Organizations survey is to map the accumulated ICT infrastructure, use, capabilities and skills in nonprofit organizations, so as to generate data that helps to understand the penetration of these technologies, the contributions to the management of the institutions and possible benefits for the communities in which they work.

CONCEPTS AND DEFINITIONS

In order to improve international comparability of its results, the ICT Nonprofit Organizations survey based its conceptual framework on the *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*, elaborated by the United Nations Statistics Division, along with the Johns Hopkins University, published in 2002.

The investigation also considered previous experiences regarding the application of international standards to the evaluation of the Brazilian scenario, as is the case of the study *Private Foundations and Non-Profit Associations in Brazil (Fasfil)*, from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Institute for Applied Economic Research (Ipea), carried out via partnership between the Institute for Applied Economic Research (Ipea), the Brazilian Association of NGOs (Abong) and the Group of Institutes, Foundations and Companies (Gife).

Nonprofit organizations

Considering this conceptual framework, the nonprofit organizations that will be analyzed are defined as:

- a) private and, therefore, not integrated with the State apparatus;
- b) nonprofit, i.e., organizations that do not distribute eventual surpluses among owners or directors, and whose primary motivation for being in operation is not to generate profit – they might even generate it, as long as it is invested in the core activities;
- c) institutionalized, i.e., legally constituted;
- d) self-managed or capable of managing their own activities; and
- e) volunteering, which means they can be freely constituted by a group of people, i.e., membership or any activity related to affiliation or establishment of the organization is freely decided by partners and founding members (IBGE, 2010).

To define the target population of the survey, The National Classification of Economic Activities – CNAE 2.0 (*International Standard Industrial Classification of All Economic Activities – ISIC 4.0*) and the 2009.1 Table of Legal Nature of the National Classification Commission (Concla) were used.

The Table of Legal Nature identifies the legal-institutional constitution of private and public organizations in the country according to five wide categories: public administration; enterprise organizations; nonprofit organizations; individuals and international organizations; as well as other extraterritorial institutions.

The CNAE (ISIC) is a basic framework used to categorize registered Brazilian enterprises according to their economic activities and has been officially adopted by the National Statistics System and by the federal agencies that manage administrative registries. The CNAE 2.0 is derived from the International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC 4.0), which is administered by the United Nations Statistics Division.

The CNAE 2.0 (ISIC 4.0) does not distinguish types of ownership, legal nature, business size, mode of operation or legality of activity. Its hierarchical structure has the following levels of detail: sections, divisions, groups, classes and sub-classes.

Core Activities

The classification of organizations by core activity was elaborated from a combination between the 2009 Table of Legal Nature and the section and class in the CNAE 2.0 (ISIC 4.0) that were present in the Central Registry of Enterprises (Cempre), from the IBGE, as shown in Table 1.

TABLE 1
CLASSIFICATION OF ORGANIZATIONS BY CORE ACTIVITY

Core Activity	Legal Nature	CNAE 2.0 / ISIC 4.0	CNAE 2.0 (ISIC 4.0) Description
Health and social assistance	—	SECTION Q	Human health and social work activities
Education and culture	—	SECTION P; SECTION R and CLASS 94936 (CLASS 9499 ISIC 4.0)	Education, arts, entertainment and recreation; activities of other cultural and arts membership organizations
Development and defense of rights	—	CLASS 94308 (CLASS 9499 ISIC 4.0)	Activities of other rights defense membership organizations n.e.c
Religion	322-0 Religious organization	CLASS 94910 (CLASS 9491 ISIC 4.0)	Activities of religious organizations
Employer and professional associations, and labor unions	313-0 Labor union	CLASS 94111, 94120 and 94201 (CLASS 9411, 9412 and 9420 ISIC 4.0)	Activities of business and employers membership organizations; activities of professional membership organizations; activities of trade unions
Others	All the organizations that were not previously classified		

Size

Regarding organization size, the ICT Nonprofit Organizations survey considers those with no paid workers, 1 to 9 paid workers, and 10 or more paid workers. Paid workers are those with or without employment contracts that are remunerated regularly for their work.¹

TARGET POPULATION

The target population of the survey comprises all Brazilian nonprofit organizations registered with the IBGE's Central Registry of Enterprises (Cempre) in 2010, which belong to CNAE 2.0 (ISIC 4.0) legal natures and sectors that are relevant to the ICT Nonprofit Organizations survey.

¹ For the purpose of this sample selection, the amounts of employed persons were considered – defined by the IBGE as those with or without employment contracts, who are remunerated directly by the company. The number of employed persons includes salaried employees, freelancers paid directly by the company, employees and associates, family members and temporary workers. Third parties and consultants are not included.

According to the 2009.1 Table of Legal Nature, organizations with the following natures were considered:

- 306-9 – Private foundation;
- 313-1 – Labor union;
- 323-9 – Indigenous community;
- 320-4 – Establishments in Brazil that belong to foreign foundations or associations;
- 322-0 – Religious organization;
- 399-9 – Private association.²

Another important aspect defined by the study ICT Nonprofit Organizations was the exclusion of hospitals and formal education institutions (schools and universities). On one hand, this decision meant to take into consideration a more homogenous group of organizations, in light of the specialized activities of this type of institution. Another reason that led to this choice was the fact that the Cetic.br already investigates ICT penetration in healthcare facilities by carrying out its ICT in Health survey, and in public and private schools through its ICT Education survey³.

In the case of healthcare facilities, it was decided not to consider the universe of organizations classified as “Human health activities”. According to the CNAE 2.0 (ISIC 4.0), this division comprehends activities carried out in general and specialized hospitals, allowing long or short term inpatient admission, psychiatric hospitals, centers for preventive medicine, medical and dental offices, medical clinics, and other ambulatory activities. This division also includes activities carried out by all professionals involved with the healthcare area, administrative support activities, as well as integrative and complementary practices for the human health.

Organizations dedicated to school education, which according to the Law on National Education Guidelines and Bases (LDB) provide Basic Education and Tertiary Education, were also removed from the universe of the survey. Additionally, organizations providing vocational training at technical and technologic levels, associated with school education, were removed. Still in the area of education, the organizations that carried out activities to support education, such as the *Caixa Escolar* (School Trust Fund), school councils, parent-teacher associations, faculty groups, and others were removed from the research universe. According to the Fasfil study, this type of organization should not be included because they are created due to government demands for fund distribution, not complying, therefore, with the criterion establishing that entities must have been created voluntarily (IBGE, 2010).

² The following legal natures were not considered in the survey:
303-4 – Notary and Registrar Services (Notary Public);
307-7 – Autonomous Social Work;
308-5 – Residential Condominiums;
310-7 – Commissions for Preliminary Conciliation;
311-5 – Entities for Mediation and Arbitration;
312-3 – Political Parties;
321-2 – Foundations or Associations based abroad; and
324-7 – Private Fund.

³ More information at: <<http://cetic.br/pesquisas-indicadores.htm>>.

Thus, organizations pertaining to the following classifications of the CNAE 2.0 (ISIC 4.0) were not considered:

- Section Q – Human health and social work activities

- Division 86 – Human health activities

- 861 – Hospital activities;

- 862 – Mobile urgency care service and patient transfer
(869 – Other human health activities – ISIC 4.0);

- 863 – Ambulatory care activities carried out by physicians and odontologists
(862 – Medical and dental practice activities – ISIC 4.0);

- 864 – Complementary diagnosis and therapy service activities
(869 – Other human health activities – ISIC 4.0);

- 865 – Professional activities in health care, except physicians and odontologists
(869 – Other human health activities – ISIC 4.0);

- 866 – Healthcare management support activities
(869 – Other human health activities – ISIC 4.0);

- 869 – Previously unspecified human healthcare activities
(869 – Other human health activities – ISIC 4.0).

- Section P – Education

- Division 85 – Education

- 851 – Pre-primary and primary education;

- 852 – Secondary education;

- 853 – Higher education;

- 854 – Technical and vocational secondary education;

- 855 – Educational support activities.

ANALYSIS UNIT

The analysis unit is the local unit that, according to the IBGE's definition, corresponds to:

“the address where the company operates, usually defined as establishment. In practice, the definition of local unit of the IBGE's Central Registry of Enterprises coincides with Public Administration registries, here each location where the company operates receives a unique fiscal identification (Company Registration Number – CNPJ), but it might happen that, in isolated cases, more than one unit is identified at the same address.[...] Each local unit is identified with a CNPJ number containing 14 digits, of which the first eight numbers (root) identify the enterprise and are shared by all local units, the next four numbers (suffix) identify the addresses where the enterprises operate and the last two numbers are the verification digits” (IBGE, 2007, p. 22).

DOMAINS OF INTEREST FOR ANALYSIS AND DISSEMINATION

For the analysis units, the results are present for the domains defined based on the variables and levels described below:

- **Region:** corresponds to the Brazilian regional division into macro-regions, according to the IBGE criteria that considers: North and Center-West; Northeast; Southeast; and South;
- **Size:** corresponds to the division of nonprofit organizations according to the number of paid workers, respectively, with no paid workers, 1 to 9 paid workers, and 10 or more paid workers.
- **Core activity:** corresponds to the classification of organizations in employer and professional associations, and labor unions; education, entertainment and culture; development and defense of rights; religion; and others.

For the purpose of result presentation, it is common to cluster some analysis domains based on sampling errors that occurred post collection. Therefore, the North and Center-West regions were clustered; just as the core activity “Health and social work” was clustered with “Others”. In addition, size considers information regarding paid workers, according to the response obtained at the interview.

DATA COLLECTION INSTRUMENT

INFORMATION ON DATA COLLECTION INSTRUMENTS

Module A investigates the presence of electronic equipment, including computer ownership, the quantity by type, and the operational systems used. It also measures the presence of technologies, such as LAN, Intranet and Extranet, additionally to the type of Internet connection used, maximum download speed offered by contract, the types of web browsers and restrictive measures adopted by the users in terms of Internet use.

Module B gathers the highest quantity of questions, as it surveys general information about the use of ICT. Through this module, it is possible to map the presence, activities and use of computers, as well as information about mobility, software use and data about corporate mobile phones.

Internet use is covered in questions about its utilization and purpose, such as presence on the web through websites, domain name registration and profiles in social networks. The frequency with which the organizations post content or interact via social networks and what activities are carried out were also investigated.

Module B also deals with the use of e-government and e-commerce services, bringing information about the purchase and sale of goods or services through the Internet.

Module C covers the organizational offers of team training to develop or improve their skills in informatics, and computer and Internet use. Aspects that hinder this use of ICT and whether there are information technology or informatics specialists were also investigated.

Module D seeks details about the organizations’ profile, investigating the focus of their work and titles or qualifications the organizations have.

When a participant failed to answer a specific item on the questionnaire – generally for not having a defined position about the investigated subject or for refusing to respond – two options were used: “Does not know” and “Did not answer”, both considered as “Non-response to the item.”

COGNITIVE INTERVIEWS AND FIELD PRETESTS

The main goal of the cognitive interview is to evaluate potential response errors, implicit in the questionnaire, that incur from the manner the respondent understands what is asked. After carrying out cognitive interviews, it is possible to identify questions that need to be revised in the quantitative questionnaire, with the intent to guarantee a precise and reliable application of the data collection instrument.

The cognitive tests for the ICT Nonprofit Organizations survey were carried out from May 3 to 17, 2012, by means of ten interviews in São Paulo, five in Porto Alegre and five in Recife, totaling 20 interviews. The selected organizations had different sizes and core activities.

Based on the results obtained, ICT use and its ownership were considered separately in the questionnaire, since it was possible to notice during the interviews that many organizations did not own such resources and their use was based on equipment and resources owned by people who worked for them. It was also seen that some of the respondents had difficulty to understand more technical or specific terms from the technology field. Meaning to improve respondent comprehension, some complementary definitions and some concepts were elaborated and other questions were adapted.

The cognitive interview results also indicated some difficulties with the application of the tool and in the comprehension of scales and some questions in the questionnaire, as well as questions with many response options. Once the necessary changes were made, the questionnaire underwent a series of field pretests.

The pretests for the ICT Nonprofit Organizations 2012 survey were carried out between June 22 and 27, 2012, with an average duration of 29 minutes each. The roll of the interviews took into account the profile of the organizations, distributed as follows: nine organizations with 0 to 5 paid workers; six organizations with 6 to 20 paid workers; and five organizations with 20 or more paid workers. Such organizations were also geographically distributed so that 11 interviews with organizations would take place in the Southeast, four in the Center-West, two in the South and Northwest regions and one in the North. Another concern taken into account was the distribution of core activities, with six religious associations, six in defense of rights, two foundations, one organization for digital inclusion and five that develop other activities.

The profile diversity among the organizations interviewed during the pretest pointed to different levels of ICT use, as well as differences in the degree of comprehension of the questions asked. Consequently, some of the text and definitions in the questionnaire were simplified.

There was also need to differentiate the use of equipment owned by individuals working at the organization and the use of equipment owned by the institution itself. Thus, observations were added to the text of the questions, as well as instructions for the interviewers so that this differentiation would be clear.

The interviews carried out at the pretest were also useful for measuring the questionnaire length. Thus, with the purpose of making the application more fluid and dynamic, some of the text was re-written and the lists of response options were reduced. This stage was instrumental to the conclusion of the questionnaire and the subsequent application of the instrument in the field.

SAMPLE PLAN

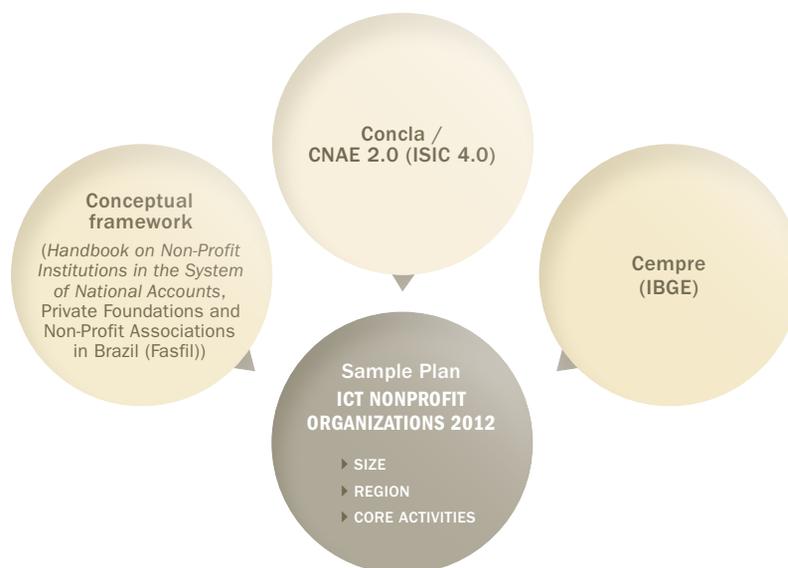
Sample surveys offer estimates of controlled precision, as well as a lower cost and execution time for the field collection. Certain basic principles of the sampling theory were taken into account, such as stratification and calculation of the probabilities of selection for the units. The design considered a stratified sample with simple random selection of the organizations within each stratum.

SURVEY FRAME AND SOURCES OF INFORMATION

The IBGE's Central Registry of Enterprises (Cempre) consolidates and maintains updated information about enterprises and other formal organizations registered under the Company Registration Number (CNPJ) with the Secretariat of Revenue and its respective local units that responded to the IBGE's economic surveys and/or which declared the Annual List on Social Information (Rais), of the Ministry of Labor. The IBGE provides annually a general scenario of the active formal organizations in the country, emphasizing information on legal nature, employed persons and economic activity.

With the goal of providing a picture of ICT use in Brazilian nonprofit organizations, considering the differences between core activities, size, and Brazilian regions, the ICT Nonprofit Organizations 2012 survey used information stemming from the Cempre, which served as a base-registry for the sample design and for the selection of the organizations that were to be contacted.

FIGURE 1
SAMPLE PLAN OF THE ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012 SURVEY



CRITERIA FOR SAMPLE DESIGN

The survey sample was designed using the stratified sample technique, which aims at improving precision of the estimates, guaranteeing inclusion of subpopulations of interest. Stratification occurred in two steps.

The first step covered the definition of natural strata by correlating the variables: region (Center-West, Northeast, North, Southeast and South) and the core activities, as described in Table 1. From each natural stratum were defined the final strata, which considered the division of natural strata by size range according to the number of employed persons in the organization⁴, the ranges considered were: no employed persons, 1 to 2 employed persons; 3 to 4 employed persons; 5 to 9 employed persons and; 10 or more employed persons. The range related to the number of employed persons considered the information obtained with the Cempre about total of employed personnel on December 31, 2012, including partners and owners of the local units.

Once the stratification variables are defined, the strata allow all the regions, core activities and employed person ranges to be represented in the sample, in addition to allowing analyses of domains defined by these three variables individually. However, with this design it is not

⁴ Although the domain of interest is paid workers, the information used for the stratification was employed person, which, according to the definition by the Cempre, are those individuals with or without employment contracts, remunerated directly by the company. The number of employed persons includes salaried employees, freelancers paid directly by the company, employees and associates, family members and temporary workers. Third parties and consultants are not included.

possible to draw conclusions about the categories resulting from the correlation between pairs of variables. Table 2 presents the target population of the study distributed through the final strata. From this stratification, a sample allocation was defined for a specific margin of error.

TABLE 2
DISTRIBUTION OF ORGANIZATIONS ACCORDING TO STRATIFICATION VARIABLES

REGION	CORE ACTIVITY	No employed persons	1 to 2 employed persons	3 to 4 employed persons	5 to 9 employed persons	10 or more employed persons
NORTH	Employer and professional associations, and labor unions	687	630	179	136	145
	Education, entertainment and culture	817	343	68	62	107
	Development and defense of rights	5 549	1 401	232	212	354
	Others	2 562	806	131	161	413
	Religion	2 135	827	238	176	193
	Health and social work	101	64	14	17	60
NORTHEAST	Employer and professional associations, and labor unions	2 525	2 358	758	525	500
	Education, entertainment and culture	3 030	1 804	290	276	376
	Development and defense of rights	19 726	8 053	912	843	1 681
	Others	14 555	4 533	619	608	1 267
	Religion	6 256	3 170	799	534	470
	Health and social work	635	429	80	117	230
SOUTHEAST	Employer and professional associations, and labor unions	3 312	3 916	1 634	1 626	1 396
	Education, entertainment and culture	6 987	3 783	977	1 022	1 691
	Development and defense of rights	22 052	9 672	2 098	2 469	3 928
	Others	17 194	5 595	1 236	1 499	2 344
	Religion	27 538	11 724	2 487	1 820	1 237
	Health and social work	2 187	1 156	410	767	1 954
SOUTH	Employer and professional associations, and labor unions	2 489	2 683	857	715	588
	Education, entertainment and culture	6 681	2 518	472	455	666
	Development and defense of rights	15 929	5 470	987	1 097	1 363
	Others	12 418	3 705	572	655	1 085
	Religion	6 675	2 943	924	689	472
	Health and social work	848	399	117	262	516
CENTER-WEST	Employer and professional associations, and labor unions	892	1 150	375	283	281
	Education, entertainment and culture	919	586	146	123	167
	Development and defense of rights	3 344	1 654	338	339	444
	Others	1 855	1 031	245	272	339
	Religion	3 400	1 711	435	352	261
	Health and social work	263	197	57	73	125

SAMPLE SIZE DETERMINATION

The initial sample size designed for the ICT Nonprofit Organizations survey for the 2012 issue was of 4,000 organizations. After the conclusion of the field collection stage, and according to procedures that will be presented in the section Field Data Collection, the sample was consolidated in 3,546 organizations.

SAMPLE ALLOCATION

The sample of nonprofit organizations was obtained by simple random sampling without reposition in each final stratum. As such, the probabilities of selection were equal within each final stratum.

A scenario considering the simple random sampling was simulated for each core activity and each region with maximum error of 4%. A higher number of interviews was allocated to the Southeast region as it concentrates a larger number of organizations, although with no substantial changes in errors expected for other regions. Similarly, there was an increment in core activities of organizations for the development and defense of rights. In this way, marginal allocations were obtained for these variables and, from them, the desired number of interviews was allocated to each natural stratum.

From the number of interviews for each natural stratum, the number of interviews was distributed according to employed person range, i.e., across final strata. As the universe of organizations with no employed persons represents the most part of organizations and this is the first edition of this survey, practically half of the interviews were allocated to this size and the remaining interviews were distributed across the others, taking into account the percentage of organizations that are present in this universe.

This division by size and the remaining information about sample profile can be found at the Sample Profile section. Thus, the final sample size for each stratification variable can be seen in Tables 3, 4 and 5.

TABLE 3
EXPECTED SAMPLE SIZES ACCORDING TO REGION

Region	Number of organizations
North	600
Northeast	706
Southeast	1 404
South	706
Center-West	602

TABLE 4
EXPECTED SAMPLE SIZES ACCORDING TO CORE ACTIVITY

Core activity	Number of organizations
Employer and professional associations, and labor unions	662
Education, entertainment and culture	662
Development and defense of rights	726
Religion	664
Health and social work	642
Others	662

TABLE 5
EXPECTED SAMPLE SIZES ACCORDING TO RANGE OF EMPLOYED PERSONS

Range of employed persons	Número de organizações
No employed persons	1 901
1 to 2 employed persons	1 100
3 to 4 employed persons	389
5 to 9 employed persons	225
10 or more employed persons	403

SAMPLE SELECTION

Within each stratum, the organizations were selected by simple random selection. As this concerned the first round of the survey and there was no other source of information capable of indicating the response rate of the organizations, a response rate of 40% was estimated, thus, a reserve sample was randomly selected for each stratum with the intent of approximating the final sample to the number that had been determined initially. The use of the reserve sample depended on the controls completed to obtain interviews, as described in the section Field Procedures and Controls. The final number of organizations that were interviewed varied in each stratum, and this is why these aspects were considered in the weighting calculations, as detailed in the section Weighting Procedures.

FIELD DATA COLLECTION

DATA COLLECTION PERIOD

The ICT Nonprofit Organizations 2012 survey was carried out between the months of October 2012 and March 2013.

CRITERIA FOR DATA COLLECTION

The organizations were contacted using Computer Assisted Telephone Interviews (CATI) technique. The interviews to apply the questionnaire had an average duration of 28 minutes.

In all surveyed organizations, we sought to interview the main administrator, such as the director, president, or executive member of the board, i.e., a person who was familiar with the organization as a whole, including its administrative aspects and the ICT infrastructure at the organization.

FIELD PROCEDURES AND CONTROLS

The focus of the survey is on Brazilian nonprofit organizations as established by the definition of target population for this study. To reach this population, a system with automatic procedures was developed, with which it was possible to measure and control the effort to obtain the interviews from the differentiated treatment given to occurrences identified during data collection. The occurrences that took place during the field work are described in Figures 2, 3, 4 and 5, as are the procedures adopted for each one of them.

FIGURE 2
STATUS 1 – DID NOT SPEAK WITH ORGANIZATION REPRESENTATIVES

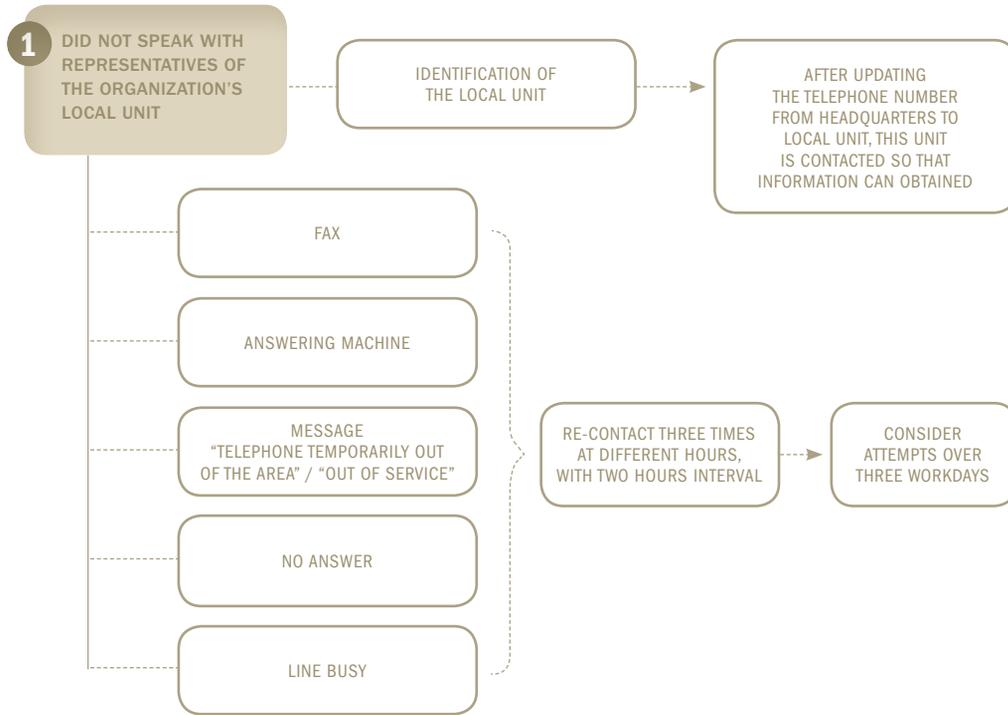


FIGURE 3
STATUS 2 – SPOKE WITH ORGANIZATION REPRESENTATIVES, BUT HAS NOT COMPLETED THE INTERVIEW

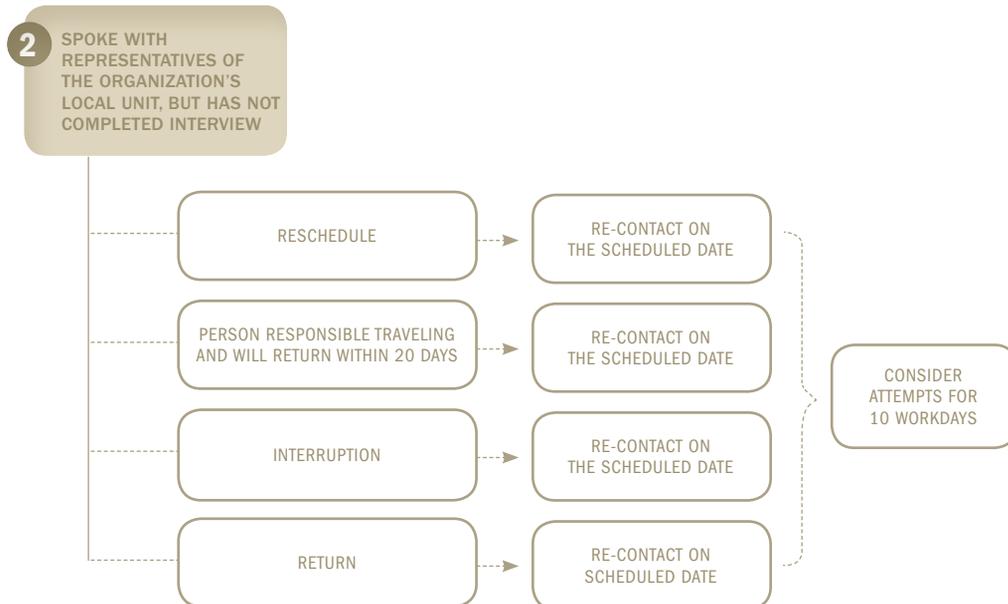


FIGURE 4
STATUS 3 – INTERVIEW WAS CARRIED OUT IN ITS INTEGRITY

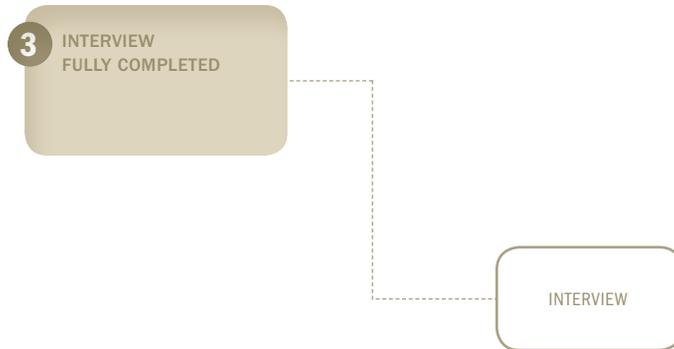
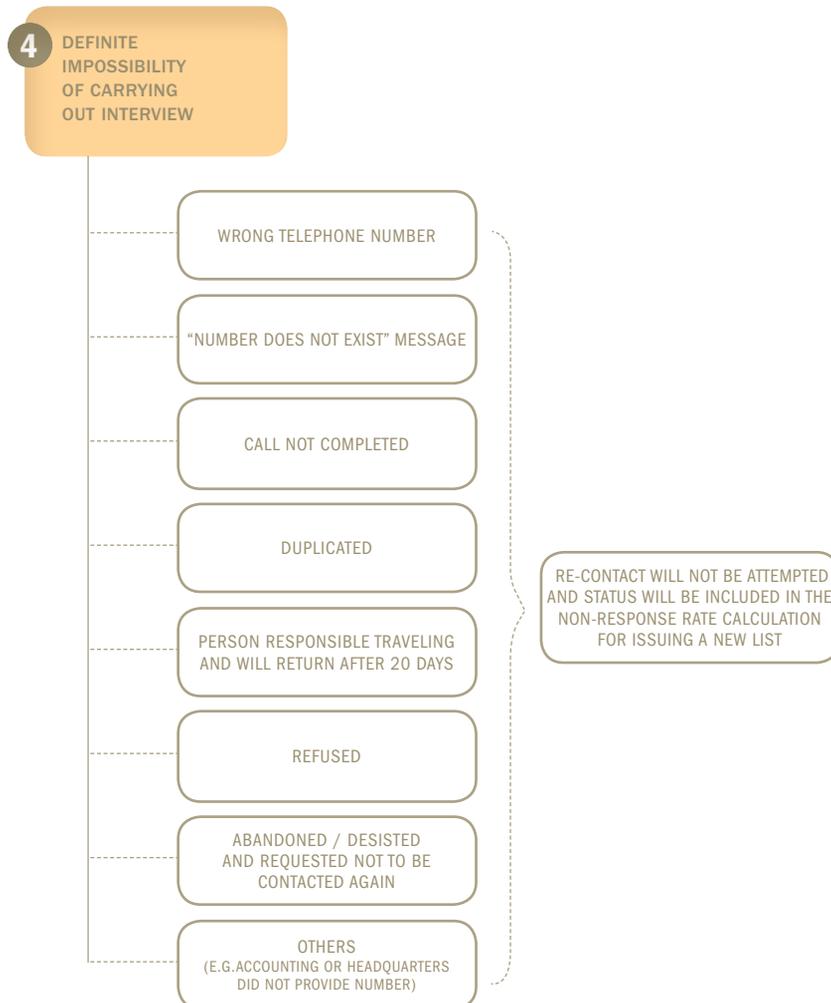
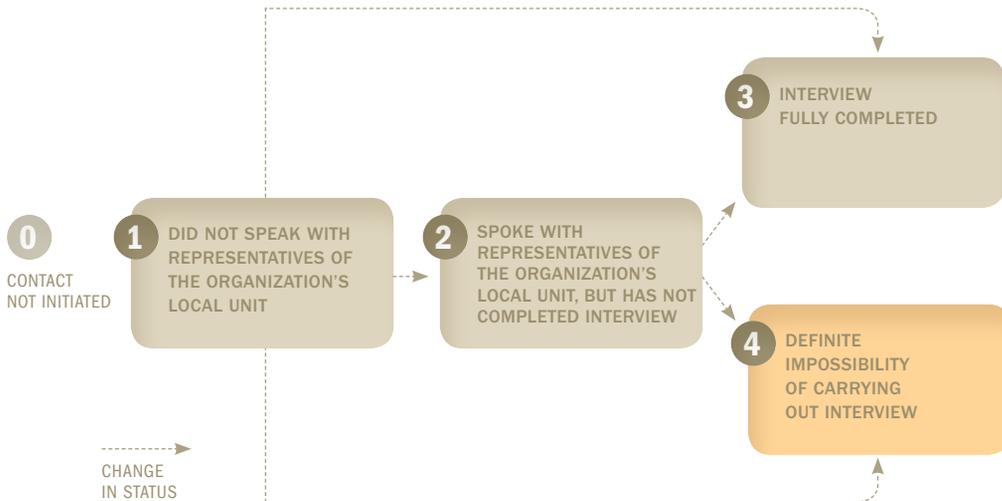


FIGURE 5
STATUS 4 – DEFINITE IMPOSSIBILITY OF CARRYING OUT INTERVIEW



As shown in Figures 2, 3, 4 and 5, field occurrences were grouped into four consolidated statuses: “Did not speak with organization representatives”, “Spoke with organization representatives, but has not completed interview”, “Interview fully completed” and “Definite impossibility to carry out the interview”, as summarized in Figure 6.

FIGURE 6
CONSOLIDATION OF OCCURRENCE CONTROL STATUS



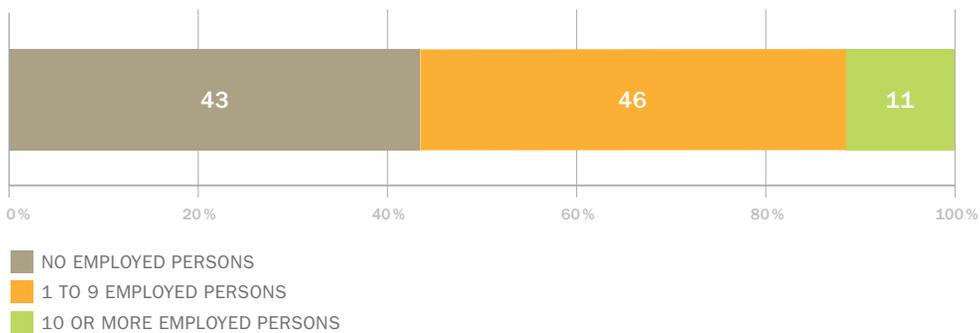
The field performance in relation to the sample determined initially was followed up daily and it was defined that, for strata in which the consolidated status 4 was higher than 65%, i.e., from the moment when interviews could not be carried out with most part of the organizations in this stratum, new organizations from the reserve sample were included with the intention of complementing the sample of organizations that had been determined initially. As is the case of the initial sample, all the organizations in this new listing were contacted and, therefore, have a final status and were considered in the weighting calculations.

SAMPLE PROFILE

The objective of this section is to present the sample profile for the ICT Nonprofit Organizations 2012 survey. The survey has three stratification variables: size of the organization, region of the country where the enterprise is headquartered, and core activity of the organization.

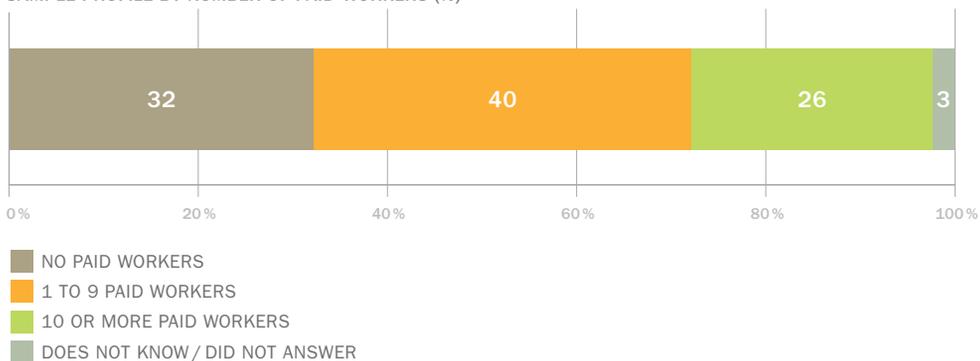
Considering the information about employed persons from the Cempre (Chart 1), the greatest proportion of investigated organizations was of those with 1 to 9 employed persons (46%), followed by a similar proportion composed of organizations with no employed persons (43%).

CHART 1
 SAMPLE PROFILE BY NUMBER OF EMPLOYED PERSONS - CEMPRE (%)



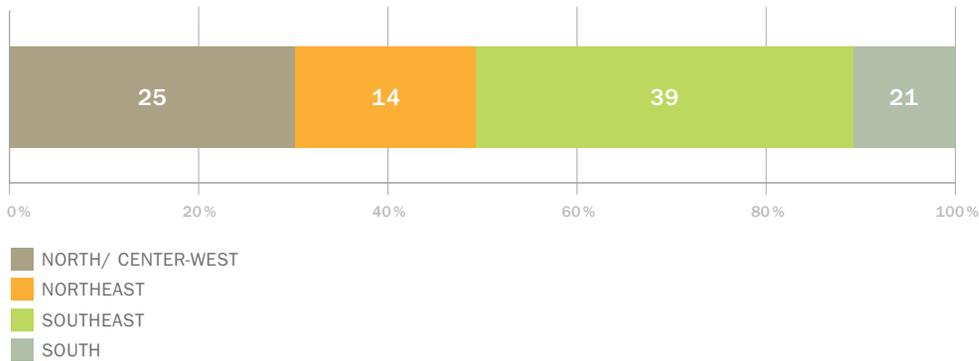
Something similar happens if we consider the information declared by the respondents about paid workers (Chart 2): the stratum of organizations with 1 to 9 paid workers represents 40% of the sample, while the one comprising organizations with no paid workers represents 32%. According to information from the Cempre, Brazilian nonprofit organizations with more than 10 employed persons represent 11% of the sample. When analyzing this variable in line with the information stated by the respondents, organizations with 10 or more paid workers represent a proportion of 26%. Of the total sample, 3% of the respondents could not provide information concerning organization size and, for this reason, these were not considered in the presented results for this variable.

CHART 2
 SAMPLE PROFILE BY NUMBER OF PAID WORKERS (%)



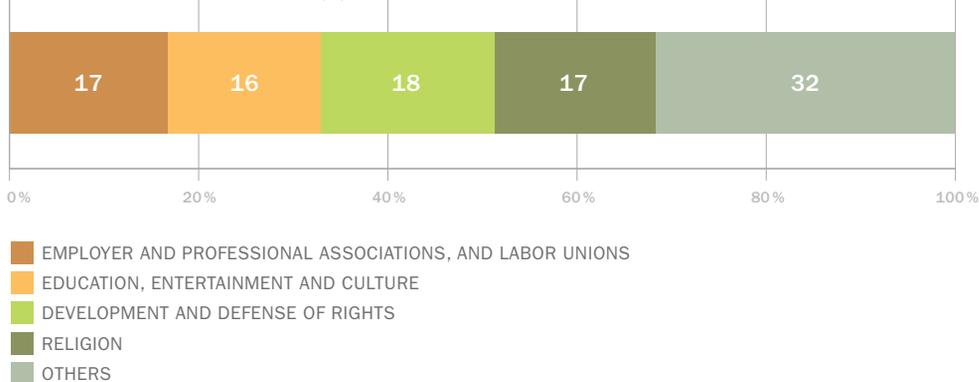
For the presentation of results concerning the region of the country where an organization is headquartered, the North and Center-West regions were clustered. Therefore, regarding distribution according to region (Chart 3), it was verified that the Southeast region has the largest number of organizations (39%). Next, standing out with similar proportions, are the North/Center-West (25%) and South (21%) regions, and at a lower level, the Northeast region (14%).

CHART 3
SAMPLE PROFILE BY REGION (%)



When the composition of the sample is verified in relation to the core activity, approximately one third of the institutions investigated in the sample represent the organizations that are classified under other activities, different from the specified ones, such as employer and professional associations, and labor unions, development and defense of rights, religion, or education, entertainment and culture. These specified core activities display similar proportions in terms of sample distribution, varying between 16% and 18%, as shown in Chart 4.

CHART 4
SAMPLE PROFILE BY CORE ACTIVITY (%)



DATA PROCESSING

WEIGHTING PROCEDURES

Given the sample plan of this survey, calculating the probabilities of selection for the organizations was necessary for determining the sample weighting and subsequent indicator calculations. As such, for each stratum, the probabilities of selection were calculated considering that this was a simple random sampling. The survey provides estimated results for various indicators based on regions, core activity, and size declared by the respondent.

Each organization in the sample was allocated a basic sample weight obtained by dividing the population size by the sample size in the corresponding final stratum. These weights were adjusted to incorporate all the concurrent treatment corrections for the data collection situations identified in the sample control phase. All calculations necessary for estimating the totals of the variables of interest were produced independently within each final expansion stratum. The values obtained in each final expansion stratum were aggregated according to the area for which the estimate was desired.

SAMPLING ERROR

Sampling error measurements or estimates for indicators of the ICT Nonprofit Organizations survey took into consideration in the calculations the sample plan by strata employed in the survey.

As such, from the estimated variances, we chose to disclose the sampling errors expressed by the margin of error. For purposes of result disclosure, the margins of error were calculated for a 95% confidence level. This indicates that the results based on this sample are considered accurate within the interval defined by the margins of error. In case the survey were repeated various times, in 95% of the cases, the interval would include the true populational value. Other measures derived from this estimate of variability are commonly presented, such as standard deviation, coefficient of variation, and confidence interval.

Calculations for the margin of error considered the product of the standard error (the square root of the variance) by 1.96 (the value of the sample distribution corresponding to the chosen significance level of 95%). These calculations were done for each variable in each of the tables, which means that all the indicator tables have margins of error related to each estimate presented in each table cell.

DATA DISSEMINATION

The results of this survey are published according to the following correlated variables: organization size, geographic region, and core activity.

In some results, rounding caused the sum of the partial categories to exceed 100% in single answer questions. The sum of frequencies in multiple-answer questions usually exceeds 100%.

In each table, the note “Each item presented refers only to affirmative answers ‘yes’” means that the indicator was collected with the possible answers ‘yes’, ‘no’, and it is also possible that the respondent did not know or did not answer, although the results presented are from the ‘yes’ answers only.

Data and results of the ICT Nonprofit Organizations 2012 survey are published in book format and made available on the Cetic.br website (www.cetic.br) to provide the government, academia and other interested parties information on the adoption and use of the Internet in Brazilian nonprofit organizations.

REFERENCES

BRAZILIAN INSTITUTE OF GEOGRAPHY AND STATISTICS – IBGE. *Cadastro Central de Empresas – Cempre 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRAZILIAN INTERNET STEERING COMMITTEE – CGI.br. *Survey on the use of information and communication technologies in Brazil – ICT Households and Enterprises 2012*. São Paulo: CGI.br, 2011. Coord. Alexandre F. Barbosa. Available at: <<http://www.cetic.br/publicacoes/2012/tic-domicilios-2012.pdf>>. Access on: Oct 04, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO – CONCLA. *Tabela de Natureza Jurídica 2009.1*. Available at: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/organizacao-juridica/tabela-de-natureza-juridica>>. Access on: Dec 10, 2013.

———. *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

———. *Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE versão 2.0*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Available at: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/cnae2.0.pdf>> Access on: Aug 29, 2013.

———. *Notas técnicas – Estatística do Cadastro Central de Empresas 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Available at: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia_Cadastro_de_Empresas/2010/notas_tecnicas.pdf>. Access on: Sep 19, 2012.

———. *Pesquisa de Inovação Tecnológica*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. *Manual for the Production of Statistics on the Information Economy 2009*. New York: UNCTAD, 2009. Available at: <http://www.unctad.org/en/docs/sdteechb20072rev1_en.pdf>. Access on: May 20, 2012.

UNITED NATIONS. *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts*. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. 2002. 316 p. (Studies in methods. Series F, n. 91).

ANALYSIS OF RESULTS

ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012

INTRODUCTION

The role of information and communication technologies (ICTs) in social and economic development, mainly for developing countries, has been highlighted in countless studies by the United Nations (UN), like the Information Economy Report, from the United Nations Conference on Trade and Development (Unctad). In one of these studies, published in 2012, the organization points out that ICT use and the diversification of their applications favor the development of a country. This relation, however, is not intrinsic to the simple ownership of equipment, but, conversely, demands strategies and policies to encourage ownership, dissemination and use. As argued in the report, “to facilitate structural transformation and technological advancement, it is necessary for countries to build domestic capabilities to allow individuals, firms and organizations to engage in learning processes” (UNCTAD, 2012, p. XIII).

There is a growing number of academic studies that investigate the role of ICT for development – progressively more concerned with the evaluation of impacts, beyond the debate about access or use (HEEKS; MOLLA, 2009). Although the idea that new technologies play an important role in people’s lives is widely accepted, understanding the reach of this role is still a challenge. For there to be a real change in people’s lives through the use of ICT, it is necessary to evaluate ICT appropriation, so that this use is not limited by the lack of infrastructure and social norms that hinder total freedom of action (KLEINE, 2013). From this perspective, it is necessary to consider not only the actions that were effectively carried out by individuals and organizations, but also the opportunities for choice and the disposition of these groups, according to the theoretical approach developed by the economist Amartya Sen (DEVELOPMENT AID, 2011, *apud* SEN, 1999; SEN, 2010).

With ICT dissemination, countless authors have been discussing the opportunities for new forms of social engagement. This perspective is demonstrated, for instance, by the concept of “e-democracy” or by the way ICT can promote the elaboration of urban problems by local citizens themselves, self-organization of local communities, participation in deliberations by those directly affected, public policy transparency and its evaluation by citizens (LEVY, 1999). This tendency was detected by Castells, who points out that the expansion of new

technologies promotes further monitoring of local governments as new forms of participation and consultation are expanded and made available to citizens (CASTELLS, 2010). Despite its potential, few studies about this subject have investigated empirically the strategic adoption of ICT by nonprofit organizations.

The ICT Nonprofit Organizations survey brings input to this debate by generating data that support a deeper comprehension of the role of these new technologies. The survey aims at evaluating the reality of this sector in Brazil from its infrastructure, uses and skills related to ICTs. This mapping has the goal to provide input for reflection on how these technologies contribute for these institutions to fulfill their missions and to the provision of service to their beneficiaries, as well as interfacing with the communities with which they are engaged.

HIGHLIGHTS

ICT NONPROFIT ORGANIZATIONS 2012



Profile of the Organizations

The survey shows that the majority of the organizations started their activities after 1991 (54%), mainly when it comes to small size organizations: 61% of the organizations with no paid workers arised after 1990. The target-audiences of the organizations are, in general, mostly children, youths and women. The voluntary donations and the monthly fees paid by members are the main sources of funding, but the three government spheres were mentioned individually as sources of funding, with the municipal sphere being the most prominent. PAGE 194



ICT Infrastructure

Computer ownership is a reality for 65% of the nonprofit organizations, with 78% declaring they have used computers in the last 12 months, without necessarily owning the equipment in the organization. In relation to the Internet, 72% of the organizations used this tool in the 12 months prior to the survey, with Internet access reaching 91% in larger, more professional organizations, with 10 or more paid workers. Among the organizations based on volunteer work (no paid workers), only 52% have access to the Internet. PAGE 198



Online Presence

Less than half of the organizations that use the Internet have a website (37%), however, 52% of them are present in social networks, blogs or forums. The presence of the organizations in social networks is considerably higher than what was observed in Brazilian enterprises. Among the investigated options, the social network most frequently used and mentioned by 42% of the organizations is Facebook. Twitter comes in second place, mentioned by 15% of the organizations. PAGE 203



e-Government

More than 80% of the organizations declare having used some type of e-government service, more focused, however, on searching activities, like information on taxes (48%), checking fiscal status and active debt (47%), checking the organization's PIS/Pasep and the Labor Fund for Time of Employment (FGTS) (44%). Appearing in lower proportions are actions for the accountability of public departments and social control, e.g. monitoring/surveying the execution of public services (34%), searching for information on public expenses/government budget (32%). PAGE 206

PROFILE OF THE ORGANIZATIONS

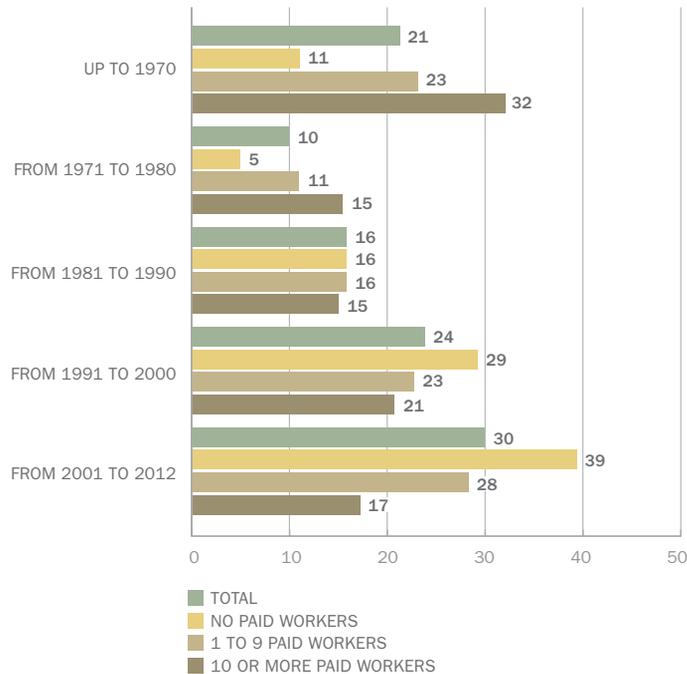
In Brazil, there are few nationally comprehensive quantitative studies that provide an in-depth profile of civil society organizations. A fundamental reference is the *Private Foundations and Non-Profit Associations in Brazil* (Fasfil), conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), whose last edition was published in the year 2010, and which has been providing significant input for the production of knowledge about the sector.

The ICT Nonprofit Organizations 2012 survey also sought to explore questions about the profile of this type of organization to understand how specific organizational characteristics pose barriers or work as facilitators for ICT incorporation.

Initially, characteristics of the Brazilian nonprofit organizations will be presented – years of activity, reach of activities, human resources, organizational structure and funding source – in order to contribute to a better comprehension of this heterogeneous universe.

The results show that most of the Brazilian nonprofit organizations (54%) initiated their activities after 1991. The longevity of the organizations, in turn, is related to their size. Most of the organizations with no paid workers (39%) and 1 to 9 paid workers (28%) are the more recent and were created between 2001 and 2012 (Chart 1). The inverse movement can be observed when the older organizations, created up until 1980, are analyzed: the organizations with 10 or more paid workers (47%) are concentrated among them.

CHART 1
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ACCORDING TO THE YEAR THE ORGANIZATIONS STARTED TO OPERATE BY SIZE
Percentage of the total of organizations that declared the year they started to operate



It is worth highlighting that only 30% of the organizations initiated their activities after 2001, in a context in which new technologies, especially the Internet, were at a more advanced stage of dissemination. It is possible to say, therefore, that for the vast majority of organizations the Internet appears later as a new opportunity, with the possibility of being incorporated into the actions they already carried out without the support of the web.

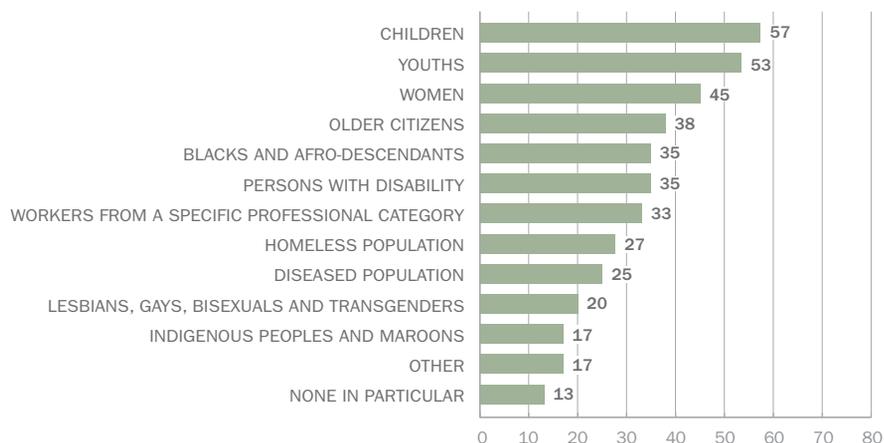
Another characteristic used for analyzing the profile of the Brazilian organizations is related to personnel structure, including paid workers and volunteers. On average, 76% of the surveyed organizations relied on people working voluntarily, while 57% had paid workers. This result demonstrates the importance of volunteers in Brazilian nonprofit organizations. Volunteer collaboration also proves relevant in large size organizations, as it is present in approximately half (52%) of the organizations with more than 10 paid workers.

Some indicators of the survey also allow investigating whether the organizations rely on a reasonably complex organizational structure. Regarding departmentalization of their activities, the survey shows that approximately half of the organizations have areas related to specific roles in administration (54%) and finance (46%).

It is pertinent to emphasize the presence of information technology (IT) areas in more than a third of the surveyed organizations (34%). This promotes a more strategic use of ICT as it represents an institutional disposition for maintaining personnel capable of using new technologies. However, this characteristic is directly related to the size of the organizations: 60% of the organizations with more than 10 paid workers state they have an IT area, while this percentage drops to 17% in organizations with no paid workers.

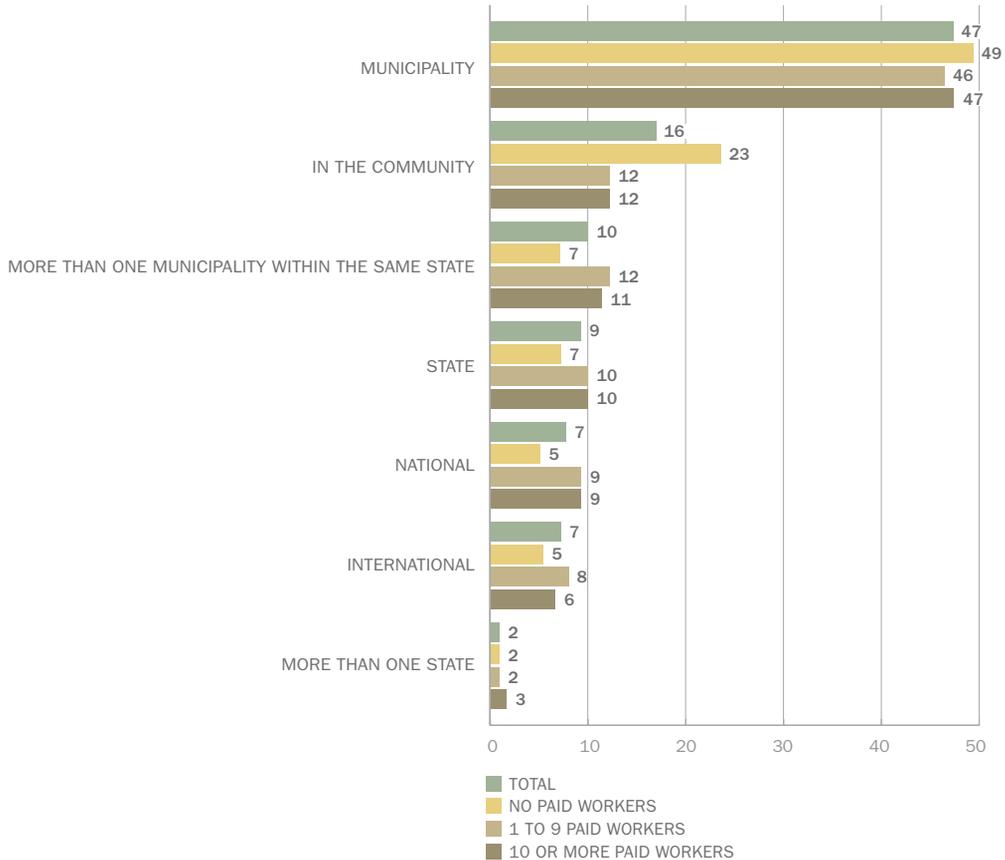
Concerning the public assisted or benefited by the organizations' work, those most frequently mentioned in the survey were children (57%), youths (53%), and women (45%), according to the data in Chart 2. A considerable percentage of the organizations state not having a focus on any specific public (13%), and work without aiming at any specific population. In addition, a relevant group of organizations enumerated more than three different types of public, unveiling a wide field of work.

CHART 2
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TARGET-AUDIENCE
Percentage of the total of organizations



In terms of coverage of the work, nearly half of the organizations claim their activities are focused on the municipal sphere, marking a predominantly local work practice (Chart 3). This characteristic is more noticeable when analyzing size. The smaller the organization, the more locally engaged it is, as seen by the proportion of organizations with no paid workers that declare working in the community (23%); in organizations with 1 to 9 paid workers and those with 10 or more paid workers, this proportion is slightly lower (12%).

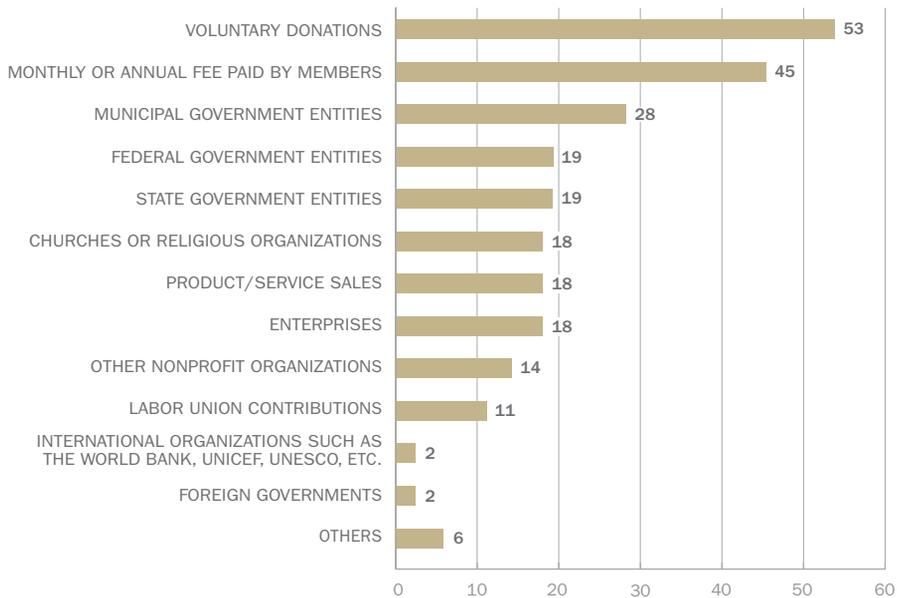
CHART 3
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY REACH OF ACTIVITIES BY SIZE
Percentage of the total of organizations



Finances, as will be discussed in the Capabilities and Skills section, are the main barriers to ICT use by the organizations. The understanding of how the Brazilian nonprofit organizations fund their activities contributes to identify opportunities for a more strategic use of ICTs.

Chart 4 presents the organizations' source of funding. Voluntary donations appear as the main source of financing, as they were mentioned by more than half (53%) of the organizations. In second place are the resources that stem from monthly or annual fees paid by members (45%), a source that allows more regular resources. As for the resources stemming from government entities, they are less frequently mentioned: 28% for municipal organizations and 19% for federal or state organizations.

CHART 4
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SOURCE OF FUNDING
Percentage of the total of organizations



Small size organizations rely more on resources derived from voluntary donations, while the large size ones count on funds from governmental organizations. Voluntary donations are the source of funding for 61% of the organizations with no paid workers, and in 40% of the organizations with more than 10 paid workers. Resources from governmental organizations are present in 43% of the organizations with more than 10 paid workers and 24% of the organizations with no paid workers.

It is interesting to note that organizations from the North/Center-West and Northeast regions mentioned a higher-than-average proportion of resources stemming from federal government: 13% and 11%, respectively, against the total of 7%.

Profile indicators of nonprofit organizations confirm there is great heterogeneity, in particular when considering the size of the organizations based on the number of paid workers involved. These differences, as we will see, substantially affect the form and complexity of the use of information and communication technologies.

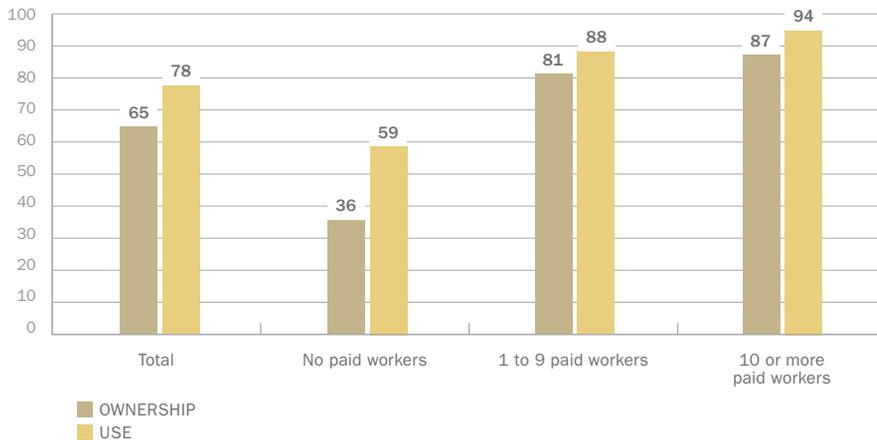
It is worth highlighting that nonprofit organizations have been growing in Brazil. The IBGE's Fasfil survey indicates an increase of 8.8% in the number of nonprofit foundations between 2006 and 2010. This scenario of growth supports the need for monitoring the characteristics and trends of the sector.

ICT INFRASTRUCTURE AND USE IN THE ORGANIZATIONS

Following the analysis of the profile of the organizations, it is pertinent to draw a picture of the ICT infrastructure and its use for supporting the core activities of the entities. The survey investigates results regarding indicators of ICT equipment ownership and use. The decision to investigate these two indicators is related to the fact that some organizations can use new technologies despite having no equipment of their own, as they rely on devices owned by members of the institution or use public access centers, such as LAN houses and telecenters.

Results of the survey indicate that 13% of the organizations use computers, although they do not own the equipment (Chart 5). This difference – probably related to limitations due to the cost of access – is more significant when analyzing the data by size. In organizations with no paid workers 59% use computers, but only 36% of them own the equipment. This difference decreases in organizations with 1 to 9 paid workers or in those with 10 or more paid workers.

CHART 5
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS OR THAT HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHS BY SIZE
Percentage of the total of organizations



While analyzing the core activities, the percentage of organizations that own computers is higher among employer and professional associations, and labor unions: 93% of them claim they have computers, while those in education, entertainment and culture account for a lower proportion (74%).

When drawing a parallel between computer use by Brazilian enterprises, it is noticeable that only larger-sized organizations, with more than 10 paid workers, are at a similar level as Brazilian enterprises that use computers, which reached 98% in 2012 (CGI.br, 2013).

In addition to computer ownership and use, the organizations were asked about introduction and development of software. The results show that most of the nonprofit organizations did not introduce new software nor made any significant improvement in existing software in the 12 months prior to the survey. The proportion of organizations that did so is only 6% and it becomes even lower among organizations with no paid workers (3%).

This indicator was also part of the ICT Enterprises 2012 survey, according to which 33% of the enterprises with 10 or more employed persons stated they had introduced new software or made some significant improvement in existing software in the 12 months before the survey in the year of 2012. The contrast between these indicators reveals a basic degree of ICT adoption by nonprofit organizations, since the introduction of software indicates wider diversification and more complex use of computers and the Internet.

The infrastructure of the organizations can also be measured beyond the presence of computers and software. Computer networks are essential for the sharing of equipment inside the organizations and for ICT use. In total, 44% of the nonprofit organizations have one of the four types of network surveyed (LAN/wired network, LAN/wireless network, intranet and extranet). The same indicator among Brazilian enterprises was 96% (CGI.br, 2013).

Among the organizations with no paid workers and with 1 to 9 paid workers, 37% have networks. Such a similarity can be explained by the proximity between the two sizes in relation to the total number of computers that the organizations have. On the other hand, those with 10 or more paid workers display higher percentages of network presence (56%), demonstrating more complexity in terms of ICT infrastructure.

The ICT Nonprofit Organizations survey also sought to identify the mobility aspect, either through the presence of portable computers or tablets, or through the use of corporate mobile phones. Such devices allow access outside of headquarters and can significantly impact the results of performed tasks. Regarding type, desktop computers are still predominant, representing 94% of the total of computers in the nonprofit organizations. However, the incidence of mobile devices, such as portable computers and tablets, is also relevant, reaching 58% and 10% respectively. The scenario is similar to that presented in the survey on Brazilian enterprises, which identified that there are desktop computers in 98% of the enterprises that use computers, whereas portable devices are present in 68% of them and tablets are present in 19% of them (CGI.br, 2013).

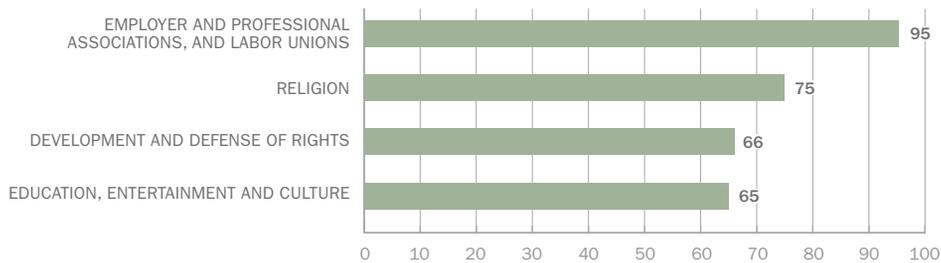
In 24% of the surveyed organizations, corporate mobile phones are used – this percentage is considerably lower in relation to the proportion of 72%, seen in Brazilian enterprises that used this technology in 2012 (CGI.br, 2013). The use of mobile phones is lower in organizations with no paid workers (8%), while it increases in the larger ones: 42% of the organizations with 10 or more paid workers state they use corporate mobile phones. The use of this type of technology is also more frequent among employer and professional associations, and labor unions, mentioned by 45% of the respondents, and those in religion, with 28%.

It is interesting to note the presence of corporate mobile phones among the organizations that own computers, displaying a higher concentration of technology among them. The proportion of organizations that own computers that declare having used the equipment reached 34%, against 8% of the organizations without computers.

INTERNET ACCESS AND TYPES OF CONNECTION

Having outlined an overall profile of their ICT infrastructure, the survey proceeds to analyzing the uses they make of these technologies. According to the ICT Nonprofit Organizations 2012 survey, 72% of the Brazilian nonprofit organizations use the Internet. This proportion varies considerably when organization size is considered: 52% of the institutions with no paid workers, 81% and 91%, respectively, of those with 1 to 9 paid workers and those with 10 or more paid workers. It is also possible to observe significant differences when considering the core activities (Chart 6).

CHART 6
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS BY CORE ACTIVITY
Percentage of the total of organizations



Comparatively, Internet access is a reality for the whole of Brazilian enterprises (97%), regardless of size, as shown by the ICT Enterprises 2012 survey (CGI.br, 2013). Even if the nonprofit organizations are distant from the reality of the Brazilian enterprises, it is worth noting that the percentage observed for the institutions is higher than the average for Brazilian households with Internet access (40%), according to the ICT Households 2012 survey (CGI.br, 2013).

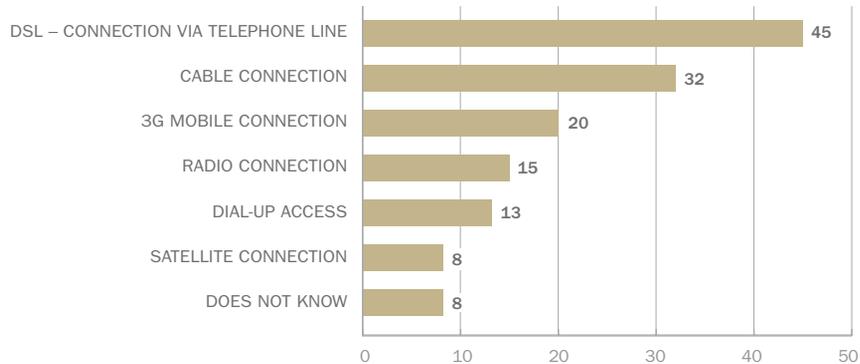
The results of the ICT Nonprofit Organizations survey reveal that the most popular type of connection is via DSL via telephone line (Chart 7). There is little variation regarding the types of connection used by different organizations across the country. The presence of cable connection is higher among organizations headquartered in the Southeast (32%), while radio connection is more frequent in the South region (20%).

Although the percentage of organizations that use broadband¹ connections is relatively high, the proportion of organizations that use dial-up access to the Internet (13%) is almost twice what has been registered among Brazilian enterprises (7%), also in comparison to the data from the ICT Enterprises 2012 survey (CGI.br, 2013).

¹ DSL modem, cable, radio and satellite are considered broadband connection systems.

CHART 7
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE ACCESSED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
BY TYPE OF CONNECTION USED

Percentage of the total of organizations with computers



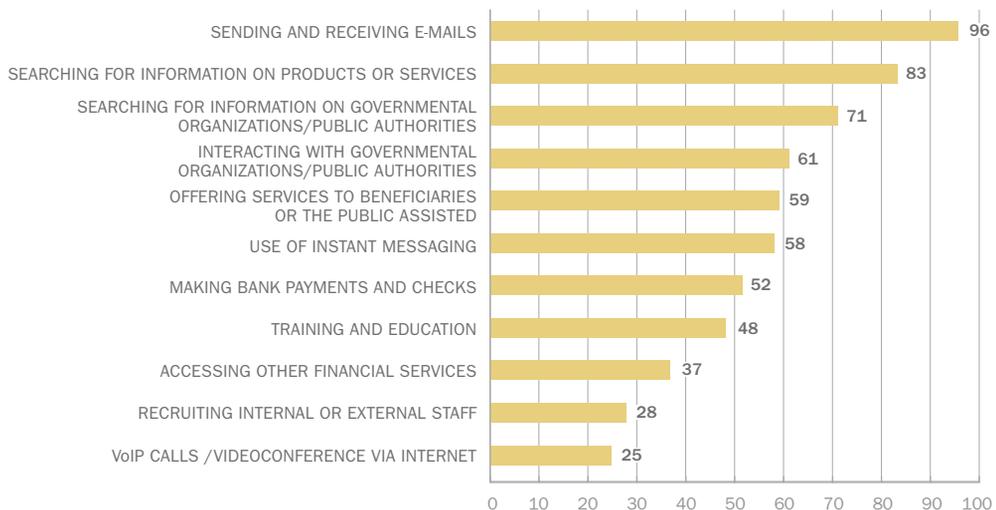
ACTIVITIES CARRIED OUT ON THE INTERNET

Having already described of the computer and Internet access infrastructure in Brazilian nonprofit organizations, it becomes necessary to investigate in more detail the activities carried out through ICT in order to analyze how they can contribute strategically to the organizations' activities, taking into account their specific needs and purposes.

The first indicator that contributes to this analysis is the one regarding activities carried out through the Internet for work purposes (Chart 8). It is possible to identify a pattern of use that is similar to the one observed among Brazilian enterprises. There is a predominant use of e-mail (96%) – a resource that denotes a more basic use of the web –, followed by information searches on products or services (83%).

CHART 8
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS, BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT ON THE INTERNET
IN THE LAST 12 MONTHS

Percentage of the total of organizations that use the Internet



The indicator for activities carried out on the Internet by the organizations demonstrates great variation in terms of figures for the activities considered more basic and more complex. In the responses provided by the organizations, the activities that could bring significant results are still not frequently mentioned, such as training and education (48%), recruiting internal or external staff (28%) and VoIP calls via the Internet (25%).

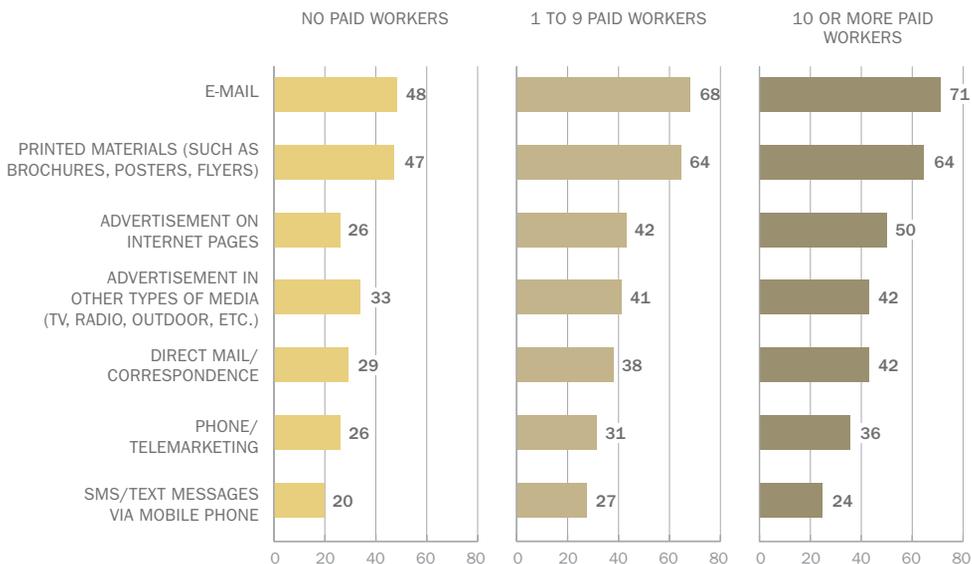
It is interesting to note a substantial difference across sizes in relation to the complexity of activities. While 93% of the organizations with no paid workers claim they use the Internet for sending and receiving e-mails, 99% of those with more than 10 paid workers carried out that activity. Regarding training and education, this difference is even larger: 37% of the organizations with no paid workers against 65% of those with 10 or more paid workers.

In the activities related to the provision of services to beneficiaries or the public assisted, organizations with core activities involving employer and professional associations and labor unions stand out the most, as 76% of them declare using the Internet to offer services to their beneficiaries.

In order to evaluate if such technologies contributed to some of their tasks, the ICT Nonprofit Organizations survey also investigated the methods of advertising and promotion. Overall, the coexistence of traditional and other digital communication media can be observed. This can be seen by the two means of communication that are most used by organizations to publicize their activities: 61% use e-mail and 57% printed materials (such as brochures, posters, flyers, etc.).

This tendency is maintained even when size is analyzed (Chart 9), although proportions decrease according to the size of the organization. It was observed that those with no paid workers use the means analyzed by the survey to a lesser proportion.

CHART 9
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE PUBLICIZED THEIR ACTIVITIES BY TYPE OF MEDIA IN THE LAST 12 MONTHS BY SIZE
Percentage of the total of organizations



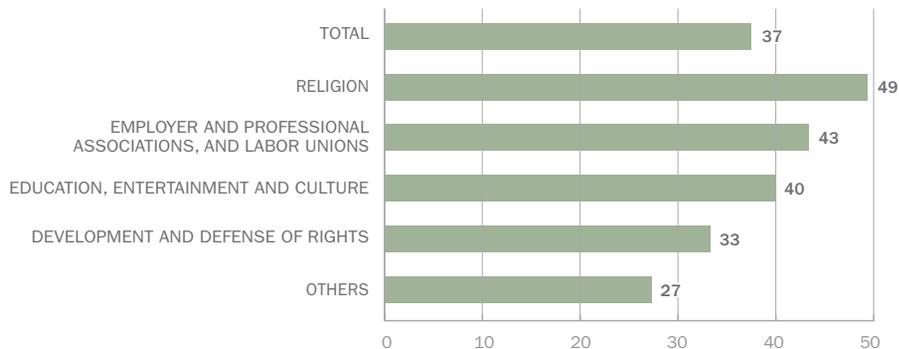
CAPABILITIES AND SKILLS

In order to investigate ICT capability in the organizations, the ICT Nonprofit Organizations survey introduces indicators that can be associated to a more strategic use of the technologies – those that require more skills, such as the presence on the Internet through websites and social networks or the use of e-government services.

The first of these indicators regards the existence of a website of the organizations and the resources offered in it. The tool can contribute to the increase of the organizations' institutional visibility and, in this sense, publishing and maintaining a page on the Internet stands as an important communication tool for the activities carried out.

The survey revealed that less than half of the Brazilian nonprofit organizations that use the Internet have a website (37%). As demonstrated in Chart 10, the organizations whose core activities are more present on the Internet via website are religion (49%) and employer and professional associations, and labor unions (43%). In smaller proportions are those working with development and defense of rights (33%) and other topics (27%).

CHART 10
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES OR WEBPAGES BY CORE ACTIVITY
Percentage of the total of organizations with access to the Internet



The resources offered via websites can reveal the extent to which the organizations make strategic use of this tool, in addition, they can indicate if the web is being used to promote the missions of the organizations. As per Chart 11, the resources that are most frequently made available are those aimed at posting information, such as news (86%), information on the organization's activities (86%), publications and studies (55%), information and balance sheets on expenses (28%) and product catalogues (20%).

Although a great part of the organizations had posted news and promoted activities, a much lower portion provided information and balance sheets through the Internet – a practice that allows the sponsors, beneficiaries and society in general to have access to the expenses and the manner in which their resources are allocated.

CHART 11
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY RESOURCES OFFERED IN THE LAST 12 MONTHS
Percentage of the total of organizations with a website



A second level of resources present in the organizations' websites is related to the tools for interaction with the users. Approximately half of the websites offer these services: 51% have content sharing tools for social networks and 47% offer subscription to newsletters. These are tools that allow the creation of links between website visitors and the organization, and also allow other stakeholders to promote the institution and its activities through social networks.

The least offered resources on websites are precisely the ones that can be considered complex, encompassing activities that demand specialized knowledge to operate and manage. These are: resource prospecting tools (22%), access to petitions, online campaigns or collecting signatures (19%) and distance education environment (17%). They are innovative interaction resources that support different organizational goals, related to their fundamental needs such as funding, engagement and participation. The highlight in this group is on organizations directly linked to the area of development and defense of rights, which most frequently have the availability of resource prospecting tools on their websites (28%). They also place second among the organizations that offered access to petitions, online campaigns, and collecting signatures (21%).

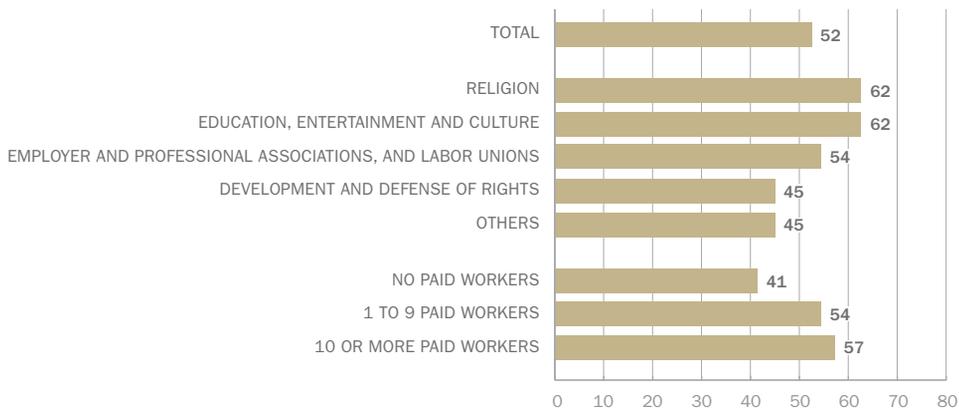
The performance of the organizations in the area of development and defense of rights in this indicator is noteworthy because it goes in the opposite direction from the pattern observed across the remaining results for the same core activity. In addition to being the organizations that least use computers (75%), they display the lowest proportion of organizations that are present on the Internet via website or social networks. Such dissension shows how these organizations, albeit their infrastructural difficulties, can use ICT to generate relevant results for the organization's work, potentially reflecting the presence of IT experts among the volunteers or paid workers.

SOCIAL NETWORKS

In face of the trend of frequent use of online social networks by various segments of society, the ICT Nonprofit Organizations survey comprised a series of questions about this phenomenon. The results, as pointed out in Chart 12, show that 52% of the nonprofit organizations are present on social networks, blogs or forums. This percentage is considerably higher than what was observed in Brazilian enterprises with 10 or more paid workers (36%) (CGI.br, 2013), and even higher than that of organizations with websites, previously mentioned. Such a result indicates the importance of this means of communication for the organizations, mainly considering the dissemination capacity allowed by social networks at a low cost.

The presence of the organizations in social networks according to size, core activity and region does not display any significant variation. Those without paid workers use social networks in a lower proportion than the average for all organizations (41%), as well as those in the core activity of development and defense of rights (45%).

CHART 12
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH SOCIAL NETWORKS, BLOGS OR FORUMS, BY CORE ACTIVITY, BY SIZE
Percentage of the total of organizations with access to the Internet



Still seeking to characterize the use of social networks by the organizations, the types of activities carried out through these channels were investigated. The proportion of organizations that interact with their users not only via answers, comments and doubts (75%) is high, as is campaign promotion (63%), which possibly indicates a more strategic use of social networks, and not only as a communication channel for promotion.

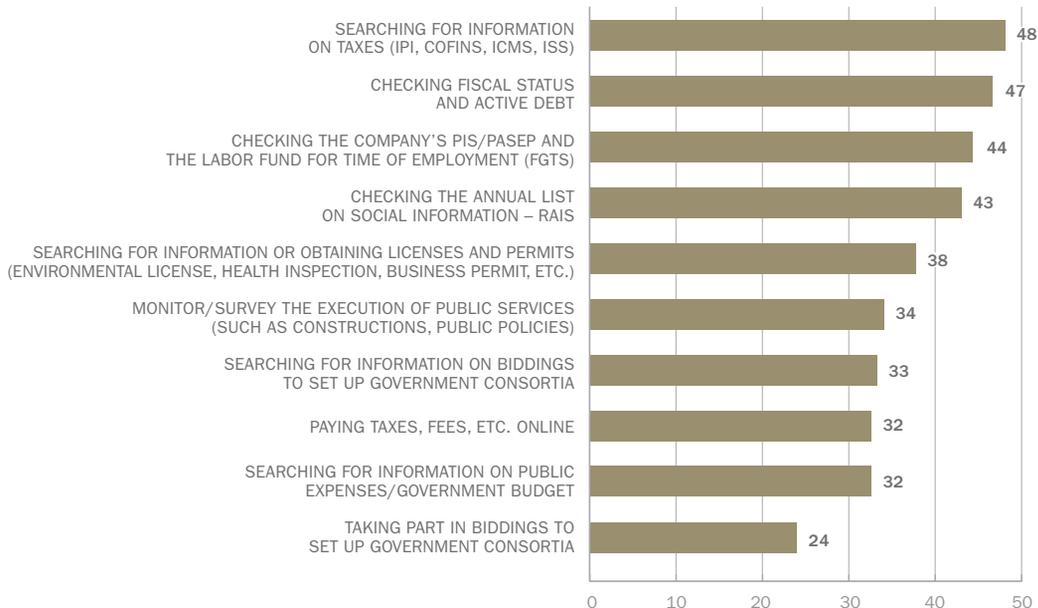
E-GOVERNMENT

The survey investigates e-government services, or the provision of products and public services through the use of ICT, to different sectors of society. The main purpose of these e-government services is to bridge gaps between government and citizens, enterprises and nonprofit organizations. The use of these tools contributes to a quick and efficient completion of government activities that involve interaction between citizens and organizations as, for instance, the provision of public services via the Internet, which, in addition, facilitates the communication between government and spheres of the civil society. Furthermore, ICT and Internet use by the government can promote transparency regarding expenditures and responsibilities of the public sector.

In 2012, 83% of the organizations declared having used one of the e-government services related to the survey. This proportion is significantly higher among organizations with 10 or more paid workers: 91%. The same result can be found in the ICT Enterprises 2012 survey regarding the use of e-government services by Brazilian enterprises with 10 or more employed persons (CGI.br, 2013).

When analyzing the types of e-government services used by the organizations, it is noticeable that the highest percentages are registered within activities with a more basic nature, related to searches and information checks, as shown in Chart 13.

CHART 13
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED E-GOVERNMENT SERVICES BY TYPE OF ACTIVITY – TOTAL
Percentage of the total of organizations with access to the Internet



A lower proportion of nonprofit organizations with Internet access mention the use of e-government services that involve interactive features, such as online payments (32%) and taking part in biddings to set up government consortia (24%). As observed previously, different spheres of the government appear as the main sources of funding that finance the work of Brazilian nonprofit organizations, which corroborates the interest and the need, identified here, for this type of e-government service.

Taking into account contribution of e-government or democratization of access to public information and the increased control of public administrations, it is relevant to highlight the fact that about one third of the nonprofit organizations have declared they survey and monitor public contracts and expenses, activities that can be considered important mechanisms of control and accountability of public authorities. Among the activities that can be connected to this type of responsibility in the organizations are monitoring/surveying the execution of public services, carried out by 34% of the organizations, and searching for information on public expenses, carried out by 32% of them.

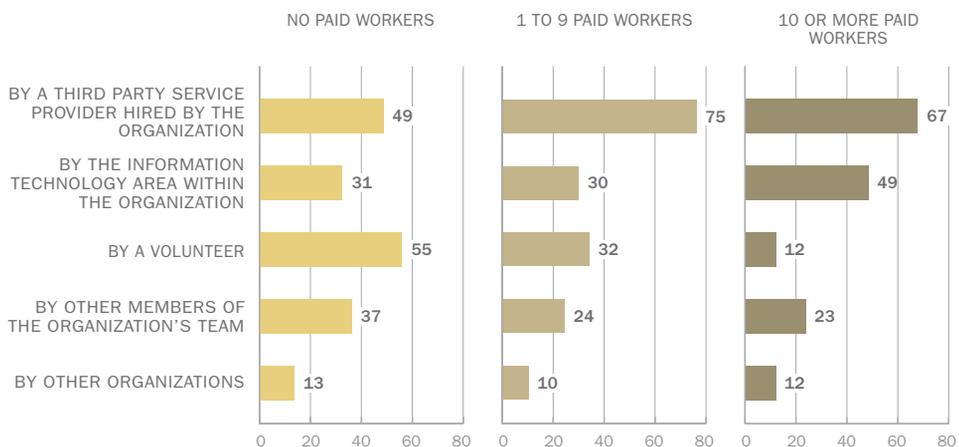
Both are among the activities with the least variation across sizes, with 31% of the organizations with no paid workers stating they have monitored/surveyed the execution of public services, against 43% of the organizations with more than 10 paid workers. As for searching for information on public expenses, the proportion is 29% for organizations with no paid workers and 41% for those with 10 or more.

SUPPORT AND MAINTENANCE

Another aspect that was researched and that can indicate accumulation of ICT skills within organizations, is related to infrastructure maintenance and technical support. Outsourcing third party service providers is the main resource used by the organizations for computer support and maintenance, carried out by 66% of the organizations (Chart 14). Considerably below this level are the organizations that rely on an information technology area for the provision of technical support for their computers (38%) – which demonstrates the insufficiency of internal capability to handle the maintenance of ICT equipment.

Important differences are observed in relation to the size of organizations. Those with no paid workers, totaling 55%, are the ones that most rely on the work of volunteers for technical support. On the other hand, large size organizations with 1 to 9 paid workers and 10 or more paid workers are the ones that most hire this service, 75% and 67% respectively.

CHART 14
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE CARRIED OUT COMPUTER MAINTENANCE AND REPAIR IN THE LAST 12 MONTHS BY SERVICE PROVIDER, BY SIZE
Percentage of the total of organizations with computers



Considering the aforementioned indicator, but focusing now on the presence of accumulated capability in the organization for ICT related work, the survey produces an indicator on the presence of an IT expert. Less than half of the surveyed organizations (41%) counted on IT experts. It is worth noting that when comparing sizes, the organizations with no paid workers and the those with 10 or more are the ones with the largest number of IT experts among their paid workers and/or volunteers, 45% in both.

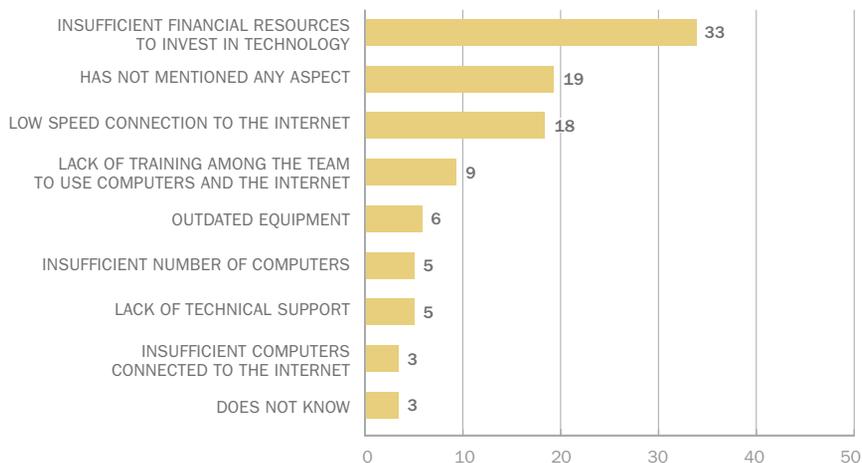
The ICT Nonprofit Organizations survey reveals that, differently from Brazilian enterprises, there is a considerable portion of the Brazilian nonprofit organizations that rely on little or no ICT infrastructure; furthermore, the use of some of these technologies by the organizations is basic. In addition, less than half of them count on qualified ICT professionals and only a third have an IT area, which makes the adoption and strategic use of these tools still a challenge.

Considering this scenario, the survey sought to answer questions related to the barriers for ICT use identified by the organizations themselves. In addition to understanding this universe, the answers to this question may provide important contributions for the development of public policies capable of benefiting these institutions, so as to facilitate more strategic uses of ICT that can contribute for the accomplishment of the missions of these organizations.

When the main barriers for computer and Internet use are identified (Chart 15), it is interesting to note that, even among those with access to computers and the Internet, the main barrier for the use of these technologies is insufficient financial resources to invest in this area (33%). Low speed connection to the Internet places second among the main barriers, with 19% of the organizations mentioning it. Problems related to lack of training among the team come in third place, with 9%.

In spite of this, it is important to observe that when asked about the barrier, regardless of the main one, lack of training among the team is mentioned by 40% of the organizations, placing among the aspects that are most mentioned.

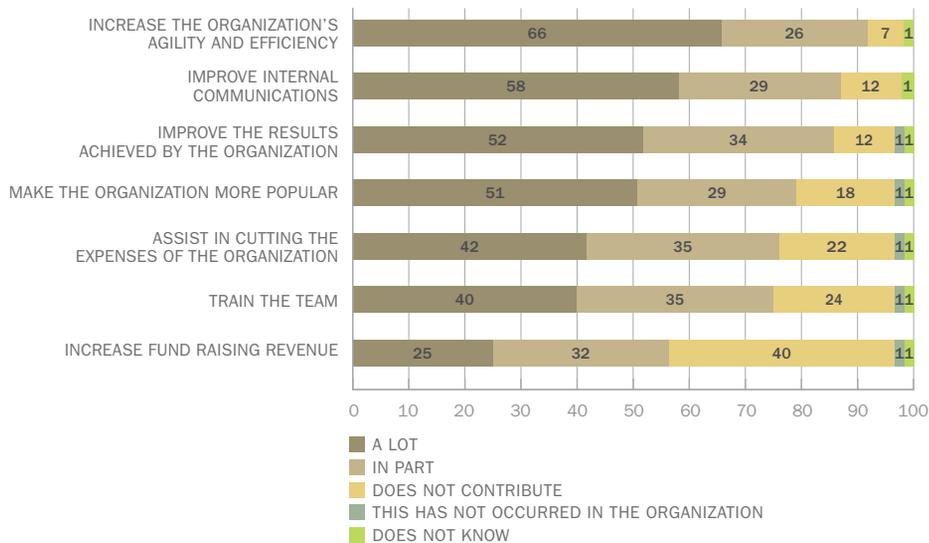
CHART 15
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY MAIN TYPE OF DIFFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET
Percentage of the total of organizations with computers



In addition to the barriers for ICT use in the organizations, it is also important to evaluate the perception of the organizations regarding ICT impact on different activities and on the development and reach of their missions.

What can be highlighted across the results (Chart 16) is that the organizations have the perception that ICT contribute to the accomplishment of their daily tasks, as well as to the increase of agility and efficiency of their tasks (66% of them believe they contributed a lot) and to the improvement of internal communications (58% declared they contribute a lot). These results are also aligned with the type of use that is most frequently made of ICT by the organizations hereby identified: uses aimed mostly at internal activities and the routine of organizations.

CHART 16
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS
Percentage of the total of organizations with Internet access



On the other hand, more than half of the organizations with Internet access declare that computer and Internet use has contributed a lot for them to achieve better results (52%) and to make them more popular (51%). This can be an indicator that reveals the importance given to these technologies by the organizations for the achievement of their goals.

Regardless, it is not possible to observe a predominant perception among the surveyed organizations about ICT impact over the organizations' finances, especially for increasing fund raising revenue, with 25% of them declaring that the ICT have contributed to this. Although not every surveyed organization needs to raise funds to maintain their activities, a significant datum is that 40% of them consider that the ICT have not helped in this sense.

FINAL CONSIDERATIONS

The results of the first ICT Nonprofit Organizations survey show that, differently from the enterprise universe, these institutions do not rely on wide dissemination of ICT. There is a significant absence of ICT tools and their use by Brazilian organizations, which is more evident when size difference is observed. The barriers for using these new technologies have many aspects, and all the barriers were mentioned by more than a third of the organizations. They range from infrastructure and support to technical capability, including the financial issue.

In spite of that, among the organizations that use information and communication technology resources, a great relevance of the new technologies for the routine of these entities is perceived. This finding is translated into the presence of these organizations on online social networks, which can contribute as much for the communication and promotion with the public as for the dissemination of their activities.

In sum, the universe of nonprofit organizations is complex and heterogeneous, adding to the challenge in developing indicators for the sector. With this first edition of the ICT Nonprofit Organizations survey, we hope to offer a broad scenario of this topic, which can be refined in future survey efforts.

REFERENCES

CASTELLS, M. *The Power of Identity*. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil – TIC Domicílios e TIC Empresas 2012*. São Paulo: CGI.br, 2013. Available at: <<http://www.cetic.br/publicacoes/2012/tic-domicilios-2012.pdf>>. Access on: Jan. 10, 2014.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO – UNCTAD. *Information Economy Report 2012*. The Software Industry and Developing Countries. Available at: <<http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=271>>. Access on: Jan. 10, 2014.

DEVELOPMENT AID. *Amartya Sen's Capability Framework*. Published in 2011. Available at: <<http://kavirao1.wordpress.com/2011/08/30/amartya-sen%E2%80%99s-capability-framework/>>. Access on: Jan. 7, 2014.

HECKLER, D.; SAXTON, G. D. The strategic use of information technology by nonprofit organizations: Increasing capacity and untapped potential. *Public Administration Review*, v. 67, 3rd ed., 2007, p. 474-487.

HEEKS, R.; MOLLA, A. *Impact assessment of ICT-for-development projects: a compendium of approaches*. Working Paper no. 36, 2009, Development Informatics Group, Institute for Development Policy and Management, University of Manchester.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Available at: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/>>. Access on: Jan. 10, 2014.

KLEINE, D. *The Technologies of Choice: ICTs, Development, And The Capabilities Approach*. Cambridge. London: The MIT Press, 2013.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (Org.). *Controlando la política: ciudadanos y medios en la nueva democracias*. Buenos Aires: Temas, 2002.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNE, F. J. N. Investigando o uso das tecnologias da informação e comunicação por organizações sem fins lucrativos: marco para a definição de indicadores. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM 2012, 35º, 2012, Fortaleza. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.*

**TABELAS DE
RESULTADOS**

***TABLES OF
RESULTS***

A1 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM COMPUTADOR PRÓPRIO EM FUNCIONAMENTO
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH THEIR OWN FUNCTIONING COMPUTERS
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No
TOTAL		65	35
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	36	64
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	81	19
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	87	12
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	71	29
	Nordeste <i>Northeast</i>	60	40
	Sudeste <i>Southeast</i>	68	32
	Sul <i>South</i>	60	40
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	90	10
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	56	44
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	61	39
	Religião <i>Religion</i>	72	28
	Outros <i>Others</i>	57	43

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

A2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM COMPUTADOR, POR TIPO DE COMPUTADOR

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY TYPE OF COMPUTER

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹

PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Computador de mesa Desktop computer	Computador portátil Portable computer	Tablet Tablet
TOTAL		94	58	10
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	89	47	7
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	94	53	8
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	96	73	13
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	93	63	11
	Nordeste <i>Northeast</i>	92	56	10
	Sudeste <i>Southeast</i>	95	59	9
	Sul <i>South</i>	93	58	9
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	96	50	8
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	94	45	9
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	94	56	6
	Religião <i>Religion</i>	90	69	18
	Outros <i>Others</i>	96	59	6

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

A3 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No
TOTAL		78	22
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	59	41
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	88	12
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	94	6
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	83	17
	Nordeste <i>Northeast</i>	71	29
	Sudeste <i>Southeast</i>	82	18
	Sul <i>South</i>	77	23
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	96	4
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	75	25
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	75	25
	Religião <i>Religion</i>	82	18
	Outros <i>Others</i>	75	25

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

A4 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS REMUNERADAS QUE UTILIZARAM COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS BY PERCENTAGE RANGE OF PAID WORKERS WHO HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		0% 0%	De 1% a 10% From 1% to 10%	De 11% a 25% From 11% to 25%
TOTAL		35	1	5
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	100	0	0
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	10	0	6
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	1	4	9
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste <i>North/ Center-West</i>	29	1	3
	Nordeste <i>Northeast</i>	40	1	3
	Sudeste <i>Southeast</i>	33	1	6
	Sul <i>South</i>	36	1	4
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	15	1	1
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	44	2	8
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	36	1	4
	Religião <i>Religion</i>	35	1	3
	Outros <i>Others</i>	37	2	7

¹ Base: 2.781 organizações sem fins lucrativos que declararam utilizar computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,781 nonprofit organizations that claim to use computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

A4 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS REMUNERADAS QUE UTILIZARAM COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS BY PERCENTAGE RANGE OF PAID WORKERS WHO HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHSPERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		De 26% a 50% From 26% to 50%	De 51% a 80% From 51% to 80%	De 81% a 100% From 81% to 100%	Não sabe Does not know
TOTAL		11	11	33	4
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	0	0	0	0
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	15	11	57	0
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	19	24	41	2
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	8	13	39	7
	Nordeste <i>Northeast</i>	13	12	29	3
	Sudeste <i>Southeast</i>	13	10	32	5
	Sul <i>South</i>	9	12	35	3
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	9	12	60	2
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	13	9	22	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	9	12	34	3
	Religião <i>Religion</i>	15	10	28	8
	Outros <i>Others</i>	11	13	29	3

¹ Base: 2.781 organizações sem fins lucrativos que declararam utilizar computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.¹ Base: 2,781 nonprofit organizations that claim to use computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

A5 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS VOLUNTÁRIAS QUE UTILIZARAM COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS BY PERCENTAGE RANGE OF VOLUNTEERS WHO HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		0% 0%	De 1% a 10% From 1% to 10%	De 11% a 25% From 11% to 25%
TOTAL		31	8	11
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	6	14	19
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	36	8	10
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	53	2	6
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste <i>North/ Center-West</i>	27	8	9
	Nordeste <i>Northeast</i>	29	5	9
	Sudeste <i>Southeast</i>	32	9	12
	Sul <i>South</i>	33	9	14
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	44	3	7
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	29	7	12
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	31	7	10
	Religião <i>Religion</i>	18	14	14
	Outros <i>Others</i>	39	6	11

¹ Base: 2.781 organizações sem fins lucrativos que declararam utilizar computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,781 nonprofit organizations that claim to use computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

A5 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS VOLUNTÁRIAS QUE UTILIZARAM COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS BY PERCENTAGE RANGE OF VOLUNTEERS WHO HAVE USED COMPUTERS IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		De 26% a 50% From 26% to 50%	De 51% a 80% From 51% to 80%	De 81% a 100% From 81% to 100%	Não sabe Does not know
TOTAL		16	8	18	8
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	25	12	22	3
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	15	6	20	5
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	11	6	12	10
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	16	9	22	9
	Nordeste <i>Northeast</i>	19	11	21	6
	Sudeste <i>Southeast</i>	15	7	17	9
	Sul <i>South</i>	17	6	15	8
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	13	6	22	6
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	20	5	22	5
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	17	10	18	8
	Religião <i>Religion</i>	17	7	14	16
	Outros <i>Others</i>	14	7	19	4

¹ Base: 2.781 organizações sem fins lucrativos que declararam utilizar computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,781 nonprofit organizations that claim to use computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

A6 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No
TOTAL		72	28
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	52	48
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	81	19
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	91	9
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste <i>North/ Center-West</i>	78	22
	Nordeste <i>Northeast</i>	61	39
	Sudeste <i>Southeast</i>	76	24
	Sul <i>South</i>	72	28
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	95	5
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	65	35
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	66	34
	Religião <i>Religion</i>	75	25
	Outros <i>Others</i>	71	29

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

CONTINUA / CONTINUES ►

A7 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS REMUNERADAS QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET BY PERCENTUAL RANGE OF PAID WORKERS WHO HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		0% 0%	De 1% a 10% From 1% to 10%	De 11% a 25% From 11% to 25%
TOTAL		32	1	5
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	100	0	0
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	8	0	5
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	1	4	11
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	28	2	6
	Nordeste <i>Northeast</i>	35	1	5
	Sudeste <i>Southeast</i>	31	1	6
	Sul <i>South</i>	34	1	4
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	15	1	2
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	39	2	12
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	34	1	5
	Religião <i>Religion</i>	31	1	3
	Outros <i>Others</i>	36	1	7

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam usar Internet. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to use the Internet. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

A7 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS REMUNERADAS QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET BY PERCENTUAL RANGE OF PAID WORKERS WHO HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		De 26% a 50% From 26% to 50%	De 51% a 80% From 51% to 80%	De 81% a 100% From 81% to 100%	Não sabe Does not know
TOTAL		11	10	35	4
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	0	0	0	0
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	15	11	60	0
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	19	21	43	1
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	7	9	41	7
	Nordeste <i>Northeast</i>	15	8	33	3
	Sudeste <i>Southeast</i>	12	11	34	5
	Sul <i>South</i>	10	13	35	3
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	9	10	61	2
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	12	8	25	3
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	9	11	36	4
	Religião <i>Religion</i>	15	11	30	8
	Outros <i>Others</i>	12	11	30	3

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam usar Internet. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to use the Internet. Data collected between October 2012 and March 2013.

CONTINUA / CONTINUES ►

A8 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS VOLUNTÁRIAS QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET BY PERCENTUAL RANGE OF VOLUNTEERS WHO HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		0% 0%	De 1% a 10% From 1% to 10%	De 11% a 25% From 11% to 25%
TOTAL		33	8	11
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	5	15	19
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	37	8	9
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	55	2	7
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	28	9	8
	Nordeste <i>Northeast</i>	31	4	9
	Sudeste <i>Southeast</i>	35	9	12
	Sul <i>South</i>	33	8	14
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	43	3	7
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	29	5	13
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	33	8	10
	Religião <i>Religion</i>	21	14	13
	Outros <i>Others</i>	40	6	12

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam usar Internet. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to use the Internet. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

A8 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR FAIXA DE PERCENTUAL DE PESSOAS VOLUNTÁRIAS QUE UTILIZARAM INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET BY PERCENTUAL RANGE OF VOLUNTEERS WHO HAVE USED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		De 26% a 50% From 26% to 50%	De 51% a 80% From 51% to 80%	De 81% a 100% From 81% to 100%	Não sabe Does not know
TOTAL		14	7	18	8
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	23	13	22	3
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	13	6	21	5
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	9	5	13	9
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste <i>North/ Center-West</i>	15	7	23	10
	Nordeste <i>Northeast</i>	18	11	20	7
	Sudeste <i>Southeast</i>	12	6	17	9
	Sul <i>South</i>	15	8	16	7
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	13	6	23	5
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	14	8	24	6
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	16	9	17	7
	Religião <i>Religion</i>	16	6	14	16
	Outros <i>Others</i>	12	7	18	5

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam usar Internet. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to use the Internet. Data collected between October 2012 and March 2013.

A9 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ACESSARAM A INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR TIPO DE CONEXÃO UTILIZADA
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE ACCESSED THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS BY TYPE OF CONNECTION USED

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)	Acesso discado Dial-up access	Banda Larga Fixa Fixed broadband				Conexão móvel 3G 3G mobile connection	Não sabe Does not know	
		DSL – Conexão via linha telefônica DSL – Connection via telephone line	Conexão via cabo Cable connection	Conexão via rádio Radio connection	Conexão via satélite Satellite connection			
TOTAL	13	45	32	15	8	20	8	
PORTE SIZE	nenhuma pessoa remunerada No paid workers	15	40	27	11	6	20	8
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	15	44	28	13	6	17	9
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	9	50	37	18	11	22	6
REGIÃO REGION	Norte/Centro-Oeste North/Center-West	13	49	23	13	8	25	9
	Nordeste Northeast	13	39	32	14	6	19	9
	Sudeste Southeast	12	43	37	13	8	21	8
	Sul South	13	51	28	20	7	16	7
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	14	46	34	14	7	15	7
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	12	43	29	14	8	19	9
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	13	42	30	15	7	20	9
	Religião Religion	15	47	35	13	6	27	8
	Outros Others	8	46	31	18	10	15	9

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

A10 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR VELOCIDADE MÁXIMA PARA DOWNLOAD CONTRATUALMENTE FORNECIDA PELO PROVEDOR DE INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAXIMUM DOWNLOAD SPEED OFFERED BY CONTRACT FROM THE INTERNET PROVIDER IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Até 256 Kbps Up to 256 Kbps	Mais de 256 Kbps a 1 Mbps Over 256 Kbps up to 1 Mbps	Mais de 1 Mbps a 8 Mbps Over 1 Mbps up to 8 Mbps	Acima de 8 Mbps Over 8 Mbps	Não sabe / Não respondeu Does not know / Did not answer
TOTAL		4	18	26	22	30
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	4	22	26	16	33
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	4	20	25	20	30
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	3	14	28	28	27
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	4	21	30	20	25
	Nordeste <i>Northeast</i>	5	19	23	22	30
	Sudeste <i>Southeast</i>	3	18	26	22	31
	Sul <i>South</i>	4	16	26	24	30
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	3	21	27	21	28
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	5	17	24	23	31
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	5	18	27	19	31
	Religião <i>Religion</i>	2	18	22	29	28
	Outros <i>Others</i>	4	17	29	19	31

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

A11 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR COM REDE (LAN, INTRANET E EXTRANET)
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTER NETWORKS (LAN, INTRANET AND EXTRANET)
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Possui rede Has a network	Tecnologia de Rede Network Technology				Não possui rede Does not have a network
			LAN / Rede com fio LAN / Wired network	LAN / Rede sem fio LAN / Wireless network	Intranet Intranet	Extranet Extranet	
TOTAL		44	18	17	30	14	56
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	37	10	8	26	9	63
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	37	10	11	24	10	63
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	56	30	27	40	21	44
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	45	15	18	33	15	55
	Nordeste Northeast	43	20	19	29	13	57
	Sudeste Southeast	44	17	15	30	13	56
	Sul South	44	18	18	30	17	56
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	46	16	15	31	16	54
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	41	17	11	26	10	59
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	38	16	14	28	14	62
	Religião Religion	46	18	21	31	14	54
	Outros Others	50	21	19	34	14	50

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

A12 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, POR TIPO DE EQUIPAMENTO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE HAD ELECTRONIC EQUIPMENT BY TYPE OF EQUIPMENT IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Televisão Television sets	Videocassete ou DVD Video-cassette or DVD players	Rádio Radios
TOTAL		55	52	47
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	33	36	34
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	59	49	42
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	87	80	72
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	57	55	37
	Nordeste <i>Northeast</i>	51	49	39
	Sudeste <i>Southeast</i>	59	56	51
	Sul <i>South</i>	52	47	52
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	53	36	35
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	54	45	50
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	56	52	48
	Religião <i>Religion</i>	59	65	50
	Outros <i>Others</i>	53	49	45

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated answers. Each item presented refers only to affirmative answers – i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

A12 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, POR TIPO DE EQUIPAMENTO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE HAD ELECTRONIC EQUIPMENT BY TYPE OF EQUIPMENT IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Projektor de slides/ Datashow Slide projectors/ Datashow	Antena parabólica Satellite dish	TV por assinatura Paid TV
TOTAL		46	19	12
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	26	11	4
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	46	16	13
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	76	35	22
REGIÃO REGION	Norte/Centro-Oeste North/Center-West	52	25	9
	Nordeste Northeast	37	19	6
	Sudeste Southeast	50	18	16
	Sul South	43	20	11
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	39	14	12
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	28	18	21
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	39	20	8
	Religião Religion	71	17	16
	Outros Others	41	22	9

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

B1 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE DIVULGARAM SUAS ATIVIDADES, POR TIPO DE MÍDIA NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE PUBLICIZED THEIR ACTIVITIES BY TYPE OF MEDIA IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		E-mail E-mail	Materiais impressos (como panfletos, cartazes, flyers) Printed materials (such as brochures, posters, flyers)	Publicidade em páginas da Internet Advertisement on Internet pages
TOTAL		61	57	38
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	48	47	26
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	68	64	42
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	71	64	50
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	68	65	38
	Nordeste Northeast	56	50	36
	Sudeste Southeast	61	60	38
	Sul South	61	57	38
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	81	65	50
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	61	56	41
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	58	53	36
	Religião Religion	62	68	41
	Outros Others	56	51	31

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

B1 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE DIVULGARAM SUAS ATIVIDADES, POR TIPO DE MÍDIA NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE PUBLICIZED THEIR ACTIVITIES BY TYPE OF MEDIA IN THE LAST 12 MONTHSPERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Publicidade em outros meios de comunicação (TV, rádio, mobiliário urbano, etc.) Advertisement in other types of media (TV, radio, outdoor, etc.)	Mala direta/correspondências Direct mail/correspondence	Telefone/telemarketing Phone/Telemarketing	SMS/Mensagem de texto via celular SMS/text messages via mobile phone
TOTAL		38	36	30	23
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	33	29	26	20
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	41	38	31	27
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	42	42	36	24
REGIÃO REGION	Norte/Centro-Oeste North/Center-West	39	35	34	28
	Nordeste Northeast	44	38	32	29
	Sudeste Southeast	31	35	29	20
	Sul South	44	35	29	21
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	52	47	40	29
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	46	35	29	21
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	37	37	30	22
	Religião Religion	33	33	26	29
	Outros Others	35	34	31	19

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rotacionadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

B2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA NA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Enviar e receber e-mail Sending and receiving e-mails	Buscar informações sobre produtos ou serviços Searching for information on products or services	Buscar informações sobre organizações governamentais / autoridades públicas Searching for information on governmental organizations / public authorities
TOTAL		96	83	71
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	93	79	67
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	97	84	69
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	99	87	79
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	97	84	73
	Nordeste Northeast	94	79	74
	Sudeste Southeast	97	85	69
	Sul South	97	84	73
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	98	86	80
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	97	82	65
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	95	82	73
	Religião Religion	97	83	62
	Outros Others	97	84	75

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

B2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA NA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Porcentage (%)		Interagir com organizações governamentais / autoridades públicas <i>Interacting with governmental organizations / public authorities</i>	Oferecer serviços aos beneficiários ou ao público atendido <i>Offering services to beneficiaries or the public assisted</i>	Uso de mensagens instantâneas <i>Use of instant messaging</i>
TOTAL		61	59	58
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	55	49	49
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	57	63	64
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	73	64	59
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	66	66	62
	Nordeste <i>Northeast</i>	61	58	66
	Sudeste <i>Southeast</i>	59	58	53
	Sul <i>South</i>	63	61	59
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	67	76	63
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	55	59	57
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	67	59	54
	Religião <i>Religion</i>	50	56	66
	Outros <i>Others</i>	65	55	52

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

B2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA NA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Fazer pagamentos e consultas bancárias Making bank payments and checks	Treinamento e educação Training and education	Acessar outros serviços financeiros Accessing other financial services
TOTAL		52	48	37
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	33	37	22
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	56	42	38
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	67	65	49
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	54	53	38
	Nordeste Northeast	42	44	32
	Sudeste Southeast	56	47	38
	Sul South	52	51	39
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	57	41	43
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	49	42	36
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	50	47	34
	Religião Religion	55	51	36
	Outros Others	52	52	38

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

B2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA NA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHSPERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Recrutar pessoal interno ou externo Recruiting internal or external staff	Telefone via Internet (VoIP)/ videoconferência via Internet VoIP calls/ videoconference via Internet
TOTAL		28	25
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	21	16
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	27	21
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	36	36
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	37	27
	Nordeste Northeast	26	27
	Sudeste Southeast	27	24
	Sul South	26	22
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	26	24
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	29	21
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	30	24
	Religião Religion	26	28
	Outros Others	28	24

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

B3 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR TIPO DE SISTEMA OPERACIONAL UTILIZADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY TYPE OF OPERATING SYSTEM USED IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Microsoft / Windows	Linux / Ubuntu	Macintosh / MacOS	Outros Others
TOTAL		92	25	8	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	89	20	6	2
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	92	13	6	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	94	42	11	2
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	95	30	10	2
	Nordeste <i>Northeast</i>	90	28	8	4
	Sudeste <i>Southeast</i>	93	20	9	2
	Sul <i>South</i>	89	29	4	2
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	92	16	5	2
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	91	22	9	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	90	30	6	2
	Religião <i>Religion</i>	94	20	13	2
	Outros <i>Others</i>	93	30	6	3

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

B4 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET, POR TIPO DE NAVEGADOR UTILIZADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS WITH INTERNET ACCESS BY TYPE OF BROWSER USED IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR PRÓPRIO COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH THEIR OWN COMPUTERS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Internet Explorer	Google Chrome	Mozilla Firefox	Safari	Opera
TOTAL		83	70	58	7	5
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	78	65	49	3	4
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	81	69	53	5	5
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	89	73	69	10	4
REGIÃO REGION	Norte/Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	87	63	68	12	8
	Nordeste <i>Northeast</i>	78	68	62	7	6
	Sudeste <i>Southeast</i>	84	71	50	6	4
	Sul <i>South</i>	85	71	64	6	3
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	80	66	54	6	4
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	84	69	47	2	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	83	68	61	7	5
	Religião <i>Religion</i>	84	74	55	13	9
	Outros <i>Others</i>	85	70	62	4	2

¹ Base: 2.137 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador e acessar a Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,137 nonprofit organizations that claim to have computers and to access the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

B5 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR, POR FUNÇÃO DO SOFTWARE UTILIZADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS BY SOFTWARE APPLICATION USED IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZAM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS THAT USE COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		De edição de texto (como Word, BR Office Writer) Text editors (such as Word, BR office Writer)	De segurança, como antivírus Security, such as antivirus	De planilhas de cálculos (como Excel, BR Office Calc) Calculation Spreadsheets (such as Excel, BR Office Calc)
TOTAL		82	81	75
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	75	70	62
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	83	84	76
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	89	91	87
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	82	82	76
	Nordeste Northeast	72	77	64
	Sudeste Southeast	85	83	78
	Sul South	86	82	76
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	81	84	75
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	73	74	73
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	80	77	72
	Religião Religion	85	86	77
	Outros Others	85	84	76

¹ Base: 2.781 organizações sem fins lucrativos que declararam utilizar computador. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,781 nonprofit organizations that claim to use computers. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

B5 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM COMPUTADOR, POR FUNÇÃO DO SOFTWARE UTILIZADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT USED COMPUTERS BY SOFTWARE APPLICATION USED IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZAM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS THAT USE COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		De edição/ criação de imagem e vídeo Image and video edition / creation	De gestão de projeto (como MS Project) Project management (such as MS Project)
TOTAL		47	12
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	38	10
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	44	9
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	58	17
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	49	13
	Nordeste Northeast	45	12
	Sudeste Southeast	48	13
	Sul South	43	8
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	37	9
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	43	13
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	45	12
	Religião Religion	56	12
	Outros Others	45	12

¹ Base: 2.781 organizações sem fins lucrativos que declararam utilizar computador. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,781 nonprofit organizations that claim to use computers. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

B6 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SOFTWARE LIVRE NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED OPEN SOURCE SOFTWARE IN THE LAST 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZAM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS THAT USE COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe/ Não respondeu Does not know/ Did not answer
TOTAL		40	47	13
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	31	56	13
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	38	49	13
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	49	39	11
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste <i>North/ Center-West</i>	45	42	13
	Nordeste <i>Northeast</i>	34	53	12
	Sudeste <i>Southeast</i>	39	48	13
	Sul <i>South</i>	43	44	12
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	38	50	12
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	39	51	9
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	40	44	16
	Religião <i>Religion</i>	46	42	12
	Outros <i>Others</i>	35	54	11

¹ Base: 2.781 organizações sem fins lucrativos que declararam utilizar computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,781 nonprofit organizations that claim to use computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

B7 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE INTRODUZIRAM SOFTWARES NOVOS OU REALIZARAM ALGUM APERFEIÇOAMENTO EM SOFTWARE NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE INTRODUCED NEW SOFTWARE OR IMPROVED EXISTING SOFTWARE IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZAM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS THAT USE COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		6	76	7
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	3	84	7
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	4	77	7
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	11	67	6
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	8	75	8
	Nordeste <i>Northeast</i>	6	74	8
	Sudeste <i>Southeast</i>	5	77	6
	Sul <i>South</i>	7	74	9
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	7	76	6
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	4	79	4
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	4	77	9
	Religião <i>Religion</i>	9	70	7
	Outros <i>Others</i>	7	76	7

¹ Base: 2.781 organizações sem fins lucrativos que declararam utilizar computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,781 nonprofit organizations that claim to use computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

B8 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE DESENVOLVERAM SOFTWARES OU APLICATIVOS INTERNAMENTE NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE DEVELOPED SOFTWARE OR APPLICATIONS INTERNALLY IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZAM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS THAT USE COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		22	74	4
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	16	80	3
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	25	72	3
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	26	70	5
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	24	71	6
	Nordeste <i>Northeast</i>	30	67	3
	Sudeste <i>Southeast</i>	21	75	4
	Sul <i>South</i>	17	79	4
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	26	71	3
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	18	79	3
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	20	74	6
	Religião <i>Religion</i>	28	68	4
	Outros <i>Others</i>	20	78	3

¹ Base: 2.781 organizações sem fins lucrativos que declararam utilizar computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,781 nonprofit organizations that claim to use computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

B9 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED E-GOVERNMENT SERVICES IN THE LAST 12 MONTHS
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		83	15	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	80	18	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	79	19	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	91	8	2
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	89	10	1
	Nordeste <i>Northeast</i>	84	15	1
	Sudeste <i>Southeast</i>	82	16	2
	Sul <i>South</i>	82	16	2
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	87	13	0
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	85	14	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	84	15	1
	Religião <i>Religion</i>	77	20	3
	Outros <i>Others</i>	86	13	1

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

B10 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED E-GOVERNMENT SERVICES IN THE LAST 12 MONTHS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Buscar informação sobre impostos (IPI, Cofins, ICMS, ISS) <i>Searching for information on taxes (IPI, Cofins, ICMS, ISS)</i>	Consultar a situação fiscal e dívida ativa <i>Checking fiscal status and active debt</i>
TOTAL		48	47
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	39	44
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	44	42
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	61	57
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	50	51
	Nordeste <i>Northeast</i>	51	49
	Sudeste <i>Southeast</i>	49	45
	Sul <i>South</i>	42	47
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	54	44
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	37	52
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	48	50
	Religião <i>Religion</i>	49	42
	Outros <i>Others</i>	49	48

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rotizadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

B10 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED E-GOVERNMENT SERVICES IN THE LAST 12 MONTHS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Consultar PIS/ Pasep e FGTS da organização Checking the company's PIS/ Pasep and the Labor Fund for Time of Employment (FGTS)	Consultar a Relação Anual de Informações Sociais - Rais Checking the Annual List on Social Information - Rais
TOTAL		44	43
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	29	45
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	44	36
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	57	51
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	49	43
	Nordeste Northeast	47	46
	Sudeste Southeast	42	42
	Sul South	43	41
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	53	46
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	46	44
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	41	37
	Religião Religion	42	42
	Outros Others	45	48

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

B10 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED E-GOVERNMENT SERVICES IN THE LAST 12 MONTHS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Buscar informações ou obter licenças e permissões (licenças ambientais, vigilância sanitária, alvará de funcionamento, etc.) <i>Searching for information or obtaining licenses and permits (environmental license, health inspection, business permit, etc.)</i>	Acompanhar / fiscalizar a execução de serviços públicos (tais como obras, políticas públicas) <i>Monitor/survey the execution of public services (such as constructions, public policies)</i>	Buscar informações de editais para realizar convênios com o governo <i>Searching for information on biddings to set up government consortia</i>
TOTAL		38	34	33
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	32	31	32
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	35	28	26
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	47	43	45
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	40	41	36
	Nordeste <i>Northeast</i>	35	37	43
	Sudeste <i>Southeast</i>	39	30	29
	Sul <i>South</i>	38	34	34
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	38	37	29
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	42	29	42
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	33	39	40
	Religião <i>Religion</i>	39	19	16
	Outros <i>Others</i>	41	42	42

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers – i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

B10 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM SERVIÇOS DE GOVERNO ELETRÔNICO NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR TIPO DE ATIVIDADE REALIZADA
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED E-GOVERNMENT SERVICES IN THE LAST 12 MONTHS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET ¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET ¹

Percentual (%) Percentage (%)		Buscar informações sobre gastos públicos/ orçamento público Searching for information on public expenses/ government budget	Fazer pagamentos on-line de impostos, taxas, etc. Paying taxes, fees, etc. online	Participar de editais para realizar convênios com o governo Taking part in biddings to set up government consortia
TOTAL		32	32	24
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	29	18	24
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	27	34	20
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	41	42	29
REGIÃO REGION	Norte/Centro-Oeste North/ Center-West	39	28	25
	Nordeste Northeast	37	30	29
	Sudeste Southeast	26	36	22
	Sul South	33	28	24
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	31	32	23
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	30	28	33
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	36	32	28
	Religião Religion	16	36	8
	Outros Others	42	31	32

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

B11 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE COMPRARAM PELA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE MADE PURCHASES ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe/ Não respondeu Does not know/ Did not answer
TOTAL		38	60	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	24	74	2
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	40	59	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	46	52	2
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	34	64	1
	Nordeste <i>Northeast</i>	28	71	2
	Sudeste <i>Southeast</i>	47	51	2
	Sul <i>South</i>	31	68	2
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	34	65	1
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	37	62	0
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	35	64	1
	Religião <i>Religion</i>	49	46	4
	Outros <i>Others</i>	32	66	2

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Data collected between October 2012 and March 2013.

B12 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE VENDERAM PELA INTERNET NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE MADE SALES ON THE INTERNET IN THE LAST 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe/ Não respondeu Does not know/ Did not answer
TOTAL		5	95	0
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	2	98	0
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	6	94	0
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	7	93	0
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	4	96	0
	Nordeste <i>Northeast</i>	6	94	0
	Sudeste <i>Southeast</i>	5	95	1
	Sul <i>South</i>	5	94	0
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	6	94	0
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	7	93	0
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	4	96	0
	Religião <i>Religion</i>	4	94	1
	Outros <i>Others</i>	5	95	0

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Data collected between October 2012 and March 2013.

B13 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE UTILIZARAM CELULAR CORPORATIVO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE USED CORPORATE MOBILE PHONES IN THE LAST 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		24	75	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	8	91	0
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	29	70	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	42	58	0
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste North/ Center-West	29	70	0
	Nordeste Northeast	23	76	1
	Sudeste Southeast	23	76	1
	Sul South	25	74	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	45	55	0
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	19	81	0
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	23	76	1
	Religião Religion	28	71	1
	Outros Others	18	81	0

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

C1 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE OU PÁGINA NA INTERNET
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES OR WEBPAGES
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		37	57	6
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	21	71	8
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	39	53	7
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	46	50	4
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	38	58	4
	Nordeste <i>Northeast</i>	32	62	5
	Sudeste <i>Southeast</i>	40	54	7
	Sul <i>South</i>	35	57	7
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	43	51	5
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	40	55	6
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	33	60	7
	Religião <i>Religion</i>	49	44	7
	Outros <i>Others</i>	27	68	5

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Data collected between October 2012 and March 2013.

CONTINUA / CONTINUES ►

C2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR RECURSOS OFERECIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY RESOURCES OFFERED IN THE LAST 12 MONTHS
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET E QUE POSSUEM WEBSITE¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET AND WITH A WEBSITE¹

Percentual (%) Percentage (%)		Divulgação de notícias sobre a organização Publicizing news about the organization	Informação sobre as atividades da organização Information on the organization's activities	Publicações e estudos Publications and studies
TOTAL		86	86	55
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	88	85	54
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	85	86	52
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	86	87	55
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	89	88	60
	Nordeste Northeast	92	91	57
	Sudeste Southeast	84	85	56
	Sul South	83	86	49
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	85	85	55
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	88	83	39
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	87	84	49
	Religião Religion	85	87	68
	Outros Others	87	92	52

¹ Base: 945 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet e possuir website. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 945 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet and own a website. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR RECURSOS OFERECIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY RESOURCES OFFERED IN THE LAST 12 MONTHS
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET E QUE POSSUEM WEBSITE¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET AND WITH A WEBSITE¹

Percentual (%) Percentage (%)		Ferramenta de compartilhamento dos conteúdos do site em redes sociais Website content share tool for social networks	Cadastro para recebimento de boletins de notícias Subscribing to receive newsletters	Informações e balanços sobre prestações de contas da organização Information and balance sheets on expenses of the organization
TOTAL		51	47	28
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	47	42	34
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	48	44	24
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	53	50	29
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	53	53	36
	Nordeste Northeast	55	40	35
	Sudeste Southeast	51	46	24
	Sul South	47	50	25
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	43	58	33
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	45	40	32
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	46	42	34
	Religião Religion	61	49	16
	Outros Others	54	47	33

¹ Base: 945 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet e possuir website. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 945 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet and own a website. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers – i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR RECURSOS OFERECIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY RESOURCES OFFERED IN THE LAST 12 MONTHS
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET E QUE POSSUEM WEBSITE¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET AND WITH A WEBSITE¹

Percentual (%) Percentage (%)		Ferramenta de captação de recursos <i>Resource prospecting tool</i>	Informações sobre vagas de trabalho abertas na organização <i>Information on job openings within the organization</i>
TOTAL		22	22
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	25	11
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	18	16
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	24	30
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	25	26
	Nordeste <i>Northeast</i>	32	26
	Sudeste <i>Southeast</i>	20	21
	Sul <i>South</i>	18	19
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	16	31
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	17	22
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	28	25
	Religião <i>Religion</i>	19	13
	Outros <i>Others</i>	28	26

¹ Base: 945 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet e possuir website. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 945 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet and own a website. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

C2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR RECURSOS OFERECIDOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY RESOURCES OFFERED IN THE LAST 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET E QUE POSSUEM WEBSITE¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET AND WITH A WEBSITE¹

Percentual (%) Percentage (%)		Catálogos de produtos vendidos pela organização Catalogue of the products sold by the organization	Acesso a petições e campanhas on-line ou abaixo-assinados Accessing petitions and online campaigns or collecting signatures	Ambiente de educação a distância Distance education environment
TOTAL		20	19	17
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	16	25	19
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	19	18	13
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	22	19	21
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	20	19	15
	Nordeste Northeast	24	25	16
	Sudeste Southeast	18	18	17
	Sul South	22	19	18
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	21	25	22
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	21	12	13
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	22	21	17
	Religião Religion	17	18	15
	Outros Others	21	18	17

¹ Base: 945 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet e possuir website. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 945 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet and own a website. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

C3 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES NA WEB POR MEIO DE UM WEBSITE OU PÁGINA DE TERCEIROS TENDO CONTROLE SOBRE O CONTEÚDO PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH WEBSITES OR THIRD-PARTY WEBPAGES WITH CONTROL OVER CONTENT

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET QUE NÃO POSSUEM WEBSITE¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS WITH NO WEBSITE¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sím Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		21	75	3
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	19	79	2
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	26	70	4
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	19	78	3
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	24	72	4
	Nordeste <i>Northeast</i>	23	76	0
	Sudeste <i>Southeast</i>	20	76	4
	Sul <i>South</i>	20	76	3
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	23	74	3
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	30	68	3
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	21	75	4
	Religião <i>Religion</i>	22	74	4
	Outros <i>Others</i>	19	80	2

¹ Base: 1.606 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet, mas que não possuem website. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 1,606 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet, but no website. Data collected between October 2012 and March 2013.

C4 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE PRETENDEM CRIAR UM WEBSITE OU HOMEPAGE NOS PRÓXIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT INTEND TO CREATE A WEBSITE OR HOMEPAGE IN THE NEXT 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		34	60	6
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	35	59	6
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	33	61	6
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	33	61	5
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	36	60	5
	Nordeste <i>Northeast</i>	43	53	5
	Sudeste <i>Southeast</i>	33	60	7
	Sul <i>South</i>	27	67	6
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	30	64	6
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	34	61	5
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	37	59	4
	Religião <i>Religion</i>	35	58	7
	Outros <i>Others</i>	30	61	8

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

CONTINUA / CONTINUES ►

C5 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR TIPO DE DOMÍNIO
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY TYPE OF DOMAIN
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS QUE POSSUEM WEBSITE COM ENDEREÇOS DE WEBSITE VÁLIDOS¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF NONPROFIT ORGANIZATIONS WITH WEBSITES THAT HAVE VALID ADDRESSES¹

Percentual (%) Percentage (%)		.br		
		.com.br	.org.br	.outros.br ² .others.br ²
TOTAL		49	36	4
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	47	23	6
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	57	34	0
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	40	44	8
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	54	33	2
	Nordeste <i>Northeast</i>	43	37	2
	Sudeste <i>Southeast</i>	46	39	4
	Sul <i>South</i>	54	31	9
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	55	38	2
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	66	17	4
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	39	43	7
	Religião <i>Religion</i>	50	36	1
	Outros <i>Others</i>	45	36	6

¹ Base: 790 organizações sem fins lucrativos que declararam endereços de website válidos. Dados coletados entre novembro de 2012 e fevereiro de 2013.

¹ Base: 790 nonprofit organizations that claim to have valid website addresses. Data collected between November 2012 and February 2013.

² Domínios referentes a registros genéricos como .net, .net.br e .coop.br, juntamente com registros específicos.

² Domains relating to generic .net, .net.br and .coop.br registrations, as well as specific registrations.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

C5 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM WEBSITE, POR TIPO DE DOMÍNIO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH WEBSITES BY TYPE OF DOMAIN
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS QUE POSSUEM WEBSITE COM ENDEREÇOS DE WEBSITE VÁLIDOS¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF NONPROFIT ORGANIZATIONS WITH WEBSITES THAT HAVE VALID ADDRESSES¹

Percentual (%) Percentage (%)		.outros .others		
		.com	.org	.outros ² .others ²
TOTAL		6	4	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	16	8	0
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	6	3	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	3	3	1
REGIÃO REGION	Norte/Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	6	4	1
	Nordeste <i>Northeast</i>	10	8	0
	Sudeste <i>Southeast</i>	7	4	0
	Sul <i>South</i>	2	2	3
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	3	1	0
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	6	7	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	6	2	2
	Religião <i>Religion</i>	8	5	0
	Outros <i>Others</i>	8	4	1

¹ Base: 790 organizações sem fins lucrativos que declararam endereços de website válidos. Dados coletados entre novembro de 2012 e fevereiro de 2013.

¹ Base: 790 nonprofit organizations that claim to have valid website addresses. Data collected between November 2012 and February 2013.

² Domínios referentes a registros genéricos como .net, .net.br e .coop.br, juntamente com registros específicos.

² Domains relating to generic .net, .net.br and .coop.br registrations, as well as specific registrations.

C6 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE PRETENDEM REGISTRAR UM DOMÍNIO NOS PRÓXIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT INTEND TO REGISTER A DOMAIN NAME IN THE NEXT 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		32	62	6
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	36	58	6
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	29	64	6
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	28	66	5
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	36	60	4
	Nordeste <i>Northeast</i>	44	50	6
	Sudeste <i>Southeast</i>	29	64	7
	Sul <i>South</i>	21	73	6
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	25	70	5
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	32	63	5
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	33	61	6
	Religião <i>Religion</i>	32	63	5
	Outros <i>Others</i>	33	60	7

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

C7 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES NA INTERNET POR MEIO DE ALGUMA REDE SOCIAL, BLOG OU FÓRUM
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH SOCIAL NETWORKS, BLOGS OR FORUMS
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		52	46	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	41	56	3
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	54	43	3
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	57	41	2
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	52	46	2
	Nordeste <i>Northeast</i>	52	45	3
	Sudeste <i>Southeast</i>	53	45	3
	Sul <i>South</i>	48	50	2
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	54	44	2
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	62	35	3
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	45	52	3
	Religião <i>Religion</i>	62	36	2
	Outros <i>Others</i>	45	53	2

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Data collected between October 2012 and March 2013.

C7A PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES NA INTERNET POR MEIO DE ALGUMA REDE SOCIAL, BLOG OU FÓRUM, POR TIPO DE REDE SOCIAL, BLOG OU FÓRUM PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH SOCIAL NETWORKS, BLOGS OR FORUMS BY TYPE OF SOCIAL NETWORK, BLOG OR FORUM

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹

PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS TO THE INTERNET¹

Percentual (%) Percentage (%)		Facebook	Blog	Twitter	Orkut	Fóruns Forums	Linkedin
TOTAL		42	20	15	14	8	5
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	32	17	8	14	6	3
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	46	18	15	18	8	5
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	45	25	18	12	10	7
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	44	22	17	16	12	4
	Nordeste <i>Northeast</i>	39	22	15	20	8	5
	Sudeste <i>Southeast</i>	45	20	15	12	8	5
	Sul <i>South</i>	37	19	12	15	8	4
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	44	15	17	13	8	6
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	49	19	13	21	11	5
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	34	20	12	10	6	2
	Religião <i>Religion</i>	56	24	20	20	7	5
	Outros <i>Others</i>	35	20	12	12	11	7

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

C8 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE ESTÃO PRESENTES INTERNET POR MEIO DE ALGUMA REDE SOCIAL, BLOG OU FÓRUM, POR ATIVIDADES REALIZADAS
PROPORTION OF ORGANIZATIONS ON THE WEB THROUGH SOCIAL NETWORKS, BLOGS OR FORUMS BY TYPE OF ACTIVITY CARRIED OUT

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO A INTERNET E QUE ESTÁ PRESENTE EM ALGUM CANAL ON-LINE¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS AND THAT ARE PRESENT IN AN ONLINE CHANNEL¹

Percentual (%) Percentage (%)		Postar notícias sobre a organização Posting news about the organization	Postar notícias sobre temas relacionados à área de atuação da organização Posting news about themes related to the organization's area of expertise	Responder a comentários e dúvidas de usuários Replying to user's comments and questions	Promover campanhas Promoting campaigns
TOTAL		84	82	75	63
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	76	78	68	56
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	85	84	78	64
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	87	81	73	64
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	87	87	79	68
	Nordeste Northeast	78	81	68	57
	Sudeste Southeast	85	80	75	63
	Sul South	85	84	77	65
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	86	86	76	66
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	85	78	74	55
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	79	79	74	60
	Religião Religion	87	83	75	68
	Outros Others	84	83	73	61

¹ Base: 1.314 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet e estar presente em alguma rede social on-line. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 1,314 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet and take part in an online social network. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

C9 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE TIVERAM ESPECIALISTAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ENTRE AS PESSOAS REMUNERADAS E/OU VOLUNTÁRIOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE HAD INFORMATION TECHNOLOGY EXPERTS AMONG THEIR PAID WORKERS AND/OR VOLUNTEERS IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		41	57	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	45	54	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	34	65	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	45	54	1
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	39	57	4
	Nordeste <i>Northeast</i>	41	58	1
	Sudeste <i>Southeast</i>	43	56	1
	Sul <i>South</i>	37	61	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	32	66	2
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	39	61	0
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	41	57	2
	Religião <i>Religion</i>	50	48	2
	Outros <i>Others</i>	37	61	1

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

C10 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE OFERECERAM TREINAMENTO EM INFORMÁTICA, COMPUTADOR E/OU INTERNET ÀS PESSOAS REMUNERADAS E/OU VOLUNTÁRIAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE OFFERED INFORMATION TECHNOLOGY, COMPUTER AND/OR INTERNET TRAINING TO PAID WORKERS AND/OR VOLUNTEERS IN THE LAST 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		35	64	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	25	74	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	29	70	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	48	52	0
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	41	59	0
	Nordeste <i>Northeast</i>	34	66	0
	Sudeste <i>Southeast</i>	33	66	1
	Sul <i>South</i>	40	60	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	36	64	0
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	31	68	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	36	64	0
	Religião <i>Religion</i>	36	63	1
	Outros <i>Others</i>	35	64	1

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Data collected between October 2012 and March 2013.

C11 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE REALIZARAM MANUTENÇÃO E REPARO DE COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR FORNECEDOR DO SERVIÇO

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE CARRIED OUT COMPUTER MAINTENANCE AND REPAIR IN THE LAST 12 MONTHS BY SERVICE PROVIDER

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Prestador de serviço contratado pela organização Third party service provider hired by the organization	Área de tecnologia da informação da organização Information technology area within the organization	Voluntário Volunteer
TOTAL		66	38	30
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	49	31	55
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	75	30	32
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	67	49	12
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	65	38	33
	Nordeste Northeast	61	37	32
	Sudeste Southeast	64	39	32
	Sul South	74	36	21
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	83	31	14
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	68	31	25
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	64	36	32
	Religião Religion	61	46	46
	Outros Others	62	39	20

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

C11 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE REALIZARAM MANUTENÇÃO E REPARO DE COMPUTADORES NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR FORNECEDOR DO SERVIÇO

PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT HAVE CARRIED OUT COMPUTER MAINTENANCE AND REPAIR IN THE LAST 12 MONTHS BY SERVICE PROVIDER

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Outros membros da equipe da organização Other members of the organization's team	Outras organizações Other organizations
TOTAL		27	11
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	37	13
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	24	10
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	23	12
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	26	12
	Nordeste <i>Northeast</i>	33	16
	Sudeste <i>Southeast</i>	25	9
	Sul <i>South</i>	23	12
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	17	11
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	27	12
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	29	12
	Religião <i>Religion</i>	32	8
	Outros <i>Others</i>	22	16

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated answers. Each item presented refers only to affirmative answers – i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

C12 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DE COMPUTADOR E INTERNET

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY TYPE OF DIFFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Poucos recursos financeiros para investimento na área de tecnologia Insufficient financial resources to invest in technology	Baixa velocidade na conexão de Internet Low speed connection to the Internet
TOTAL		55	46
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	71	51
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	53	46
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	50	44
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	56	54
	Nordeste Northeast	63	52
	Sudeste Southeast	52	42
	Sul South	52	44
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	48	44
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	58	48
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	58	48
	Religião Religion	50	39
	Outros Others	59	51

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C12 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DE COMPUTADOR E INTERNET

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY TYPE OF DIFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Pouca capacitação da equipe no uso de computador e Internet Lack of training among the team to use computers and the Internet	Ausência de suporte técnico Lack of technical support	Número insuficiente de computadores Insufficient number of computers
TOTAL		40	34	33
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	49	43	47
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	34	29	28
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	41	34	30
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	42	40	35
	Nordeste Northeast	50	42	42
	Sudeste Southeast	34	30	29
	Sul South	38	29	30
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	32	31	23
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	40	34	38
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	44	38	37
	Religião Religion	36	24	26
	Outros Others	42	40	37

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

C12 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DE COMPUTADOR E INTERNET

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY TYPE OF DIFFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Equipamentos ultrapassados Outdated equipment	Número insuficiente de computadores conectados à Internet Insufficient number of computers connected to the Internet
TOTAL		32	31
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	41	43
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	28	28
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	32	28
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	31	33
	Nordeste <i>Northeast</i>	40	40
	Sudeste <i>Southeast</i>	28	27
	Sul <i>South</i>	33	29
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	25	20
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	43	33
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	33	36
	Religião <i>Religion</i>	27	26
	Outros <i>Others</i>	36	36

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

CONTINUA / CONTINUES ►

C13 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR PRINCIPAL TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DE COMPUTADOR E INTERNET

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY MAIN TYPE OF DIFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Poucos recursos financeiros para investimento na área de tecnologia <i>Insufficient financial resources to invest in technology</i>	Baixa velocidade na conexão de Internet <i>Low speed connection to the Internet</i>	Pouca capacitação da equipe no uso de computador e Internet <i>Lack of training among the team to use computers and the Internet</i>
TOTAL		33	18	9
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	44	12	9
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	34	20	7
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	25	19	12
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	32	25	8
	Nordeste <i>Northeast</i>	36	17	10
	Sudeste <i>Southeast</i>	32	16	9
	Sul <i>South</i>	31	18	10
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	29	19	6
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	35	14	9
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	33	18	10
	Religião <i>Religion</i>	34	17	9
	Outros <i>Others</i>	32	18	11

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C13 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR PRINCIPAL TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DE COMPUTADOR E INTERNET

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY MAIN TYPE OF DIFFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Equipamentos ultrapassados Outdated equipment	Ausência de suporte técnico Lack of technical support	Número insuficiente de computadores Insufficient number of computers
TOTAL		6	5	5
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	6	5	7
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	5	5	4
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	7	5	5
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	4	5	5
	Nordeste <i>Northeast</i>	5	7	5
	Sudeste <i>Southeast</i>	5	5	5
	Sul <i>South</i>	9	3	5
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	5	6	3
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	10	4	10
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	6	6	6
	Religião <i>Religion</i>	3	3	3
	Outros <i>Others</i>	7	6	4

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

C13 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR, POR PRINCIPAL TIPO DE DIFICULDADE PARA O USO DE COMPUTADOR E INTERNET
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS BY MAIN TYPE OF DIFICULTY FOR USING COMPUTERS AND THE INTERNET

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADOR¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Número insuficiente de computadores conectados à Internet Insufficient computers connected to the Internet	Não citou nenhum aspecto Has not mentioned any aspect	Não sabe Does not know
TOTAL		3	19	3
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	2	12	3
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	3	19	3
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	3	22	3
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	4	14	2
	Nordeste Northeast	2	15	2
	Sudeste Southeast	3	22	3
	Sul South	2	19	3
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	2	26	3
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	3	12	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	1	17	3
	Religião Religion	4	23	3
	Outros Others	4	16	2

¹ Base: 2.288 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,288 nonprofit organizations that claim to have computers. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

C14 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR GRAU DE CONTRIBUIÇÃO QUE O USO DO COMPUTADOR E INTERNET PROPORCIONOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Tornar a organização mais conhecida Make the organization more popular				
		Muito A lot	Em parte In part	Não contribui Does not contribute	Isso não ocorreu na organização This has not occurred in the organization	Não sabe Does not know
TOTAL		51	29	18	1	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	44	29	25	1	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	54	32	13	1	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	53	27	18	1	0
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	58	26	14	1	1
	Nordeste Northeast	53	32	13	2	0
	Sudeste Southeast	50	28	20	0	1
	Sul South	48	30	20	1	0
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	61	25	13	0	1
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	59	24	15	1	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	49	32	17	1	1
	Religião Religion	53	31	16	0	0
	Outros Others	46	28	24	1	1

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C14 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR GRAU DE CONTRIBUIÇÃO QUE O USO DO COMPUTADOR E INTERNET PROPORCIONOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Melhorar a comunicação interna da organização Improve internal communications				
		Muito A lot	Em parte In part	Não contribui Does not contribute	Isso não ocorreu na organização This has not occurred in the organization	Não sabe Does not know
TOTAL		58	29	12	0	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	55	30	14	0	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	56	29	13	0	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	62	28	10	0	0
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	66	26	7	0	0
	Nordeste Northeast	59	32	7	0	2
	Sudeste Southeast	56	30	13	0	1
	Sul South	56	26	16	0	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	60	28	11	0	0
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	58	26	14	0	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	59	30	10	0	1
	Religião Religion	57	31	12	0	0
	Outros Others	57	27	14	1	1

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C14 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR GRAU DE CONTRIBUIÇÃO QUE O USO DO COMPUTADOR E INTERNET PROPORCIONOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Aumentar a agilidade e eficiência do trabalho da organização Increase the organization's agility and efficiency				
		Muito A lot	Em parte In part	Não contribui Does not contribute	Isso não ocorreu na organização This has not occurred in the organization	Não sabe Does not know
TOTAL		66	26	7	0	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	59	31	9	0	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	64	27	7	0	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	73	22	4	0	0
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	69	25	5	0	0
	Nordeste Northeast	66	25	7	0	2
	Sudeste Southeast	65	26	7	0	1
	Sul South	66	27	6	1	0
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	73	20	6	0	1
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	64	25	10	1	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	67	27	5	1	1
	Religião Religion	60	31	9	0	1
	Outros Others	69	25	6	0	1

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C14 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR GRAU DE CONTRIBUIÇÃO QUE O USO DO COMPUTADOR E INTERNET PROPORCIONOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES
PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Melhorar os resultados alcançados pela organização Improve the results achieved by the organization				
		Muito A lot	Em parte In part	Não contribui Does not contribute	Isso não ocorreu na organização This has not occurred in the organization	Não sabe Does not know
TOTAL		52	34	12	1	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	46	35	18	1	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	49	36	13	0	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	58	34	7	1	0
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	59	33	7	0	1
	Nordeste Northeast	53	35	10	0	2
	Sudeste Southeast	52	33	14	1	1
	Sul South	47	38	14	1	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	61	29	9	0	0
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	50	36	12	1	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	52	35	11	1	2
	Religião Religion	47	36	16	0	1
	Outros Others	52	34	12	1	0

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C14 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR GRAU DE CONTRIBUIÇÃO QUE O USO DO COMPUTADOR E INTERNET PROPORCIONOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Capacitar a equipe Train the team				
		Muito A lot	Em parte In part	Não contribui Does not contribute	Isso não ocorreu na organização This has not occurred in the organization	Não sabe Does not know
TOTAL		40	35	24	1	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	31	35	32	1	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	36	34	28	1	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	50	37	13	0	0
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	46	34	18	1	1
	Nordeste Northeast	38	38	22	1	2
	Sudeste Southeast	40	34	25	1	0
	Sul South	38	35	26	0	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	41	35	22	1	1
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	39	30	27	1	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	38	36	24	0	1
	Religião Religion	40	35	24	1	0
	Outros Others	42	35	22	1	0

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C14 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR GRAU DE CONTRIBUIÇÃO QUE O USO DO COMPUTADOR E INTERNET PROPORCIONOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Ajudar a economizar nas despesas da organização Assist in cutting the expenses of the organization				
		Muito A lot	Em parte In part	Não contribui Does not contribute	Isso não ocorreu na organização This has not occurred in the organization	Não sabe Does not know
TOTAL		42	35	22	1	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	39	32	28	0	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	39	37	21	0	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	47	34	17	1	0
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	47	35	17	0	1
	Nordeste Northeast	43	33	22	0	2
	Sudeste Southeast	40	35	22	1	1
	Sul South	41	35	23	1	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	50	32	17	1	1
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	40	36	22	1	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	42	38	18	1	2
	Religião Religion	41	33	24	1	1
	Outros Others	40	33	26	0	1

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

C14 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET, POR GRAU DE CONTRIBUIÇÃO QUE O USO DO COMPUTADOR E INTERNET PROPORCIONOU NOS ÚLTIMOS 12 MESES

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS BY LEVEL OF CONTRIBUTION THE USE OF COMPUTERS AND THE INTERNET HAS PROVIDED IN THE LAST 12 MONTHS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Aumentar a captação de recursos Increase fund raising revenue				
		Muito A lot	Em parte In part	Não contribui Does not contribute	Isso não ocorreu na organização This has not occurred in the organization	Não sabe Does not know
TOTAL		25	32	40	1	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	23	29	45	2	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	25	31	41	1	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	26	35	37	1	1
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	29	36	34	1	1
	Nordeste Northeast	26	36	35	1	2
	Sudeste Southeast	25	30	43	1	2
	Sul South	23	31	43	2	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	30	31	37	1	1
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	27	34	37	1	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	27	37	32	1	2
	Religião Religion	18	29	51	2	1
	Outros Others	27	28	42	1	1

¹ Base: 2.551 organizações sem fins lucrativos que declararam ter acesso à Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 2,551 nonprofit organizations that claim to have access to the Internet. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

CONTINUA / CONTINUES ►

C15 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM POLÍTICA DE RESTRIÇÃO DE ACESSO A SITES ESPECÍFICOS NA INTERNET PARA PESSOAS REMUNERADAS E/OU VOLUNTÁRIAS

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS RESTRICTION POLICIES TO SPECIFIC WEBSITES FOR PAID WORKERS AND/OR VOLUNTEERS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADORES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sites pornográficos Pornographic websites	Jogos Games	Instalação de aplicativos / softwares Software / Apps installation
TOTAL		70	48	42
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	67	40	38
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	64	43	35
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	77	58	52
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	74	50	43
	Nordeste <i>Northeast</i>	70	43	36
	Sudeste <i>Southeast</i>	70	49	43
	Sul <i>South</i>	68	50	45
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	60	46	34
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	65	42	36
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	70	48	46
	Religião <i>Religion</i>	76	51	40
	Outros <i>Others</i>	69	49	46

¹ Base: 2.137 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador e acessar a Internet. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,137 nonprofit organizations that claim to have computers and to access the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

C15 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM POLÍTICA DE RESTRIÇÃO DE ACESSO A SITES ESPECÍFICOS NA INTERNET PARA PESSOAS REMUNERADAS E/OU VOLUNTÁRIAS

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS RESTRICTION POLICIES TO SPECIFIC WEBSITES FOR PAID WORKERS AND/OR VOLUNTEERS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADORES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sites de relacionamento Social networking websites	Download de arquivos File download	Serviços de comunicação Communication services
TOTAL		39	34	31
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	39	36	28
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	27	27	22
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	52	41	44
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste North/ Center-West	43	32	35
	Nordeste Northeast	34	31	25
	Sudeste Southeast	39	33	33
	Sul South	40	38	32
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	29	27	25
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	31	33	29
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	47	35	34
	Religião Religion	36	31	28
	Outros Others	40	39	36

¹ Base: 2.137 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador e acessar a Internet. Respostas estimuladas e rotacionadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,137 nonprofit organizations that claim to have computers and to access the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

C15 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM POLÍTICA DE RESTRIÇÃO DE ACESSO A SITES ESPECÍFICOS NA INTERNET PARA PESSOAS REMUNERADAS E/OU VOLUNTÁRIAS

PROPORTION OF ORGANIZATIONS WITH ACCESS RESTRICTION POLICIES TO SPECIFIC WEBSITES FOR PAID WORKERS AND/OR VOLUNTEERS

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES QUE POSSUEM COMPUTADORES COM ACESSO À INTERNET¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH COMPUTERS WITH INTERNET ACCESS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Acesso a e-mail pessoal Access to private e-mail accounts	Portais de entretenimento / notícias / esportes Entertainment / news/sports portals	Outra medida Other restrictions
TOTAL		29	27	4
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	31	26	3
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	24	22	3
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	34	34	6
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	29	24	4
	Nordeste Northeast	30	23	2
	Sudeste Southeast	28	29	3
	Sul South	32	27	6
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	23	24	4
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	26	29	5
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	35	26	4
	Religião Religion	24	27	3
	Outros Others	32	30	4

¹ Base: 2.137 organizações sem fins lucrativos que declararam possuir computador e acessar a Internet. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 2,137 nonprofit organizations that claim to have computers and to access the Internet. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

D1 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PÚBLICO-ALVO DA ORGANIZAÇÃO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TARGET-AUDIENCE OF THE ORGANIZATION
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Crianças e adolescentes Children	Jovens Youths	Mulheres Women	Idosos e Terceira idade Older persons	Negros e afrodescendentes Blacks and afro-descendants
TOTAL		57	53	45	38	35
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	56	54	45	39	32
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	51	50	44	40	34
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	68	55	45	32	41
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	54	53	44	33	39
	Nordeste Northeast	57	58	52	42	35
	Sudeste Southeast	59	52	42	38	36
	Sul South	54	49	42	35	30
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	24	40	39	33	28
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	59	58	43	35	37
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	60	52	43	33	32
	Religião Religion	65	65	57	56	46
	Outros Others	56	46	38	30	31

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

D1 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PÚBLICO-ALVO DA ORGANIZAÇÃO
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TARGET-AUDIENCE OF THE ORGANIZATION
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Pessoas com deficiência Persons with disability	Trabalhadores de uma determinada categoria profissional Workers from a specific professional category	População de rua Homeless population	Enfermos Diseased population	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais Lesbians, gays, bisexuals and transgenders
TOTAL		35	33	27	25	20
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	32	28	26	24	17
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	32	41	28	29	21
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	41	29	24	20	21
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	38	40	24	24	22
	Nordeste Northeast	33	35	34	24	21
	Sudeste Southeast	36	29	26	28	20
	Sul South	32	31	21	21	15
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	24	75	13	17	18
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	29	28	22	11	18
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	34	28	23	18	16
	Religião Religion	48	26	47	54	34
	Outros Others	29	30	20	16	13

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rotacionadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

D1 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PÚBLICO-ALVO DA ORGANIZAÇÃO

PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TARGET-AUDIENCE OF THE ORGANIZATION

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹

PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Povos indígenas ou quilombolas Indigenous peoples and maroons	Outro Other	Nenhum em específico None in particular	Não sabe Does not know
TOTAL		17	17	13	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	15	17	16	2
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	19	19	12	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	16	14	8	2
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	22	15	13	2
	Nordeste Northeast	17	18	11	2
	Sudeste Southeast	17	17	14	2
	Sul South	13	15	13	2
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	14	20	5	2
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	13	19	13	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	13	16	11	1
	Religião Religion	32	16	22	1
	Outros Others	12	16	12	4

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

CONTINUA / CONTINUES ►

D1A PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRINCIPAL PÚBLICO-ALVO DA ORGANIZAÇÃO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAIN TARGET-AUDIENCE OF THE ORGANIZATION
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Crianças e adolescentes Children	Trabalhadores de uma determinada categoria profissional Workers from a specific professional category	Jovens Youths	Idosos e Terceira idade Older persons	Mulheres Women
TOTAL		26	14	10	5	3
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	25	11	10	5	3
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	17	23	8	5	3
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	41	8	12	4	3
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	27	18	13	3	2
	Nordeste Northeast	23	15	10	4	4
	Sudeste Southeast	27	11	9	5	3
	Sul South	28	14	12	5	3
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	4	60	3	4	3
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	26	10	18	3	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	33	12	10	5	3
	Religião Religion	15	1	13	4	3
	Outros Others	36	12	8	6	2

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.
¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

D1A PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRINCIPAL PÚBLICO-ALVO DA ORGANIZAÇÃO PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAIN TARGET-AUDIENCE OF THE ORGANIZATION PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹ PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		População de rua Homeless population	Enfermos Diseased population	Pessoas com deficiência Persons with disability	Negros e afrodescendentes Blacks and afro-descendants
TOTAL		2	2	2	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	3	2	1	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	2	2	1	0
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	1	2	3	0
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	2	1	2	0
	Nordeste <i>Northeast</i>	3	2	2	1
	Sudeste <i>Southeast</i>	2	2	1	0
	Sul <i>South</i>	1	2	2	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	0	1	0	1
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	1	0	1	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	2	3	3	1
	Religião <i>Religion</i>	3	4	0	0
	Outros <i>Others</i>	1	1	2	1

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

D1A PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRINCIPAL PÚBLICO-ALVO DA ORGANIZAÇÃO
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAIN TARGET-AUDIENCE OF THE ORGANIZATION
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Povos indígenas ou quilombolas Indigenous peoples and maroons	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais Lesbians, gays, bisexuals and transgenders	Outro Other	Nenhum em específico None in particular	Não sabe Does not know
TOTAL		1	0	10	13	12
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	1	0	10	16	11
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	1	0	11	12	14
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	0	0	7	8	9
REGIÃO REGION	Norte/Centro-Oeste North / Center-West	2	0	7	13	10
	Nordeste Northeast	2	0	10	11	12
	Sudeste Southeast	0	0	10	14	13
	Sul South	0	0	10	13	9
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	0	0	14	5	6
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	0	0	13	13	11
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	1	0	8	11	8
	Religião Religion	0	0	7	22	26
	Outros Others	1	0	11	12	7

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodiziadas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.
¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

D2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SCOPE OF OPERATION
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Municipal Municipality	Na comunidade In the community	Em mais de um município no mesmo estado More than one municipality within the same state
TOTAL		47	16	10
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	49	23	7
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	46	12	12
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	47	12	11
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	41	13	9
	Nordeste Northeast	49	20	7
	Sudeste Southeast	46	17	10
	Sul South	49	13	13
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	42	3	17
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	51	11	11
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	51	19	7
	Religião Religion	32	16	13
	Outros Others	55	19	7

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

D2 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR ABRANGÊNCIA DE ATUAÇÃO

PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SCOPE OF OPERATION
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Estadual State	Nacional National	Internacional International	Em mais de um estado More than one state	Não sabe Does not know
TOTAL		9	7	7	2	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	7	5	5	2	2
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	10	9	8	2	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	10	9	6	3	2
REGIÃO REGION	Norte/Centro-Oeste North/Center-West	11	10	10	1	4
	Nordeste Northeast	9	6	7	2	1
	Sudeste Southeast	7	9	6	3	2
	Sul South	11	5	5	2	2
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	19	12	2	3	3
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	10	8	5	3	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	9	6	4	3	1
	Religião Religion	7	9	17	3	2
	Outros Others	6	6	4	1	2

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

D3 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRESENÇA DE ÁREA / DEPARTAMENTO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY PRESENCE OF AREAS / DEPARTMENTS
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM PELO MENOS DUAS PESSOAS REMUNERADAS OU VOLUNTÁRIAS¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH AT LEAST TWO PAID WORKERS OR TWO VOLUNTEERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Administrativa Administrative	Finanças Financial	Tecnologia da informação ou informática Information technology or computer science
TOTAL		54	46	34
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	37	36	17
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	59	50	36
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	73	58	60
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	56	48	39
	Nordeste Northeast	44	44	28
	Sudeste Southeast	58	46	36
	Sul South	53	49	35
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	59	51	47
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	50	42	31
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	50	43	31
	Religião Religion	61	54	36
	Outros Others	51	44	33

¹ Base: 3.335 organizações sem fins lucrativos com pelo menos duas pessoas remuneradas ou voluntárias. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ 3,335 nonprofit organizations with, at least two paid workers or two volunteers. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

D3 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRESENÇA DE ÁREA / DEPARTAMENTO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY PRESENCE OF AREAS / DEPARTMENTSPERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES COM PELO MENOS DUAS PESSOAS REMUNERADAS OU VOLUNTÁRIAS¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS WITH AT LEAST TWO PAID WORKERS OR TWO VOLUNTEERS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Captação de recursos Fund raising	Recursos humanos Human Resources	Comunicação institucional/ assessoria de imprensa Institutional Communication/ media management
TOTAL		28	28	23
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	25	14	15
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	29	26	24
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	33	50	35
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	26	26	24
	Nordeste <i>Northeast</i>	28	24	20
	Sudeste <i>Southeast</i>	28	30	24
	Sul <i>South</i>	31	27	25
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	28	33	38
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	32	25	26
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	30	27	22
	Religião <i>Religion</i>	23	29	24
	Outros <i>Others</i>	31	26	20

¹ Base: 3.335 organizações sem fins lucrativos com pelo menos duas pessoas remuneradas ou voluntárias. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ 3,335 nonprofit organizations with, at least two paid workers or two volunteers. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

D4 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR TIPO DE TÍTULO OU QUALIFICAÇÃO
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TYPE OF CERTIFICATE OR QUALIFICATION
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Inscrição em Conselho (Municipal, Estadual ou Federal) Registered with a Council (municipal, state or federal)	Título de Utilidade Pública (Municipal, Estadual ou Federal) Public Utility Certificate (Municipal, State or Federal)	Qualificação como Organização Social Qualified as a Social Organization
TOTAL		52	42	36
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	50	41	35
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	48	38	37
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	61	53	38
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	52	38	34
	Nordeste <i>Northeast</i>	62	46	44
	Sudeste <i>Southeast</i>	48	42	32
	Sul <i>South</i>	48	41	35
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	45	33	39
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	49	42	37
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	60	51	35
	Religião <i>Religion</i>	39	29	33
	Outros <i>Others</i>	56	46	39

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

D4 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR TIPO DE TÍTULO OU QUALIFICAÇÃO

PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TYPE OF CERTIFICATE OR QUALIFICATION
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social <i>Charitable Social Assistance Organization Certificate</i>	Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) <i>Qualified as a Public Interest Organization of the Civil Society (OSCIP)</i>
TOTAL		21	16
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	20	16
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	19	16
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	26	19
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	16	17
	Nordeste <i>Northeast</i>	24	23
	Sudeste <i>Southeast</i>	22	13
	Sul <i>South</i>	20	15
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	14	15
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	16	15
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	25	21
	Religião <i>Religion</i>	21	12
	Outros <i>Others</i>	21	15

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rotacionadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

D5 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR TIPO DE AMBIENTE DE FUNCIONAMENTO DA SEDE
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TYPE OF HEADQUARTER OPERATION FACILITIES
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Propriedade privada da organização Private property of the organization	Espaço cedido pelo governo Space provided by the government	Espaço alugado apenas pela organização Space rented exclusively by the organization
TOTAL		45	16	12
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	34	15	9
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	57	7	18
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	45	30	9
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	48	14	11
	Nordeste Northeast	43	14	10
	Sudeste Southeast	47	14	15
	Sul South	42	21	9
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	57	6	22
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	38	17	8
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	34	20	11
	Religião Religion	76	1	14
	Outros Others	29	26	9

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

D5 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR TIPO DE AMBIENTE DE FUNCIONAMENTO DA SEDE
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TYPE OF HEADQUARTER OPERATION FACILITIES
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Espaço cedido por outros Space provided by others	Residência de um dos membros da organização Residence of a member of the organization	Espaço alugado ou compartilhado com outras organizações Space rented or shared with other organizations
TOTAL		10	7	3
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	14	15	3
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	9	3	4
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	7	1	4
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	7	9	5
	Nordeste <i>Northeast</i>	12	7	4
	Sudeste <i>Southeast</i>	10	7	3
	Sul <i>South</i>	12	8	2
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	5	3	4
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	11	15	3
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	15	7	5
	Religião <i>Religion</i>	4	3	1
	Outros <i>Others</i>	13	10	2

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

D5 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR TIPO DE AMBIENTE DE FUNCIONAMENTO DA SEDE

PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY TYPE OF HEADQUARTER OPERATION FACILITIES
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Outro Other	Não possui espaço específico Does not have a specific space	Não sabe Does not know
TOTAL		3	3	0
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	4	6	0
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	1	2	0
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	3	0	1
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	4	3	1
	Nordeste Northeast	4	5	0
	Sudeste Southeast	2	2	1
	Sul South	3	3	0
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	1	1	0
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	3	4	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	5	3	1
	Religião Religion	1	1	0
	Outros Others	3	5	1

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated answers. Data collected between October 2012 and March 2013.

CONTINUA / CONTINUES ►

D6 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR FONTE DE RECURSOS
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SOURCE OF FUNDING
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Doações voluntárias Voluntary donations	Mensalidade e anuidades pagas pelos associados Monthly or annual fee paid by members	Órgãos governamentais municipais Municipal government entities
TOTAL		53	45	28
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	61	44	24
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	52	56	21
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	40	33	43
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	54	41	24
	Nordeste Northeast	49	47	27
	Sudeste Southeast	57	43	27
	Sul South	49	48	31
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	21	86	12
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	39	58	35
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	51	47	35
	Religião Religion	88	26	6
	Outros Others	42	40	40

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rotizadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

D6 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR FONTE DE RECURSOS

PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SOURCE OF FUNDING

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Órgãos governamentais federais <i>Federal government entities</i>	Órgãos governamentais estaduais <i>State government entities</i>	Empresas <i>Enterprises</i>
TOTAL		19	19	18
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	17	16	14
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	11	11	22
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	36	34	19
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	26	21	18
	Nordeste <i>Northeast</i>	27	23	16
	Sudeste <i>Southeast</i>	14	17	18
	Sul <i>South</i>	17	17	22
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	9	9	21
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	17	21	26
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	28	28	22
	Religião <i>Religion</i>	3	4	8
	Outros <i>Others</i>	27	22	18

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

D6 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR FONTE DE RECURSOS
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SOURCE OF FUNDING
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Venda de produtos/ serviços Product/ service sales	Igrejas ou organizações religiosas Churches or religious organizations	Outras organizações sem fins lucrativos Other nonprofit organizations
TOTAL		18	18	14
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	15	14	13
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	22	22	14
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	18	16	15
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	18	21	13
	Nordeste <i>Northeast</i>	16	19	19
	Sudeste <i>Southeast</i>	17	19	12
	Sul <i>South</i>	22	13	12
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	19	3	13
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	23	7	15
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	20	13	14
	Religião <i>Religion</i>	11	42	12
	Outros <i>Others</i>	19	12	15

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rotacionadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

D6 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR FONTE DE RECURSOS

PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SOURCE OF FUNDING

PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Contribuições sindicais <i>Labor union contributions</i>	Governos de outros países <i>Foreign governments</i>	Organismos internacionais, como Banco Mundial, Unicef, Unesco, etc. <i>International organizations such as the World Bank, Unicef, Unesco, etc</i>
TOTAL		11	2	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	7	2	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	19	2	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	9	3	3
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	15	4	1
	Nordeste <i>Northeast</i>	14	5	5
	Sudeste <i>Southeast</i>	10	1	2
	Sul <i>South</i>	11	1	0
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	62	0	0
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	5	3	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	8	4	3
	Religião <i>Religion</i>	5	2	2
	Outros <i>Others</i>	6	1	2

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

D6 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR FONTE DE RECURSOS
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY SOURCE OF FUNDING
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Outros Others	Nenhuma dessas opções None of these options	Não sabe / Não respondeu Does not know/ Did not answer
TOTAL		6	3	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	6	5	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	8	2	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	5	2	3
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	5	2	1
	Nordeste <i>Northeast</i>	6	6	1
	Sudeste <i>Southeast</i>	6	2	2
	Sul <i>South</i>	7	2	2
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	4	1	1
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	6	5	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	6	4	1
	Religião <i>Religion</i>	7	2	2
	Outros <i>Others</i>	7	4	3

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Respostas estimuladas e rodiziadas. Cada item apresentado se refere apenas aos resultados da alternativa "sim". Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Stimulated and rotated answers. Each item presented refers only to affirmative answers - i.e. "yes". Data collected between October 2012 and March 2013.

D6A PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRINCIPAL FONTE DE RECURSOS¹
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAIN SOURCE OF FUNDING¹
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES²
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS²

Percentual (%) Percentage (%)		Mensalidade e anuidades pagas pelos associados Monthly or annual fee paid by members	Doações voluntárias Voluntary donations	Órgãos governamentais municipais Municipal government entities
TOTAL		26	24	11
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	27	30	8
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	34	25	7
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	15	13	22
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	22	26	5
	Nordeste Northeast	29	20	8
	Sudeste Southeast	25	29	12
	Sul South	27	20	14
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	56	2	1
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	40	10	14
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	26	15	13
	Religião Religion	11	65	1
	Outros Others	24	14	20

¹ Governos de outros países e organismos internacionais, como Banco Mundial, Unicef, Unesco e outros, apresentaram percentuais menores que 1%, por isso foram omitidos da tabela.

¹ Governments of other countries and international organizations such as the World Bank, Unicef, Unesco, among others, present percentages below 1%, therefore were omitted from the table.

² Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

▶ CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

D6A PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRINCIPAL FONTE DE RECURSOS¹
 PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAIN SOURCE OF FUNDING¹
 PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES²
 PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS²

Percentual (%) Percentage (%)		Órgãos governamentais federais Federal government entities	Órgãos governamentais estaduais State government entities	Venda de produtos/ serviços Product/ service sales
TOTAL		7	6	5
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	7	5	5
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	3	2	5
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	12	15	5
REGIÃO REGION	Norte/Centro-Oeste North / Center-West	13	7	4
	Nordeste Northeast	11	6	4
	Sudeste Southeast	4	6	5
	Sul South	5	7	8
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	1	1	4
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	7	5	7
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	10	12	6
	Religião Religion	0	0	2
	Outros Others	10	7	5

¹ Governos de outros países e organismos internacionais, como Banco Mundial, Unicef, Unesco e outros, apresentaram percentuais menores que 1%, por isso foram omitidos da tabela.

¹ Governments of other countries and international organizations such as the World Bank, Unicef, Unesco, among others, present percentages below 1%, therefore were omitted from the table.

² Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONTINUAÇÃO / CONTINUATION

D6A PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRINCIPAL FONTE DE RECURSOS¹

PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAIN SOURCE OF FUNDING¹
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES²
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS²

Percentual (%) Percentage (%)		Igrejas ou organizações religiosas Churches or religious organizations	Contribuições sindicais Labor union contributions	Empresas Enterprises	Outras organizações sem fins lucrativos Other nonprofit organizations
TOTAL		4	3	3	1
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada No paid workers	4	1	2	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas 1 to 9 paid workers	5	7	3	1
	De 10 pessoas remuneradas ou mais 10 or more paid workers	3	2	2	1
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste North / Center-West	7	5	4	1
	Nordeste Northeast	4	3	2	2
	Sudeste Southeast	4	2	2	1
	Sul South	3	3	3	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais Employer and professional associations, and labor unions	0	25	1	1
	Educação, lazer e cultura Education, entertainment and culture	0	1	5	2
	Desenvolvimento e defesa de direitos Development and defense of rights	3	1	4	1
	Religião Religion	12	0	0	1
	Outros Others	2	1	3	2

¹ Governos de outros países e organismos internacionais, como Banco Mundial, Unicef, Unesco e outros, apresentaram percentuais menores que 1%, por isso foram omitidos da tabela.

¹ Governments of other countries and international organizations such as the World Bank, Unicef, Unesco, among others, present percentages below 1%, therefore were omitted from the table.

² Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

► CONCLUSÃO / CONCLUSION

D6A PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES, POR PRINCIPAL FONTE DE RECURSOS¹
PROPORTION OF ORGANIZATIONS BY MAIN SOURCE OF FUNDING¹
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES²
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS²

Percentual (%) Percentage (%)		Outros Others	Nenhuma dessas opções None of these options	Não sabe Does not know	Não respondeu Did not answer
TOTAL		3	3	1	3
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	3	5	1	2
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	3	2	1	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	2	2	2	4
REGIÃO REGION	Norte / Centro-Oeste <i>North / Center-West</i>	1	2	1	1
	Nordeste <i>Northeast</i>	2	6	1	3
	Sudeste <i>Southeast</i>	3	2	1	3
	Sul <i>South</i>	3	2	1	2
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	1	1	1	2
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	2	5	1	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	3	4	2	2
	Religião <i>Religion</i>	2	2	1	3
	Outros <i>Others</i>	4	4	1	3

¹ Governos de outros países e organismos internacionais, como Banco Mundial, Unicef, Unesco e outros, apresentaram percentuais menores que 1%, por isso foram omitidos da tabela.

¹ Governments of other countries and international organizations such as the World Bank, Unicef, Unesco, among others, present percentages below 1%, therefore were omitted from the table.

² Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

² Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

D7 PROPORÇÃO DE ORGANIZAÇÕES QUE MANTÊM COLABORAÇÃO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES DE FORA DO BRASIL
PROPORTION OF ORGANIZATIONS THAT COLLABORATE WITH OTHER ORGANIZATIONS OUTSIDE BRAZIL
PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE ORGANIZAÇÕES¹
PERCENTAGE OF THE TOTAL OF ORGANIZATIONS¹

Percentual (%) Percentage (%)		Sim Yes	Não No	Não sabe Does not know
TOTAL		17	81	2
PORTE SIZE	Nenhuma pessoa remunerada <i>No paid workers</i>	12	87	1
	De 1 a 9 pessoas remuneradas <i>1 to 9 paid workers</i>	19	79	2
	De 10 pessoas remuneradas ou mais <i>10 or more paid workers</i>	21	76	2
REGIÃO REGION	Norte/ Centro-Oeste <i>North/ Center-West</i>	17	82	1
	Nordeste <i>Northeast</i>	20	77	3
	Sudeste <i>Southeast</i>	18	80	2
	Sul <i>South</i>	13	86	1
ATIVIDADES-FIM CORE ACTIVITIES	Associações patronais, profissionais e sindicais <i>Employer and professional associations, and labor unions</i>	14	85	1
	Educação, lazer e cultura <i>Education, entertainment and culture</i>	12	88	1
	Desenvolvimento e defesa de direitos <i>Development and defense of rights</i>	15	83	1
	Religião <i>Religion</i>	30	67	3
	Outros <i>Others</i>	12	87	1

¹ Base: 3.546 organizações sem fins lucrativos. Dados coletados entre outubro de 2012 e março de 2013.

¹ Base: 3,546 nonprofit organizations. Data collected between October 2012 and March 2013.

APÊNDICES

APPENDICES

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- Abong** – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- Cetic.br** – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da Unesco
- CGI.br** – Comitê Gestor da Internet no Brasil
- Cempre** – Cadastro Central de Empresas
- CNAE** – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CMSI** – Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação
- Concla** – Comissão Nacional de Classificações
- Fasfil** – Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil
- FGV** – Fundação Getulio Vargas
- Gife** – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Ipea** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ISIC** – International Standard Industrial Classification of all Economic activities
(Padrão Internacional de Classificação Industrial das Atividades Econômicas)
- MC** – Ministério das Comunicações
- MCTI** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- NIC.br** – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
- Nupec** – Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação
- OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONG** – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OS – Organização social

Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PPP – Parceria Público Privado

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

SUS – Sistema Único de Saúde

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UIT – União Internacional de Telecomunicações

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

Unctad – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

LIST OF ABBREVIATIONS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas (Brazilian Standardization Forum)
- Abong** – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Brazilian Association of NGOs)
- Cetic.br** – Regional Center for Studies on the Development of the Information Society under the auspices of Unesco
- CGI.br** – Brazilian Internet Steering Committee
- Cempre** – Cadastro Central de Empresas (Central Registry of Enterprises)
- CNAE** – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
(Brazilian equivalent of International Standard Industrial Classification of all Economic Activities – ISIC)
- CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Company Registration Number)
- Concla** – National Classification Commission
- Fasfil** – Private Foundations and Non-Profit Associations in Brazil
- FGV** – Getulio Vargas Foundation
- GDP** – Gross Domestic Product
- Gife** – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Group of Institutes, Foundations and Companies)
- IBGE** – Brazilian Institute of Geography and Statistics
- ICT** – Information and Communication Technologies
- Ipea** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Institute for Applied Economic Research)
- ISIC** – International Standard Industrial Classification of all Economic activities
- IT** – Information Technology
- ITU** – International Telecommunication Union
- MC** – Ministry of Communications
- MCTI** – Ministry of Science, Technology and Innovation
- NGO** – Non-governmental Organization
- NIC.br** – Brazilian Network Information Center

Nupef – Núcleo de Pesquisas, Estudos e Formação (Center of Research, Studies and Learning)

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil (Order of Attorneys of Brazil)

OECD – Organisation for Economic Cooperation and Development

OS – Organização social (Social organization)

Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Public Interest Civil Society Organizations)

PPP – Parceria Público Privado (Public-Private Partnerships)

Rais – Relação Anual de Informações Sociais (Annual List on Social Information)

SUS – Sistema Único de Saúde (Unified Health System)

UFBA – Universidade Federal da Bahia (Federal University of Bahia)

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Federal University of Rio de Janeiro)

UN – United Nations

UnB – University of Brasília

Unctad – United Nations Conference On Trade and Development

Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas (Campinas State University)

USP – Universidade de São Paulo (University of São Paulo)

WSIS – The World Summit on the Information Society



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

United Nations
Educational Scientific and
Cultural Organization



cetic.br

- Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da UNESCO
- Regional Center for Studies on the Development of the Information Society under the auspices of UNESCO

www.cetic.br

nic.br

Núcleo de Informação
e Coordenação do
Ponto BR

Brazilian Network
Information Center

www.nic.br

cgib.r

Comitê Gestor da
Internet no Brasil
Brazilian Internet
Steering Committee

www.cgib.r